



# **DEMANDAS DO MOVIMENTO AMBIENTAL POR ÁREAS VERDES EM FORTALEZA**

**JORNALISTA ADEMIR COSTA**

**Da Conferência de  
Estocolmo à Rio+20**

 **Banco do  
Nordeste**

**DEMANDAS DO MOVIMENTO  
AMBIENTAL POR ÁREAS VERDES  
EM FORTALEZA**



Jornalista Ademir Costa

**DEMANDAS DO MOVIMENTO  
AMBIENTAL POR ÁREAS VERDES  
EM FORTALEZA**

Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2014



**Banco do  
Nordeste**

**Presidente**

Nelson Antonio de Souza

**Diretores**

Francisco das Chagas Soares  
Isaias Matos Dantas  
Luiz Carlos Everton de Farias  
Manoel Lucena dos Santos  
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro  
Romildo Carneiro Rolim

**Comitê de Editoração**

Angélica Albuquerque de Paiva  
Francisco Raimundo Evangelista  
José Rubens Dutra Mota  
Luciano Jany Feijão Ximenes  
Luíza Cristina de Alencar Rodrigues  
Maria Odete Alves  
Nivia de Oliveira Galindo Almeida  
Tibério Rômulo Romão Bernardo  
(Coordenador)  
Wellington Santos Damasceno

**Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste – ETENE**

**Superintendente:** Francisco José Araujo  
Bezerra

**Superintendência de  
Marketing e Comunicação**

Lúcia de Fátima Barbosa da Silva

**Ambiente de Comunicação**

Kelvia Carneiro de Linhares Fernandes Passos

**Normalização:** Paula Pinheiro

**Revisão Vernacular:** Luísa Vaz

**Diagramação e capa:** Carminha Campos

**Ilustrações:** Patrício de Moura e  
Valmir Castelo Branco

**Editor:** Ademir Costa

**Tiragem:** 500 exemplares

**Mais informações**

**Cliente Consulta**

**Capitais e regiões metropolitanas**  
4020.0004

**Demais localidades**

0800 033 0004

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994,  
de 14 de Dezembro de 2004.

C837d Costa, Jornalista Ademir.

Demandas do movimento ambiental por áreas verdes em Fortaleza  
/ Jornalista Ademir Costa. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil,  
2014.

ISBN 978-85-7791-226-1

354 p.

1. Meio Ambiente. 2. Movimento Ambiental. 3. Área Verde. I. Título.

CDU: 502.14



## AGRADECIMENTOS

---

A Deus, que criou, mediante a evolução, tudo o que existe; Ele acionou a grande explosão cujo clímax é a vida.

A meus pais Antonio Costa (*in memoriam*) e Joana Rodrigues da Silva Costa, meus modelos e primeiros incentivadores; a meus irmãos e demais familiares, pelas condições que me proporcionaram para estudar e saciar a sede de saber;

A Luísa Vaz, companheira incondicional, e a meus filhos Lucas, Ruth e Débora, os quatro motivos de minhas maiores alegrias.

A meus professores. De D. Chiquinha Vilhena, minha alfabetizadora, e de minha catequista, Irmã Cecília Landim, Filha da Caridade, passando pelo Professor Raimundo Durville Brito, em quem homenageio os demais do Ensino Fundamental e Médio, e chegando à banca examinadora do mestrado, constituída pelos Professores Doutores José César Vieira Pinheiro (Departamento de Ciências Agrárias da UFC, orientador), Mônica Dias Martins (da Universidade Estadual do Ceará, coorientadora e presidente da banca), Kênia Sousa Rios (Departamento de História da UFC) e Luiz Antonio Maciel de Sousa (Centro de Ciências, da UFC). As luzes dos professores foram fundamentais em minha vida, porém as falhas remanescentes são de responsabilidade exclusiva deste aluno;

À geógrafa Vanda Claudino Sales, por fazer a síntese de militante, professora e pesquisadora, no interesse da sociedade, e em cuja pessoa agradeço a quantos me entusiasmarão e ainda estimulam nas campanhas pelo meio ambiente, nos estudos e no exercício de minha profissão;

Aos meus colegas do ProdeMa, pela recepção a este irmão mais velho e pela convivência de rico intercâmbio de conhecimentos;

Às 72 pessoas que entrevistei formalmente, àquelas com quem conversei e às quantas me forneceram documentos, especialmente as dos movimentos sociais,

por estarem sempre cantando "Tente outra vez", de Raul Seixas. Tais protagonistas são o(a)s verdadeiro(a)s autores das 20 histórias aqui registradas.

Aos companheiros de trabalho que fazem o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), instituição cujo incentivo ao autodesenvolvimento ficou mais uma vez demonstrado nas palavras do assessor de comunicação, José Maurício de Lima da Silva, "eu quero é que todos aqui façam o mestrado", ao aprovar minha matrícula no Prodepa. Menciono especificamente os colegas Maria do Carmo Nunes Campos, na criação da capa, diagramação e tratamento das fotos, Francisco Patrício de Moura, que criou as figuras, e Valmir Carvalho Castelo Branco, por seu apoio no tratamento das ilustrações deste livro.

Aos síndicos, aos chefes de família e aos mestres de obras que venceram o medo e me permitiram captar imagens de algumas áreas verdes em melhor perspectiva.

Às pessoas dos movimentos sociais de Caxias e Viana, no Maranhão, e de Fortaleza, especialmente as do Grupo Justiça e Paz, na Maraponga, e do Movimento Proparque, no Joaquim Távora. Com elas estive em campanhas a partir de 1968 e vivi momentos de tensão, esperanças e vitórias – ainda que parciais. Convivência em que dividimos e geramos conhecimento. Também constatamos a verdade do lema "descubra a felicidade de servir".

Um pobre e esplêndido poeta, o mais atroz dos desesperados, escreveu esta profecia:

**“Ao amanhecer, armados de uma ardente paciência, entraremos nas esplêndidas cidades”.**

Eu creio nesta profecia de Rimbaud...  
Sempre tive confiança no homem.  
Não perdi jamais a esperança.  
Por isso, talvez, cheguei até aqui com minha esperança.  
Por isso, talvez, cheguei até aqui com minha poesia  
e também com minha bandeira.

Em conclusão, devo dizer aos homens de boa vontade, aos trabalhadores, aos poetas, que todo o porvir foi expresso nesta frase de Rimbaud:

**só com uma ardente esperança conquistaremos a esplêndida cidade que dará luz, justiça e dignidade a todos os homens.**

Assim minha poesia não terá cantado em vão.

*Pablo Neruda*

O chão da pátria não é chão, é capital.

*Francisco de Oliveira*





## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 – A Pessoa como Sistema Aberto às Relações.....	34
Figura 2 – Sistema de Produção Vigente e seus Efeitos .....	36
Figura 3 – A Terra como Sistema Aberto, porém Limitado.....	37
Figura 4 – Fortaleza e seus Bairros com Áreas Verdes Reivindicadas .....	77
Figura 5 – Peças da Campanha contra as Remoções .....	228
Figura 6 – Relações dos Fóruns com seus Contextos.....	294





Foto 1 – Da Foz do Riacho Pajeú a Cidade se Expande .....	21
Foto 2 – Modelo na Cidade: Riachos e Lagoas Sufocados, Verde Expulso .....	24
Foto 3 – Faltam Árvores no Centro .....	26
Foto 4 – O Centro de Fortaleza sem Acesso ao Mar: Praias sem Verde.....	29
Foto 5 – Poder Público e Mercado Invadem Área de Preservação Permanente ....	39
Foto 6 – Área Verde: Fruição, Lazer e Qualidade de Vida .....	43
Foto 7 – Parque da Criança: Arborização no Centro .....	44
Foto 8 – A “Razão Sangrenta” Materializa-se no Cotidiano .....	52
Foto 9 – A Canalização Transforma Riachos em Esgotos .....	62
Foto 10 – A Cidade Perdeu a Nascente do Riacho Pajeú para a Urbanização .....	65
Foto 11 – O Transporte Individual Disputa Espaço e se Impõe .....	69
Foto 12 – A Coluna da Hora: O Novo Evoca a Memória .....	71
Foto 13 – Áreas Verdes Potenciais: Terrenos do Quartel General Tibúrcio e do 23º BC .....	78
Foto 14 – O Parque Ecológico Cocó a partir do Bairro Tancredo Neves .....	85
Foto 15 – Show nas Margens do Cocó pela Criação do Parque .....	89
Foto 16 – Público no Show às Margens do Cocó pela Criação do Parque.....	89
Foto 17 – A Cocobra na Campanha pela Árie do Cocó.....	100
Foto 18 – A Torre Iguatemi Empresarial Concluída .....	111
Foto 19 – Lagoa de Parangaba .....	122
Foto 20 – Área Verde da Lagoa de Parangaba .....	129
Foto 21 – Caminhada: A Luta dos Trabalhadores e o Meio Ambiente .....	135
Foto 22 – Missa Encerra a Caminhada da Vitória .....	136
Foto 23 – Uso Atual do Parque Ecológico Maraponga “Urbanizado” .....	138
Foto 24 – Desrespeito à APP da Lagoa da Maraponga.....	141
Foto 25 – O Parque Ecológico Parreão no Bairro Fátima.....	142
Foto 26 – Estado do Parque Ecológico Parreão, 18 Anos após Inaugurado.....	143
Foto 27 – Guarita do Instituto de Pesos e Medidas sobre o Riacho Parreão.....	148
Foto 28 – Terreno Destinado para a Etapa 3 do Parque Parreão.....	149
Foto 29 – Parque Ecológico Rio Branco: Ilha Verde .....	151

Foto 30 – Lagoa de Itaperaoba com Área de Preservação Ocupada .....	162
Foto 31 – Casa de Rachel de Queiroz: Patrimônio de Fortaleza .....	172
Foto 32 – Roda de Conversa no Espaço Cultural Frei Tito Alencar.....	173
Foto 33 – Zona de Várzea no Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio .....	175
Foto 34 – Edifício Desrespeita a Área de Preservação Permanente .....	178
Foto 35 – A Urbanização Avança e Ameaça o Verde Original .....	187
Foto 36 – Sessão da 1ª Jornada em defesa das Áreas Verdes de Fortaleza.....	189
Foto 37 – Novas Moradias e Lixo Doméstico Ameaçam Fragmentar a Área Verde	191
Foto 38 – O Aterramento é Ameaça Constante no Siqueira e em Outros Bairros .	192
Foto 39 – A Ameaça do “Progresso” Gera o Movimento de Preservação da Sabia- guaba .....	194
Foto 40 – Lagoa do Papicu.....	207
Foto 41 – Lagoa do Gengibre .....	209
Foto 42 – Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré.....	216
Foto 43 – Lagoa da Zeza .....	225
Foto 44 – Açude Colosso .....	227
Foto 45 – Chegam as Máquinas com seu Rastro de Destruição .....	231
Foto 46 – O Parque Ecológico do Cocó e a Arie Dunas do Cocó .....	232
Foto 47 – Residências na APP da Lagoa Maria Vieira, Bairro Cajazeiras .....	249
Foto 48 – As Alças de Viadutos como Importantes Áreas Verdes da Cidade.....	250
Foto 49 – Parque Ecológico Maraponga: Área Verde em Parte Preservada .....	261
Foto 50 – Alessandro Sales, Procurador da República .....	265
Foto 51 – Barreira de Prédios de Condomínios no Bairro Fátima .....	267
Foto 52 – Açude Etevaldo com Garagem e Construções em suas Margens .....	269
Foto 53 – Lagoa do Tabapuá com Área Verde Desrespeitada .....	270
Foto 54 – Lago Jacarey Comprimido por Construções Civas .....	271
Foto 55 – Lagoa de Porangabussu: Ruas e Moradias em sua Área Verde.....	272
Foto 56 – Prejuízo às Árvores: Poda Drástica Feita por Família .....	278
Foto 57 – Poda Feita pela Prefeitura, para Adequação à Eletricidade.....	279
Foto 58 – Açude Santo Anastácio, no Campus do Pici.....	285
Foto 59 – Lagoa da Libânia, no Mondubim: Área Verde Ocupada por Moradias Populares .....	286
Foto 60 – A Arborização das Praças Tenta Corrigir o Excesso de Mineralização na Cidade .....	289
Foto 61 – Lagoa Seca, na Maraponga: Aterro.....	297
Foto 62 – Lagoa de Messejana: margens privatizadas e equipamentos públicos sem uso .....	299
Foto 63 – Lagoa da Sapiranga: indícios de poluição e Construções na Área Verde	300
Foto 64 – Moradias irregulares na APP da Lagoa das Pedras.....	301
Foto 65 – Fortaleza com o Parque Ecológico Cocó e a Arie Dunas do Cocó .....	309



1 INTRODUÇÃO.....	19
2 ÁREAS VERDES COMO PROBLEMA.....	23
3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS .....	27
4 REFERENCIAL TEÓRICO .....	31
4.1 Desenvolvimento Sustentável .....	38
4.2 Área Verde.....	42
4.3 Conflitos Ambientais.....	44
4.4 Movimentos Sociais.....	47
5 MATERIAIS E MÉTODOS.....	55
5.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental .....	55
5.2 Método da História Oral .....	56
5.3 Método da Observação Participante .....	58
5.4 Observação Ativista.....	62
6 FORTALEZA NO MUNDO .....	63
6.1 A Origem da Cidade .....	64
6.2 A Expansão da Cidade .....	67
7 O MOVIMENTO SOCIAL REIVINDICA ÁREAS VERDES .....	73
7.1 Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente.....	80
7.2 Movimento SOS Cocó .....	87
7.3 Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .....	104
7.4 Movimento SOS Lagoa de Parangaba .....	121
7.5 Movimento SOS Lagoa da Maraponga .....	130
7.6 Movimento pelo Parque Ecológico Parreão .....	141
7.7 Movimento Proparque.....	150
7.8 Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba .....	162
7.9 Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz.....	168
7.10 Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio	174

7.11 Área Verde do Conjunto Sítio Córrego no Mundubim.....	182
7.12 Movimento pelo Parque Pulmão Verde do Siqueira .....	187
7.13 Movimento pela APA e pelo Parque da Sabiaguaba.....	193
7.14 Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca .....	206
7.15 Movimento pelo Parque Guararapes .....	211
7.16 Movimento pela Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré.....	214
7.17 Frente Popular Ecológica de Fortaleza.....	219
7.18 Brigada Antonio Conselheiro .....	222
7.19 Movimento Salvem as Dunas do Cocó .....	230
7.20 Grupo Crítica Radical .....	240
8 ANÁLISE CRÍTICA DA EXPANSÃO DE FORTALEZA .....	251
8.1 A Visão dos Estudiosos .....	251
8.2 O Refluxo dos Moradores nos Movimentos Sociais.....	272
9 AS RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO .....	277
9.1 A Criação dos Parques .....	281
9.2 Áreas Verdes de Fortaleza .....	286
10 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	291
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	303
REFERÊNCIAS .....	311



Este livro traz um dos relatos possíveis da história dos movimentos sociais de Fortaleza por áreas verdes. Está longe, portanto, de esgotar a apresentação das vivências abordadas, nem era essa a minha pretensão. A proposta original de pesquisa era abordar uma entidade ambientalista apenas, porém encarei o desafio posto pelos professores da banca de seleção do mestrado para que tivesse maior abrangência. Alguns movimentos ficaram fora, por desconhecimento ou por falta de condições, já que fiz a pesquisa entre 2010 e 2011, sem liberação das atividades profissionais.

Aqui são privilegiadas as falas dos protagonistas, em coerência com o método da história oral. Ao transpor para o papel os relatos sobre as conquistas de áreas verdes, dei-me conta da riqueza das experiências narradas, trazendo à tona temas incidentais como: racismo, cultos africanos e indígenas, práticas políticas viciadas, ecumenismo, urbanização ao longo do tempo e ditaduras na América Latina, bem como mídia, espaço público e democracia, transporte individual e coletivo, uso dos meios de comunicação pelos movimentos sociais e o desemprego como falta de liberdade.

As fotos constituem outro discurso fundamental. Mostram riachos, lagoas e rios poluídos e com indícios de eutrofização, suas áreas verdes sofrendo os mais abusivos usos, áreas de preservação permanente impermeabilizadas, queimadas, ocupadas ou limitadas a poucos metros, quando ainda existentes. Em seu conjunto emitem, portanto, uma mensagem complementar à dos entrevistados. Captá-las exigiu superar consideráveis obstáculos.

Permanecem lacunas que, espero, sejam encaradas como apelos a pesquisadores dispostos a aprofundar essa história que apenas iniciei a contar. Ainda assim, desejo que o presente estudo contribua para que a cidade de Fortaleza e os municípios com características semelhantes adotem políticas destinadas a corrigir a deterioração ambiental constatada, a impedir que esse quadro se agrave e a ampliar suas áreas verdes, para a garantia de melhor qualidade de vida a seus habitantes. E que os movimentos sociais continuem a escrever histórias de bravura e amor à sua cidade e ao planeta Terra.

*Ademir da Silva Costa*





As lutas sociais para transformar o planeta na “casa de todos” ensejam uma reflexão sobre o significado de “bem comum”, categoria central na discussão acerca do Estado moderno. Tal ideia, presente entre contratualistas e teóricos da filosofia da práxis, é tida como ultrapassada pelo pensamento neoliberal. Não por outra razão, a concepção de “desenvolvimento sustentável” nasce prisioneira de mecanismos econômicos, considerados os principais instrumentos para gestão da sustentabilidade ambiental.

A cada dia consolida-se a tendência mundial de contabilizar os bens naturais, até recentemente gratuitos, como custos de produção dos chamados “serviços” ambientais. Deste modo, meios essenciais à humanidade (terra, água e vegetação) viram mercadorias, o mercado ambiental cresce com a certificação de “produtos naturais” e o Estado se associa às grandes ONG ambientalistas, ao setor privado e aos bancos, para dar forma e curso às políticas ambientais, na perspectiva do capital.

Para efeito, entidades multilaterais disseminam amplamente valores e normas com vistas a garantir a “sustentabilidade” do desenvolvimento. Nas nações classificadas pelo Banco Mundial como “pobres”, o fator determinante desse processo seria o “capital natural” e, portanto, caberia incentivar a apropriação privada dos bens naturais de propriedade comunal ou pública.

Ademir da Silva Costa penetra nesta polêmica temática instigado por seu engajamento nas lutas ambientais e sua experiência profissional como jornalista, na chamada grande imprensa e na Assessoria de Comunicação no Banco do Nordeste.

E se sai muito bem da empreitada: ao tempo em que aprofunda os estudos teóricos sobre a relação de interdependência natureza-sociedade, registra as memórias dos participantes do movimento reivindicatório por áreas verdes na cidade de Fortaleza, ao longo das quatro últimas décadas.

Não é pequeno o desafio assumido por Ademir em sua dissertação defendida junto ao Programa Regional de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), da Universidade Federal do Ceará. Equilibrando razão e emoção, vai a campo e entrevista 72 pessoas, nos proporcionando um valioso mosaico de narrativas: lideranças de movimentos sociais, parlamentares, estudiosos da área do urbanismo, professores e técnicos do governo municipal e estadual. A meu juízo, esta constitui a parte mais saborosa do livro!

Acompanhei de perto o percurso acadêmico de Ademir, que a todo momento manifestava curiosidade em apreender a gênese de uma cidade encravada na “região-problema” do Brasil, o semiárido nordestino. Ele adota uma perspectiva transdisciplinar, excluindo certos campos específicos do conhecimento, e apoia-se em observações e anotações colhidas na longa convivência com o movimento ambiental, em particular, as campanhas SOS Lagoa da Maraponga e Proparque Ecológico Rio Branco, além de uma iniciativa pioneira, a Primeira Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, realizada em 2007. Com efeito, sua militância enriquece a investigação, feita com rigor científico, amparada em vasta literatura e documentação, bem como em procedimentos metodológicos da história oral e da observação participante.

O trabalho apresenta não apenas os antecedentes e a multiplicidade de enfoques e práticas dos grupos ambientalistas, mas também suas vitórias e seus impasses. O cenário comum desses interessantíssimos discursos é uma realidade complexa e, por que não dizer, caótica: a expansão urbana de Fortaleza, a partir dos anos setenta do século XX. Em sua análise criteriosa, Ademir ressalta as conexões entre os fatores naturais, socioeconômicos e político-culturais. Nesta acelerada urbanização, tudo parece conspirar contra a preservação das áreas verdes, elementos indispensáveis para regular o clima, mitigar catástrofes, garantir espaços de lazer, enfim, propiciar qualidade de vida à população.

Esse pesquisador inquieto e obstinado nos oferece pistas para entender o sentido das mudanças no modo de representar interesses de classe e gerir a política ambiental. No livro, encontramos ponderações sobre as estruturas de poder, os processos decisórios, os conflitos de classe e as dimensões espaço-temporais que marcam a relação sociedade-natureza. Sua leitura possibilita, ainda, interpretar a questão ambiental sob variados ângulos, nomeadamente, da Geografia, Ciência Política, História, Sociologia, Economia, Administração e Antropologia.

Entretanto, a contribuição que me parece mais relevante diz respeito ao papel dos movimentos ambientais na formulação e avaliação das políticas públicas. Ademir nos lembra que os problemas sociais e ambientais não se opõem, mas são duas faces de uma mesma moeda. Assim, a insustentabilidade social pode comprometer a sustentabilidade ambiental, posto que esta não pode ser concebida isolada de outras políticas do Estado nem do reconhecimento da igualdade de direitos.

Com alegria aceitei o convite de Ademir para prefaciar seu livro, resultado de uma pesquisa séria e comprometida. Sua publicação, certamente, ocasionará reações dos movimentos sociais, dos órgãos de governo e da comunidade científica, tanto no âmbito local como no Nordeste, em geral. Espero que sirva de incentivo à produção de novos estudos sobre temas ambientais, tão necessários no momento em que estão em disputa, na agenda nacional, a transposição do Rio São Francisco, o Código Florestal, entre outros pontos, e, na agenda internacional, eventos com profunda repercussão na vida urbana, a exemplo da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

*Mônica Dias Martins*  
*Professora da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e*  
*Coordenadora do Observatório das Nacionalidades*



## 1 INTRODUÇÃO

Uma das primeiras agitações sociais de que tive notícia, morando em Fortaleza, foi a resistência dos moradores da “favela da Zé Bastos”, ante a ordem de despejo. Vários grupos sociais acorreram em solidariedade: nossa juventude estudantil, o nascente movimento de mulheres, a juventude e os organismos de promoção humana da Igreja, os partidos políticos de oposição - em sua maioria clandestinos e então reunidos no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Era o ano 1975.

Outro fato também muito me impressionou: o movimento pela preservação do rio Cocó. Trabalhava eu na Sala de Imprensa da Arquidiocese de Fortaleza. Comentando aquele movimento, Frei Vito Carneiro, assessor de Dom Aloísio Lorscheider, dizia da necessidade de a capital preservar aquela “linha verde” e aludia também às outras duas: a do rio Ceará e a do Pacoti. Discípulo de São Francisco, Frei Vito sabia do que falava.

No movimento da juventude, a questão ecológica repercutia. Assim, em 5 de junho de 1977, no auditório do Seminário da Prainha, fazíamos uma concorrida sessão alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente, com a presença ilustre do Dr. Joaquim Feitosa, o presidente da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema). Eu acompanhara as discussões da 1ª Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, lendo a edição portuguesa do jornal *L’Observatore Romano*, e estava sensibilizado para a causa, de modo que coordenar os trabalhos, naquele momento, foi uma grande honra.

O início dos anos 1990 me encontra morando na Maraponga, recém-casado. Eu era “apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”<sup>1</sup>. A cidade não reservara, em sua zona nobre, lugar

---

1 Música de Belchior, intitulada “Apenas um rapaz latino-americano”. Disponível em: <<http://letras.mus.br/belchior/44449/>>. Acesso em: 13 jun. 2010. As composições citadas ao longo do trabalho remetem à Arte como um caminho para se chegar ao conhecimento, ao lado da Filosofia, da Religião e da Ciência.

para mim, nem para tantos milhares de imigrantes. Morava ali quando irrompeu, em 1990, a ameaça de destruição da lagoa do bairro com a construção de um condomínio de 1.558 apartamentos cujos esgotos, tratados, seriam despejados na lagoa. (PARQUE AUTORIZADO... 1991). Com adultos e jovens do Grupo Justiça e Paz, participo do Movimento SOS Lagoa da Maraponga, a campanha pela preservação da lagoa e da paisagem do seu entorno. Movimento empolgante, a congregar forças sociais e partidos políticos do Centro e dos bairros da zona Sul da cidade, resultou na criação do Parque Ecológico Maraponga, em 28 de abril de 1991.

Somo a essas experiências outras na vida profissional. Atuo desde os anos 1980 na assessoria de comunicação do Banco do Nordeste, onde tomei contato com a história oral. Ao mesmo tempo, trabalhei no jornal Diário do Nordeste, da fundação até 2004, incluído o breve período em que fiquei fora. Na redação, percebi o quanto os movimentos reivindicatórios, populares ou não, ficam muitas vezes sem registro ou apenas com a divulgação subordinada ao viés da imprensa, quando lhes sobra espaço. Decido, então, juntar estudo com registro das memórias desses movimentos, para que não se percam nos desvãos da história.

Assim, em 1994, escrevo a monografia "Comunicação Intercultural e Polifônica na Campanha SOS Lagoa da Maraponga", exigência do curso de especialização em Teorias da Comunicação e da Imagem, feito na Universidade Federal do Ceará (UFC). Em 2000, concluo a especialização em Economia na mesma universidade com o trabalho "As Atividades Econômicas e a Deterioração Ambiental: o caso do Parque Ecológico Rio Branco em Fortaleza".

A militância nas campanhas SOS Lagoa da Maraponga e em prol do Parque Ecológico Rio Branco levou-me a contatos com outros movimentos ambientais da cidade. Aos poucos, surge a ideia de essas entidades voltarem a se reunir em um colegiado nos moldes do Fórum da Sociedade Civil Cearense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que congregara o movimento ambiental nos anos 1980. Por proposta do Instituto Brasil Verde, coordenado na época por Antonio Elinaudo Barbosa, um grupo de entidades ambientalistas realiza, em 2007, a 1ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza<sup>2</sup>. Nela, dou minha contribuição. Foi mais um fator para amadurecimento do conceito de área verde, pois, até então, o movimento ambiental trabalhava com os conceitos de parque como unidade de conservação, arborização, qualidade de vida e correlatos.

Permanecia em mim a preocupação com o registro das atividades do movimento ambiental. Aclarava-se a noção de que algo perpassa as diferentes lutas ambientais, e esse denominador comum é a demanda por áreas verdes. Eis a ra-

---

2 Entidades participantes: Instituto Brasil Verde, Instituto Ambiental Viramundo, Movimento SOS Cocó, Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) Seção Fortaleza, Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Avenida Sargento Hermínio, Movimento Proparque (Parque Ecológico Rio Branco), Associação Comunitária Delmiro Gouveia e Sala Verde Água Viva, lideradas pela Frente Popular Ecológica de Fortaleza (FPEF), em formação naquele momento.

ção por que me propus aqui registrar a memória dessas demandas do movimento ambiental por áreas verdes em Fortaleza, em 40 anos, considerando que sua origem remonta à 1ª Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, de 1972, e que esta pesquisa abrange os movimentos atuantes até as vésperas da Rio+20.

O desafio do presente estudo decorre de minha participação em movimentos de cidadania, para a conquista de um país democrático e de uma Fortaleza acolhedora, e constitui uma forma de me preparar para uma atuação mais qualificada. Optei pela história oral, a fim de privilegiar a fala de protagonistas e beneficiários dos movimentos sociais estudados. Exponho também as vozes dos pesquisadores e do poder público, sempre como esclarecimentos que fundamentam as ações do movimento social, aqui considerado o principal agente.

No Programa Regional de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), um objeto de pesquisa pode ser estudado por várias disciplinas ao mesmo tempo – é multidisciplinar. Trata-se de um mestrado no qual se estuda o que está ao mesmo tempo entre, através e além de qualquer disciplina. Pode, sob este ângulo, ser classificado como um mestrado transdisciplinar. A interdisciplinaridade fica caracterizada, nesses estudos, quando há transferência de métodos de uma disciplina para outra. (NICOLESCU, 1999 apud BORGONHA, 2009, p. 200).



**Foto 1 – Da Foz do Riacho Pajeú a Cidade se Expande**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na Pesquisa de Campo.

**Nota:** A foz do Pajeú é aqui indicada pelo teto do Mercado Central, ao lado da Catedral Católica – canto noroeste da foto

Assim, as histórias são abordadas neste livro levando em conta o suporte natural e o ambiente político, econômico e os costumes do povo cearense. Em resumo: o ambiente cultural de Fortaleza e do Ceará. Assumo como cultural todo o contexto a envolver a experiência do cearense no meio semiárido e a crescente consciência da deterioração do planeta decorrente de relações sociais, como a exploração econômica da natureza.

Essa demanda ambiental surge historicamente, pois não resulta de um passe de mágica. É importante registrar sua gênese no bojo da mundialização da economia e da expansão urbana da cidade como reflexo da globalização. A vocação econômica do Ceará e de Fortaleza, registrada em sua história, repercute no desenho da cidade, na destinação de espaços para cada função e atividade – enfim, em sua urbanização. A hipótese subjacente a este trabalho é a de que as opções da cidade, na economia e em seu traçado, refletem a inserção do Brasil nas relações capitalistas internacionais que levam à crescente transformação da mão de obra e da natureza em objetos de valorização do capital.



## **2 ÁREAS VERDES COMO PROBLEMA**

A área urbana de Fortaleza se expandiu a olhos vistos, nos últimos 40 anos. Tudo cresce de forma superlativa nessa cidade - exceção para a cobertura vegetal nativa, que quase desaparece. Em 1968, dos 314km<sup>2</sup> de Fortaleza, 65,79% eram ocupados por áreas verdes. Em 1990, 16,64%; e em 2002, 7,06%. Apenas 34 anos depois, sua cobertura vegetal original encolheu 63%, conforme os dados daqueles anos:

Se considerarmos o levantamento da vegetação do município de Fortaleza, realizado pelo ITTO em 1994 com dados retroativos ao ano de 1968, baseado nas cartas topográficas planialtimétricas da Sudene na escala 1:100.000; o de 1993 executado pela PNUD/FAO/IBAMA/BRA/87/ 007/Governo do Ceará com dados de imagens de satélite de 1990; e o da Geophoto com imagem de satélite de 2002 (Inventário Ambiental de Fortaleza), podemos detectar um decréscimo da cobertura florestal em aproximadamente 34 anos de cerca de 63%. [...] Em pouco tempo a expansão urbana [sobre a] vegetação nativa, acarretou um prejuízo irrecuperável para o meio ambiente em relação à flora e à fauna. (FORTALEZA, 2003).

As fotos deste trabalho confirmam essa constatação.

Hoje, há bairros sem praça, caso do Montese e da Aldeota. Reservar espaços como áreas verdes é essencial para a manutenção ou resgate da qualidade de vida urbana. Aqui, entendemos como área verde o entorno de riachos, rios e lagoas<sup>3</sup>, parques e espaços arborizados, naturais ou não, como: canteiros centrais de avenidas, terrenos livres nos anéis de acesso a viadutos e que representam áreas ocupadas por vegetação natural [original] ou não. As áreas verdes são destinadas aos papéis ecológico e paisagístico, à recreação, ao lazer e à contemplação.

---

<sup>3</sup> Conforme a Lei 4771/65, essas são áreas de preservação permanente. (BRASIL, 2011d).



**Foto 2 – Modelo na Cidade: Riachos e Lagoas Sufocados, Verde Expulso**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na Pesquisa de Campo (Av. Aguanambi).

Ao todo, existem no município 780.456 domicílios. Os particulares somam 711.470, com média de 3,44 moradores em cada. Os ocupados ocasionalmente chegam a 15.029, enquanto os desocupados são 68.359. Em relação ao saneamento, foram recenseados 710.060 domicílios de Fortaleza. Destes, 7.875 ou 1,41% não dispõem de banheiro, conforme o último censo. (IBGE, 2011).

O lixo é coletado em 97,36% dos domicílios, seja direto por serviço de limpeza (96,62%), em caçamba, 3,38% (37.479 domicílios), seja por outros meios, 2,64%, que equivalem a 8.903 domicílios. Há esgotamento sanitário em 707.348 domicílios. Ligados à rede geral ou pluvial ou com fossa séptica são 503.184 domicílios, enquanto 177.164 domicílios dispõem de esgotamento sanitário classificado como "outro." (IBGE, 2011).

Há 30 anos, eram 104.097 veículos nas ruas. No fim de 2010, a cidade chegou a 707.731 carros, número que saltou para 742.170 veículos automotores em junho/2011, jogando CO<sup>2</sup> e outros gases em sua atmosfera. (CEARÁ. DEPARTAMENTO..., 2011). (Fotos 2 e 11). Isso ainda não afeta a qualidade do ar, dadas as condições especiais de vento na cidade, porém implica mais tempo nos deslocamentos e pressão por mais vias, conforme a análise do Professor Alexandre Araújo Costa, na seção 8.1.

Maior o território construído, aumentam os automóveis em circulação, porém é reduzido o número de áreas verdes públicas. Fortaleza conta com apenas dez

parques públicos municipais e dois estaduais<sup>4</sup>. Fossem mais numerosas, as áreas verdes serviriam para maior parcela da coletividade contemplar, praticar exercícios e recrear ao ar livre, e contribuiriam com mais serviços ambientais à cidade como embelezamento e ventilação, com repercussões positivas sobre o seu microclima e a qualidade de vida de seus habitantes.

Esta situação levou segmentos da população de Fortaleza a tomar consciência e a reagir, a partir de meados dos anos 1970. Foi quando se organizou o primeiro movimento por área verde, reivindicando a criação e delimitação do Parque do Cocó, no entorno do rio com este nome. (NOTTINGHAM, 2006). Assim, Fortaleza passava a integrar uma onda de pressão da sociedade civil com reivindicações ambientais que se iniciaram na Europa e se expandiam, então, por outras partes do mundo.

A deterioração ambiental preocupava, inicialmente, apenas às camadas da elite. Aos poucos a pressão por áreas verdes se popularizou, surgindo grupos a reivindicar também em bairros periféricos das grandes e médias cidades, a ponto de hoje ser um movimento presente tanto no campo como nas zonas urbanas do Brasil, Fortaleza incluída.

Em Fortaleza, o movimento ambiental de cunho ecológico surge oficialmente em 1976, com a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema). (NOTTINGHAM, 2006). Esta vai lutar pela preservação do rio Cocó e seu ecossistema, motiva o Movimento SOS Cocó, dá origem ao Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a movimentos como o SOS Litoral e o SOS Lagoas.

Membros da Socema e do Fórum agiam inicialmente como participantes diretos, mais tarde como inspiradores e/ou apenas dando suporte a novas manifestações da sociedade. Como é natural, saíram da Socema, dadas as dinâmicas próprias de suas situações de vida. Hoje as demandas em torno das questões ambientais continuam presentes nos movimentos sociais de Fortaleza, que lutam em várias frentes, articulam-se em diversas redes locais e até nacionais. Não sem dificuldades, mas se renovando em seu pessoal e em suas práticas. Com vitórias importantes e também amargando derrotas.

Este trabalho faz um histórico do movimento ambiental de Fortaleza no período compreendido entre a década 1970 (fim da Conferência de Estocolmo, em 1972) e a preparação da Conferência Rio + 20. Concentra-se nas demandas por áreas verdes e constrói um relato a partir da fala dos atores dessas lutas. Usa os métodos da História Oral e da Observação Participante e deixa um registro histórico dessas reivindicações, de suas vitórias e dificuldades, na perspectiva dos militantes e no contexto de acelerada expansão urbana experimentada por esta cidade, crescimento este que segue a lógica da acumulação do capital.

---

4 A lista dos parques municipais de Fortaleza está no Quadro 5.



**Foto 3 – Faltam árvores no Centro**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo (Praça do Ferreira).



### **3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

Em relação às áreas verdes de Fortaleza, verifica-se que o constante crescimento populacional, as atividades econômicas e a pressão por emprego contribuem para eliminar drasticamente a cobertura vegetal do município. A densidade demográfica de Fortaleza é crescente. Em 1970, eram 857.980 habitantes, ou 2.732,42 hab/Km<sup>2</sup>; em 1980, 1.307.611, ou 4.164,36 hab/Km<sup>2</sup>; em 1990, 1.824.991, ou 5.812,07 hab/Km<sup>2</sup>; em 2000, 2.141.402, perfazendo 6.814,75, hab/Km<sup>25</sup>; mas em 2010, 2.452.185 vivendo em 314,927Km<sup>2</sup>, ou seja: 7.786,52 hab/Km<sup>2</sup>. (IBGE, 2011).

O Estado e a Prefeitura de Fortaleza<sup>6</sup> são grandes empregadores. O total de empregos no Ceará, em 2010, era 1.325.792. Desse total, os celetistas chegavam a 932.644 e os estatutários, a 360.814 ou 27,2%, inclusos os funcionários da União. Em Fortaleza esse percentual cai, mas ainda é alto: 725.525 empregos, sendo 556.182 celetistas e 159.086 estatutários ou 21,9%<sup>7</sup>. Convém observar que muitos celetistas trabalham para a União, o Estado ou para a Prefeitura de Fortaleza via empresas terceirizadoras de mão de obra, mas não consegui dados quanto ao número de terceirizados no município. Portanto, presume-se ser avassalador o poder de influência das três esferas de governo sobre os cidadãos.

Esse poder dificulta a mobilização dos movimentos sociais. Ele é ainda maior se incluirmos os proprietários e os empregados de empresas que ganharam licitações para executar obras ou fornecer serviços, todos interessados em manter tais laços e ganhos. Esse é o "mar de sargaços" formado por diferentes interesses e que certamente influencia o movimento social. A pressão por moradia também é grande, pois há um *déficit* de 160 mil habitações. (SILVA, 2011). Menor não é a de-

<sup>5</sup> De 1970 a 2000, dados fornecidos pelo escritório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Fortaleza.

<sup>6</sup> Uso Estado aqui para abranger os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas três esferas: municipal, estadual e federal.

<sup>7</sup> Com base na Rais de 2010 a partir de Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2011) e de informações do Sistema Nacional de Emprego (Sine)-Instituto de Desenvolvimento do Trabalho-Ceará (IDT-CE).

manda por infraestrutura viária, dado o império do automóvel. (MUNFORD, 1961). (FOTO 11). Tudo a conspirar contra a preservação e a conservação do verde.

Em consequência, em bairros centrais e periféricos, riachos e lagoas são soterrados, em aberto desrespeito aos códigos ambientais, sejam leis locais, estaduais ou do âmbito da União. Assim é que, tanto na orla como na periferia, o espaço vai sendo ocupado por prédios para residências ou serviços, equipamentos de lazer e de infraestrutura, frequentemente comprimindo lagoas e rios e seus estuários, e desfigurando outras áreas de preservação permanente e paisagens de rico valor ambiental. As fotos deste trabalho registram esse quadro.

Pesquisas científicas comprovam que a cobertura vegetal em meio ao espaço urbano se coloca como o principal elemento regulador do clima, sendo capaz de neutralizar efeitos negativos como a elevação de temperatura e a poluição do ar, produzidos por concentrações de veículos, edifícios e elementos urbanos como asfaltos e solos impermeabilizados. (MOURA, 2008). Viana e Rodrigues (1999) fizeram estudos que culminaram com a proposta do Índice Interdisciplinar de Propensão à Desertificação (IP). Concluíram que Fortaleza apresenta elevado IP.

Onde existe cobertura vegetal não se formam as “ilhas de calor”, que assolam as grandes cidades mundiais, criando desconforto urbano, ou elas se formam com menor intensidade. Em nossa cidade já se comprovou: dentre outros fatores, a barreira de concreto formada pelos prédios da zona de praia causa uma “ilha de calor” sobre a cidade. (COSTA, 1999). A presença de vegetação tende, aliás, a atuar no sentido inverso, sendo responsável pela formação de “ilhas de frescor” em meio ao espaço urbano, com o que contribuem para o conforto térmico da população. (MOURA, 2008).

As áreas verdes atuam como coletoras de parcela da precipitação que atinge as cidades, pois têm terrenos permeáveis, conforme a Resolução Conama 369. (BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA 369, 2010). Tal fato mostra-se fundamental no contexto de mitigação de catástrofes naturais em meios urbanos, posto que as chuvas tendem a ser mais intensas em áreas de elevada densidade urbana, nas quais, em adição, as superfícies se acham impermeabilizadas por asfaltos e construções diversas. Assim, as áreas verdes contribuem para a diminuição das enchentes que castigam as áreas urbanas, incluindo Fortaleza.

A vegetação no meio urbano cumpre também um importante papel ecológico, na medida em que serve de abrigo e fornece alimento para uma diversidade de espécies animais, podendo até propiciar o surgimento de corredores ecológicos urbanos. Neste sentido as áreas verdes são elementos fundamentais no processo de manutenção e preservação da biodiversidade. Por outro lado, a vegetação atua no sentido de realizar ação de filtragem dos poluentes da atmosfera, pela absorção de CO<sub>2</sub>, purificação do ar por depuração bacteriana e fixação de poeiras e materiais residuais. Além disso, a vegetação introduz oxigênio na atmosfera. (JORNADA EM DEFESA... 2008).



**Foto 4 – O Centro de Fortaleza sem Acesso ao Mar: Praias sem Verde**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** O Forte Schoneborch, à esquerda, é um dos marcos da origem da cidade. As vias, o Mercado Central e uma indústria encobrem a foz do Riacho Pajeú.

As áreas verdes exercem, ainda, uma importante função social, por representarem espaços onde atividades lúdicas, de recreação, lazer e contemplação podem ser realizadas pela população em geral. Elas quebram o estresse produzido pelo excesso de concreto e mineralização dos espaços das cidades e absorvem os ruídos urbanos. São, portanto, elementos fundamentais para garantir o equilíbrio psicológico das pessoas. Tais fatores explicam e justificam a mobilização de parcela da sociedade civil de Fortaleza, bem como o registro de suas reivindicações por áreas verdes, para a cidade se constituir como uma sociedade sustentável.

Este livro constitui um registro dessas mobilizações. A pesquisa aqui relatada teve como objetivo geral documentar as histórias do movimento ambiental de Fortaleza por áreas verdes nos últimos 40 anos, 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, à Conferência de 2012, a Rio+20. Seus objetivos específicos eram descrever os movimentos por áreas verdes, abrangendo aspectos como origem, reivindicações, campanhas e formas de organização; identificar as forças e debilidades, as alianças e as estratégias de pressão e legitimação desses movimentos, bem como os impasses vividos; e analisar criticamente a expansão de Fortaleza, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.





## **4 REFERENCIAL TEÓRICO**

As pesquisas socioambientais, iniciadas no decorrer do século XVII, desembocam na biologia organísmica do século XIX, embora seus autores não se referissem a meio ambiente, ecologia, ambientalismo, conceitos de consolidação recente. Tais pesquisas se fundamentam no materialismo de Epicuro, que na Antiguidade inaugura um movimento filosófico e científico para o qual estão na natureza a origem e o desenvolvimento tanto do mundo material como do ser social do homem<sup>8</sup>. Para Epicuro, homem e natureza vivem em simbiose, portanto em interdependência intrínseca. (FOSTER, 2010).

A Ecologia surge em um movimento que retoma a tradição epicurista que inspirou também Bacon, Kant, Hegel e Marx, estudiosos cujas teses fundamentam o mundo atual. Marx fala em uma “falha metabólica” na relação humana com a natureza, na alienação da natureza instaurada com o trabalho assalariado. A partir de sua visão de mundo, é imperativo restaurar a unidade com a natureza, pois essa ligação é a norma para o equilíbrio entre o natural (primeira natureza) e o social (segunda natureza). Em Marx (2011), o capital gera a cisão e a sociedade capitalista, baseada no trabalho assalariado.

Conforme o materialismo histórico dialético, a partir do presente é possível identificar os elementos essenciais para se compreender o passado<sup>9</sup>. Este fundamento é basilar na presente pesquisa e se origina em Epicuro. (FOSTER, 2010). Hegel considera Epicuro o inventor da ciência natural empírica, por ter rejeitado o determinismo, e suas ideias estão na base da concepção de liberdade na história. Trata-se de um filósofo que inaugura a oposição à visão de seu tempo de que o mundo caminhava para um fim predeterminado (teleologismo). A tese de Epicuro

---

<sup>8</sup> Este e os dois parágrafos seguintes estão fortemente baseados em Foster (2010).

<sup>9</sup> Foi o que fizeram Prado Júnior (1998) e Furtado (2000) e outros autores, ao estudarem a formação social e econômica brasileira. Constataram que traços do feudalismo e do escravismo de alguma forma explicam o capitalismo periférico em que se insere o Brasil hoje. Também neste trabalho buscamos no presente traços culturais que expliquem a atitude dos cearenses frente ao seu meio ambiente.

desemboca no materialismo e na ciência. Consequência para a Teoria do Conhecimento: há ou pode haver uma unidade essencial de método nas ciências naturais e sociais. (FOSTER, 2010).

Essa proposta de unidade metodológica, feita no século XX, decorre de uma busca encetada por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento nos últimos 150 a 200 anos e iniciada pelos biólogos organicistas<sup>10</sup>. Eles viram uma contradição entre a segunda Lei da Termodinâmica e as descobertas da teoria da evolução, de Darwin. Enquanto para os físicos newtonianos a Terra caminhava de modo irreversível para o impasse provocado por uma entropia crescente, para os biólogos evolucionistas o universo vivo fluía da desordem para ordens e complexidades crescentes. (CAPRA, 2006).

A mecânica newtoniana trabalhava com forças e trajetórias; os evolucionistas, com mudança, crescimento, desenvolvimento. Assim, o postulado da evolução exigia um novo paradigma, uma ciência da complexidade. Esse impasse foi resolvido com a contribuição de estudiosos de vários campos do conhecimento. (Quadro 1).

O físico Ludwig Boltzman (1844–1906: nova concepção de ordem termodinâmica), o fisiologista Walter Cannon (1871–1945: homeostase), o fisiologista Claude Bernard (1813–1878: metabolismo), o matemático Sadi Carnot (1796-1832: segunda lei da termodinâmica), físico e matemático Rudolf Clausius (1822–1888: entropia), o filósofo e matemático Alfred Whitehead (1861–1947: filosofia orientada para processos), o médico, filósofo e economista Alexander Bogdanov (1873–1928: Tecnologia ou ciência das estruturas), que antecipou conceitos depois abordados em paralelo, no Ocidente, por Norbert Wiener (1894–1964: cibernética) e Ross Ashby (1903–1972: cibernética), pelo biólogo Ludwig Bertalanffy (1901–1972: teoria geral dos sistemas) com o Círculo de Viena integrado por cientistas e filósofos; e o físico Ilya Prigogine (1917–2003: teoria das estruturas dissipativas).

#### **Quadro 1 – Cientistas que Recuperam a União Homem-Natureza**

**Fonte:** Elaboração Própria do Autor, Inspirada em Capra (2006).

**Nota:** Acrescento Teilhard de Chardin (hiperfísica: 1881–1955). (CHARDIN, 1995).

A corrente de estudos exposta no Quadro 1 atinge seu ápice nos anos 1970, com a teoria das estruturas dissipativas do físico Ilya Prigogine. Ele mostra que os sistemas vivos operam afastados do equilíbrio e, neles, os processos irreversíveis (cujos protótipos são as reações químicas) desempenham papel construtivo indispensável. Capra (2006, p. 152) afirma que “a irreversibilidade é o mecanismo que produz ordem a partir do caos”, o que, no seu entender, implica uma mudança conceitual na ciência,

<sup>10</sup> O desenvolvimento desse esquema histórico e a sua explicitação encontram-se em Capra (2006).

de processos reversíveis deterministas para processos indeterminados e irreversíveis. Uma vez que os processos irreversíveis são essenciais à química e à vida, ao passo que a permutabilidade entre futuro e passado é parte integral da física, parece que a reconceitualização de Prigogine deve ser vista no contexto mais amplo, [...] como parte da mudança de paradigma da física para as ciências da vida. (CAPRA, 2006, p. 152).

Há uma proximidade entre a teoria das estruturas dissipativas de Prigogine e a teoria da complexificação, de Teilhard de Chardin, antropólogo e teólogo cristão que, com sua hiperfísica, aproxima física e teologia. (CHARDIN, 1995). É nesta moldura filosófica e científica que se assentam, hoje, os conceitos de holístico e ecológico. Holístico designa o modo pelo qual o cientista vê as interdependências das partes de um objeto e seu funcionamento. A visão ecológica significa entender não só o funcionamento do objeto e as inter-relações de suas partes, mas também sua operação no ambiente natural e social, ou seja, uma interdependência fundamental de todos os fenômenos. (CAPRA, 2006).

Ao admitir a “interdependência de processo e estrutura” essa visão possibilita “a cura de uma ferida aberta entre mente e matéria” (CAPRA, 2006, p. 146) a partir de Descartes, ou seja, a “falha metabólica” ou cisão instaurada, segundo Marx (2011), desde o alvorecer dos tempos modernos, com suas respectivas ciência e tecnologia. (SMITH, 1988). Deste ponto, Capra (2006) extrai que mente já não é a *res cogitans* – coisa que conhece – de Descartes, mas processo. Surge, portanto, nesse patamar do conhecimento do real, a exigência de uma nova síntese a juntar mente, matéria e vida. (CAPRA, 2006).

A rigor, ante a milenar pergunta filosófica – é possível o conhecimento da realidade? –, a conclusão de Capra é que “há conhecimento aproximado” porque “a ciência nunca pode fornecer uma compreensão completa e definitiva” do real, dadas as inúmeras perspectivas pelas quais este pode ser captado. (CAPRA, 2006, p. 49). Eis por que este estudo se fundamenta em uma epistemologia apoiada nos saberes popular, filosófico, religioso, artístico e científico.

Estes saberes são adquiridos em ambientes multifacetados. É sobre uma base física constituída por elementos geológicos e geográficos que as pessoas se aglomeram em grupos, constituem aldeias e habitam ambientes que se complexificam até as megacidades. (ODUM; BARRET, 2008). Nesses ambientes o ser humano já não vive completamente integrado à natureza, como antes o registramos, mas em sistemas paralelos, um misto de meio natural e construído. (SIRKIS, 1999). Para a sua sobrevivência nesse ambiente, as pessoas engendram valores, modos de vida, soluções, competitividades e solidariedades que, em seu conjunto, constituem a cultura.

Esse conceito de cultura enfeixa tudo o que o ser natural homem<sup>11</sup> (Pessoa) elaborou como ser de relações com o outro – e este outro envolve seus semelhan-

---

11 Homem é designação comum à espécie humana, humanidade, homem e mulher, reconhecendo a igualdade entre os gêneros masculino e feminino, a dignidade de ambos.

tes, a natureza e o Transcendente. (Figura 1). A cultura se manifesta em mitos, religiões, filosofias, modos de vida, sistemas econômicos, ciência, tecnologia, arte e outras criações humanas. O ambiente em que o homem vive abrange, portanto, o natural e o cultural, onde a pessoa humana atua como ser em relações. Ele próprio, seu corpo e seus conhecimentos são frutos da natureza e da cultura. (SMITH, 1988). As relações são de influência mútua da natureza sobre o homem e deste sobre aquela. O homem é parte da natureza e a natureza é sua morada. Vive na natureza e é natureza. Altera a natureza, sua casa, em benefício de sua sobrevivência e, nas interações com o ambiente natural que inclui seus iguais, gera cultura e até transforma a si mesmo. A cultura resulta, portanto, das relações homem-natureza e humanidade-humanidade (relações sociais).



**Figura 1 – A Pessoa como Sistema Aberto às Relações**

**Fonte:** Elaboração Própria do Autor.

Ao longo da história, o homem engendrou sistemas econômicos que evoluíram do escravagismo dos tempos ancestrais para o feudalismo da Idade Média, até desembocar no capitalismo inaugurado nos tempos modernos e prevaletente nos nossos dias. Em seu livro “Para a Crítica da Economia Política” (*Grundrisse*), Karl Marx assim explica esse movimento da humanidade na história:

Na produção social da própria vida, os homens constroem relações determinadas, necessárias e até independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1978, p. 129-130).

O capitalismo hegemônico é a atual “estrutura econômica da sociedade”. Nele predominam as relações entre as minorias que detêm os meios de produção (os capitalistas) e os demais que só possuem a própria força de trabalho para vender e, assim, sobreviver (os proletários). Há nesse sistema uma dinâmica tal que o capital tende a se multiplicar indefinidamente, apropriando-se do trabalho excedente, o que se torna um fim em si mesmo. (OLIVEIRA, 2006). Mas não é só. Como o trabalho é uma ação da humanidade sobre uma base natural, “a expansão do capital... agride os recursos socioambientais, avançando predatoriamente sobre a natureza; torna redundante a vida do ser humano; gesta populações supérfluas, põe em risco a vida no planeta”. (CARVALHO, 2011, p. 18).

Assim, o capitalismo fez surgir uma classe operária que pressionou e estabeleceu alguns direitos. De crise em crise, o capitalismo foi se adaptando e renascendo sempre. A de 1870 e a de 1929 levaram às duas Grandes Guerras Mundiais e à criação do Estado de bem-estar social adotado de forma mais generalizada nos países do hemisfério norte.

O capitalismo sempre excluiu trabalhadores, em decorrência do casamento entre ciência e tecnologia. Entretanto, o descarte praticado por este sistema, de 1945 até 1970, nem se compara ao registrado no ciclo que se inicia em 1970, em decorrência da junção da microinformática com a telemática, de que resultam máquinas capazes de expelir do sistema um volume de mão de obra sem precedentes, para maior acumulação do capital. (OLIVEIRA, 2006; GUIMARÃES, 2007)<sup>12</sup>. A nova crise, dos últimos 30 a 40 anos, é caracterizada pela dispensa de trabalhadores em dimensões catastróficas. “De ‘comerás o pão com o suor de teu rosto’, passa-se para ‘tu não comerás porque teu suor é supérfluo e invendável.’” (GRUPO KRISIS, 1999, p. 25).

Para além do desemprego, essa crise se explicita na destruição do patrimônio natural, pois gera, de um lado, feridas, verdadeiras crateras, de onde se extraem os insumos; e do outro, montanhas de toda sorte de poluição. (Figura 2). A crise se manifesta, também, na “destruição e desconstrução de direitos. Somos despojados do ‘direito de ter direitos’”. (CARVALHO, 2011, p. 19)<sup>13</sup>. Enfim, estamos vivendo um *dumping* social, em que se observa a privação tanto dos direitos econômicos de acesso à terra, ao trabalho, ao consumo, quanto dos direitos sociais: acesso à moradia, à educação, à saúde e ao ambiente natural saudável. Trata-se, portanto, de “um impedimento à qualidade de vida para as majorias” (OLIVEIRA, 2006, p. 8) constituídas de pessoas que dependem apenas de sua força de trabalho para sobreviver.

Essa crise se explicita, também, na corrupção das relações sociais. Em consequência, conforme Oliveira (2006, p. 42),

---

12 Como se sabe, o aludido casamento não é novo, dispensa mão de obra desde a adoção das primeiras máquinas, na revolução industrial, e apenas se intensifica no fim do séc. XX. Oliveira refere-se à junção da informática com as telecomunicações, que fez uma reviravolta na organização do trabalho.

13 Carvalho (2011, p. 19) cita “direito de ter direitos”, de Hannah Arendt, sem mencionar a fonte.

para entender os fatos sociais, políticos culturais e econômicos da sociedade capitalista atual, faz-se necessária sua contextura ao desenvolvimento do capital [...] como expressão social e histórica de um modo específico de produção das condições materiais e culturais, na moderna sociedade produtora de mercadorias.

Kurz (2010) faz uma análise mais profunda desse tipo de sociedade e constata no quadro atual a culminância de um processo cujas raízes se encontram no alvorecer da modernidade. Ao entrar nos tempos modernos, há cerca de 300 anos, a humanidade iniciou uma fase de separação entre o homem e a natureza e dos homens entre si. Em última instância, esse é um movimento no qual importa o desenvolvimento do capital, sob a égide do sofrimento humano, pois resulta da cisão destruidora da natureza e dos próprios homens e mulheres. E para a expansão do capital são destruídos o ambiente natural e as culturas, a ponto de os homens se envolverem com empenho tal naquela expansão que esse empenho se caracteriza como uma autoimolação.

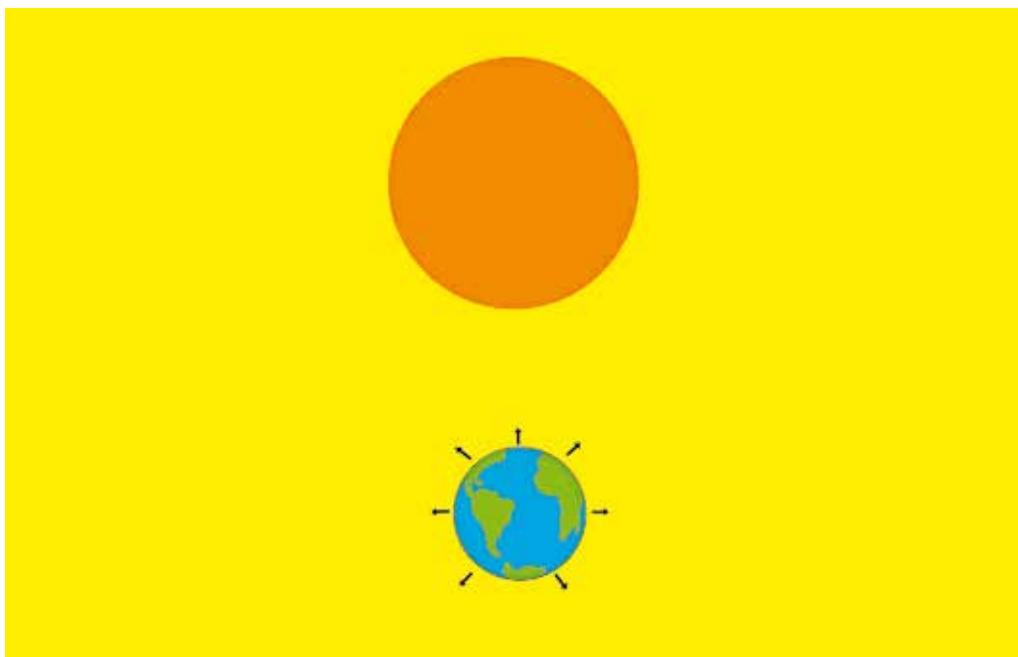


**Figura 2 – Sistema de Produção Vigente e seus Efeitos**

**Fonte:** Elaboração do autor, com base em Palestra do Professor Ademar Ribeiro Romeiro na Conferência do Desenvolvimento Promovida pelo Ipea em Brasília, em 2011.

Sob esse enfoque, as crises do capital são o modo “natural” de desenvolvimento desse processo modernista, sempre gerando inquietação entre os atingidos por elas. Nas agruras “normais” e quando estas se agudizam nas crises, o movimento social grita por transformações, enquanto a academia busca identificar as raízes do desconforto e as soluções bem fundamentadas. A complexidade de problemas desafia até as grandes potências. Os próprios gestores do capital parecem

buscar saídas e consensos, nas conferências internacionais, de modo a evitar o colapso do sistema capitalista e a preservar a vida no planeta. Das advertências do Clube de Roma<sup>14</sup> e passando pelas Conferências sobre meio ambiente, chegaram à Conferência de Copenhague (2009)<sup>15</sup>. Sem êxito.



**Figura 3 – A Terra como Sistema Aberto, porém Limitado**

**Fonte:** Elaboração própria do autor, a partir de Odum e Barret (2008).

Os mais críticos concluem que, até aqui, o grande vencedor é o capital, em detrimento da vida na Terra, dando razão aos versos de Beto Guedes: “Terra, és o mais bonito dos planetas, [mas] estão te maltratando por dinheiro”<sup>16</sup>. Têm prevalecido os argumentos econômicos e as estratégias geopolíticas porque é hegemônico o paradigma do desenvolvimento como mero crescimento econômico, dentro da racionalidade instrumental que submete a natureza e as pessoas. Dele derivam situações como o aquecimento global, resultado-síntese de todas as poluições. A esse padrão se contrapõem, dentre outras propostas, a racionalidade ambiental de Leff (2001a; 2001b, p. 85) e a “razão comunicativa” de Habermas (NOBRE, 2003; HONNETH, 2003), que apontam limites à expansão econômica pura e simples. (Figura 3).

14 Instituição que, no início dos anos 1970, publicou o relatório de pesquisa “Limites ao Crescimento”, o qual simulou as perspectivas futuras da economia mundial, apontando os riscos de crise do capitalismo por carência de insumos materiais e energéticos. (ACSELRAD, 2010, p. 108).

15 Estocolmo, 1972, e do Rio de Janeiro, 1992, sobre meio ambiente; de direitos humanos, em Viena (Áustria); no Cairo, Egito, 1994, sobre o crescimento populacional; de Beijing, China, 1995, sobre o papel das mulheres; em Istambul, Turquia, 1996, discutindo a urbanização; em Copenhague, Dinamarca, 1996, da situação social do planeta; em Johannesburgo, África do Sul, 2002, de desenvolvimento sustentável; e a de Copenhague, 2009, com o tema mudanças climáticas.

16 Música O Sal da Terra, já citada.

Esses limites são barreiras necessárias, até por uma questão de sobrevivência, dado que as ameaças de escassez de recursos são globais: hoje, “as limitações da biosfera estão fixas; assim, o obstáculo do consumo ou a capacidade da Terra para sustentar nossa espécie é real” (ODUM; BARRET, 2008, p. 477), tendo em conta a margem de produção a partir da energia que recebe do sol, a geração de resíduos e calor, este expelido em pequena quantidade para o sistema solar. Alertas de diferentes ordens já foram percebidos para uma mudança de rota da história humana.

Neste contexto, as ações do movimento social e do poder público são aqui observadas e descritas na perspectiva de que a sociedade civil muda a sociedade política. (GOHN, 2005). Daí este trabalho conferir importância ao movimento social no campo do ambientalismo, conforme os parâmetros estabelecidos por Karl Marx e Max Weber, Emile Durkheim e Karl Polanyi, cujos estudos defendem uma integração da economia com a política. (DRAIBE, 2007). Este trabalho se filia, portanto, a essa tradição de estudos, sem a pretensão de abrangência e profundidade desses autores, porém tomando seus postulados como horizonte.

## **4.1 Desenvolvimento Sustentável**

O termo desenvolvimento adquiriu várias acepções ao longo do tempo, geralmente medido pelo produto interno bruto de um país. Entretanto, conforme Godard (1996 apud MACHADO, 2000, p. 84), a palavra desenvolvimento, em meados do século XX, foi

gradativamente substituindo o termo crescimento econômico, ampliando sua conotação valorativa para a sociedade contemporânea mediante a incorporação de vários outros componentes, como: progresso técnico identificado ao progresso humano, ambição de um domínio sobre a natureza onde se exerceria a criatividade humana, a escassez primordial dos recursos naturais e dos bens de consumo diante de necessidades sempre mais numerosas, o pressuposto do caráter essencialmente benéfico do crescimento econômico.

Ainda segundo Machado (2000, p. 84),

dessa forma, também foram sendo incluídos, como indicadores de desenvolvimento, os serviços coletivos básicos, a transformação das estruturas sociais (fundiária, de renda, político-institucional), as mudanças culturais, a preservação do meio ambiente etc... Por meio da incorporação desses valores, foram surgindo, nas últimas décadas, outros termos, como: novo crescimento, desenvolvimento integrado, ecodesenvolvimento e, mais recentemente, desenvolvimento sustentável ou durável.



**Foto 5 – Poder Público e Mercado Invadem Área de Preservação Permanente**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo, no Km 0 da Rodovia Santos Dumont, BR 116.

**Nota:** O “desenvolvimento” da cidade: à esquerda, moradias populares, e à direita, o centro de lazer da Comunidade Maravilha, empreendimentos da Prefeitura de Fortaleza; ao fundo, um prédio comercial sobre o rio torna estreito o espelho d’água. A construção civil ergueu condomínios que constituem uma barreira de ameaça à circulação dos ventos. As máquinas no leito, a prepararem o ambiente para obras, refletem a cultura de desrespeito aos sistemas fluviais.

A adoção desse conceito de desenvolvimento leva à predação das culturas dos países onde o modelo é implantado, pois dá ênfase à perspectiva econômica, em detrimento de costumes, valores e prioridades locais. Falando sobre as dificuldades para melhorar as vidas materiais de três quartos da população mundial, Todaro e Smith (2003) explicitam a ideologia desse desenvolvimento. Argumentam que, diferentemente dos países mais desenvolvidos, em países menos desenvolvidos os cálculos econômicos são dominados por prioridades políticas e sociais, tais como a construção de uma nova nação (daí substituírem os consultores estrangeiros por tomadores de decisão locais), resolução de conflitos tribais e étnicos, ou a preservação de tradições religiosas e culturais. No nível individual, continuam Todaro e Smith (2003), as considerações de família, clã, religiões ou tribos podem assumir precedência sobre os cálculos privados, a utilidade individual ou a maximização do lucro. Tais posturas seriam obstáculos ao desenvolvimento econômico.

A premissa básica desses autores que foram agregando perspectivas ao conceito de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é que bastaria aos países atrasados seguir o padrão daqueles atualmente tidos como desenvolvidos. Daí a crítica de Todaro e Smith (2003) às prioridades políticas e sociais, aos valores e à cultura de uma coletividade que ainda mantém vínculos comunitários. Não há, todavia, unanimidade em torno dessa posição.

Para o Relatório Brundtland, “a humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”. (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991, p. 9). A partir desse conceito, várias definições foram propostas destacando o aspecto de mais relevância para a área de ação de seu autor.

Adequar a vida social ao desenvolvimento sustentável será difícil - e o relatório Nosso Futuro Comum já o admitia:

O conceito de desenvolvimento sustentável tem limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia como a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Para a Comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si mesma, *mas para haver desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos* e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991, p. 9, grifo meu).

As dificuldades para admitir e implementar o desenvolvimento sustentável são tecnológicas e de organização social, mas também de cunho filosófico, científico e ideológico, três esferas a se influenciarem mutuamente. Desenvolvimento e sustentabilidade são conceitos até certo ponto contraditórios. Desenvolvimento origina-se, na Economia, da noção de crescimento – encarado, desde sua gênese, como crescimento sem limite e de efeito inexorável. (MACHADO, 2000). Sustentabilidade nasce nas ciências da vida e remete à interdependência, à multiplicidade de fatores que contribuem para o equilíbrio dos ambientes natural e social. (ODUM; BARRET, 2008; BOFF, 2006; MORIN, 1994).

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável impõe limites ao desenvolvimento como mero crescimento e exige mudanças nos seus rumos, pois carrega em si as exigências do ambiente natural e da solidariedade intra e intergeracional. Limites e exigências que decorrem dos processos naturais de perpetuação da vida e de uma posição filosófica geocêntrica que opta pela vida como supremo valor. A vida em suas múltiplas manifestações, portanto, uma visão que supera o antropocentrismo e conceitua a Terra como uma comunidade de vida. Sistema Terra significa sistema vida. (BOFF, 1999; CAPRA, 2006). Porque, se a vida não é valor, o que mais tem valor? Assim, superando a prevalência do econômico, a sustentabilidade comporta outras dimensões, como mostra o Quadro 2.

Abordar desenvolvimento sustentável neste trabalho, que foca as áreas verdes de uma cidade, significa refletir sobre o desenvolvimento urbano. A conformação urbana de hoje é herança dos tempos modernos, com a cristalização das relações sociais sob o crivo do capital, quando se esvaem os valores da vizinhança e

da comunidade, para prevalecerem as posturas individualistas. Na cidade atual cai o interesse em torno do bem-estar de todos os do município (comunitas, na Idade Média), e predomina a valorização do lote edificado. As quadras predominam no traçado da cidade, por ser o recorte mais lucrativo.

A sustentabilidade comporta as seguintes dimensões:

- [a]** Ecológica: conservação da base física do processo de crescimento e manutenção dos estoques de capital necessários às atividades produtivas;
- [b]** Ambiental: relativa aos ecossistemas;
- [c]** Social: a melhoria da qualidade de vida da população;
- [d]** Política: construção da cidadania, com plena participação das pessoas no processo de desenvolvimento;
- [e]** Econômica: gestão eficiente dos recursos e regularidade dos fluxos de investimento público e privado;
- [f]** Demográfica: limites da capacidade de suporte do território e de sua base de recursos;
- [g]** Cultural: diversidade de costumes, valores e práticas que compõem a identidade de um povo;
- [h]** Institucional: criação e fortalecimento de engenharias institucionais e/ou de instituições para a sustentabilidade; e, finalmente,
- [i]** Espacial: equidade nas relações inter-regionais.

## **Quadro 2 – Dimensões da Sustentabilidade**

**Fonte:** Elaboração própria do autor, a partir de Guerra (2006).

O urbanismo é, por natureza, “um processo abrangente, que envolve o intercurso de muitas necessidades, finalidades e funções”, escreve Munford (1965, p. 540). Entretanto, nas cidades do início dos tempos modernos não era a realização desse urbanismo o que se via, mas a expressão de uma realidade social muito cruel. A ponto de este autor afirmar que

o capitalismo, em seus efeitos sobre as cidades, é como a aberração da fisiologia humana que a medicina conhece como o estômago que se digere a si mesmo, cânone do planejamento da cidade comercial: o hotel, o prédio de apartamentos, a loja de departamentos e o prédio de escritório eram conversíveis uns nos outros. (MUNFORD, 1965, p. 557-558).

Em vários pontos do Brasil e do mundo essa situação descrita por Munford ainda persiste. A rigor, as cidades não se encontram assim por inocência de seus planejadores e gestores, mas porque esse urbanismo resulta de uma tomada de posição ideológica. (MARTINS, 2000). Fala-se, em alguns círculos de estudo e no

governo, de uma tentativa de superação desse estágio com a criação da “cidade sustentável” (BRASIL, 2000), mas esta é algo em construção, ponto de chegada que pressupõe um conjunto de mudanças. Conforme Eduardo Alva (2010), chegar à cidade sustentável

depende da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades sócioeconômicas como condição para o crescimento econômico e não como sua consequência.

## 4.2 Área Verde

Adoto aqui o conceito de área verde pública do Conselho Nacional de Meio Ambiente, que me parece consolidar as discussões acadêmicas em torno do tema. Para o Conama, área verde é

o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização. (BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA 369, 2010).

Já a Prefeitura Municipal de Fortaleza trabalha com o conceito de área verde inscrito em seu Plano Diretor Participativo, Lei nº 62/2009, artigo 19:

Integram o sistema de áreas verdes os espaços ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, à prática de atividade de lazer, recreação e à proteção ou ornamentação de obras viárias. (FORTALEZA, 2009a).

Devido à polêmica sobre o tema, apresento a visão geral de alguns pesquisadores em torno do conceito:

Costa e Ferreira (2009, p. 41) definem área verde como

espaços livres cujo elemento fundamental de composição é a vegetação, [...] capaz de promover significativas melhorias no ambiente urbano, principalmente no que se refere à redução da poluição atmosférica, à minimização das temperaturas, ao conforto térmico e acústico, além de promover bem-estar físico e psíquico ao ser humano, atuando, conseqüentemente, na sua qualidade de vida.



**Foto 6 – Área Verde: Fruição, Lazer e Qualidade de Vida**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo (Parque Ecológico Rio Branco).

Em seu trabalho, Costa e Ferreira (2009) fazem um levantamento de diferentes autores sobre o tema área verde cujas conclusões passo a resumir:

Cavalheiro e Del Picchia (1992) e Guzzo e Cavalheiro (2000), considerando a abrangência do termo, preferem a expressão espaço livre a áreas verdes, e destacam que estas devem desempenhar função estética, ecológica e de lazer.

Guzzo e Cavalheiro (2000) ressaltam, adicionalmente, a função social desses espaços, já que “os espaços livres de uso público têm uma importância relevante, pois é neles onde há possibilidade de convívio social e cujo acesso à população é sempre livre.” (COSTA; FERREIRA, 2009, p. 42). Entretanto, destacam que nem todo espaço livre é composto por vegetação e, sem esta, fica impossível classificá-lo como área verde.

Henke-Oliveira (1996) destaca também a função econômica dos espaços livres de uso público, associada a benefícios da arborização urbana, como a geração de empregos diretos ou indiretos, ou, ainda, à valoração das propriedades. Imóveis próximos às áreas verdes têm um valor agregado de 5% a 15% superior ao de outros localizados em pontos desprovidos de arborização.



**Foto 7 – Parque da Criança: Arborização no Centro**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Lima et al. (1994), por seu turno, introduzem o conceito de arborização urbana como os elementos vegetais de porte arbóreo na cidade. Há, entretanto, que se distinguir arborização e área verde. Nem toda arborização é considerada área verde. Neste aspecto estão de acordo Lima et al. (1994); Henke-Oliveira (1996); Cavalheiro et al. (1999) e Guzzo e Cavalheiro (2000). Para estes autores, a arborização em calçadas ou de acompanhamento viário ou verde viário não pode ser considerada como área verde, mas constitui uma categoria à parte. Já o trabalho de Toledo e Santos (2008) coloca a arborização com o mesmo significado de área verde. Costa e Ferreira (2009, p. 44) introduzem mais um conceito, ao ressaltarem que a cobertura vegetal engloba a vegetação de porte arbóreo, herbáceo e arbustivo, independentemente do tipo ou categoria que ocupa – se área verde, arborização, espaço livre ou outra.

### **4.3 Conflitos Ambientais**

Do exposto até aqui, vislumbra-se que as relações do movimento social com as esferas do Estado e do mercado são caracterizadas pelo conflito, dados os interesses divergentes em jogo. É que, quando a sociedade civil clama por um

ambiente sadio, por um lado está a denunciar a apropriação desigual dos recursos naturais e, por outro, desnuda a distribuição desigual das consequências negativas daquela apropriação. Em outras palavras, isso é injustiça ambiental e ocorre sempre que o grupo dominador transfere os danos ambientais para as classes subalternas. Quando o ambiente de certos sujeitos sociais prevalece sobre o de outros, surgem os conflitos ambientais que

são, com frequência, aqueles que denunciam a desigualdade ambiental, ou seja, a exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua despossessão ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos. (ACSELRAD, 2010, p. 109).

Os conflitos entre indivíduos copresentes<sup>17</sup> não são os únicos. Há, também, conflitos ambientais de outra natureza – por exemplo, quando o direito de sujeitos presentes usurpa direitos de sujeitos não nascidos. Porque o conceito de desenvolvimento sustentável introduziu no direito internacional, de forma explícita, a solidariedade das gerações presentes para com as gerações futuras. (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991).

Nos conflitos ambientais de qualquer natureza, há duas razões contrapostas: a razão utilitária do mercado, do progresso técnico e do poder político; e a razão cultural, que busca equalizar a distribuição dos benefícios e danos ambientais. Assim, constata-se que a desigualdade social e a degradação ambiental têm a mesma raiz e geram a injustiça ambiental, sendo necessário, portanto, restabelecer a equidade. Neste ponto os movimentos sociais reivindicando justiça entram em cena.

Ao denunciarem os conflitos, os movimentos sociais querem alterar o modo de distribuição do poder sobre os recursos ambientais e retirar dos grupos dominantes o poder de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os despossuídos. (ACSELRAD, 2010). Até porque, muito frequentemente, essas iniquidades ambientais têm impacto negativo sobre as condições de saúde das pessoas. Sob esse enfoque, há que se levar em conta que a saúde resulta de fatores socioeconômicos, culturais e ambientais como: produção de alimentos, educação, relação de trabalho, desemprego, água e esgoto, serviços sociais de saúde e, em especial, habitação. (DAHLGREN; WHITEHED, 1991 apud LOPES; TOYOSHIMA; GOMES, 2010).

É, portanto, no espaço público que os movimentos sociais dão visibilidade aos problemas, inclusive aos ambientais, e publicizar é uma de suas principais estratégias. A lenta apropriação desse espaço pela sociedade civil foi retomada após o período ditatorial brasileiro (1964-1985), tarefa difícil, porque a redemocratização coincidiu com a chamada globalização.

---

17 São sujeitos copresentes os integrantes da atual geração.

Dar visibilidade às situações de injustiça ambiental implica usar os meios de comunicação social, mas estes, em papel coadjuvante no controle social, hoje, difundem o medo e aprofundam o isolamento das pessoas, isolamento este proporcionado também pelos padrões de urbanização. (GÓMEZ, 2007). Assim, os movimentos sociais ainda têm dificuldades, já que a ordem espacial neoconservadora plasma um espaço público urbano reduzido, tendente a eliminar o contato físico e a ensejar uma opinião pública “fabricada”, privatizada e institucionalizada pelos meios de comunicação constituídos como ferramentas de controle social a partir de um processo de construção de “medos”. (GÓMEZ, 2007, p. 55).

Os Meios de Comunicação Social (MCS) são, também eles, parte constituinte do espaço público. Os próprios grupos multimídia expulsam mão de obra e concentram “opiniões”. São, estruturalmente, funcionais ao processo de privatização nos campos da economia e das relações sociais, por duas vias: pela minimalização do espaço público e por assumirem a função de mecanismos de reforço ao controle social. (GÓMEZ, 2007, p. 60).

Nas ditaduras o poder central se encarregou de instaurar uma brutal modernização das cidades e do campo. Foi um momento do predomínio de políticas neoconservadoras de Estado e governos, entre 1980 e 1990, quando reformularam o espaço público urbano e privilegiaram o automóvel, em detrimento do contato entre pessoas. As cidades ganharam os “*shoppings*”, os cinemas concentrados em certos locais. Aquele ideal neoconservador e “modernizador” gerou desocupação, subocupação, marginalização e mais delinquência em praticamente todas as cidades latino-americanas. (GÓMEZ, 2007).

Em Fortaleza, onde se observam, já nos anos 1970, sinais daquela configuração de cidade “claustrofílica” com a reforma da Praça do Ferreira e a criação de conjuntos habitacionais em pontos distantes, na tentativa de dificultar e até impedir as manifestações populares no centro da cidade; e com as casas da classe média dotadas de muros altos como sinal de *status* e defesa contra o “outro” tomado como agressor.

Tal contexto dificulta a participação política, pois, devido a esse processo de indução no ambiente urbano, os cidadãos tendem a internalizar as normas individualistas próprias do capitalismo, difundidas pela mídia e por outras agências formadoras do indivíduo, como a família e a escola. Tais barreiras devem ser consideradas pelos movimentos, ao elaborarem suas reivindicações, propostas e ações de cunho educativo e transformador.

A concepção de espaço público depende do dinamismo dos movimentos sociais, porque, eles próprios, representam uma ruptura do controle social que essas sociedades reinventam. Assim, “há que se buscar a forma pela qual os movimentos sociais críticos à ordem neoliberal e livres do Estado, autônomos em relação ao poder econômico, poderão gerar um espaço público realmente democrático e emancipador”. (GÓMEZ, 2007, p. 67-68).

Vimos que, ao manifestar as demandas de segmentos da população, os movimentos sociais entram em conflito com as esferas do Estado e do mercado, dados os interesses divergentes em jogo. Esse conflito assume dimensões maiores para os ambientalistas, por se oporem à privatização dos bens de uso comum. Apesar de já mencionados nas páginas anteriores, são objeto da discussão mais explícita, na seção seguinte, a caracterização dos movimentos sociais, seus métodos de enfrentamento ante o Estado e o mercado, bem como o tipo de racionalidade presente na sociedade e em gestação, no Brasil e na esfera internacional.

## 4.4 Movimentos Sociais

A arborização, a instalação e conservação de áreas verdes, como outros benefícios para a sociedade, nem sempre resultam de iniciativas espontâneas das administrações municipais. Ante a ameaça de devastação do verde na cidade de Fortaleza, a população se mobilizou em movimentos sociais de cunho ambiental. Segundo Sherer-Warren (1999, p. 15-16), os movimentos sociais são

um conjunto abrangente de práticas sociopolíticas que visam à realização de um projeto de mudança. São o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político ou com múltiplas práticas efetivas. [...] É a síntese de múltiplas práticas, produto das relações de sujeitos e associações civis.

Um movimento social pode surgir de mansinho ou de forma explosiva, organizado ou difuso, mas encerra sempre a inquietação de um segmento populacional a propor transformações, de modo a alcançar determinado bem-estar. Os movimentos sociais têm capacidade de portar reivindicações locais e até mundiais, especialmente agora, com as facilidades de comunicação. Eles se caracterizam como "ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de a população se organizar e expressar suas demandas". (GOHN, 2003, p. 13). Ainda conforme Gohn (2003), na ação concreta, os movimentos fazem denúncia, pressão direta (mobilização, marcha, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil e negociações). Hoje eles usam os meios de comunicação ou o "agir comunicativo" de Habermas.

Enfim, os movimentos sociais

são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho, que os oprime, e fontes revitalizadas para a construção do novo. E portam... energias canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em 'fazeres propositivos'. (GOHN, 2003, p. 14).

O mal-estar detectado em determinada situação leva os movimentos sociais a sugerir melhorias que vão da solução imediata de um impasse no bairro à criação de políticas públicas para o enfrentamento de situações as mais díspares, em uma cidade, região ou país. E a quererem, também, o controle dessas políticas pela sociedade, o que realiza ou aperfeiçoa as democracias, pela “construção de políticas públicas mais inclusivas e igualitárias”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 232). Esses movimentos já se expressam até em nível global. (SEOANE; TADDEI, 2001).

As entidades do movimento ambiental geralmente surgem informais, em torno de questões que afetam seus membros. (VIOLA, 1987 apud ACSELRAD, 2010). O ambientalismo era um movimento geralmente associado ao setor urbano, mas hoje mantém estreitas conexões com o mundo rural. Para Micoud (2001 apud ACSELRAD, 2010, p. 104), movimento ambientalista designa espaço social de circulação de discursos de “proteção ambiental”. Acselrad diz que há uma nebulosa associação em torno do conceito de movimento ambientalista, por este juntar organizações não governamentais, entidades internacionais, seções “ambientais” de organizações não especificamente ambientais e grupos de base criados para demandas específicas.

Como há interesses díspares sob a mesma embalagem ambientalista e de desenvolvimento sustentável, de que jeito fazer o recorte? Conforme Acselrad (2010), a discriminação é feita pela diferença substancial de suas práticas, aqui inclusas as discursivas. Neste contexto, adquire importante relevância o conceito de sociedade civil porque a prática discursiva desta vai diferenciar-se radicalmente da prática discursiva do Estado e do mercado.

A sociedade civil, para Maria do Carmo Alves de Albuquerque, “é o conjunto de sujeitos sociais que atuam na cena política e que se vinculam a ideários políticos diversos”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 220-221). Para Burgos (2007, p. 128), os movimentos sociais são a

expressão da sociedade civil, o terreno do virtuosismo cívico, frente ao sistema político – a área social organizada do poder – e frente ao mercado. Em sua versão mais sofisticada, ela é a interface com o Estado e o mercado.

Na tradição iniciada por Antonio Gramsci, sociedade civil é conceito ligado a hegemonia, portanto, a Estado; o Estado é a instância de poder onde a classe dominante opera, mas ele não é uno, há nele disputas. A sociedade civil é a esfera virtuosa que se contrapõe ao Estado e ao mercado, porém também ela em disputas. A hegemonia acontece quando as propostas de um grupo conseguem aprovação dos demais grupos e se estabelecem no ensino, na legislação, nos costumes e nas fés. Já o mercado é entendido como o âmbito das relações da economia e, por definição, a arena da concorrência.

Dagnino (2006, p. 23), autora gramsciana, critica o fato de o conceito de sociedade civil usado no Brasil separar sociedade civil e sociedade política: "A sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de atores civis, [na qual concorrem] grande quantidade de práticas e projetos, alguns dos quais podem ser não-civis ou pouco democratizantes". Ela é considerada uma arena cheia de demandas e lutas até díspares, e jamais o território da convivência pacífica e não conflituosa.

Para Dagnino, (2006, p. 35),

A ação política não se limita à sociedade política, como a teoria da sociedade civil sustenta, mas é parte da lógica da sociedade civil, cujos atores, ao defender projetos na esfera pública e desenvolver ação coletiva, estão fazendo política, disputando espaços de poder e orientando a política pública. Gramsci [...] mostra que a sociedade civil é o terreno do poder e, portanto, o campo da ação política.

Ora, as questões levantadas pelo movimento ambientalista e pelo movimento social em geral tocam exatamente nas duas esferas referidas por Burgos (2007): a dos âmbitos do poder (Estado) e a das relações econômicas (mercado). Assim é que o movimento social contribuiu para o restabelecimento da democracia representativa e participativa nos anos 1980, ao fazer suas reivindicações no âmbito dos chamados "novos movimentos sociais" por: moradia, saúde, direitos de idosos e das crianças e adolescentes, ambientais, contra discriminações sexuais, étnicas e raciais. (SHERER-WARREN, 1999).

Surge, assim, um novo protagonismo<sup>18</sup> da sociedade civil. Um olhar mais detido revela ao observador quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos, que forças sociopolíticas expressam, qual seu projeto de sociedade, qual a postura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam e quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores". Desse processo, segundo Gohn (2005, p. 10, 12), surgem "os protestos e os atos de pressão direta dos movimentos sociais urbanos que haviam perdido visibilidade na grande mídia nos anos 90". Do que resulta, por exemplo, em 2002, o Estatuto das Cidades, gestado em negociação de mais de 10 anos.

O ambiente de novos direitos vai criando e estabelecendo uma cidadania cosmopolita resultante do deslocamento global das pessoas e de um aparente enfraquecimento da soberania nacional. Ela é baseada no nacionalismo dos excluídos, dos descontentes, dos afetados pela globalização econômica, enfim, em um nacionalismo lastreado na sociedade civil local que resiste à homogeneidade cultural. A cidadania cosmopolita busca no internacionalismo seus fundamentos, abraçando a ideia de uma nova ordem internacional a partir da sociedade civil, pois a sociedade civil global será o cenário do cidadão cosmopolitano.

---

18 Protagonismo: o termo designa, originalmente, o lutador principal em um torneio; depois, atores principais na peça teatral; mais recentemente, as ciências sociais assumem o termo ator e passam a usar protagonismo para os atores que configuram as ações de um movimento social. (GOHN, 2005).

A rigor, autores como Gohn (2005) vislumbram que no contexto da globalização, em que o Estado-nação aos poucos estaria perdendo a condição de referência, os valores universais do ser humano passariam a ser mais defendidos por uma cidadania planetária que exige igualdade de condições de acesso aos mercados e se coloca contra os oligopólios, monopólios, injustiças sociais – aqui incluídas as ambientais – e contra as discriminações identitárias.

Samuel Pinheiro Guimarães também constata esse aparente enfraquecimento da soberania nacional. Entretanto, para ele, o que ocorre é a junção de discurso e de políticas das entidades internacionais a serviço dos países centrais do capitalismo. Ao mesmo tempo em que estes deixam fortes os Estados dos países centrais e desregulam o mercado e as entidades antitrustes no centro, buscam o enfraquecimento dos Estados e o domínio dos mercados na periferia do capitalismo, onde os Estados sempre tiveram dificuldade de universalizar o chamado “estado de bem-estar social”. O que os países dominadores querem e têm conseguido com isso é a liberalização dos movimentos do capital, em proveito próprio. (GUIMARÃES, 2007).

Há dois fluxos contraditórios para o movimento social levar em conta, no presente cenário:

- A globalização comandada pelas multinacionais, um movimento com viés de nivelar as culturas, de reiterar a dominação do capital, de tornar as pessoas meras clientes [pessoas clientes versus pessoas cidadãos], de entregar tarefas do Estado para a sociedade civil. Neste fluxo, domina o paradigma do mercado, privilegiando os interesses privados de minorias; e
- A cidadania planetária de uma sociedade civil em redes e conexões entre pessoas e grupos, fundada em outros valores e normas. Neste fluxo, as pessoas são sujeitos e não clientes; a participação leva à transformação social, a desdobramentos como o fortalecimento da democracia. Aqui prevalece o paradigma da cultura, dos direitos humanos individuais e coletivos das majorias, direitos que vão do local ao planetário.

Neste segundo processo, a pessoa vai desvelando significados e participa da ação porque domina o que está por trás dela. Encontra nessa atividade as referências de sua cultura política, os valores de seu ambiente e concretiza a memória pessoal da cultura, das instituições e do território de que participou e/ou ainda participa. (GOHN, 2005; SHERER-WARREN, 1999).

Particularmente importante, no contexto do segundo fluxo, é a definição de sujeito dada por Gohn: “Suporte estável e universal das representações – designa sempre a esfera do humano e suas relações histórico-culturais, onde reina como entidade onipotente, plena, garantida por uma ‘tecnologia’ do conhecimento intitulada razão.” (GOHN, 2005, p. 28).

Interessante tematizar como os movimentos formados por pessoas integradas em seu território relacionam-se com o Estado. Foi em meio às políticas neoliberais de governo instaladas no Brasil e em outros países latino-americanos que ocorreu a retomada dos processos de negociação entre os movimentos sociais e o poder público ainda durante o período ditatorial, nos anos 1980. Naquele contexto

surgiram uma “nova sociedade civil” e os novos movimentos sociais por moradia, saúde, direitos dos idosos e das crianças, os feministas renovados, os ambientalistas e aqueles contra as discriminações sexuais, étnicas e raciais.

A relação cidadão-Estado tem características próprias no Brasil, país que não conheceu a universalização do emprego e o consequente “estado de bem-estar social”. Na Argentina, Chile e Uruguai o trabalho formal gerou inclusão social. Brasil e Paraguai não tiveram um “passado melhor”, em termos de proteção social e igualdade. A noção de políticas sociais, aqui, é quase utópica, conforme Sarlo (2005). Vive-se no Brasil a “cultura da carência”, a “cultura da benesse” – do favor, da compaixão, do dar de si para o incapaz de prover suas necessidades, pois, para este, a cidadania é roupa que jamais vestira. (CARVALHO, 2011).

Neste contexto, a universalização dos direitos sociais via Constituição de 1988 foi o ápice de movimentos cujos sujeitos sociais tinham como motor de suas lutas a “cultura dos direitos”, a “cultura da recusa” àquela situação de fato e, por isso, pugnavam por uma situação melhor. Esta postura fazia frente à anterior “cultura da carência”, que deixava o cidadão como alguém decaído, que não galgara melhores condições por culpa própria, por falta de esforço ou por destino. A “cultura da carência” gera resignados, clientes da filantropia de pessoas e empresas e, nos dias atuais, do terceiro setor. (CARVALHO, 2008).

Ocorre que, no Brasil, um ciclo nem bem se consolida, outro já bate à porta. Assim, nossa abertura democrática coincidiu com a chegada da avalanche neoliberal desencadeada na Europa a partir dos anos 1970. De tal modo que, na Carta de 1988, ficam lado a lado: o reconhecimento dos direitos sociais, o princípio draconiano da propriedade privada e as diretrizes neoliberais de desmonte do Estado e do pouco que este até então garantiria para a pequena parte da população que alcançara o trabalho formal.

Conforme Carvalho (2008), a aliança entre sociedade política e sociedade civil, no Brasil, promoveu um alargamento da política, aquele “Estado ampliado” de Antonio Gramsci. Entretanto, este Estado ampliado se choca com o ajuste estrutural decorrente da inserção do Brasil na nova (des)ordem capitalista internacional, expressa com o neoliberalismo. O “Estado garantidor” de direitos choca-se com o “Estado ajustador”. É a confluência contraditória entre democratização e ajuste à nova configuração do capital.

A democratização não é algo dado, o enfrentamento continua, e o ciclo histórico que se seguiu à promulgação da Constituição mostrou o embate entre o Estado democrático a universalizar direitos e o Estado ajustador a restringi-los, a ponto de José Luis Fiori concluir que, no Brasil, “o Estado mudou de cara, mantendo a mesma alma”. (FIORI, 1997 apud CARVALHO, 2011, p. 22).

Esse ajuste, entretanto, tende a ser constantemente imperfeito, porque a força motriz dos movimentos sociais demanda democracia, participação, vida das pessoas e da natureza. É o paradigma da “razão comunicativa”, de Jürgen Habermas (NOBRE, 2003), orientada para o entendimento e a reprodução simbólica da sociedade. Já o impulso do Estado tem por máxima a valorização do capital a que

serve, segue a lógica que produz mercadorias, divide as pessoas por sexo, raças, etnias e nações. Trata-se do sistema dominado pela "razão sangrenta" de Kurz (2010) que, desde o alvorecer dos tempos modernos (Iluminismo, Esclarecimento), instaurou a ideologia do progresso sem limites.



**Foto 8 – A "Razão Sangrenta" Materializa-se no Cotidiano**

**Fonte:** Foto cedida por Franklin Costa, do Sindicato Apeoc.

**Nota:** O professor José Ronaldo Rogério Alexandre socorre o colega Arivalto Freitas Alves, ambos feridos pela polícia na greve dos professores do ensino público, em 2011.

A razão sangrenta (KURZ, 2010) baseia-se em uma radical divisão dos homens entre si e destes com a natureza, e conduziu à atual catástrofe ecológica porque:

Junto com o princípio da valorização, o rompimento esclarecido liberou um demoníaco programa de aniquilação mundial que se efetua permanentemente como forma de reprodução e dissolução do mundo sensível na abstração realista da forma do valor. O moderno sistema produtor de mercadorias constitui a primeira sociedade que, por sua operosidade cotidiana 'normal', causa mais devastação do que qualquer árduo nascimento de uma nova formação no passado, incluindo seu próprio surgimento. (KURZ, 2010, p. 151).

Em última instância, a razão instrumental instaurada pela modernidade, de que o capitalismo é irmão gêmeo, ambos incrustados no Estado, pôs em movimento uma enorme potência de destruição. Seus maiores ícones são a bomba atômica (destruição da natureza e do ambiente construído) e o canibalismo – aniquilamento das pessoas umas pelas outras. O filme Hannibal expõe heterodestruição e autodestruição em cenas cruéis como a da refeição elegante em que canibal e vítima degustam prato elaborado com parte do cérebro desta – e a presa gosta da iguaria – como a denunciar que o sistema dominante no mundo devora sua vítima e a leva a imolar-se e, nesse ritual dantesco, a própria se deleita.

A cena expõe o extremo rompimento das relações da pessoa consigo mesma e com as outras. (KURZ, 2010). O cotidiano da vida registra provas até mais cruentas dessa cisão, reações do capital e seu Estado contra quem luta por seus direitos. Bem o demonstra a violência contra os professores em greve em Fortaleza, em 2011 (Foto 8), e contra as reivindicações dos movimentos sociais, seja no Ceará seja no resto do Brasil.

Essa repressão manifesta-se também de forma simbólica, mas nem por isso menos violenta, como na cobertura, pela mídia, de atos do movimento social por conquista de direitos, no Brasil e mundo afora. Tudo feito em conformidade com as leis que institucionalizam e naturalizam essas relações, a ponto de os próprios cidadãos ficarem divididos, uns concordando e outros se regozijando com o tratamento dado às vítimas, à semelhança da presa que se deleita ao degustar seu próprio cérebro.

É igualmente irracional o tratamento dado ao planeta Terra, daí o impasse ecológico, outra face da crise do sistema. Em conclusão: nas crises anteriores o capitalismo se revolia ante entraves à sua expansão. Hoje, enfrenta uma crise decorrente de o processo de modernização ter chegado ao seu limite histórico, segundo Kurz (2010). A quebra dos laços de solidariedade dos humanos entre si e destes para com a natureza é sintoma agudo desta crise.





## **5 MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente trabalho envolve a pesquisa em livros e documentos, e os métodos história oral e observação participante.

### **5.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental**

A pesquisa bibliográfica é algo inarredável em uma investigação como esta. Foi importante a leitura da dissertação de mestrado em História Social, de Patrícia Carvalho Nottingham, *Tempos Verdes em Fortaleza*, em que ela conta a experiência do movimento ambientalista de 1976 a 1992, uma abordagem centrada na Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente, a Socema.

O projeto que apresentei ao Prodemá previa abordar os movimentos subsequentes, a partir de 1980. Ao longo da pesquisa, fui convencido até por minhas fontes a abordar também a Socema, por dois motivos: ficaria impossível entender o que veio depois, sem situar o leitor ante o que fez a Socema, na origem do ambientalismo de Fortaleza. Além disso, o presente trabalho centra-se na reivindicação por áreas verdes – perspectiva que acrescenta em relação à abordagem anterior.

Rendi-me a esses argumentos e abordo aqui as histórias das lutas por áreas verdes a partir da Socema, cujo início data de 1976. Até porque, ao me relatarem certas atividades e campanhas do início dos anos 1980, ficou patente uma interseção de atores e a dificuldade de distinguir, por exemplo, o que era ação exclusiva da Socema e o que era ação específica do Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Apesar de ser algo tão recente, as pessoas que vivenciaram aqueles atos e fatos ficavam inseguras para afirmar com precisão certos detalhes esclarecedores.

Consultei estudos realizados por quem se interessou por temas correlatos, documentos que elucidaram diretrizes, políticas e programas dos movimentos pes-

quisados, de governos e órgãos públicos, de conselhos profissionais e entidades de classe. Foi fundamental o acesso a documentos gerados pelos movimentos e guardados por pessoas ouvidas, lideranças ou não. Elas forneceram, também, grande número de recortes de jornais e revistas, além de boletins, muitos guardados por mais de 30 anos, o que dá a dimensão da importância desses registros para os movimentos e seus participantes. Igualmente importantes foram as informações e os documentos do município de Fortaleza com diagnósticos e diretrizes para a cidade.

## 5.2 Método da História Oral

O mais importante material de apoio a esta pesquisa foram as entrevistas gravadas com lideranças e participantes dos movimentos, tendo como principal ferramenta o método da história oral. Daniele Voldman usa "a expressão 'história oral' para o método que consiste em utilizar palavras gravadas. [...] Fonte oral designa esse material distinto, pelo suporte, da fonte escrita". (VOLDMAN, 1996, p. 248).

Uma das vantagens do método da história oral é que o pesquisador (historiador do tempo presente) "é contemporâneo de seu objeto e partilha as mesmas categorias essenciais e as mesmas referências fundamentais daqueles cuja história narra". Este método enfrenta, entretanto, uma questão difícil para qualquer historiador, ou seja, "a articulação entre a parte voluntária e consciente da ação humana e os fatores ignorados que a circunscrevem e limitam". (PASSERINI, 1996, p. 216).

Quanto à alegada subjetividade presente a esse método, tomo em conta os debates a respeito da impossibilidade de uma neutralidade absoluta, de um lado, e, por outro, a importância da recuperação da subjetividade. Partilho a convicção expressa por Passerini (1996) sobre a objetividade na ciência, já seguindo a posição de Sartre: cumpre restituí-la em toda a sua dignidade, conferindo-lhe o *status* de "mito regulador". (PASSERINI, 1996, p. 224). Em outras palavras, a objetividade absoluta permanece para o pesquisador como um ideal a balizar seus atos e investigações.

Esse tipo de objetividade assemelha-se à utopia, aquele ponto de chegada que permanece em um horizonte que se desloca a cada instante, inalcançável, mas que cumpre o papel de nos fazer caminhar e superar obstáculos; assemelha-se à estrela-guia cujo papel é levar os navegantes aos portos, embora ela própria jamais seja alcançada. Sendo a objetividade plena inalcançável, sua busca serve para que se faça ciência com a isenção possível. A objetividade sofreu rejeição após o auge do positivismo, movimento que lhe deu exagerada importância. Passa, agora, ao papel de "mito regulador", pois subjetividade sempre haverá, e esta também tem sua importância para a ciência, na incessante busca da verdade.

Objetividade e subjetividade caminham juntas, dada a complexidade do real. O raciocínio objetivo leva ao conceito, ao porquê decorrente do raciocínio lógico, isto é, implica redutibilidade, simplificação. A história oral, sem descuidar da

objetividade a respeito dos fatos ocorridos, leva em conta também os fatores individuais que os desencadearam e a interpretação pessoal que a fonte dá aos acontecimentos. "As subjetividades não são problema na análise das fontes [da história oral], pelo contrário: dão margem à pluralidade de versões de diferentes narradores e das múltiplas verdades" presentes em um fato. (LUCENA, 1999, p. 24). Esse método adota o largo emprego do potencial da subjetividade, para dar conta da complexidade do mundo. (BARBIER, 2004). Já na postura positivista, "existe uma ilusão de querer o oceano do real com o canudinho do conceito". (BARBIER, 2004, p. 86).

Esta é uma pesquisa do real sob o paradigma da complexidade, em oposição, por conseguinte, ao da simplicidade (conceito). Se a perspectiva da complexidade orienta o olhar, este ora separa o que está ligado (disjunção), ora unifica o que é diferente (redução). Procurei, enquanto pesquisador, resguardar-me de todo julgamento definitivo, para traduzir continuamente a evolução do real, o que exige, igualmente, levar em conta os sujeitos. O paradigma da complexidade impõe ao pesquisador, portanto, uma visão sistêmica e aberta.

A discussão em torno da objetividade e do complexo traz à tona a dimensão do tempo. Há vantagem em estudar eventos dos quais estamos separados por até vários séculos porque o estudioso tem mais facilidade de distinguir as tendências importantes. Entretanto, ao centrar-se em fatos estáveis, constantes, ele acaba propenso a considerar irrelevantes os pequenos fatos e atitudes. Já a história do tempo presente "é um bom remédio contra a racionalização a posteriori, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar". (RÉMOND, 1996, p. 209).

Há que se verificar, também, o tipo de texto que essa história produz. Para Roger Chartier, a história do tempo presente constitui um tipo de narrativa, porém não se trata de uma ficção, uma vez que abrange o que realmente ocorreu. Neste sentido, "é narrativa e saber". (CHARTIER, 1996, p. 217). O pressuposto de base, aqui, é: a história oral, ao envolver os fatos registrados e o sentimento, a valoração, o envolvimento dos presentes, torna-se "praxiológica", como a pesquisa-ação (BARBIER, 2004, p. 80), isto é, não é mais totalmente positivista nem totalmente fenomenológica, mas uma dialética entre os fatos objetivos e os fatos subjetivos, ou seja: nela interagem ação e reflexão. Situa-se, portanto, fora dos muros da "neutralidade axiológica" que se quer científica porque jamais emitiria juízos de valor. (COUTINHO, 2011, p. 11).

A história oral baseia-se principalmente no discurso do entrevistado.

O discurso é, filosoficamente, o entendimento em oposto à intuição. O discurso requer necessariamente o raciocínio e neste repousa. Isso implica conceber os seres humanos como senhores da história. O discurso relacionado ao vivido é, portanto, dotado de qualidade extrema. Sua qualidade cresce, se pode ser contestado, o que significa encarar a realidade como um dado complexo e dinâmico. (BARBIER, 2004, p. 82).

Malinowski (1984, p. 18-19), em sua obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, em certa medida resume bem, a meu ver, o que aqui se discute:

Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim, ao comportamento e memória de seres humanos.

Este é um trabalho baseado prioritariamente na “memória de seres humanos”. Assim, na pesquisa de campo, entrevistei 72 pessoas entre lideranças e testemunhas das lutas de 20 movimentos sociais, membros e ex-membros do parlamento, funcionário(a)s de órgãos públicos, especialistas de diversas áreas e cientistas que são professore(a)s e pesquisadores de nossas universidades. As entrevistas ocorreram em escritórios, nas salas de visita e quintais das residências, nos locais de trabalho dessas pessoas e até em *shoppings*. Nas gravações transparecem as características do ambiente como o canto de pássaros, livres ou engaiolados, e de animais domésticos; o barulho do trânsito, as falas de familiares ao trazerem um cafezinho ou água, o burburinho das pessoas e as interrupções provocadas pelos onipresentes aparelhos celulares – o meu, inclusive.

As entrevistas foram marcadas com antecedência, por telefone ou via e-mail. As pessoas ficavam sabendo com antecedência o motivo da pesquisa, o enfoque do trabalho e os pontos a serem abordados na conversa. Recebiam previamente as perguntas para refletir e juntar documentos. A cada pessoa pedi que me fornecesse recortes de jornais e boletins, fotos, anotações, enfim, registros das campanhas e de suas repercussões, fossem positivas ou negativas.

Quase todos manifestaram vontade de colaborar com a pesquisa e de suas falas resultou um registro que abrange mais que as lutas por áreas verdes, pois engloba também aspectos da economia, da urbanização, dos usos e costumes, da superação da ditadura, da consciência cidadã, dos embates entre as forças populares e o poder econômico, da junção de movimentos sociais e partidos políticos, das crenças religiosas, das características étnicas, bem como da chegada da primeira mulher brasileira ao poder como prefeita. Uns poucos, porém, negaram-se terminantemente a gravar depoimentos e a fornecer algo que eu pudesse copiar. Sua soma não perfaz os dedos da mão.

### **5.3 Método da Observação Participante**

Minha experiência no movimento ambiental está presente neste trabalho como motivação pessoal para a escolha do tema. Documentos guardados, infor-

mações orais, impressões, hipóteses, conclusões, conceitos e preconceitos acumulados ao longo do tempo são dados a que recorro inevitavelmente, de modo consciente e até inconsciente. Ao fazer a pesquisa, estive em reuniões e em manifestações dos movimentos, quando conversei, pedi esclarecimentos, gravei entrevistas e fiz anotações. Este foi o período considerado de aplicação do método de observação participante.

Conforme Gil (2007), a observação direta de um objeto reduz a subjetividade, mas a presença do observador pode alterar o comportamento dos observados. Assim é que, quanto aos meios utilizados, a observação pode ser estruturada ou não estruturada. Há vários tipos de observação, do ponto de vista da participação do observador, e passo a enumerar alguns:

- A observação simples é espontânea e nela o observador é um espectador, como na reportagem jornalística. Ajuda a delimitar o problema, favorece a construção de hipóteses e facilita a coleta de dados sem querelas ou suspeitas. É apropriada para pesquisas exploratórias.
- A observação participante foi usada inicialmente por antropólogos nas chamadas "sociedades primitivas". Também é chamada de "pesquisa participante". (BRANDÃO, 1983 apud GIL, 2007). Nela, o pesquisador assume, em maior ou menor grau, a condição de membro do grupo a ser pesquisado. Há casos em que o próprio membro natural do grupo é o observador ou um deles. Se pertence ao grupo, a pesquisa é chamada de observação participante natural; quando o pesquisador vem de fora e é admitido pelo grupo, chama-se observação participante artificial. (GIL, 2007).
- Observação sistemática. É aquela própria de situações de campo ou de laboratório, muito comum nas pesquisas experimentais. (GIL, 2007). Nesta, predomina a postura positivista a postular uma objetividade suprema advinda da razão, em detrimento da subjetividade e da sensibilidade.

As vantagens da observação participante, do tipo pesquisa participante acima, são várias: acessar dados e situações com mais facilidade; conhecer algo que o grupo pode considerar de domínio privado; e obter esclarecimentos de fatos e comportamentos observados, já que a tendência é o observador adquirir a confiança do grupo, nos casos mais frequentes em que o observador é um estranho. Entre as desvantagens, são apontadas: restrições, se o observador assume papéis; difícil acesso, se o pesquisador atua em comunidade estratificada e pertence a um dos estratos. Em tais situações, cresce a desconfiança e cai a qualidade da informação adquirida. Ainda que aceite, o pesquisador pode tomar partido, já que integra uma das classes.

O método da observação participante aqui adotado mantém frente à possibilidade de conhecimento (episteme) uma atitude praxiológica, como já registrado. Em outras palavras, "supõe uma interação de ação e reflexão", como diz Barbier (2004, p. 80), a respeito da pesquisa-ação, de que falo a seguir. Mostro que, em-

bora a pesquisa-ação não seja o método aqui adotado, ela se fundamenta nos mesmos princípios epistemológicos da observação participante como aqui entendida.

Trago para meu comportamento de observador participante as noções próprias do método da pesquisa-ação, no que concerne à postura do pesquisador frente à realidade e de sua abertura ao conhecimento, como exposto por Barbier (2004). Realizei uma pesquisa com elementos da pesquisa-ação, porém seria impróprio classificá-la como tal, por dois motivos: (a) não houve um grupo de pesquisadores, o “pesquisador coletivo” (BARBIER 2004, p. 71); (b) em decorrência, não existiu uma ação programada por esse grupo, para execução por ele e pela comunidade. Assumi, porém, os postulados da pesquisa-ação no que ela tem em comum com a observação participante.

Conforme Barbier (2004), a pesquisa-ação e a observação participante têm em comum: (a) o papel político conferido ao pesquisador, (b) considerar que o problema nasce na comunidade; (c) que há uma meta de transformação da realidade e melhoria de vida das pessoas; (d) a participação da comunidade na pesquisa, de alguma forma, portanto; (e) envolver pessoas sem poder; (f) suscitar na(s) pessoa(s) participante(s) mais conscientização dos recursos e de mobilizá-los; e (g) o fato de, nelas, o pesquisador ser alguém engajado que aprende e milita, portanto não é indiferente.

As características listadas de “a” a “g” acima são constatadas, em larga medida, na pesquisa aqui abordada. O pesquisador é um ser engajado, e o problema ambiental surgiu em cada comunidade que se sentiu incomodada, reagiu de diversos modos, e quis, ela mesma, transformar a realidade para a melhoria de sua qualidade de vida. A pesquisa que visa, tão-somente, registrar os passos das lutas não tem objetivo transformador.

Foi interessante notar que alguns líderes, ao responderem o questionário, falaram de passos ainda por dar, das possibilidades de a campanha continuar, sem que fossem instados a falar sobre isso. Houve casos de o líder pedir ajuda ao pesquisador para a continuidade de sua campanha, para articulações futuras de sua luta com as de outros bairros e movimentos. Este pode ser um indício de que as pessoas se envolveram na pesquisa, de que viram nela uma oportunidade de firmarem mais uma aliança, ou pode ter sido apenas uma estratégia para o “pagamento” pela ajuda ao mestrando, conduta frequente, segundo renomados pesquisadores. Aprendi muito no contato com aqueles militantes e com quem estuda a cidade.

Ao discorrer sobre a pesquisa-ação existencial, Barbier escreve que, nela, “a racionalidade consistiria em reconhecer o campo da complexidade e o do não-saber a respeito de alguns aspectos da vida”. (BARBIER, 2004, p. 66). E acrescenta, acerca do envolvimento do pesquisador:

Nada se pode conhecer do que nos interessa (mundo afetivo) sem que sejamos parte integrante, ‘actante’ na pesquisa, sem que estejamos verdadeira-

mente envolvidos pessoalmente pela experiência, na integralidade de nossa vida emocional, imaginativa, racional. (BARBIER, 2004, p. 70).

Essa postura frente ao real e ao conhecimento decorre da compreensão de que a realidade que nos cerca é complexa. Para captá-la como tal, o pesquisador se orienta pelos seguintes princípios:

- princípio do diálogo: admitir que da complementaridade antagônica surge a vida;
- princípio do recursivo organizacional: encarar o ser humano como produto e produtor de sua existência; e
- princípio hologramático: compreender que a parte está no todo e o todo, na parte. (BARBIER, 2004).

Imbuído desses princípios e posturas, o pesquisador mergulha em um processo de escuta sensível e multirreferencial indispensável à pesquisa participante, apoiado na empatia, que exige dele em relação ao outro "compreender do interior". (BARBIER, 2004, p. 93). Isso implica conceber a pessoa como complexa, com liberdade e imaginação criadora, daí não se basear em interpretação de fatos, não julgar, para não assumir a postura de ideólogo<sup>19</sup>.

Assim, a pesquisa-ação é portadora de uma abordagem transversal, o que implica também a importância do imaginário em três dimensões: a pulsional, a social e a sacral, ultrapassando, assim, as categorias classificatórias habituais em ciências humanas. Isso significa que aqui se adota a perspectiva da complexidade com seus planos científico (academia), filosófico (popular e erudito) e poético (artes, estética, religiões, saberes ancestrais). Porque, "para dar sentido às novas sociabilidades, o pesquisador precisa 'reinventar uma outra sociologia da ação' que inclua a razão sensível" de Michel Maffesoli (BARBIER, 2004, p. 15), e a "razão comunicativa" de Habermas. Esta envolve o fazer simbólico, a busca do entendimento. (NOBRE, 2003). Ao incluir as várias perspectivas de captação do real, este saber está próximo daquele conceito segundo o qual o saber da ciência é parcial. (CAPRA, 2006).

Essa nova postura frente ao conhecimento e as diretrizes da pesquisa-ação são as mesmas adotadas nesta pesquisa, também porque aqui se usa a história de vida, um dos métodos da pesquisa-ação. As histórias abordadas nos depoimentos colhidos se afiguram para aquelas pessoas como altamente significativas, a ponto de elas se emocionarem durante suas falas. Ora, neste método, a pessoa pesquisada "é ativa, participante e aliada do pesquisador. E ela não abre mão de seu papel de avaliação e controle, até porque tem total domínio do que fornece, seja na entrevista, seja ao disponibilizar documentos de seu acervo". (BARBIER, 2004, p. 120).

---

<sup>19</sup> Ideólogo é "alguém que interpreta os fatos, um fenômeno, a partir de um posicionamento teórico supostamente rigoroso e não discutível". (BARBIER, 2004, p. 96).

## 5.4 Observação Ativista

A postura do pesquisador no levantamento de dados aqui realizado tem traços semelhantes ao comportamento de militantes na luta por seus direitos fora de seus países, resultado dos atuais fluxos de pessoas. Aqui, como lá, há uma observação ativista, conforme a classificação de Bringel<sup>20</sup> e de Rodolfo Stavenhagen. Maristela Svampa menciona o intelectual anfíbio, capaz de viver em vários territórios, mantendo sua identidade. Esses autores falam de vida e militância em ambientes internacionais e, nesse método, o observador pertence a um grupo e transita em diferentes territórios. Entretanto, como militante e pesquisador, mantém sua identidade. É esta característica da observação militante que deseja destacar.

A observação ativista, afirmou Bringel, vai nas seguintes direções: a história contada por quem sofre a exploração; o reconhecimento de sujeitos negados, como na Teologia da Libertação; a afirmação da geopolítica e corpopolítica do conhecimento: penso, logo sou. Ao mesmo tempo, busca superar o pensamento fronteiriço por espaços mais porosos, o que implica uma abertura epistemológica para romper com os padrões estabelecidos e ir além.



**Foto 9 – A Canalização Transforma Riachos em Esgotos**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo (Av. Eduardo Girão).

**Nota:** Lição: as casas construídas nas margens (APP) foram abandonadas. A moradia ficou impossibilitada, dados os transbordamentos a cada estação chuvosa.

<sup>20</sup> Rodolfo Stavenhagen e Maristela Svampa foram citados por Breno Bringel, da Universidade de Barcelona, na palestra a que assisti dia 06.08.2010, em Recife, sobre Movimentos Sociais e Teoria Pós-Colonial, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco.



## **6 FORTALEZA NO MUNDO**

Fortaleza ocupa uma área de 314Km<sup>2</sup> no litoral do Ceará<sup>21</sup>, banhada ao Norte pelo Atlântico, oceano presente na paisagem de todos os estados do Nordeste brasileiro. As características que constituem as marcas registradas da cidade são suas praias de areias de neossolos quartzênicos, temperatura média de 26,6°C, com movimentação atmosférica comandada pela Zona de Convergência Intertropical a proporcionar ventos do Sistema de Vorticidade Ciclônica, além das brisas marítimas.

Seus solos arenosos ocorrem não só nas dunas e praias, até o início da vegetação, mas também nos setores dos tabuleiros pré-litorâneos. Há também os argissolos vermelho-amarelos distróficos nos tabuleiros pré-litorâneos, nos relevos planos e suavemente ondulados da faixa de transição com a depressão sertaneja, bem como na base dos morros residuais, onde se encontram diferentes espécies vegetais.

Ao longo de seus rios Cocó, Ceará, Maranguapinho e Coaçu, encontram-se neossolos flúvicos resultantes da sedimentação fluvial. O mesmo tipo de solo é encontrado nas margens de suas lagoas Precabura, Messejana e Maraponga. As lagoas são uma constante na paisagem da cidade, formadas por afloramento do lençol freático. Na maioria delas, porém, registra-se completa destruição de sua mata ciliar original, constatação fartamente documentada nas fotos deste trabalho.

Em áreas de alta salinidade como as zonas litorâneas e pré-litorâneas, principalmente nas planícies flúvio-marinhas dos principais rios e nas margens das lagoas mais próximas ao litoral, encontram-se os gleissolos sálicos. Ali se desenvolve a vegetação de mangue. Com a intensificação de sua urbanização, a cidade praticamente eliminou algumas manchas de cerrado existentes na região centro-leste do município. Delas restam apenas 2,8ha, no bairro Cidade dos Funcionários.

Descrevi até aqui o substrato sobre o qual se ergue a “Loura Desposada pelo Sol”, epíteto decorrente de a intensa luminosidade ser uma marca registrada desta

---

21 Os dados físicos sobre a cidade foram retirados de Souza (2009).

cidade. Nos meses de menor quantidade de horas de sol, são 148,9h em março e 152,8h em abril. Os picos de luminosidade são alcançados em outubro (296,1h) e novembro (283,2h). O mar e o sol moldaram seu povo, daí serem cantadas a bravura dos pescadores ("As velas do Mucuripe vão sair para pescar..."<sup>22</sup>), a beleza de suas mulheres ("Iracema, a jovem dos lábios de mel"<sup>23</sup>), a coragem de seus homens – Dragão do Mar que enfrenta o poder constituído para libertar os escravos.

A partir da década 1980, Fortaleza dá uma guinada em sua autodefinição. Até então, fora uma cidade-polo predominantemente devotada ao comércio. Sua industrialização se mostrara incapaz de absorver significativo contingente da população e gerar efeitos de emprego e renda que a qualificassem como cidade industrial. No último quartel do século XX, os governantes da cidade e do Estado continuam com as tentativas de atrair novos empreendimentos do segundo setor, mas fazem a opção prioritária de torná-la um destino turístico nacional e global, ainda que os resultados de tal política tenham sido de pouco proveito para a maioria de seus filhos. (BERNAL, 2004). A seguir, busco a gênese desse processo na formação histórica da cidade.

## 6.1 A Origem da Cidade

Este é um estudo sobre Fortaleza feito sob o princípio do desenvolvimento sustentável, o ideário proposto pelo documento da Organização das Nações Unidas (ONU) Nosso Futuro Comum, mais conhecido como Relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991), assumido pela 2ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro (Rio 92).

A história de Fortaleza mostra que, de sua formação até hoje, os requerimentos externos ditam seus passos, como aqui se explicita. A cidade foi fundada pelos holandeses, embora "tal fato pareça-nos sem maior importância", conforme o arquiteto Liberal de Castro, para quem aquele povo não tinha a intenção de aqui se instalar em definitivo. Por essa razão, eles se conformaram em instalações precárias em Vila Velha, hoje Barra do Ceará, e no forte Schoneborch nas margens do riacho Pajeú. (CASTRO, 1977, p. 20).

Nas imediações do atual centro da cidade, Pero Coelho de Souza erguera, em 1603, o Fortim de São Tiago. Nove anos depois, Martim Soares Moreno erigiu o Forte de São Sebastião, próximo ao rio Ceará. Dessas duas edificações não restaram registros arquitetônicos. Com o domínio de todo o Nordeste pelo reino da Holanda, aqui aporta Matias Beck, que constrói o Forte Schoneborch (1649). Ao

---

22 Canção "Mucuripe", composta por Belchior e Ricardo Bezerra. Disponível em: <<http://www.cifraclub.com.br/fagner/mucuripe/>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

23 José de Alencar, romance Iracema.

retomarem o poder, os portugueses deram-lhe por nome Forte N. Sra. da Assunção. Hoje, reformado, o prédio sedia a 10ª Região Militar. (BEZERRA, 2009). (Foto 4).

A cidade teve, portanto, a sua origem vinculada à necessidade de proteção do território, na perspectiva do interesse colonial português ou holandês. Essa sua função confere-lhe pouca importância nos primeiros séculos, quando disputa a primazia com Aracati e Aquiraz. Esta última foi elevada a Vila em 1699, enquanto Fortaleza só ascenderia a esse *status* em 1726. Longe da orla e sem um porto, Aquiraz sofreu derrota na disputa. Escolhido o porto de Fortaleza para o escoamento da produção, Aracati, que também competia, igualmente perdeu importância.



**Foto 10 – A Cidade Perdeu a Nascente do Riacho Pajeú para a Urbanização**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** O Riacho Pajeú (canalizado entre a piscina e o estacionamento) teve sua nascente sufocada, com a urbanização do bairro Aldeota.

Fortaleza nasceu e se expandiu inicialmente às margens do Riacho Pajeú (Fotos 4 e 10), com o formato de meia lua voltada para o mar, como a maioria das cidades coloniais da América Latina, por necessidade de defesa. (SOUZA, 2011). O Centro, na foz do riacho Pajeú, é ponto de origem das vias que conduzem para o interior, conforme o trabalho de Costa (1998), no qual o breve relato que aqui se

faz está fundamentado. O povoamento da cidade ocorre, de início, ao longo desses caminhos, perceptíveis até hoje, e que mantêm o caráter radial de seu sistema viário: caminho do Mucuripe e da Precabura, de Aquiraz, de Messejana, de Aronches (Parangaba), de Soure (Caucaia) e de Jacarecanga.

Mediante clara influência da Europa, Fortaleza abandona seu traçado ecológico de crescimento respeitando as margens dos riachos e lagoas, para seguir o modelo quadrangular adotado no Velho Mundo, por estratégia dos donos das terras das cidades que se expandiam, no início da revolução industrial. (MUNFORD, 1961).

Na trajetória de mera fortificação até destino turístico (inter)nacional, Fortaleza vê sua população crescer em decorrência das invasões, ora por flagelados das secas, ora por desabrigados das chuvas. A mais traumática talvez tenha sido aquela decorrente da seca de 1877, quando a cidade saltou de 25.000 para 114.000 habitantes (SAMPAIO et. al., 2009) e ainda foi açoitada por uma epidemia de varíola, tragédia narrada por Rodolfo Teófilo em "A Fome". (TEÓFILO, 1979). Também as cheias deslocaram vagas de migrantes do interior para a Capital, em sucessivas ocasiões.

Além dos fenômenos climáticos, fatores antrópicos contribuíram para a ocupação desordenada da cidade, sempre sob a égide do capital. Um fator de expulsão foi a capitalização e a quimificação da agricultura em todo o Brasil, causa da metropolização da maioria das capitais brasileiras no século XX, Fortaleza incluída. Dessa história restam marcas consolidadas na ocupação dos espaços de Fortaleza – visivelmente dividida com o leste para as classes média e alta, e o oeste destinado à classe empobrecida ou ao proletariado. Em toda a periferia, favelas assemelham-se a campos de refugiados.

Durante quase dois séculos Fortaleza permaneceu como cidade meramente administrativa, militar, com a função primordial de defesa do território, uma capital sem economia. Conforme a divisão da História do Brasil proposta por Oliveira (2008 apud OLIVEIRA, 2011), foi a fase de isolamento relativo<sup>24</sup>. Cidades do interior tinham posições mais importantes, dada a característica da ocupação do sertão cearense, subordinada à criação de gado, quando Aracati e Icó abasteciam os mercados da zona canavieira.

Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova despontaram como polos regionais, floresceram e se consolidaram, notadamente, no ciclo do algodão, matéria-prima requerida pela revolução industrial. O mesmo ocorreu com Sobral e Camocim, ligadas por via férrea, constituindo a sub-região norte. Fortaleza exportava algodão, via Recife, para a Europa, como também para os Estados Unidos, por causa da Guerra da Independência (1776).

Quando o Ceará se separou de Pernambuco (1799), cresceu a importância do porto da Capital, pois na época o Brasil fornecia 10% do algodão que a Inglaterra

---

<sup>24</sup> Fase que consolida o complexo econômico nordestino, com segmentos exportadores aliados ao mercado interno, representado especialmente pela pecuária e as atividades de subsistência.

importava de todo o mundo. (CISIAS, 2009). Fortaleza recebeu as primeiras Casas de Inspeção de Algodão (1802) e a estrada de ferro Baturité-Fortaleza, inaugurada em 1876, passou a catalisar a produção do centro da província para a capital. Resultado: Aracati foi desbancada. A capital consolidou sua hegemonia com a instalação das ferrovias Cariri-Fortaleza (1926) e Sobral-Fortaleza, em 1934 (COSTA, 1988), além da Rodovia Transnordestina, hoje BR 116.

A abertura de seu porto para o mundo e as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX têm efeito também na cultura local. Paris passa a educar os filhos da elite. De lá eles trazem influências que vão se corporificar na literatura e em outras artes, com a Padaria Espiritual, e na urbanização de Fortaleza. No Velho Mundo, “o movimento do capital se especializara em multiplicar-se tirando proveito do processo de urbanização decorrente da revolução industrial que buscava mão de obra no campo”. (MUNFORD, 1961, p. 571). Aqui, Antônio José Silva Paulet, a convite do governador da província, Coronel Manuel Inácio de Sampaio (1812-1820), fez o primeiro plano urbanístico da cidade. Neste, abandonou a tendência de crescimento ao longo do riacho Pajeú e adotou o estilo quadrangular, de inspiração europeia.

Mais tarde, em 1875, tomando como modelo a planta de Paris, Adolfo Herbster estabeleceu como limites do Centro da cidade o Boulevard da Consolação (atual Avenida D. Manoel), Boulevard Duque de Caxias e Boulevard do Imperador. (COSTA, 1988). Limites estes prevaletentes por cerca de 100 anos<sup>25</sup>, após o que começou um processo de que resultou a atual cidade multipolar, com o parcial abandono do Centro. Observando agora a planta da cidade, nota-se que, em suas linhas gerais, sua expansão seguiu o plano urbanístico de Silva Paulet. Cumpre fazer rápida resenha dessa expansão.

## **6.2 A Expansão da Cidade**

Várias pessoas estão com seus nomes ligados ao ordenamento urbano de Fortaleza. A primeira delas é o já citado Silva Paulet, cuja diretriz foi seguida por administradores subsequentes como Antonio Boticário Ferreira (1843-1859), que embelezou a cidade, auxiliado pelo engenheiro Adolfo Herbster e tendo por referência a cidade de Paris conforme mencionado em páginas anteriores. Herbster deixa uma planta para a expansão de Fortaleza, porém esta não foi obedecida em detalhes pelos administradores seguintes.

---

25 Estes 100 anos abrangem os anos de 1929 a 1956 que estão no período de articulação mercantil do Brasil, conforme a classificação de Oliveira (2008): predominam no país ilhas regionais interligadas a partir de um movimento comercial que começa pelo Nordeste e contribui para um mercado interno com São Paulo no centro, comandando a dinâmica industrial, e o Nordeste como periferia, estagnado pela queda do algodão e da cana-de-açúcar no mercado internacional. A terceira fase nesta classificação vem até nossos dias. É a da integração produtiva ditada pela divisão internacional do trabalho, na qual só se inserem frações de capital mais representativas de cada região.

A cidade adotou a prática de soterrar riachos e lagoas, e o faz até hoje, como atestam as fotos neste trabalho. Quando o aterramento não é total, suas margens ficam de tal forma exíguas que praticamente desaparecem as matas ciliares ou Áreas de Proteção Permanente (APP) – que no espaço urbano são áreas verdes, por definição – previstas no Código Florestal, Lei nº, 4.771/65 (BRASIL. LEI Nº, 4.771, 2011), na Lei 12.522/95, de 15.12.95 (CEARÁ, 1995), e na Lei 7.893. (FORTALEZA, 1996). Esta última estabelece as áreas de preservação municipais, por exigência do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza, Lei 7.091, de 16.01.92, DOM de 20.01.92. (FORTALEZA, 1992).

Sem respeito à Área de Preservação Permanente (APP) e sua mata ciliar, o espelho d'água tende a desaparecer, o que já ocorreu com os riachos Pajeú, Jardim América, Tauape e outros. Entre as lagoas importantes não existem mais as do Jacarecanga, Três Corações, Lagoa Seca (Pirambu), Jacaré e Lagoa Grande (ou do Gengibre, na Cidade 2000) e se encontra em franco aterramento a Lagoa Seca, na várzea a jusante da lagoa da Maraponga. (Foto 61).

O riacho Pajeú teve aterradas as suas margens em quase toda a sua extensão. No bairro Aldeota, onde nasce, está invisível sob casas, edifícios, quintais e ruas. (Foto 10). Ele irrompe indomável em dias de chuva, alagando ruas e avenidas. Nos dias normais, o fortalezense só percebe o Pajeú em dois trechos do Centro, onde flui canalizado e poluído: na Praça das Esculturas, contígua à Av. Dom Manuel; e nos jardins do Paço Municipal até o atual Mercado Central para, de novo, desaparecer e desaguar no oceano. (Fotos 1 e 4).

O tipo de transporte é fator decisivo para as diretrizes de urbanização de uma cidade. Em 1880, as ruas de Fortaleza foram adaptadas para o transporte coletivo de tração animal; em 1912, alinhadas para os automóveis (Foto 11); e em 1914, para os bondes elétricos. A necessidade de transporte esteve intimamente ligada à industrialização<sup>26</sup>. Seguindo o modelo europeu, as indústrias de Fortaleza se estabelecem ao longo das ferrovias. A partir daí, o crescimento urbano abandona o modelo circular de cidade colonial e se abrem grandes avenidas para a classe alta. O Centro, que já sediava a administração, assume também o comércio e os bairros se definem como espaços de moradia para os pobres. (SOUZA, 2011).

Ainda conforme Souza (2011), esse modelo de crescimento com forte influência europeia prevalece no século XIX e até 1920, em toda a América Latina. Daquele ano até 1970, quando a economia do Brasil adota a diretriz de substituição de importações, vai se aprofundar aquele modelo de urbanização, com a cidade se industrializando, o que, entre outros motivos, faz crescer o êxodo rural, aumenta o número de bairros proletários ao redor do Centro e de favelas no perímetro urbano e fora dele.

Nesta fase, os conjuntos habitacionais não absorvem os pobres, surgem bairros para ricos fora do Centro, ruas fechadas com barreiras, clubes de campo

---

26 Transporte e industrialização umbilicalmente atrelados ao capital inglês excedente por causa da crise na Europa, de 1873 a 1896, e aplicado em colônias como o Brasil que, via Portugal, sofria forte influência da Inglaterra. (OLIVEIRA, 2011).

[em Fortaleza, a Aldeota e os clubes de praia] e se constroem os primeiros *shoppings* – estes, em 1966, no Brasil, e em 1974, em Fortaleza. As cidades se polarizam com áreas pobres e áreas ricas; depois, surgem os bairros que caracterizam um crescimento fora do perímetro urbano. Na Capital do Ceará, esse viés se corporifica com o empreendimento Porto das Dunas e outros mais recentes.



**Foto 11 – O Transporte Individual Disputa Espaço e se Impõe**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo. (Centro da Cidade).

No caso de Fortaleza, eleva-se a população proletária e favelada em decorrência dos já aludidos fenômenos climáticos de secas e cheias, e de fatores antrópicos sob a égide do capital, como as políticas oficiais que transformaram fazendas e pequenas propriedades em empresas latifundiárias. A rigor, os agricultores foram expulsos do campo para as cidades e procuraram, de modo especial, aquelas em processo de industrialização, cujas periferias ocuparam.

Graziano da Silva (1999) registra o destino que tiveram aqueles agricultores proprietários não enquadrados no esquema da agricultura capitalista: permanecem como

parte da superpopulação relativa no campo, como membros não-remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações ou são lançadas ao 'rebotalho da sociedade' – o lumpesinato – constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 103).

Se essa foi a sorte dos pequenos proprietários, qual seria o destino dos agregados sem-terra, parceiros, meeiros e arrendatários? Dá para perceber que a industrialização na zona urbana e a revolução verde no campo foram processos sincronizados e complementares, na medida em que esta expulsou força de trabalho e aquela precisava de mão de obra, preferencialmente barata.

A terceira fase de urbanização das metrópoles latino-americanas (anos 1970 até hoje) está bem relacionada à opção dos governos por políticas neoliberais e consolida a fragmentação socioespacial das cidades iniciada na fase anterior. Há uma dispersão de infraestrutura e de funções urbanas. São sentidas as mudanças nas estratégias [das empresas] rotuladas como globalização econômica, política, cultural, do conhecimento e da informação. Apesar disso, as estruturas urbanas, os hábitos de consumo e o estilo de vida permanecem sob as influências das especificidades de cada região, de modo que, nas grandes cidades, ainda predomina certa tradição. (SOUZA, 2011).

Assim, Fortaleza entra na globalização, por exemplo, como destino turístico, partícipe dos fluxos de informação e exportadora de produtos primários, ao mesmo tempo em que conserva algumas marcas próprias. É nessa fase que se agudiza o abandono do Centro, aumenta a dispersão dos serviços, aparecem espaços que concentram tecnologia, luxo e sofisticação – verdadeiras ilhas – ao lado de outros de grandes carências. A cidade se tornou multipolar e fragmentada.

As atividades econômicas prevaletentes nos períodos colonial, do império e da Primeira República perderam significação<sup>27</sup>. Foram superadas as fases de cidade meramente administrativa e de um Ceará fornecedor de carne para outros Estados e exportador de algodão para a Europa e para os Estados Unidos. Ficou na cultura local o gosto pelo bordado e pela costura (a que faz referência à música “Mulher Rendeira”<sup>28</sup>), que mantém uma das mais significativas atividades econômicas locais, a indústria de confecção.

A instalação de indústrias e serviços na Capital, a concentração fundiária no interior do Estado e as intempéries próprias do semiárido brasileiro fizeram Fortaleza atrair levas de migrantes, conforme já exposto. Em decorrência, entrou em cena o “mercado de terrenos urbanos determinante na concentração seletiva de grupos sociais.” (SOUZA, 2010, p 47)<sup>29</sup>. Desta forma, a ação dos agentes imobiliários teve influência decisiva na divisão socioespacial, na medida em que levou certos espaços

---

27 No Brasil colônia, Fortaleza era uma capital sem economia. Perdia para Russas, Limoeiro e Morada Nova, especializadas em carnaúba, tendo Aracati como porto de escoamento. Icó e Aracati comercializavam gado e charque para Pernambuco. Com o Ceará separado de Pernambuco, em 1799, e dada a importância do algodão para a revolução industrial europeia, já em 1802 instalam-se em Fortaleza as Casas de Inspeção de Algodão. Como antes o comércio com a Europa só ocorria por Recife, a cisão entre Pernambuco e Ceará faz crescer a importância do porto e das estradas de ferro locais. (CISIAS, 2009).

28 Letra adaptada pelo compositor Zé do Norte (Alfredo Ricardo do Nascimento) a partir da criação original atribuída a Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

29 Aqui se manifesta o capital mercantil (capital comercial mais capital financeiro) cujas raízes se fincaram em Fortaleza no ciclo do algodão na fase de articulação mercantil e, a seguir, na fase de integração produtiva, se juntará ao capital industrial.

à obsolescência e propiciou a valorização de novas áreas urbanizadas. (BERNAL, 2004). Neste contexto, a demanda por solo para habitação e para expansão da estrutura urbana gestou outra indústria importante: a da construção civil. Como uma das consequências desse percurso histórico, Fortaleza perdeu parte significativa de suas áreas verdes. (FORTALEZA, 2003).



**Foto 12 – A Coluna da Hora: O Novo Evoca a Memória**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo. (Praça do Ferreira).

Em decorrência, o quadro que se afigura e se agudiza é o de uma cidade cujas condições de sustentabilidade se degradam, dia após dia. Fortaleza passa a ter em comum com os grandes aglomerados urbanos o modelo das cidades claustrofílicas de Gómez (2007), com a deterioração de seu ambiente e a sua população vivendo em guetos, fragmentada. Aos poucos, nesse contexto, nasce uma consciência ambiental ativa, expondo a necessidade de preservar, conservar e/ou restaurar elementos da paisagem natural da cidade.

O processo de consciência ativa começa a se manifestar quando surge o movimento ambiental com suas demandas, pressionando para mudanças na postura tanto das autoridades como da população para com a cidade natural e a cidade construída. As “pessoas comuns, os filhos de Deus” alertam para o fato de que a cidade em que navegam é “uma canoa furada”, criam um movimento de pressão e saem “remando contra a maré.”<sup>30</sup>. Este é um indicador de que pelo menos parte da população não estava enferma, narcotizada pelo progresso:

Talvez as cidades estejam se deteriorando ao mesmo tempo que os procedimentos que as organizaram...[ ] ...Mudam a infelicidade e a ruína de suas teorias em teorias da ruína. A cidade-conceito se degrada. Razão e profissionais estão enfermos. A população também? Falar de catástrofe é uma forma de manter o discurso, porém invertendo seu conteúdo que fala de catástrofe, não mais de progresso. Os donos do saber se sentem ameaçados pelas mudanças. (CERTEAU, 2008, p. 174).

A tarefa a que essas pessoas se propõem encontra dificuldade. Precisam romper as barreiras da pouca informação em torno do tema que viera à tona e com o qual a grande maioria da população começava a tomar contato por causa da Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, de 1972, em Estocolmo. Sem esquecer que o País se encontrava em plena ditadura militar com a imprensa censurada.

A seguir, passo a resgatar as lembranças de antigos e atuais participantes do movimento ambiental. Eles falam de seus lugares de vida, a cidade e o bairro, pelos quais lutam ou lutaram. “Estamos ligados a este lugar pelas lembranças – espíritos múltiplos... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas, enfim, é isso que faz o espírito de um bairro”. (CERTEAU, 2008, p. 189). O olhar do morador é um olhar preñado de lembranças – portanto, não é um panopticon.

---

30 Rita Lee e Roberto de Carvalho, música “Nem luxo, nem lixo”. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/rita-lee/nem-luxo-nem-lixo>>. Acesso em: 11 jul. 2011.



## **7 O MOVIMENTO SOCIAL REIVINDICA ÁREAS VERDES**

Esmacendo-se os governos militares na América Latina, começaram a surgir nos núcleos populares movimentos como as assembleias de bairros, novos atores, novos processos de interação. No Brasil não foi diferente e em Fortaleza ocorreu o mesmo. Emergiram os movimentos sociais pela anistia, no plano político nacional, contra a carestia, por moradia e tantos outros, em uma tentativa de fugir do controle social inventado e reinventado constantemente pelo poder estabelecido. (ALBUQUERQUE, 2007).

Antes mesmo da abertura, em sua fermentação, e já no novo contexto de abertura política, houve uma valorização da ação direta, os movimentos sociais alimentando a autonomia como recusa à subordinação e instrumentalização por partidos ou pelo Estado clientelista e autoritário. Foram se estabelecendo novas relações com os partidos políticos. (ALBUQUERQUE, 2007). Esta é a situação em que desponta, no Brasil e no Ceará, o movimento ambiental, como se constata nos depoimentos de seus primeiros militantes, adiante transcritos.

Ainda predominava uma atmosfera de medo, ali pelo ano de 1976, quando o primeiro movimento social ambientalista de Fortaleza ergueu sua bandeira, para impedir a construção de moradias e a instalação de outros empreendimentos nos terrenos às margens do rio Cocó, onde mais tarde viria a ser instalado o Parque Adahil Barreto. Foi a primeira de muitas lutas que ainda continuam hoje, cujas histórias ocupam as páginas seguintes.

Os grupos e movimentos são aqui abordados pela ordem em que despontaram no cenário das lutas. De alguns tive apenas notícias. Sobre outros, escrevi notícias como repórter do jornal Diário do Nordeste e de outros eu participei como membro ou como convidado, tempos atrás, e há grupos que acompanhei no último ano da pesquisa, como o Comitê Popular da Copa e o Conselho de Apoio à Promo-

toria de Parangaba, como estudante. É possível algum grupo ambiental ter ficado fora, por desconhecimento meu<sup>31</sup>.

### ***A Reação Cidadã***

Para Herculano (1992 apud MACHADO, 2000, p. 85), sustentabilidade, em sua interpretação crítica, evoca “interdependência, complementaridade de todas as formas vivas em equilíbrio com determinado meio”. O Estado deveria, portanto, assumir seu papel regulador das relações sociais, no interesse de todos, pois este é o seu papel original. Este pensamento parece ter orientado a postura proativa dos participantes dos movimentos ambientais de Fortaleza, de 1976 a 2011, cujos líderes e participantes deram entrevistas em que contaram as histórias de suas lutas, os avanços conseguidos e os sonhos que ainda alimentam.

Nesta pesquisa, entrevistei pessoas de 20 movimentos sociais ambientalistas atuantes em Fortaleza, dos anos 1970 à atualidade, alguns hoje inativos. (Quadro 3). As entrevistas foram realizadas nos nove primeiros meses de 2011, nas residências dos militantes, em locais de trabalho, associações, em *shoppings* e praças. Nas residências, fui recebido em sacadas de apartamentos, escritórios e em quintais. Os locais de trabalho variaram de escritórios aos jardins da Unifor. Em apenas um caso o entrevistado fez questão de ser ouvido em minha casa, talvez por nos conhecermos há muito tempo.

Algumas fontes se negaram a dar entrevista e não lhes perguntei os motivos. Em geral as pessoas me passaram a impressão de estar à vontade durante as conversas, porém houve entreveros, embora poucos, e estão registrados nas gravações. Talvez essa boa relação tenha começado já nas mensagens eletrônicas e/ou nos telefonemas, antes do encontro. Eu sempre informava sobre a pesquisa no contexto do mestrado, com o objetivo de registrar a memória dessas pequenas grandes histórias, para não se perderem, já que a história oficial é geralmente contada na perspectiva de quem está no poder.

Nas conversas preliminares eu frisava o desejo de fazer um registro cruento de nossas lutas, pois interessava documentar a história real; que os focos seriam tanto as vitórias como as derrotas, os acertos, mas também as dificuldades de nossas campanhas. Ao enviar o questionário com bastante antecedência pedia para a pessoa refletir, rememorar fatos, como também buscar documentos que auxiliassem a recuperação dos eventos ou que eu pudesse copiar. Todas as pessoas foram informadas de que as entrevistas seriam gravadas em áudio e arquivadas no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), à disposição dos pesquisadores, e assinaram um termo autorizando o uso de sua entrevista na dissertação e nos produtos porventura dela derivados.

---

31 No fim da pesquisa, tomei conhecimento da articulação de entidades do grande Bom Jardim que atuam em vários campos e pressionaram instâncias do governo para a recuperação do rio Maranguapinho e para o reassentamento da população residente em suas margens. Apesar da minha iniciativa, faltaram condições para entrevistar representações daquela articulação.

Esclareci antes de cada entrevista a necessidade de a pessoa ser fiel à memória que guardava dos fatos e circunstâncias e que, se necessário, eu faria perguntas para facilitar um esclarecimento. Houve pelo menos um caso de embaraço da pessoa entrevistada. Notei seu desconforto ao relatar dado episódio. Outra pessoa reagiu irritada porque contextualizei a minha pergunta, o que ela entendeu como direcionamento de sua posição. Deixei que ela expusesse à vontade sua insatisfação e, a seguir, me expliquei. Os ânimos se acalmaram.

Durante as entrevistas tentei não interferir, mas em alguns momentos foi impossível conter minha concordância, meu complemento, aplauso e até a discordância ante o relato. Houve um caso em que o raciocínio do entrevistado era tão difícil que pedi esclarecimentos por duas vezes. A pessoa pensou que eu estivesse discordando e não gostou. Houve pessoa que não quis responder ou fez que não ouviu e falou do que realmente lhe interessava relatar. A uma delas eu repeti a pergunta três vezes de modos diferentes e sem atitude de pressão ou hostilidade. Ante o mesmo esquema de resposta, desisti. É bom frisar que em alguns casos, perguntas de meu roteiro foram deixadas de lado, por inadequadas à situação relatada. Na medida do possível, sigo aquele esquema, ao escrever as histórias nas páginas adiante.

Alguns entrevistados entregaram farto material de pesquisa, para consulta e cópia, como recortes de jornais de grande circulação ou os de seus bairros, fotografias, boletins, materiais de campanhas como cartazes e panfletos. Esse material é citado e referenciado, quando necessário. Na medida de suas necessidades, os militantes também pediram ajuda do pesquisador, fosse em algum trabalho em realização naquele momento, fosse na forma de opinião sobre projetos em elaboração ou sobre eventos e atitudes passadas. Encarei os pedidos como demonstrações de antigos laços de solidariedade ou de confiança estabelecida a partir da entrevista. Alguns entrevistados, embora gentis, mantiveram uma relação protocolar. Todos, de uma forma ou de outra, deixaram transparecer grande emoção, indo do riso à voz embargada e até ao pranto, ao contarem suas histórias, dificuldades e conquistas.

Houve entrevistas individuais e grupais. Quando foi melhor para as pessoas envolvidas, juntamos até três pessoas, que responderam juntas e foi interessante como a fala de uma fazia outras se lembrarem de detalhes e circunstâncias enriquecedoras. Retornei às pessoas e movimentos entrevistados com o relato de suas experiências redigido, a fim de obter a validação do texto. Foi uma oportunidade de complementar dados, retificar informações, corrigir perspectivas. Quando não puderam me receber pessoalmente, retornei o texto pela internet, a "conversa" aconteceu pela via eletrônica, retifiquei conforme as sugestões, e enviei o texto melhorado, versão autorizada ao fim do processo. Algumas pessoas não responderam, o que interpretei como concordância.

O relato dessas experiências vai entremeado de poesias, versos de músicas e aforismos populares. Uma forma de mostrar como as pessoas chegam ao mesmo conhecimento, por diferentes formas e meios. Um modo de valorizar saberes de múltiplas origens convergindo para conclusões iguais ou similares. Ao registrar essas histórias, coloco em primeiro plano falas, opiniões e observações outras de

seus protagonistas, mesmo que se repitam, a fim de indicar sua importância para quem viveu aqueles fatos. O texto é analítico, e não sintético, para nele aparecer o máximo de riqueza da experiência vivencial do(a)s entrevistado(a)s.

Os movimentos cujas histórias aqui abordo eu os conheci no decorrer de atividades nos últimos 20 anos, alguns mais próximos, na militância, outros via mídia, todos nós fazendo a descoberta de que “um mais um é sempre mais que dois”<sup>32</sup>. Conheci a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema) pelos jornais e por ter seu presidente proferido palestra para o movimento de juventude da Igreja Católica. Participei do Movimento SOS Lagoa da Maraponga, que teve apoio do Movimento SOS Cocó e de entidades e partidos locais; e desde 1995 integro o Movimento Proparque, daí eu ter entrado em contato com os demais grupos ambientais no Fórum Cearense de Meio Ambiente, para com eles realizar atividades nas Semanas de Meio Ambiente e em outras ocasiões, em conjunto ou com grupos específicos.

O Movimento dos Conselhos Populares (MCP) eu vi nascer e participei de sua mobilização inicial. Empolgados com a ideia do MCP, nós do Movimento Proparque tentamos criar um conselho no bairro Joaquim Távora, em vão, porque as pessoas só queriam discutir questões relacionadas ao Parque Ecológico Rio Branco, enquanto o MCP se propunha a tratar de todas as questões do bairro, e não houve o entendimento de se começar do particular (parque) para questões mais amplas. Foi como se a prática do movimento não permitisse esse método de ação.

Do MCP, registro aqui a Brigada Antonio Conselheiro, que eu conheci na 2ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Fortaleza, em 2007, e o que me impressionou foi a ligação que seus membros faziam entre luta por moradia e meio ambiente. Trocamos contatos e passei a receber seus informes via e-mail. Assim, permaneci informando de suas atividades de preservação do mangue e de suas campanhas contra a remoção de famílias de seus locais de moradia, uma delas em apoio aos moradores do Titanzinho, ameaçados pela construção do estaleiro naquele bairro.

A Brigada foi entrevistada como representante do Movimento dos Conselhos Populares, mas já saiu do MCP e está agora na Caravana da Periferia que, por sua vez, articula-se com o Comitê Popular da Copa e a Frente Nacional de Resistência Urbana. Nessa caminhada, dei apoio a outros grupos em suas atividades, em algum momento, até por conhecer seus integrantes, como o Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz. Conheci algumas entidades ao realizarmos ações conjuntas, como foi o caso da Associação dos Moradores do Sítio Córrego [Mondubim].

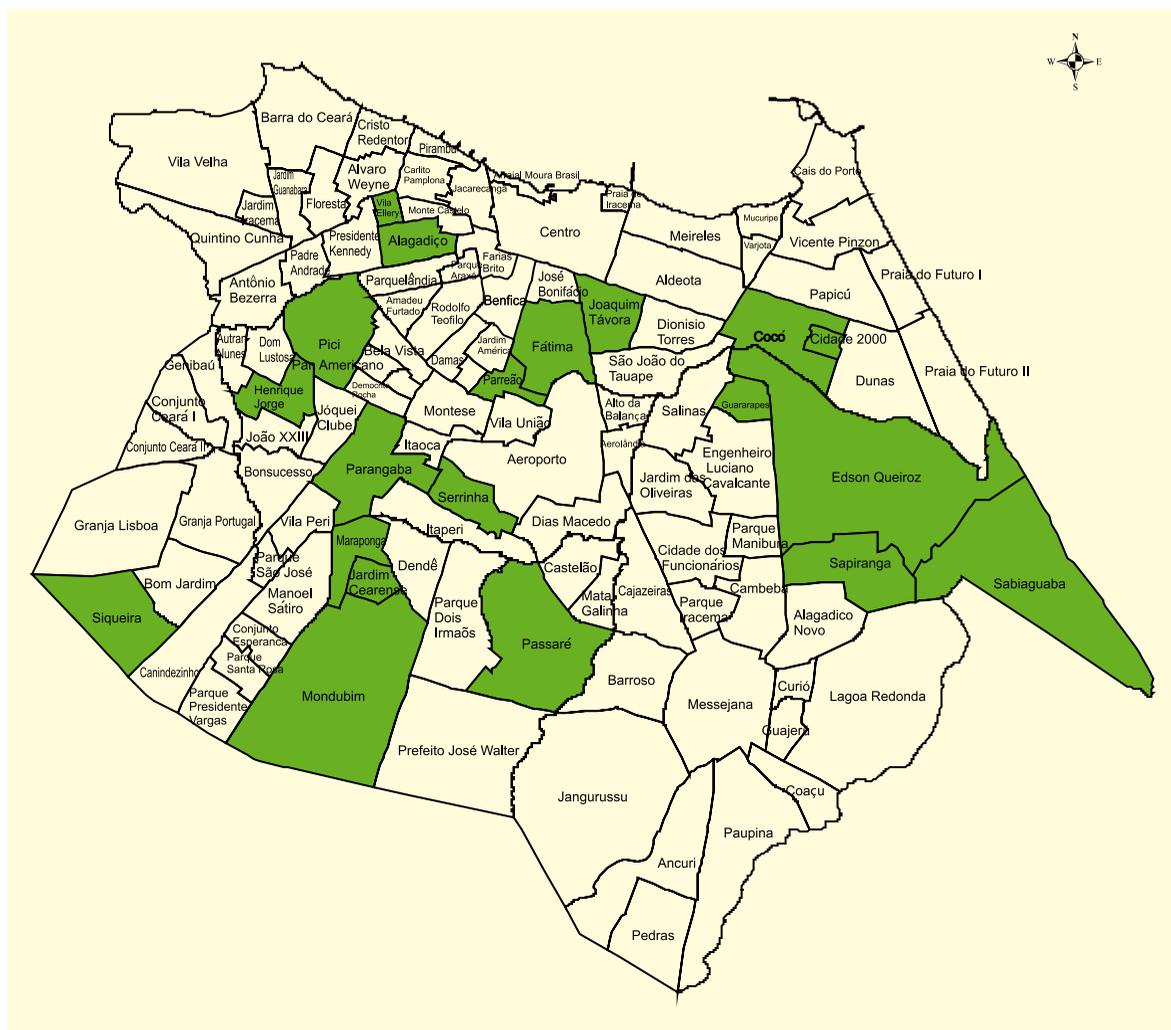
O Movimento pelo Parque Parreão e a criação do Parque Ecológico Rio Branco eu acompanhei de longe, pois ocorreram paralelas à campanha em prol da lagoa da Maraponga e ali se comentavam os passos relativos a esses dois logradouros. Naquele momento não havia Movimento Proparque, criado só em 1995. Houve campanhas e movimentos dos quais tive informação apenas por jornais e agora

---

32 Música O sal da Terra, de Beto Guedes. Disponível em <<http://letras.mus.br/beto-guedes/44544/>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

procurei suas lideranças. Foram os casos do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca, da Cidade 2000, do Movimento pelo Parque da Sabiaguaba e do Movimento pelo Parque Guararapes. Conheci o Movimento pelo Pulmão Verde do Siqueira, quando um de seus integrantes veio ao Movimento Proparque mobilizar para a 1ª Jornada das Áreas Verdes de Fortaleza, em 2007.

Houve algo inusitado, já na fase desta pesquisa, quando procurei um movimento e encontrei outro: eu havia participado, ali pelo ano 2008, de mobilização inicial para a criação do Movimento Passaré Verde, no bairro Passaré, e procurei, em 2011, seu líder, para entrevistar. Para minha surpresa, constatei que o grupo se dissolvera ainda em seus passos iniciais. Descobri, porém, o Movimento pela Área Verde do Jardim Sumaré, hoje desativado, mas cuja campanha deixou naquele conjunto habitacional uma bonita área verde. Cumpre notar que esse movimento nem teve nome oficial. A expressão que uso agora para nomeá-lo foi como as pessoas entrevistadas combinaram, antes das gravações, de nos referirmos àquela campanha pela preservação da área verde.



**Figura 4 – Fortaleza e seus Bairros com Áreas Verdes Reivindicadas**

**Fonte:** Adaptado de original fornecido pelo escritório do IBGE em Fortaleza, na posição de 2009.

O Movimento Salvem as Dunas do Cocó irrompeu ante uma crise no bairro Cocó, como se verá adiante. Atônitos, alguns de seus membros foram a uma reunião do Forcema, na organização não governamental Esplar, pedindo ajuda, e foi assim que nos conhecemos.

Acompanhei, em 2011, as reuniões do Comitê Popular da Copa, eventos de resistência ante a perspectiva de remoção das famílias, audiências públicas e seminários com foco na Copa 2014 e nas obras dela decorrentes, como também conversei com seus integrantes. O comitê foi criado em 2009, para acompanhar as ações do Governo do Estado e da Prefeitura de Fortaleza na preparação da cidade para o megaevento. Age sob a ótica das famílias que se sentiram e/ou ainda se sentem inseguras, ante a possibilidade de perderem suas moradias. Dele fazem parte vários movimentos da cidade, além de representantes das áreas ameaçadas. A necessidade de fazer essa abordagem surgiu ao longo do levantamento de dados, pois a Copa no Brasil não estava cogitada, ao elaborar o projeto da pesquisa, muito menos que Fortaleza viria a ser uma cidade-sede. Trata-se, porém, de uma demanda externa a Fortaleza, como tantas outras de sua história, com implicações socioambientais na cidade.



**Foto 13 – Áreas Verdes Potenciais: Terras do Quartel General Tibúrcio e do 23º BC**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo .

**Nota:** A Av. Luciano Carneiro corta a Av. Eduardo Girão, cujo riacho foi canalizado. À esquerda, o terreno do Quartel General Tibúrcio, e à direita, o do 23º BC.

Nas páginas a seguir, as histórias de cada movimento, relatos fundamentados, porém rápidos. De propósito, os fatos são contados em vaivém, para possibilitar a abordagem de um mesmo ponto por várias pessoas e ressaltar suas diferentes perspectivas. Esta opção foi considerada melhor que sintetizar, por manter a originalidade de cada visão expressa pelo(a)s entrevistado(a)s.

- 01 - Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema): Francisco Flávio Torres de Araújo, Marília Lopes Brandão, Samuel Moraes Braga, José Borzachiello da Silva e Adalberto Alencar.
- 02 - Movimento SOS Cocó: Marília Lopes Brandão, Maria de Fátima Limaverde Costa, Vanda Claudino Sales, João Alfredo Telles Melo, Zacharias Bezerra de Oliveira, Célia Guabiraba, Fátima Guabiraba, João Francisco Saraiva Leão, Josael Jario Santos Lima, Antonio Jeovah Andrade Meireles, Marcus Vinicius de Oliveira, Vólia Aires Barreira Guedes, José Liberal de Castro e Adalberto Alencar.
- 03 - Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Vanda Claudino Sales, Jeovah Meireles, Ednaldo Vieira do Nascimento, João Francisco Saraiva Leão, Josael Jario Santos Lima, Arnaldo Fernandes Nogueira, Marcus Vinicius de Oliveira e Vólia Aires Barreira Guedes.
- 04 - Frente Popular Ecológica: Arnaldo Fernandes Nogueira, Ednaldo Vieira do Nascimento, João Francisco Saraiva Leão, João Alfredo Telles Melo, Josael Jario Santos Lima e Vólia Aires Barreira Guedes.
- 05 - Movimento SOS Lagoa de Parangaba: José Jeovah Sampaio Natalense (Jeovah Pedra), Roberto Veras Pedrosa, Adail Cândido da Silva, Lúcia Maria Feitosa Ferreira e Pe. Francisco Eloy Bruno Alves.
- 06 - Movimento SOS Lagoa da Maraponga: Sílvia Helena Lopes Rebouças, Maria de Nazaré Félix, João Barroso Filho, Maria de Fátima Feitosa de Sousa, João Alfredo Telles Melo, Antonio Geraldo Ricardo, Joaquim Cartaxo Filho, Napoleão Ferreira da Silva Neto, Irmã Sisleide Castro Nunes e Irmã Rosineuda Magalhães Rocha, Eurenice Rodrigues Guimarães e Pablo Everton Guimarães.
- 07 - Movimento pelo Parque Ecológico Parreão: Inês Prata Girão e Francisco Luiz Muniz Deusdará, Antonio Durval Ferraz Soares.
- 08 - Movimento Proparque [pelo Parque Ecológico Rio Branco]: José Luiz Eleutério Melo, José Maia Ferreira da Silva e Maria Luísa Vaz Costa.
- 09 - Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba: Ademar da Silva Rodrigues, Elias José da Silva e Edmar Sousa.
- 10 - Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz: Leonardo Furtado Sampaio e José Sales Costa Filho.
- 11 - Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio: José Sales Costa Filho, Liliana Uchoa Landim e Aguinaldo José de Aguiar.
- 12 - Movimento pela Área Verde do Sítio Córrego [Mondubim]: Maria de Lourdes da Silva Barbosa.
- 13 - Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca: Fabiane Cunha
- 14 - Movimento pelo Parque Guararapes: Ronaldo Ferreira Pessoa e Maria Helena Lage Pessoa.
- 15 - Movimento pelo Pulmão Verde do Siqueira: Antonio Elinaudo Daniel Barbosa e Francisco Roberto Sabino.
- 16 - Movimento pela APA e pelo Parque da Sabiaguaba: Luciana Campos, José Cordeiro Albano, Rusty de Castro Sá Barreto e Rozimar Maurício de Souza.
- 17 - Movimento pela Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré: Roberto Veras Pedrosa, Carlos Alberto Alves de Sousa e Humberto Carvalho Ramos.
- 18 - Brigada Antonio Conselheiro: Paulo Sérgio Farias.

**Quadro 3 – Pessoas Entrevistadas, por Movimento**

*Continua*

19 - Movimento Salvem as Dunas do Cocó: Tallius de Oliveira Vasconcelos, Nayanna Goes Gomes de Freitas, João Alfredo Telles Melo e Galba Freire Mota.

20 - Grupo Crítica Radical: Rosa Maria Ferreira da Fonseca e Maria Luiza Menezes Fontenele.

Para a avaliação do crescimento de Fortaleza, foram entrevistados: José Borzachiello da Silva, Luís Renato Bezerra Pequeno, Marcus Venicius Pinto de Lima, Napoleão Ferreira da Silva Neto, João Alfredo Telles Melo, Francisco Luiz Muniz Deusdará, Alessandro Wilckson Cabral Sales, Deodato José Ramalho Júnior e Alexandre Araújo Costa. O titular do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) não concedeu entrevista, apesar das várias tentativas.

### **Quadro 3 – Pessoas Entrevistadas, por Movimento**

**Fonte:** Elaboração própria do autor.

## **7.1 Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente**

As atividades da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema) tiveram seu auge entre 1976, o ano de sua inauguração, e 1980, conforme depoimento de Marília Lopes Brandão. O núcleo da entidade era formado por Francisco Flávio Torres de Araújo, Joaquim de Castro Feitosa, a própria Marília Lopes Brandão, Gil Rubem de Andrade Furtado, Marcus Vale e Luiz Recamonde Capelo, aos quais, ao longo do tempo, vão juntar-se também estudantes como Joaquim Cartaxo Filho, e políticos como Samuel Braga, na condição de vereador, e o deputado João Alfredo Telles Melo, que, como ele próprio disse, foi um apoiador, e não um ativista da linha de frente.

O motivo imediato da criação da entidade foi dar uma resposta à intenção da Prefeitura Municipal de Fortaleza de usar o herbicida Glyphosate na capinação de ruas e praças da cidade. As empresas multinacionais Monsanto e Dow Chemical eram as fabricantes dos produtos Diuron e Rounndup com Glyphosate em sua composição. Até equipamentos de proteção dos funcionários envolvidos na aplicação do produto já haviam sido comprados. A criação da sociedade, porém, já vinha sendo discutida entre os professores da Universidade Federal do Ceará, e uma dessas reflexões deu-se no decorrer da 28ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília, de 7 a 14 de julho de 1976.

Marília Brandão diz que tudo começou com a chegada de Flávio Torres da Inglaterra, onde fizera o doutorado em Física, na Universidade de Oxford. O próprio Flávio relata que

saíra daqui sem consciência ecológica – eu era um caçador – mas me impressionei com a fauna ao redor das lagoas e com as notícias em jornal sobre a 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972.

Foi também oportunidade de conhecer os partidos verdes que surgiam e se firmavam na Europa, após aquela conferência.

O Brasil participara daquela conferência cujas preocupações eram debatidas e estudadas no meio universitário brasileiro, e o Ministro do Interior, José Costa Cavalcante, fizera um pronunciamento vexatório, ao defender “que venha a fumaça” do desenvolvimento. Para Flávio Torres, foi um “discurso pretensamente pragmático, mas de uma estreiteza enorme. Eu me envergonhei, pois José Costa Cavalcante, Ministro do Interior do Presidente Médici, era cearense e a tônica [na conferência] era outra”.

Professores e estudantes da Universidade Federal do Ceará, liderados pelo físico Flávio Torres e pela bióloga Marília Brandão, juntaram-se com o intuito de impedir o uso do Glyphosate, sob a suspeita de que sua inalação poderia ter efeitos nocivos sobre o sistema muscular humano e sobre o ambiente, na medida em que poderia matar animais, contaminar águas de rios e lagoas e, por extensão, o oceano. As empresas fabricantes e a Secretaria de Serviços Urbanos municipal diziam que não haveria risco. Os ambientalistas se preocupavam, também, com o agravamento do problema social, pois a capinação mantinha um bom número de pessoas ocupadas e a adoção do produto químico representaria desemprego.

A Socema argumentou, igualmente, sobre a pouca experiência da humanidade com o produto. Há apenas quatro anos o Glyphosate era usado na capinação, nos Estados Unidos. Os ambientalistas argumentaram que o DDT causara danos imensos, só constatados após 20 anos de sua aplicação. Os professores Pedro Henrique, Marcus Vale e Recamonde Capelo fizeram testes em laboratório cujos resultados deram respaldo à entidade. O Professor Francisco Alves de Andrade, do curso de Agronomia, possuía a substância glyphocente e conduzia experiências a respeito. A substância prejudicaria indistintamente ervas e plantas de porte arbóreo. Houve um debate na UFC e a conclusão foi clara: não compensaria à cidade correr tal risco. A Socema orientou-se, portanto, pelo princípio da precaução, hoje firmado como tal nos meios acadêmico e político.

Entre suas vitórias, além de impedir o processo de capinação química das ruas de Fortaleza, está a manutenção dos coqueiros da Volta da Jurema. O Governo do Estado queria derrubar, para facilitar as obras do interceptor oceânico. A saída foi colocar os dutos sob a via pública, apesar dos protestos dos donos de restaurantes da Beira-Mar. Nessa luta, Socema e Instituto dos Arquitetos do Brasil atuaram juntos.

Em outra campanha vitoriosa, a Socema conseguiu impedir a instalação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) nas margens do rio Cocó. O próprio banco foi convencido da justiça do pleito e transferiu o projeto da sede para o sítio Passaré, onde hoje funciona sua sede administrativa. Em 1985, aluno do Curso de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no Centro de Treinamento do BNB, ouvi a versão de Eneas Paiva Neto, então chefe de gabinete do banco. Segundo ele, aquela foi a pior experiência do BNB em termos de relações públicas. O que fora acertado pelo presidente da instituição com o prefeito de Fortaleza deveria ter sido comunicado logo para a sociedade. Ele demonstrava a convicção de que o projeto ganharia a

simpatia da população. Como isso não foi feito, ficou difícil reverter o discurso do movimento ambiental.

A área era destinada a parque municipal, por se tratar de manguezal e de ambiente de grande importância paisagística. Os tópicos a seguir indicam detalhes e consequências das campanhas da Socema.

### ***A Pressão e os Obstáculos a Vencer***

A Socema conduziu diálogos com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, na pessoa do Secretário de Serviços Urbanos, Suetônio Mota, com a Câmara Municipal e com os representantes dos fabricantes do herbicida. E enquanto negociava, fazia a divulgação de estudos e obtinha adesões ao movimento em suas reuniões e via imprensa. João Alfredo Telles Melo menciona ter participado de reuniões sobre o rio Cocó no Palácio da Luz, então sede do governo, coordenadas por Flávio Torres e Joaquim Feitosa, da Socema.

A articulação com professores da Universidade de São Paulo levou à divulgação, pelo jornal O Estado de S. Paulo, da ameaça que pairava sobre Fortaleza. A imprensa local muito participou, especialmente o jornal O Povo, tanto noticiando os atos em defesa do Cocó como veiculando campanhas publicitárias elaboradas por agências locais em apoio à causa.

Na Câmara Municipal de Fortaleza, sessões especiais debatiam as questões, colocando frente a frente autoridades, cientistas e defensores dos empreendimentos. Marília Rabelo conta que presenciou até luta corporal em uma daquelas sessões. Outro fato chocante que ela relata foi um vereador não acreditar que Londres, Nova Iorque e outras grandes cidades possuíssem parques tão grandes como os mostrados nos mapas, em uma sessão. Um vereador afirmou que os professores haviam pintado de verde aqueles pontos dos mapas.

A entidade tinha diante de si enormes dificuldades: o poder econômico das empresas fabricantes do Glyphosate, a complexidade dos conceitos científicos envolvidos, de difícil compreensão pelo grande público, e a resistência da prefeitura ante a informação de ameaça de agressão ao meio ambiente. Igualmente difícil era lidar com comunicadores de grande audiência. Um radialista muito popular na época, querendo simplificar o conceito científico crise colinérgica, disse que a substância provocaria "um crime alérgico". Ante a reação dos professores, ele retrucou: "Se eu disser crise colinérgica, ninguém vai saber o que é isso". Os professores convenceram o apresentador de que usariam o tempo e os argumentos necessários para o ouvinte ficar esclarecido quanto à acetilcolinesterase ou crise colinérgica. E assim foi feito.

Além do esclarecimento para a população, a Socema mobilizou os cientistas e membros do parlamento. Testes com a substância glyphocente e o debate direto da comunidade científica com a sociedade foi a grande estratégia. Fausto Arruda,

deputado simpatizante da causa ambiental, levou os professores para prestarem esclarecimentos na Assembleia Legislativa. A imprensa deu destaque e divulgou as informações científicas, a campanha dos professores e as negociações em curso com os fabricantes do herbicida.

Houve, portanto, a oportunidade para os professores mostrarem que a substância inibe a acetilcolinesterase, isto é, "uma enzima importante na passagem do impulso nervoso", explica a Professora Marília Brandão, pois

quando o músculo vai contrair e descontrair, há um nervo que controla essa contração e descontração desse músculo. O inibidor de acetilcolinesterase faz com que essa enzima não aja. Não agindo, há a contração, mas não ocorre a descontração do músculo. Isso pode acontecer no diafragma, num problema respiratório forte, então a pessoa entra em convulsão. Nas empresas que trabalham com herbicida que tem essa ação, os funcionários, vez por outra, têm seu sangue retirado e é medida essa enzima, para ver se ela está inibida ou não, para medir o nível de contaminação dessas pessoas. Este é um indicador muito forte.

Os professores fizeram um paralelo com a denúncia da revista *Veja*, de 5 de maio de 1976, dando conta dos efeitos de substâncias teratogênicas como a dioxina, popular "agente laranja", capazes de causar deformidades nas pessoas. Eles encaminhavam documentos com essas informações para as secretarias a que a questão estava afeta, a título de subsídios para a tomada de decisão. Marília Brandão relata:

Uma das nossas características era essa coisa respeitosa, meio formal, a gente formalizava, não nos esqueçamos, era uma época de fechamento, 1976, não tínhamos anistia, era uma pseudoabertura, então a gente tinha todos os cuidados no trabalho.

Como o poder público e as empresas resistissem, eles passaram a pedir provas de que o herbicida seria inofensivo. (TÉCNICOS PEDEM PROVAS..., 1976). O Professor Flávio Torres viajou para São Paulo e falou com o Professor Valdemar de Almeida, do Instituto Biológico da Universidade de São Paulo (USP). Diziam em Fortaleza que o professor da USP afirmara ser o herbicida inofensivo. O professor negou que tivesse feito tal afirmação. No plano local, o presidente da Associação Cearense de Biologia, Professor Francisco Maurício Teles Freire, manifestou "solidariedade à criação dessa sociedade [Socema] e, ao mesmo tempo apoiando a campanha de esclarecimento junto à população de Fortaleza com relação ao uso de herbicidas para a capinação química no perímetro urbano". (ASSOCIAÇÃO DE BIOLOGIA..., 1976, p. 23).

O presidente da Associação Cearense de Biologia, Francisco Maurício Teles Freire, acumulava o cargo de vice-presidente da Associação Nacional de Biologia. Portanto, a entidade buscou parcerias no campo acadêmico e na imprensa, para a

validação de seu discurso. (CAPINAÇÃO..., 1976). Era necessário, entretanto, popularizar mais a questão e a Socema foi às rádios, como mencionado.

### ***Contexto Político***

A campanha pela preservação do rio Cocó tem pelo menos duas fases: aquela que culmina com a criação do Parque Adahil Barreto, e a segunda, cuja maior conquista foi a anúncio do Parque Ecológico Cocó. Nos dois momentos a Socema sempre teve como parceiros as entidades profissionais e os partidos de esquerda.

Era necessário motivar a participação dos fortelezenses e, para isso, o movimento usou *shows* (Fotos 15 e 16), piqueniques, estudos em laboratórios da UFC que posteriormente davam suporte a pronunciamentos via mídia e à negociação com as autoridades, além de notícias, manifesto, notas técnicas e publicidade na imprensa. Esse conjunto de ações resultou na legitimação junto ao poder público e ao poder econômico representado pelas empresas fabricantes. Tornou-se irrefutável a argumentação científica, resultado de estudos em laboratório, para provar que o uso do produto era inseguro.

A fase de repressão da ditadura militar não permitia aos cidadãos participar da vida política. Cumpre notar apenas dois partidos em funcionamento e o presidente general Ernesto Geisel detinha tanto poder que, em 1977, fechou o Congresso Nacional e impôs um conjunto de medidas de cunho político conhecidas como o "pacote de abril". O surgimento da Socema soou como uma oportunidade de externar esse potencial de atuação política, dizem de diferentes modos as pessoas entrevistadas. Neste contexto, o apoio e participação de um grupo de estudantes e professores foi fundamental. Joaquim de Castro Feitosa foi a uma reunião da Socema e fez de imediato sua adesão. Também de imediato "nós o elegemos presidente", conta Marília Brandão. Sua condição de pessoa respeitada nas mais diferentes esferas conferiu à Socema uma credibilidade ainda maior.

### ***Vitórias Alcançadas e Ainda por Vir***

Os ambientalistas registram como vitórias a criação do Parque Adahil Barreto, com Lúcio Alcântara como prefeito, homenagem àquele morador da área cuja família muito participou da luta pela preservação da área, e a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Cocó pela prefeita Maria Luiza Fontenele. Por seu turno, O BNB desistiu da sede no Cocó e fez uma nota reconhecendo a importância da campanha da Socema para a sociedade fortelezense.

Todos os entrevistados ressaltam o fato de o parque Cocó não ter sido instituído formalmente, conforme a Lei do Snuc. (BRASIL, 2000). Marília Brandão considera que há muito por ser conquistado em termos de cuidado com o

parque, com sua institucionalização e com a prevenção de crimes de incêndio de suas matas para fazer carvão, bem como de crimes de ocupação de suas áreas. Em suas palavras:

A questão fundamental da gestão dessa área é um caso sério. Diariamente há incêndios. O parque existe de fato, mas não de direito e por estes 20 anos, nós tivemos uma escalada crescente [de invasões] dentro do parque. Você pode fotografar hoje e há edifícios dentro do parque, pela Washington Soares, um verdadeiro paredão que impede de o parque ser visto por quem passa na avenida. Sempre defendemos que o parque tem que se integrar à cidade. Não tivemos a capacidade de ver quão forte seria a especulação imobiliária e quão fraco o poder público, quão fácil de ser levado na conversa. O interesse privado está sendo mais forte que o interesse público. A água do rio continua poluída, há uma perda da biota, esgotos clandestinos. É necessário assegurar o parque até a nascente do rio, a preservação da nascente e de suas margens. Está na lei, mas não está no dia a dia. Se houvesse resposta individual, com prisão, pela não proteção à área, então, realmente você teria meios, mas há uma impunidade total. Recentemente os três gestores dos órgãos de meio ambiente locais, o municipal, o estadual e o federal, foram presos preventivamente, em seguida soltos, mas ninguém sabe por que, de que estavam sendo acusados e se vão responder pelo que fizeram. A cidadania não sabe. O que estamos ensinando para os nossos descendentes é que se pode burlar a lei.



**Foto 14 – O Parque Ecológico Cocó a partir do Bairro Tancredo Neves**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Em primeiro plano, o Rio Cocó com plantas aquáticas indicadoras de eutrofização e sinais de ocupação de sua APP. Ao fundo, os prédios mostram o avanço da urbanização sobre o parque.

## **O Parque e a Cidade**

Os ex-membros falam da trajetória da Socema, de lições aprendidas e da situação do parque hoje no contexto da cidade. Os trabalhos da entidade registraram sempre um percurso de ascensão, eles dizem. Foram momentos de muita euforia as fases intensas da luta, as reuniões com grande número de participantes, o reconhecimento social pela bandeira encetada, pelas conquistas tanto no parlamento e no executivo como pela sua participação no Coema e no Comam.

Hoje já não ocorrem suas reuniões. A parte oficial da entidade está a cargo de Samuel Braga, encarregado das burocracias junto à Receita Federal e similares, disse-me ele. Marília Brandão mantém o acervo dos documentos.

Para a Professora Marília Brandão, uma das principais lições que ficaram é

[...] a gratificação. Olhar para o Cocó hoje e dizer 'eu dei minha contribuição para isso. Passei parte da minha vida acreditando que isso aqui ia dar certo – e deu, e deu'. Foi muito importante, para continuar acreditando. Para mim foi muito importante ter meu nome associado a uma luta que eu considero da sociedade cearense, de que nós participamos com muita força. Então, isso me envaidece. [...] Foi fundamental a compreensão de que é com educação que se pode chegar onde chegamos. Hoje é inadmissível para uma pessoa jovem, o desaparecimento do parque. E há poucos anos, na Câmara dos Vereadores, eu ouvia um dizer que 'Fortaleza é muito pobre. É muito chique, muito luxo ter um parque daqueles'. E hoje, todo mundo acha natural ter o parque. [...] As pessoas só defendem aquilo que elas passam a compreender como importante para as vidas delas.

O depoimento de Marília Brandão, ao ser deixada à vontade para falar de temas livres, é marcado por preocupação com o futuro, a partir do acumulado nesta rápida experiência de 30 anos:

Falta planejamento da cidade. Aí perdemos áreas como o quarteirão entre as Av. Virgílio Távora e Santos Dumont, e as ruas Dias da Rocha e Desembargador Leite Alguquerque, desmatado no domingo de carnaval [06 de março de 2011]. Faltou-nos a perspicácia, a inteligência de integrá-la. A cidadania perdeu, mas a cidadania tem culpa por não ter a capacidade de previsão. A prefeitura teve inteligência no caso do estaleiro. [Agora, faz-se] Necessário algo factível, para não dar razão a quem diz que áreas públicas só servem para acomodar ladrões, desocupados.<sup>33</sup>

---

33 Marília refere-se ao projeto do Governo do Estado de instalação de um estaleiro na praia do Titanzinho, abortado por discordância da Prefeitura de Fortaleza, com base no Plano Diretor Participativo (PDP-For), e pelas reações contrárias vindas de várias partes da sociedade, inclusive dos moradores que querem a implantação da Zona Especial de Interesse Social (Zeis) prevista no PDP-For.

O Prof. Flávio Torres fala do malefício da política à causa ambiental, da ciência e dos cientistas e do porquê de “Cultura” no nome da Socema:

O partidarismo [no movimento ambiental] confunde. Não há maior concentração de gente mais vagabunda que na política, no Brasil. Eu faço parte da política [é da direção do PDT]. Espero não ser um vagabundo, mas reconheço que a população tem toda a razão de, de... [estar decepcionada, rejeitar os políticos]. Aí você vai misturar as demandas de meio ambiente com este tipo de coisa...? Eu acho que enfraquece, que diminui a questão ambiental, quando você partidariza. Cada partido deve ser comprometido com a questão ambiental. Partido Verde. Por quê? É um certo oportunismo do partido porque, como partido, ele trata também de salários, reforma política, movimento ambiental. [...] O papel da ciência, do cientista... A ciência no mundo moderno assume o critério de verdade. O papel da ciência é fundamental para minimizar os impactos. [Nós éramos] um pé na universidade, outro na questão social. Hoje, não. Aquilo era um momento de abertura. Foi uma bolha de participação. Criaram uma associação de professores, que não tinha. Hoje, acomodação que, de certa forma, é natural. Mas é também lamentável. Há um certo relaxamento. Tinha que se discutir, juntar um bocado de gente para saber qual a razão [desa acomodação]. Hoje é permitido [diferente do governo militar], quem quiser fazer faz, os órgãos estão fazendo, e ninguém chama para si a responsabilidade... [como a dizer] para que se meter nisso? Mas é lamentável... é ruim.

O professor dá uma explicação para incluir a defesa da cultura e do meio ambiente entre as finalidades da Socema: “Queríamos algo mais que meio ambiente. Preservar também nossos costumes. Era uma preocupação mais ampla: cultura, valores. Fizemos até um Super 8 sobre o lixão do Jangurusu e outro sobre a morte do carneiro” [de crítica à violência].

Flávio Torres refere-se à principal lição como sendo “conhecer como se trata o poder, como se dribla”. No mais, “fizemos um serviço, algo voluntário”. Ao dizer isso, seu semblante comunica uma satisfação cuja intensidade suas palavras jamais seriam capazes de exprimir.

## **7.2 Movimento SOS Cocó**

O Movimento SOS Cocó tem seu início em 1985, com atividades em prol das lagoas, contra o aterro para a construção do Marina Park Hotel, conta Maria de Fátima Limaverde Costa, educadora, hoje diretora da Escola Vila, uma das fundadoras do movimento. Na descida da Av. Antonio Sales havia a salina Diogo e ali seriam construídos 39 prédios de apartamentos, de nove andares cada, então o grupo consolidou a mobilização no que veio a se chamar Movimento SOS Cocó. Os empreendedores diziam que o mangue estava perdido ali e não se recuperaria; o movimento defendia o contrário, pois tinha informação científica de que o mangue poderia se regenerar, uma vez suspenso o uso do terreno como salina.

Atividade muito marcante foi o Domingo no Parque, naquele ano, com momentos lúdicos para todas as idades e uma mesa redonda. Presentes Lúcio Alcântara e a candidata a prefeita Maria Luiza Fontenele, Flávio Torres, Marta Romcy, Luís Cruz e Vanda Sales (AGB), Marília Brandão (Biologia) e representante do IAB. Calculou-se em cerca de 2.000 pessoas as presentes. Decisões tomadas: uma equipe técnica fazer um estudo da bacia do rio Cocó e a prefeitura impedir as construções até o fim desse estudo.

O estudo concluído, houve outras manifestações nas margens do rio, nas salinas, e nada de o governador demarcar a área de preservação do Cocó. Na pressão para o governador Gonzaga Mota assinar o decreto neste sentido, o movimento passou meses indo toda semana para o hasteamento da bandeira, no Palácio da Abolição, onde se manifestava para sensibilizar o governador de que era necessário proteger o rio em definitivo.

Mudado o governo, quando o então governador Tasso Ribeiro Jereissati assina decreto demarcando o terreno para desapropriar e, posteriormente, criar o Parque Ecológico Cocó, o faz dada a pressão do movimento ambientalista, mas também em função de interesses dele, opinião unânime dos ambientalistas ouvidos. O dossiê elaborado pela I Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza assim descreve a origem do parque:

O Parque Ecológico do Cocó foi criado na década de 1980, pelo governo estadual, em função da mobilização dos movimentos ambientalistas, através do Decreto 20.253, de 05 de setembro de 1989, e do decreto 22.587, de 08 de junho de 1993, que declarou de interesse social para fins de desapropriação, as terras compreendidas entre a BR-116 e a foz do rio, perfazendo um total de 1.155,2 hectares de planície de inundação fluvial. Nesse segmento, encontra-se o exuberante bosque de manguezal que caracteriza o Rio Cocó. (JORNADA EM DEFESA..., 2007, p. 42).

Embora estivesse atendendo a uma reivindicação de Fortaleza, expressa em manifestações públicas, em estudos e nos abaixo-assinados entregues ao Governo do Estado em diferentes ocasiões, ao anunciar o futuro parque o governador manteve o *shopping*, afastou a possibilidade de outras construções próximas ao Iguatemi, exceto em pequena faixa à margem do rio, na Av. Washington Soares, onde ergueria mais tarde o empreendimento Iguatemi Empresarial, uma torre para escritórios. Outra exceção foi a faixa na Av. Eng. Santana Jr, agora ocupada por prédios que impedem a visão do parque.

O parque ainda não foi criado nem demarcado oficialmente, por questões financeiras e políticas. Governo e entidades até chegaram a consenso na proposta de demarcação do parque com a ampliação de sua área, porém a autoridade estadual voltou atrás. (ARAÚJO, 2011). Não pagando as indenizações e sem oficializá-lo conforme o Snuc, o governo deu margem à expansão imobiliária no entorno imediato do parque, o que se concretizaria sorratamente.

Portanto, o que anunciou como um decreto de criação foi uma declaração de intenção de criar o parque. Ato contínuo, o Estado lançou uma campanha midiática em que apresentou a futura unidade de conservação como criada e doada à cidade, e não como uma conquista da cidadania. Ainda assim, todos reconhecem o fato como um marco positivo. Nas palavras de Fátima Limaverde, “para nós foi até surpresa [o anúncio de possível desapropriação], pois não havia abertura nas negociações com o titular da Semace, Adolfo Marinho”. Jamais efetivou-se o segundo decreto, o de desapropriação. Logo, até agora o parque não existe oficialmente.



**Fotos 15 – Show nas Margens do Cocó pela Criação do Parque**

**Fonte:** Cedida por Marcus Vinicius de Oliveira.



**Fotos 16 – Público no Show nas Margens do Cocó pela Criação do Parque**

**Fonte:** Cedida por Marcus Vinicius de Oliveira.

O Movimento SOS Cocó atuou, com outras entidades, em diferentes campanhas encetadas pelos cidadãos. É de Fátima Limaverde o relato:

As ações do SOS extrapolaram o interesse pelo parque e abrangeram, por exemplo, a questão indígena. Junto com o Circo Voador, que se encontrava em Fortaleza, foram feitos debates e uma grande passeata a favor dos índios Tapeba, em cujas terras estava sendo colocado o lixo de Fortaleza – uma forma de expulsá-los da terra. Foram cerca de 5.000 pessoas presentes na passeata. Conseguimos que o lixo fosse direcionado para o Jangurussu e, posteriormente, para o aterro sanitário. Até cerca fora colocada no rio, para que os índios não tivessem acesso aos caranguejos. Na praia de Iracema, o movimento fez intervenção contra a construção de prédios de muitos andares. Conseguimos evitar a mudança de gabarito da área, mas dois prédios cujas construções já estavam adiantadas foram concluídos, como aquele no local onde funcionou o restaurante Lido. [Na atual Av. Historiador Raimundo Girão].

As lutas locais fizeram conexão com as discussões nacionais na preparação da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), a partir das eleições de 1986. Naquela campanha, o Partido Verde propôs ao eleitorado uma “lista verde” composta por candidatos simpatizantes das causas ambientais e João Alfredo Telles Melo foi um dos eleitos como deputado estadual. João Alfredo e Ilário Marques (PT) haviam dado apoio à comunidade pesqueira de Balbino. Eduardo Jorge, liderança do plano nacional, veio discutir a realidade ambiental do Ceará, ocasião em que as situações de Balbino e outras foram discutidas. Surgiu daí o Movimento Salve o Litoral, que assumiu lutas como a de Flexeiras, contra a instalação de hotéis e resorts naquela praia; a de Parajuru (Beberibe) contra os criatórios de camarão; e aquela de discordar da pesca predatória da lagosta em Aracati.

Um documento elaborado pelo Partido Verde, Partido Humanista, Partido dos Trabalhadores, Associação dos Geógrafos Brasileiros e Instituto dos Arquitetos do Brasil relata o passo seguinte do movimento ambiental local. Aqui tomo por base aquele texto, onde afirma: “Cerca de 15 entidades”, entre elas a Socema, “se aglutinaram no Movimento SOS Cocó, em julho de 1985”. Esse processo, no entanto, já estava se produzindo há algum tempo, com a Socema. O movimento desejava “colocar como necessidade, do ponto de vista político, a participação da comunidade na análise e direcionamento dos grandes projetos que tratam da cidade”. (MOVIMENTO SOS COCÓ, 19--).<sup>34</sup>

---

34 O presente relato reproduz, com leves adaptações, o texto “Movimento SOS Cocó”, assinado pelo Partido Verde, Partido dos Trabalhadores, Partido Humanista, Associação dos Geógrafos Brasileiros e Instituto dos Arquitetos do Brasil, sem data, que me foi cedido gentilmente pelo Instituto da Memória do Povo Cearense (Imopec). Inclui, igualmente, informações colhidas nas entrevistas concedidas por Marília Brandão, Vanda Claudino Sales, João Francisco Saraiva Menezes, João Alfredo Telles Melo, Samuel Moraes Braga, Marcus Vinicius de Oliveira, Maria de Fátima Limaverde Costa e Zacharias Bezerra de Oliveira. As falas de alguns entrevistados dão conta do movimento já funcionando em 1983. Talvez nessa duplicidade de datas se embaralhem memórias de ações da Socema com as do Movimento SOS Cocó, questão não elucidada em virtude do curto espaço de tempo para a pesquisa.

O período da ditadura civil-militar (1964-1985) conseguira dissolver quase por completo os movimentos sociais, de modo que era muito difícil a mobilização popular. (GOMES; LENA JUNIOR, 2011). Apesar desse contexto, toma forma um núcleo polarizador das questões ecológicas – a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema), criada em 1976. Esse núcleo foi o responsável, com outras entidades, pelo primeiro movimento ecológico da cidade, cuja ação inicial foi o piquenique ecológico realizado em 1977, em área hoje de domínio do Parque Adahil Barreto.

Dada a forte repressão política do Estado, pode-se dizer que a questão ecológica tornou-se a forma de manifestação possível e se constituiu como um espaço “menos perigoso” para o protesto das comunidades. A Socema enceta as campanhas contra a capinação química, o corte de coqueiros da Volta da Jurema e contra a sede do BNB nas margens do rio Cocó. Nota-se que tais fatos dizem respeito a um momento específico do movimento ecológico da cidade. E a sua fundamentação, diretamente vinculada à tese da “ação racional” e técnica, e não a um assunto eminentemente político - ressalvadas as consciências de seus atores. Pela amplitude do tema despertou o interesse de várias categorias profissionais e de cidadãos comuns.

O apogeu desse processo de luta é a criação do Parque Adahil Barreto, em 30 de janeiro de 1986, conquista política muito representativa para a militância ecológica. Com a chamada “abertura política”, o envolvimento de entidades profissionais, de moradores, as denúncias veiculadas e as ações indiscriminadas do capital privado em variados pontos do complexo do manguezal (*Shopping Iguatemi* e projeto de loteamento da Ibrasal), abre-se a perspectiva de maior participação das comunidades e de politização da luta e da “aventura ambiental”. Não há mais simplesmente a defesa da natureza, mas a defesa dela enquanto sociedade humanizada, historicizada, que significa para o movimento organizado a conquista e a gestão da cidade. É na totalidade dessa conjuntura que surge o Movimento SOS Cocó.

Dada a imbricação das atividades do Movimento SOS Cocó, enquanto tal, com aquelas entidades em particular, às vezes fica difícil distinguir entre as ações específicas do movimento e aquelas próprias das organizações integrantes dele. Em seus depoimentos, concordam que, por sua gênese e forma de ação, a Socema foi a primeira entidade pautada pela preocupação com a cidade enquanto ambiente natural e social a ser construída em Fortaleza. O SOS Cocó foi o primeiro movimento ambiental do Ceará, constituído conscientemente como movimento por seus integrantes.

### ***A Pressão sobre o Poder***

O raio de influência do Movimento SOS Cocó abrangia a Prefeitura de Fortaleza, o Governo do Estado e a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, tendo conseguido, primeiro, que a prefeitura criasse o Parque Adahil Barreto e a Área de Proteção Ambiental do Cocó (30.01.86). A APA abrangia todo o entorno

do rio Cocó no município de Fortaleza, diz João Francisco Saraiva Menezes. Posteriormente, na administração Tasso Jereissati, o Governo do Estado criou o Parque Ecológico Cocó, alargando os limites do parque municipal, porém fixando sua abrangência entre a BR 116 (bairros Tancredo Neves, Aerolândia e Lagamar) e a foz do rio Cocó.

Como já frisado, as lutas ambientalistas começam ainda na década de 1970, contra a ocupação das margens do rio Cocó. Conforme o relato de João Saraiva, o Movimento SOS Cocó se inicia protestando contra o loteamento da Ibrasal e a construção do *shopping* Iguatemi. Sua primeira mobilização ocorre em 1983, em reuniões que juntavam de 50 a 100 pessoas. As principais características do movimento ambiental no Ceará, desde o início, são o seu caráter científico e o trabalho voluntário, diz Vanda Claudino Sales. O viés científico difere a origem do movimento ecológico do Ceará dos movimentos de outros estados brasileiros. Hoje as grandes corporações como o *Green Peace* e o *World Wildlife Fund* têm técnicos contratados e base científica adequada.

Já o SOS Cocó nunca foi institucionalizado, sempre atuou sem CNPJ, sem pessoal contratado, como as ONGs de hoje. Eram pessoas e organizações que se mobilizavam para dar uma contribuição voluntária.<sup>35</sup> Um exemplo: o relatório da Profa. Vanda Claudino Sales fundamentando a posição dos ambientalistas contra a construção de habitações nas margens do rio Cocó foi muito importante. Esse relatório desapareceu dos órgãos do Estado, diz sua autora.

O movimento organizava manifestações no parque: *shows*, piqueniques (Domingo no Parque), divulgava notas na imprensa e durante os eventos. Colhia assinaturas em abaixo-assinados, comparecia a audiências para as negociações com o presidente da Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (Aumef) e com o governador do Estado.

O SOS alertou o vereador Samuel Braga, em 1983, de que uma lei aprovada na Câmara Municipal alterava o zoneamento das margens do rio Cocó. De Área de Proteção do Verde para Área de Alta Densidade. (SESSÃO ESPECIAL NA CÂMARA..., 1985). Com isso, ficava permitida a instalação de moradias em mais de 800ha. Samuel Moraes Braga relata o episódio:

O governador do Estado, Virgílio Távora, havia firmado com o governo federal acordo de construir 2.000 casas no Lagamar e, como contrapartida, 50ha de mangue seriam doados ao Banco Nacional da Habitação, para negociação com os empresários da indústria imobiliária. Os vereadores alteraram essa faixa de 50ha para mais de 800ha, favorecendo a especulação. Propus a revogação da lei, para o zoneamento [da área] voltar a seu *status* original de área de preservação, o que foi grande vitória.

---

<sup>35</sup> Institucionalizar ou não, eis a questão. Vários movimentos e entidades enfrentaram esse dilema e outros ainda se deparam com ele. O receio é o de serem neutralizados pelo Estado ao se oficializarem. A disputa por verbas é um dos males da oficialização, como exposto por Josael Jario em sua entrevista. Essa é uma forma de se tornar presa fácil dos "mecanismos desagregadores" do Estado. (SANTOS, 2008b).

Os vereadores insistiram na alteração do zoneamento para permitir a construção de moradias só nos 50ha previstos anteriormente, mas Samuel Braga fez gestões no âmbito federal. Conversou com o Prof. Paulo Nogueira Neto, ministro da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), da Presidência da República, e com Mário Andraza, Ministro do Interior, a quem estava subordinado o Banco Nacional da Habitação (BNH), e este desistiu do mangue. Cessado o interesse motivado pelo negócio, não havia mais a “desculpa” para alterar-lhe o zoneamento e o mangue permaneceu como área de preservação.

No dia 30 de janeiro de 1986, a prefeita Maria Luiza Fontenele assina o decreto 7302, criando a Área de Proteção Ambiental (APA) do Vale do Rio Cocó, abrangendo a bacia B2 do Plano Diretor de Drenagem de Águas Fluviais, da Aumef. Entre outras autoridades, à solenidade de assinatura do decreto esteve presente o Dr. Paulo Nogueira Neto, titular da Sema, o que denota a importância do acontecimento para a cidade.

O mesmo decreto instituiu o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) para regulamentar a APA e analisar previamente quaisquer projetos de parcelamento do solo, construção ou reforma de edificações. Do GAT participavam a Socema e outras entidades da sociedade civil e órgãos públicos como a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Sudec – embrião da atual Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará – Semace), a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (Aumef) e a Câmara Municipal. (MARIA LUIZA ASSINA DECRETO..., 1986). O GAT foi o antecessor do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Durante a campanha encetada pelo SOS Cocó foram realizados atos públicos, divulgados artigos e saíram reportagens em jornais, especialmente o jornal O Povo – “fomos manchetes de jornal por cinco anos”, assegura Vanda Sales – foram feitos cartazes e afixados pela cidade. Às mobilizações no Cocó compareciam também políticos, o prefeito, vereadores e deputados, pois se tratava de um púlpito concorrido. Para a impressão dos cartazes os militantes recorriam ao comércio, onde adquiriam tinta, e à imprensa universitária; o governo do Estado e a prefeitura municipal davam o palanque onde se apresentavam Eugênio Leandro, Calé Alencar, Dilson Pinheiro e Gigi Castro. A Creche Vila desenvolvia atividades lúdicas.

Com o tempo o SOS Cocó passou a atuar também no campo institucional, como no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) e em seu similar municipal, o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Comdema), hoje denominado Conselho Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Comam).

Diante do projeto e do início da construção da ponte na foz do rio Cocó, ecologistas se postaram frente às máquinas e até acamparam às suas margens, no mangue. A resistência ao projeto resultou no embargo da obra por anos, só retomada e inaugurada em 2010. A preservação da área está garantida com a criação do Parque Municipal Dunas da Sabiaguaba, em 2005, e com a elaboração de seu plano de manejo e a eleição de seu conselho gestor, em 2011. Os ambientalistas ouvidos nas entrevistas desta pesquisa são unânimes em caracterizar o Parque Municipal e

a Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba como frutos das campanhas do movimento ambiental de Fortaleza, desde a sua origem, como o Movimento SOS Cocó.

### ***Entraves para o Movimento***

Diversos entrevistados destacaram que o fato de o ambiente sadio ser um direito difuso, de certa forma dificulta, ontem e hoje, a ação de entidades e movimentos. Como o direito difuso interessa à humanidade como um todo, os grupos particulares tendem a não se mobilizar. Como reza o dito popular, “o que é de todos não é de ninguém”.

O crescimento da cidade no sentido leste intensificou-se nos últimos 30 anos. O movimento ambiental ficou sem condições de acompanhar todos os projetos. Assim, entre outras perdas, uma revenda de veículos instalada na Av. Washington Soares, em frente ao Iguatemi, destruiu parte do mangue, apesar dos atos públicos feitos pelo Partido Verde e pela AGB-CE. Condomínios foram erguidos nas bordas do parque, o que constitui uma barreira a impedir a vista do mesmo em vários pontos, especialmente na citada avenida e na Av. Rogaciano Leite.

Para João Alfredo,

[...] é mais fácil mobilizar em torno de categorias profissionais específicas, por exemplo. A luta ambiental requer uma consciência que garanta essa mobilização. E temos de enfrentar interesses econômicos fortes como a especulação imobiliária, o turismo. Se esta questão geral está ligada à cidade, a um rio, lagoa, dunas e suas vegetações, é mais difícil. Fica muito nas costas de poucos: Flávio Torres, Marília Brandão, Vanda Claudino Sales, Jeovah Meireles, Marcelo Moro, por exemplo. Em movimentos ligados a determinados bairros fica mais fácil, você sabe, pois participou na Maraponga e participa no Parque Ecológico Rio Branco. Pessoas que são parâmetros, paradigmas, muitas delas se afastaram e essa é mais uma dificuldade.

Samuel Braga conta que, ao chegar na Câmara dos Vereadores, em seu primeiro mandato (1983), enfrentou grande barreira formada pelos vereadores que haviam aprovado recentemente uma lei tirando das margens do Cocó o caráter de zona de preservação. Para convencer seus pares, ele destaca que foram fundamentais o apoio de informações científicas vindas dos professores da UFC integrantes do movimento ambiental e a pressão popular expressa em telegramas, cartas e na presença nas galerias da Câmara nos momentos de votação.

A visão desenvolvimentista prevalecente na sociedade é outro entrave à conservação e preservação ambiental. Sob a fachada do desenvolvimento a imprensa apoia empreendimentos danosos ao ambiente. Um sério entrave à preservação é o discurso do emprego, ressalta o geógrafo José Borzachiello da Silva. Sob esse discurso, tudo ou quase tudo é justificado, diz ele.

O outro é o discurso da solução de problemas sociais como moradia e emprego. O Estado quis fazer um conjunto habitacional para pessoas pobres na zona

de ocupação das marés e de mangue, portanto APP, nos anos 1970. O movimento ecológico indicou o local correto, conforme o relato da geógrafa Vanda Sales.

Nunca funcionou de retirarem as pessoas, mas nós indicamos. Interessante que neste caso foi briga do movimento social contra o movimento social, porque a população quer habitar e nem sempre tem o entendimento do que deve ser preservado.

Isso não significa que o movimento ecológico fosse direitista, pelo contrário. Nas palavras de Sales, "nunca fomos movimento de direita. Somos de esquerda. Tanto que no Fórum [da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento] havia partido político de esquerda (PC do B, PV e PT). Nunca aceitamos os outros".<sup>36</sup>

Uma dificuldade, para Fátima Limaverde, era perder três horas em uma secretaria, e chegar a atendente dizendo que o secretário não iria receber. Outra situação complicada era comparecer a eventos em que a palavra era negada ao movimento, mas depois saía seu nome ali, a sugerir que o movimento concordara com tudo o que fora dito e decidido, às vezes posturas nas quais o SOS Cocó não acreditava. Foi quando o movimento resolveu deixar de comparecer.

### ***A Torre Iguatemi Empresarial***

Em 2007, teve início a construção do edifício Iguatemi Empresarial, nas imediações do *shopping* de mesmo nome, a poucos metros da lâmina d'água do rio Cocó, portanto em sua área de preservação ambiental. Em destaque nos tabiques que separavam a construção da Av. Washington Soares uma placa exibia a licença para o empreendimento, dada pela Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam), da Prefeitura Municipal de Fortaleza<sup>37</sup>.

Começou uma reação do movimento ambiental contra o empreendimento, a partir de um chamamento da Escola Vila, liderado pela Profa. Fátima Limaverde. Era

---

36 Para o movimento social, ser de esquerda geralmente se entende como alguém de partido de orientação marxista. Este é o sentido adotado aqui por Vanda Sales. Conforme Norberto Bobbio, ser de esquerda no sec. XXI é optar pela igualdade, ou seja, por uma sociedade de iguais em dignidade, em direitos, em oportunidades. (BOBBIO, 2001).

37 A Resolução Conama 237/97, Art. 8º, prevê três tipos de licença: 1 – a Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; 2 – a Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; e 3 – a Licença de Operação (LO), autorizando a atividade ou empreendimento, cumpridas as exigências das licenças anteriores e as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação. (BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, 2011).

o ano de 2007. Ante a convocação da professora, rearticulou-se o Movimento SOS Cocó, que passou a fazer várias manifestações, ora na frente da obra, ora no parque, no cruzamento das avenidas Pe. Antonio Tomaz e Eng. Santana Júnior. É dela o relato:

Na comemoração do Dia Mundial da Água pela Escola Vila, 22 de março de 2007, várias entidades ambientais convidadas, fomos à construção da torre para gritar pela água e contra a torre do Iguatemi praticamente dentro da água [do Rio Cocó]. Juntos estavam vários grupos, dentre eles a Crítica Radical, cujo nome já diz de sua postura. Dessa manifestação, seguiram-se outras, com o que se chamou a atenção da cidade para a construção, para a agressão.

As manifestações do movimento social continuaram. Até prisões se registraram e processo contra os ativistas. Fátima Limaverde conta o ocorrido:

No Dia Mundial do Meio ambiente, o [*shopping*] Iguatemi promoveu uma corrida ecológica que trouxe uma atriz e, na oportunidade, os membros da Crítica Radical tiraram a roupa e correram no ambiente público em sinal de protesto, para a não construção da torre. A imprensa cobriu sob vários olhares. Em uma dessas manifestações, os jovens vestiram camisas verdes, foram para o Iguatemi, onde estava exposta a maquete da torre e aplaudiram a maquete, gritando a palavra de ordem "Salve o Cocó". Os seguranças do *shopping* detiveram os manifestantes em uma área do Iguatemi e minha filha adolescente, Morena Cristal, ficou lá, enquanto os três rapazes foram levados para registro de ocorrência em uma delegacia. Conseguimos quatro advogados de defesa dos três outros jovens.

Outro ato aconteceu no Dia Internacional de Proteção dos Manguezais (26.07.2007). Cerca de 150 pessoas representando sete movimentos em favor do meio ambiente fizeram a 1ª Marcha da Frente Ecológica de Fortaleza até a prefeitura. (1ª MARCHA DA FRENTE..., 2011). Levaram um pedido especial: a revogação imediata da licença concedida pela Semam. Chegando ao local às 15h40min, todos os portões trancados, agentes da guarda municipal informaram que não havia ninguém para atender o grupo que ali permaneceu gritando palavras de ordem como "Luizianne, que papelão! Assina logo a revogação!".

Para desespero do movimento ambientalista, os atos se repetiam e a obra subia, indiferente. Surgiu, então, na Procuradoria Geral do Município, a proposta de ser feito um plebiscito pelo qual a população iria referendar a prefeitura na suspensão da licença dada. A ideia dividiu os ambientalistas. Parte achava desnecessário, por considerar que a prefeitura tinha poder de retirar a licença a qualquer tempo, enquanto outros concordavam com a consulta popular.

Testemunha, por ter participado da reunião em que a proposta foi colocada, João Saraiva relata como surgiu a ideia do plebiscito:

O plebiscito surgiu na própria Prefeitura [Municipal de Fortaleza]. A prefeitura convidou para uma reunião em que estavam pessoas da prefeitura e ambientalistas, e colocou pra gente que estava em um impasse: segundo a prefeitura, na época, o processo da licença era legal, a prefeitura estava de mãos atadas, tinha de dar a licença [de construção da torre Iguatemi Empresarial] – a lei permitia à prefeitura licenciar o empreendimento. Do outro lado, pessoas do movimento ambiental entendiam que a prefeitura tinha, juridicamente, respaldo para não licenciar a obra, mas suspender a licença dada. A prefeitura não queria suspender a licença, porque teria um problema político grande. Então propôs o plebiscito para a cidade de Fortaleza [se pronunciar] e encaminhou à Câmara Municipal a proposta de plebiscito, para reverter aquele ato administrativo consolidado [a licença]. Um vereador, Idalmir Feitosa, entrou com ação em instância maior [Tribunal Regional Federal, 5ª Região, sediado em Recife PE.], alegando que a prefeitura não poderia realizar o plebiscito. O Supremo Tribunal pronunciou-se dizendo que a Prefeitura Municipal de Fortaleza tinha poderes para revogar a licença dada, sem necessidade de recorrer ao plebiscito.

Ao assumir fazer o referendo, o Movimento SOS Cocó ou parte dele selou uma aliança com a Prefeitura de Fortaleza. Nas palavras de Fátima Limaverde:

Aproximaram-se as eleições, fomos colher assinaturas no abaixo-assinado para a realização do referendo. Eram necessárias 70.000 assinaturas e só conseguimos umas 15.000. A gente viu que era a única forma de encarar e houve sensibilidade da Prefeitura de Fortaleza. Mas esses comprometimentos políticos não invalidaram a luta. Houve essa aliança.

Zacharias Bezerra de Oliveira, que acompanhou aquela operação, não contradiz, mas complementa o relato dos seus colegas de movimento. Segundo sua interpretação, naquelas circunstâncias, o SOS Cocó tentava tirar da prefeitura o argumento de que ela não poderia voltar atrás, pois, mediante o referendo, retroagiria com o respaldo popular. Em resumo, a prefeitura dera a licença de instalação e não queria arcar com o ônus de voltar atrás, então recorreu às lideranças de um dos mais importantes movimentos ambientais da cidade.

Esse argumento foi exposto com maior crítica à prefeitura no dossiê da I Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, evento de 2007 que reuniu o movimento ambiental da cidade:

Quanto à Torre do Iguatemi [edifício Iguatemi Empresarial], a nossa postura é a de solicitar a revogação da licença ambiental que foi concedida, alias, indevidamente, pois a obra não passou pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente como reza a Lei Orgânica do Município, nem teve EIA/RIMA, como indicam portarias do Conama. A obra fere ainda de forma espetacular o direito à paisagem do Parque Ecológico do Cocó e, nesse sentido, agride os direitos dos cidadãos fortalezenses. Além da revogação da licença ambiental, também apostamos na realização de referendo (que nesse caso incidiria sobre a revogação da licença), que teria a perspectiva de colocar a problemática para o

conhecimento e deliberação do conjunto dos segmentos sociais que fazem a sociedade fortalezense, fato mais expressivo que a discussão em um conselho municipal. Preparamo-nos também para encaminhar à Câmara Municipal um projeto de veto popular, no sentido de impedir a construção desses e de outros equipamentos no entorno do Rio Cocó. (JORNADA EM DEFESA..., 2007, p. 45).

Na análise de Marcus Vinícius de Oliveira, teriam se fortalecido naquele impasse o então senador Tasso Jereissati, que colocou na mídia uma campanha em que sugeria o *Shopping Iguatemi* como um benefício ao mangue; e a prefeita Luizianne Lins, por enfrentá-lo nos tribunais, passando uma imagem de guerreira – e isso teria ajudado a sua reeleição. A Torre do Iguatemi foi concluída e está em uso.

O SOS Cocó hoje quase não se reúne, informa João Saraiva. Quando o movimento é convidado para alguma atividade, ao surgir um caso, ou para se pronunciar em um evento, seus integrantes se comunicam por telefone e resolvem o que fazer, quem vai representá-los. Geralmente João Saraiva e Arnaldo Fernandes o representam. O movimento “é uma marca” respeitável, na defesa do interesse ambiental, afirma João Saraiva. Daí haver a intenção, entre seus membros, de relançarem o movimento em 2011, após 25 anos, reapresentando a Cocobra como símbolo de suas intervenções.

## ***A Superação das Dificuldades***

Ao longo do tempo, o Movimento SOS Cocó mostrou capacidade de remover os obstáculos, para o que usou como meios o corpo jurídico do país, estabeleceu elos com as demais entidades, falou via meios de comunicação com a fundamentação científica capaz de lançar pontes entre os meios acadêmicos, políticos e populares.

O parlamentar João Alfredo Telles Melo cita, do movimento, que

a capacidade de fazer alianças, nem que sejam alianças pontuais, é o que leva a vitórias e faz que a gente possa enfrentar interesses tão fortes. São alianças assim que levam a vitórias mesmo que parciais, como a recente vitória contra a iniciativa do governador Cid Gomes que o movimento ecológico chamou de AI 5 Ambiental<sup>38</sup>. [...] A Constituição Federal de 1988 promoveu uma ‘ecologização do direito’, nas palavras de Antonio Hermann Benjamim<sup>39</sup>, então você tem instrumentos jurídicos muito bons. O direito ambiental é um forte aliado nosso, pela Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei da Ação Civil Pública,

---

38 Projeto de lei pelo qual o governador Cid Gomes propunha a dispensa de licenciamento ambiental para uma série de obras, esvaziava órgãos como a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace) e o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema), enquanto centralizava o poder de decisão no governador e no secretário do Conselho Estadual de Políticas de Meio Ambiente (Conpam). Ante a reação do movimento ambiental, o projeto foi melhorado e seguiu seu trâmite na Assembleia Legislativa, embora ainda com pontos questionáveis, no entender de alguns juristas.

39 Professor de direito ambiental e atual ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Código Florestal, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, além do Ministério Público que passou a ser um ouvidor jurídico da sociedade. A imprensa também é aliada, a depender dos interesses em jogo. No caso da transposição do rio S. Francisco, por exemplo, ela está muito fechada.

A composição do SOS Cocó mudou com o passar dos tempos, o que contribuiu para avanços. Em seu início participaram: Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-Fortaleza), Associação Profissional dos Geógrafos Cearenses (APGCE), Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará (AEAC), Partido Verde, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE), Associação dos Sociólogos, Creche Vila, Associação Profissional dos Biólogos do Ceará (APB-CE), Nuga-Uece, Esplar, AME-Canoa Quebrada. Aprovece, Clube de Engenharia, Centro Acadêmico de Geologia, da Universidade de Fortaleza (Unifor); Centro Acadêmico Dias da Rocha, da Universidade Federal do Ceará (UFC); Centro Acadêmico de Geografia, da Universidade Estadual do Ceará (Uece); e Diretório Central dos Estudantes da Unifor (Rol constante da 2ª Carta ao Governador, de 02.06.86, cópia fornecida pelo Imopec).

Para sensibilizar a população e passar sua mensagem, foi criado um símbolo, a Cocobra, e nas suas apresentações era repassada uma história baseada no folclore segundo a qual aquele monstro saía das matas para “devorar” quem quisesse destruir o rio. O corpo da cobra é formado por um pano sobre hastes de ferro, conduzidas por 10 pessoas; e sua cabeça, confeccionada em papel. Ao longo do tempo o movimento usou pelo menos três Cocobras. Mais uma ficou pronta para o Dia Mundial do Meio Ambiente de 2011 e participou da caminhada ecológica da Paróquia de Fátima, dia 4 de junho, conduzida pela Escola Vila. Os militantes programavam fazer com ela o relançamento do Movimento SOS Cocó no segundo semestre de 2011.

Relata João Saraiva:

A [primeira] Cocobra andou pela cidade toda, até no Lagamar 2, que não sabíamos ser ambiente perigoso e de onde certa vez saímos expulsos a pedradas. Ela era baseada no mito da Cobra Boitatá, um ser gigante que habitaria as florestas, de onde saía e corria atrás dos agressores, sempre que as pessoas vinham caçar ou retirar madeira. Baseados neste mito, criamos a Cocobra que defendia o rio e suas margens.

A Cocobra era exibida nas manifestações e nas convocações para eventos, por exemplo, em ruas e vielas do bairro Lagamar. João Saraiva cita um estudo feito à época segundo o qual 10.000 pessoas dependiam do rio. Pescadores chegaram a participar das manifestações nas margens do Cocó, com seus instrumentos de trabalho.

Outro meio para obter a participação massiva das pessoas foram os anúncios criados para chamar leitores de jornais para os eventos, importantes tanto por

sua criatividade como pelo seu impacto. As notícias geradas em cima dos próprios anúncios dão conta desse impacto e eram fatores a multiplicar sua difusão. A participação dos artistas locais nos *shows*, como forma de atrair o público, é fator sempre mencionado pelos entrevistados e analisado como uma boa estratégia. Notícias em jornais, antes e depois dos eventos, e durante a discussão de propostas, foram fundamentais para a maior adesão das pessoas à campanha.



**Foto 17 – A Cocobra na Campanha pela Árie do Cocó**

**Fonte:** De Davi Aragão Rocha.

Interessante observar, também, o tipo de valores veiculados pelas campanhas publicitárias e pelos atos do movimento. Fátima Limaverde faz sua análise em que destaca esse aspecto:

As manifestações do SOS Cocó eram impregnadas de sentimentos nobres em relação à vida. A gente percebia o quanto nós éramos respeitados, o quanto éramos queridos, sem partir para o confronto agressivo. Em frente ao Marina Park, não fomos espancados [por prepostos dos empreendedores] porque as crianças estavam lá. As crianças são a vida, e são respeitadas, pelo ato de amor, de apelo ao adulto para que cuidem das coisas, para que nós possamos desfrutar dessas coisas.

As falas das pessoas entrevistadas e os documentos que disponibilizaram comprovam que, para se impor frente ao poder público, o SOS Cocó usou como principal instrumento a argumentação científica elaborada na universidade e nas entidades profissionais, e difundida via eventos e meios de comunicação, especialmente os jornais.

Um exemplo de argumentação científica foi a utilizada para justificar a criação do Parque Cocó, usada na “Carta ao Governador”, de 2 de junho de 1986. Ali se lê sobre a necessidade de ser instituída a

Área de Preservação Permanente no trecho do rio Cocó mais próximo do mar (da foz até a BR 116), onde sua planície de inundação se alarga, sofrendo influência diária das marés, e onde está instalado um grande ecossistema de manguezal, delimitando essa área pela cota 3 (curva de nível a três metros acima do nível do mar) que corresponde à altura e extensão máximas atingidas pelas águas nesse trecho da planície de inundação.

Coroando o argumento, a carta remete a uma tabela elaborada pelo Laboratório de Ciências do Mar (Labomar), da UFC.

### ***Fatores para a Vitória***

Algumas circunstâncias facilitaram a mobilização pelo movimento. Primeiro, a conjuntura política do País, pois, como já aludido, a questão ecológica tornou-se, com a forte repressão política do Estado, a forma de manifestação possível, e se constituiu como um espaço “menos perigoso” para o protesto das comunidades. Em segundo lugar, e decorrente daquele fator, a adesão de professores e estudantes. O movimento surge na universidade, ambiente também completamente vigiado pela repressão militar, porém com maior fluxo de informações – seus integrantes já integravam redes internacionais nos anos 1970 e 1980.

A cobertura da mídia foi fator de mobilização no começo do movimento, observando-se um engajamento direto do jornal O Povo, ao fazer ampla cobertura e até ceder espaços publicitários<sup>40</sup>. Os entrevistados ressaltam que, ao longo do tempo, as notícias da imprensa em torno de temas ambientais e, mais recentemente, as informações sobre o relatório do IPCC criaram dúvidas, interesse e até medo na população. Essas informações ajudam a obter as reações das pessoas em relação a seu ambiente de vida e até a problemas mais distantes. Disso são sinais os diferentes movimentos surgidos Brasil afora e a enorme participação dos cidadãos nas petições via internet, dirigidas às autoridades, para que resolvam problemas relativos ao ambiente.

O contexto de hoje é outro. A postura dos jornais parece mais capitalista e/ou engajada em outro viés político, daí a maior seleção em termos de coberturas e de apoios a campanhas. Os espaços de notícias são menores e já não cedem es-

---

<sup>40</sup> O assunto levantado pelo movimento era inédito e os meios de comunicação se alimentam do “novo”. Assim, o engajamento do O Povo parece denotar um caráter comunitário ou menos capitalista do veículo, para além do óbvio viés jornalístico. Flávio Torres informa, entretanto, das dificuldades para a divulgação das atividades pelo jornal no começo da campanha em prol do Cocó, dadas as pressões de anunciantes envolvidos.

paço publicitário gratuito, como no início. As novas mídias com suporte da internet exercem um papel ambíguo: se de um lado facilitam a participação virtual, de outro desestimulam o debate presencial, na opinião de pessoas entrevistadas. Os militantes da fase inicial definiram-se profissionalmente, fizeram ou aprofundaram opções filosóficas e/ou políticas, seu emprego mudou ou surgiram outras prioridades para o uso de seu tempo. Tudo isso trouxe implicações quanto a seu maior ou menor engajamento, hoje.

Por exemplo, aumentaram as exigências da academia para com seus professores, hoje compelidos a se vincular a projetos de pesquisa a envolver, às vezes, além das universidades, o CNPq-Capes, governos e até empresas privadas. As entidades do campo profissional e aquelas agregadoras de professores de pós-graduação prendem aqueles que, antes, reservavam um tempo de seu dia para o trabalho voluntário pela causa ambiental. Outros militantes ambientais entraram na vida partidária, onde posturas ideológicas separaram pessoas antes juntas em prol do meio ambiente.

Quanto a vitórias, há unanimidade: a principal foi a instituição do Parque Adahil Barreto (municipal) e o vislumbre do Parque Ecológico Cocó (estadual, sendo um alargamento do primeiro). O Adahil Barreto tem uma área total de 137.103,19 m<sup>2</sup>, localizado Rua Mal. Virgílio Borba com Rua Vicente Leite, no bairro São João do Tauape, conforme o Decreto Nº 4852 de 29/03/1977, declarando a área de utilidade pública para desapropriação. O Decreto Nº 5754/83 de 11/11/83 deu a atual denominação. (FORTALEZA. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2011).

Ainda como resultados desse movimento, a prefeita Maria Luiza Fontenele criou a Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Cocó, a APA do riacho Maceió e a APA do rio Ceará. Conforme a Profa. Vanda Sales, "a APA do riacho Maceió foi preservada por 20 anos e agora a prefeita Luizianne Lins abriu espaço para uma empresa expulsar a população".

Outra vitória foi a criação do Movimento SOS Lagoas, que conseguiu impedir a instalação de uma revenda de veículos nas margens da lagoa de Parangaba. No caso, houve o apoio da Justiça, pois o movimento recorreu a esse poder.

A professora Vanda Sales enumera as vitórias que atribui ao SOS Cocó:

A maior vitória foi a criação de uma cultura ambiental na cidade. Antes tudo dependia de nós, vinham com a denúncia para nós. Agora, não. Defendíamos o [rio] Cocó e as dunas. Essa Árie [Área de Relevante Interesse Ecológico] agora criada já foi objeto de defesa para sua preservação diversas vezes. A Caixa Econômica já quis construir ali e a gente conseguiu impedir; conseguimos impedir no Conselho Estadual de Meio Ambiente torres residenciais nas dunas, também defendendo-as no Conselho Municipal de Meio Ambiente, solicitando parecer técnico da Universidade Federal do Ceará. Barramos a ocupação de parte das dunas do Cocó. Agora é que as restantes foram transformadas em parque com o *status* de Árie. Pelo menos 15ha, portanto, uma grande vitória. Antes [as pessoas] ligavam pra gente. Não ligavam para a Semace, a Semam. Agora elas pressionam o poder público. Como no caso da destruição daquelas árvores de um quarteirão inteiro, na Aldeota. Isso não está ocorrendo em São Luís [MA], em Recife [PE]. Algumas pessoas acham que de nada adianta [pres-

sionar o poder público]. Aqui, só há degradação se o governo do Estado ou a prefeitura der autorização. É o poder público que degrada.

O arquiteto Liberal de Castro, professor aposentado do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, lamenta que tenham ficado fora do Parque do Cocó as margens acima da BR 116, até o limite do município de Fortaleza, pois já na sua juventude ele sonhava com aquela área “como um parque das carnaubeiras”, tamanha a presença e exuberância dessas palmeiras naquele trecho da cidade. Portanto, no seu entender, ao ser criado, pois ainda não existe oficialmente, o parque poderia ser maior.

A criação oficial do Parque Ecológico do Cocó dentro dos marcos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000), é outro desejo ainda por se concretizar. Há impasse quanto ao pagamento das terras por desapropriar e uma pendência legal quanto à avaliação econômica das mesmas e, em caso de pagamento, qual a quantia a pagar. Alega o governo do Estado que as famílias proprietárias das terras estão exigindo uma indenização com valores exorbitantes. Entretanto, no Ministério Público Federal há uma argumentação no sentido de que tal exigência é descabida, por serem terras da União ou com proibição legal de exploração econômica<sup>41</sup>. Baseado nessa indefinição, o governo do Estado ainda não demarcou os limites (a chamada poligonal) e a área de amortecimento do parque.

No início de primeiro mandato do governador Cid Gomes (2007-2010), o Grupo de Trabalho do Cocó (GT) fez a proposta de aumentar o parque em 350ha, totalizando 1.312,30 hectares. A partir da aprovação dessa proposta, o passo seguinte seria o decreto tornando de interesse social a área proposta pelo GT. (SÁ, 2011). Por último, sob o argumento de serem muito elevadas as indenizações aos proprietários das terras, o governo aventou a possibilidade de reduzir extensão para 950ha. Por esse limite, em certos trechos não haveria área de amortecimento entre as atividades normais da cidade e o parque. O tema saiu da pauta do governo e da mídia.

Em outro aspecto relacionado ao parque, há a proposta de perenizar o rio Cocó, pois em certas épocas do ano ele fica reduzido a um filete de água no trecho sem a influência da maré, razão por que naquele percurso a poluição se concentra. Essa perenização seria feita mediante a formação de um lago de 400ha.

### ***Avanços, Recuos e Aprendizado***

A conquista de uma representação do SOS Cocó no Coema foi motivo de animação. O SOS nunca foi formalizado como entidade jurídica. Portanto, o movimento ambiental como um todo passou a ser representado por suas entidades como a AGB, o IAB, a Socema e outras. Até se chegar a esse formato foi grande a polêmica dentro do movimento ambiental, pois o Partido Verde e a AGB eram contra

---

41 Este é o entendimento do Procurador da República Alessandro Sales, como exposto adiante.

essa participação nos conselhos estadual e municipal, por significar uma institucionalização do SOS Cocó. Alcançado o consenso, verificou-se, então, um intenso trabalho no sentido de conquistar políticas públicas de meio ambiente e contribuir para o aperfeiçoamento de projetos e políticas ali apresentados pelo governo do Estado.

Como estava incomodando, a representação do movimento ambiental foi suprimida, o que será descrito no relato da ação do Fórum da Sociedade Civil Cearense de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) e no Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam). (Seção 7.3, adiante). Nesses conselhos é regimental que só os conselheiros titulares falem. Em dadas situações lideranças individualmente intervinham, mediante a inscrição de conselheiros que lhes cediam a palavra. Assim é que conseguiam falar representantes do Partido Verde e até lideranças de entidades dos bairros populares da cidade, como Antonio Geraldo Ricardo, em nome do Grupo Justiça e Paz, da Maraponga.

Em termos de aprendizado a partir das campanhas do Movimento SOS Cocó, o vereador João Alfredo menciona:

Aprendo a capacidade de sensibilizar a opinião pública que está adormecida – há uma juventude mais sensível – mas também os mais velhos que têm a lembrança de como era seu mundo, porque o pessoal do meio [idade madura] está adormecido. Aprendo a tentar ocupar os espaços da imprensa burguesa, mas também o das novas mídias. Internet traz mais informações, mais mobilização; *twitter*, as redes sociais. [Estes meios] também são causa de desmobilização real.

### **7.3 Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**

O Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi uma articulação de pessoas e entidades cearenses em preparação à Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. Uma forma de contrapor-se na Eco 92 à visão governamental que se prenunciava hegemônica no evento. “O olhar oficial não mostrava a degradação ambiental, a situação dos índios, dos quilombolas, população de baixa renda. Nada disso existia no olhar oficial”, conforme a geógrafa Vanda Claudino Sales.

O fórum local realizou vários estudos e levou para o Rio uma importante delegação cearense, além da publicação “Diagnóstico Socioambiental do Estado do Ceará – o olhar da sociedade civil cearense”. Conforme Marcus Vinícius de Oliveira, havia no fórum a diretriz de

estudar, estudar, estudar, fazer diagnóstico, para depois agir. [...] A ação ficava sempre em segundo plano. Era um movimento da (Av.) Pontes Vieira até a

Aldeota, portanto, de elite, nas palavras do engenheiro agrônomo Marcus Vinícius. Não se tratava de um movimento de populares. Sempre foi de elite. Com forte postura de classe. Tanto que jamais se preocupou com o aterro do Jangurussu, que poluía o Cocó. Então só interessava o Cocó de cá, enquanto as margens mais próximas da periferia e a própria periferia sofriam agressões.

Vanda Sales contesta essa análise, ao assegurar que o Fórum se destinava a levantar o olhar da sociedade civil e mostrá-lo na conferência – e estes objetivos foram alcançados. Como prévia, essa mobilização já ocorrera na Conferência Internacional sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas (Icid), ocorrida em Fortaleza, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, em preparação à Rio 92.

O geógrafo José Borzachiello da Silva vê hoje aquele fórum como

eco da constituição dos partidos verdes europeus. Resulta da consciência de cidadania, com a abertura política do país; o ideário de democracia e participação eclode neste movimento. O rótulo 'ecológico' em nada desmerece aquele movimento, muito pelo contrário, mas há todo um contexto de afirmação da democracia, tem como pano de fundo uma manifestação muito maior. Tanto que pessoas que começaram naquele contexto ainda estão na cena social e política do Estado.

Na condição de membro da Associação de Geógrafos Brasileiros, Borzachiello registra que a AGB mobilizava advogados especializados em direito ambiental – embora poucos, então – e encarava o verde como necessidade orgânica de vida, ao lado de profissionais da arquitetura, da política, da física da UFC e de professores da Uece também.

O parque se consolida com a prefeita Maria Luiza Fontenele criando a Área de Proteção Ambiental. Assim, o rio Cocó foi preservado com o Parque Adahil Barreto, embora ele já tivesse começado a ser estrangulado com a construção de uma ponte na Avenida Perimetral, com a construção do estádio Castelão (mais uma ponte na Av. Paulino Rocha), com a ponte da BR 116 e a da Av. Washington Soares. A partir da primeira ponte fica impedida a passagem de embarcações mais altas. Com a construção do *shopping* Iguatemi, em 1982, diz o geógrafo José Borzachiello,

há um comprometimento maior, por ocupar uma área de várzea, de inundação e expansão do rio. O manguezal já está virando um bosque. Da criação do Parque Ecológico Cocó, em 1989, até hoje, sua situação não foi totalmente regularizada. O que nós vimos foi uma expropriação do potencial paisagístico do parque por um movimento especulativo da cidade. Na luta política, ganhamos uma imensa área verde, embora esta cumpra um papel social muito pequeno.

José Borzachiello lista outras derrotas:

Perdemos a luta contra a abertura da Av. Sebastião Abreu. Ela facilita a conexão do Iguatemi com as porções dunas-Papicu e Cocó, este o bairro que mais se verticaliza. Dividiu o parque. O que foi um prejuízo, apesar de instalado o 'caranguejódromo' – tubulação para os caranguejos poderem se movimentar na área sujeita a inundação. Na administração Juraci Magalhães, é iniciada mais uma ponte, conexão da Praia do Futuro com a de Sabiaguaba, sobre colunas, mais um impacto, de outra natureza, mas impacto. Na direita do Cocó, [ocorre] a expansão da favela do Dendê, uma área opaca da cidade.

O geógrafo demonstra em sua análise que começaram muito antes os danos ao Cocó e, conseqüentemente, ao sistema de áreas verdes da cidade, já com a construção do conjunto habitacional Cidade 2000, na década 1970, cujo impacto foi muito maior, porque construído sobre lagoas intermitentes, secas no momento das obras. É da mesma década (1976) o prolongamento da Av. Santos Dumont até a Praça 31 de Março, o que seccionou a Cidade 2000, originalmente parte do sistema de drenagem da lagoa do Papicu e Papicu-Riacho Maceió, e provocou inundações no bairro.

Na administração Maria Luiza houve a inversão da drenagem do setor norte (sistema Papicu-Maceió) para o sistema Cocó. Resolveu-se o problema das inundações na Cidade 2000, porém com grande impacto. Um prejuízo aprofundado na atualidade, com a intervenção chamada Cidade Leste, que se diz continuação da Av. Pe. Antonio Tomaz, mas nada tem de tal continuidade, afirma Borzachiello.

Além da construção do Castelão, impactaram as margens do Cocó a estação da Chesf, a construção do supermercado Macro [cuja impermeabilização do estacionamento não estava prevista, mas ocorreu por falta de fiscalização pelo município], loteamentos para a instalação de condomínios no bairro Cajazeiras, de modo que seu leito está profundamente impactado. Tomando consciência do rio Cocó, vem à tona o problema do aterro do Jangurusu, o chorume comprometendo o rio. O sistema de saneamento cria o lago no bairro Tancredo Neves – favela do Gato Morto – o que atenua o problema das cheias do Cocó.

Até agora não foram bem-sucedidas as políticas para melhor se proteger seu leito e suas margens. Houve ganho com a promessa do parque, mas sem tratamento do lençol freático que protegesse o rio Cocó, lamenta Borzachiello. Segundo ele, aos poucos, o Movimento SOS Cocó evolui do localismo da cidade para o próprio Estado [com o Fórum Cearense], uma nova prática política foi se consolidando e o rio ficando um pouco de lado.

João Francisco Saraiva Menezes, economista e funcionário da Prefeitura de Fortaleza, participou de vários momentos do Fórum Cearense de Meio Ambiente e relata que foi (re)criado em uma das Semanas de Meio Ambiente promovidas pela Petrobras em Fortaleza. Denominado nessa recriação como Assembleia Cearense de Meio Ambiente, teve seu nome alterado para fórum, a fim de não ser confundido com o legislativo estadual. Nessa composição tinha uma ampla representação da sociedade civil, de órgãos públicos e do comércio, com formação pluripartidária.

Conforme o relato de João Saraiva, aos poucos este fórum foi-se tornando mais ideológico, com predominância do pensamento do PT, processo este que atingiu seu auge com a chegada do partido ao poder, em nível nacional e local.

Sem fazer a distinção desses dois momentos do fórum, Josael Jario Santos Lima, que passou a acompanhá-lo depois da Rio 92, relata que o fórum articulava quem atuava nos diversos biomas do Ceará. Sua preocupação eram os projetos que o governo enviava para o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) analisar e aprovar ou não; outra diretriz era atuar na modalidade de sociedade civil. Projetos como o Prodetur e Porto do Pecém foram discutidos em audiências públicas e reuniões promovidas pelo fórum nas comunidades e em atos públicos nos locais de obra, como no Pecém.

Outra postura do fórum era produzir análises críticas dos empreendimentos, paralelas aos Relatórios de Impacto Ambiental (Rima) de cada obra, embora essas análises não fossem bem acolhidas, na medida em que se confrontavam com os interesses do governo. Uma dessas análises foi a avaliação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do governador Tasso Jereissati, de que foram explicitadas as suas inconsistências.

Lutas importantes o fórum encetou como aquela contra o Loteamento Passárgada, que iria prejudicar a foz do rio Pacoti. Houve euforia ante a alteração do projeto, preservando o ambiente. Complexos turísticos e condomínios de luxo também foram objetos de contestação pelo fórum, como o Porto da Aldeia, em Canoa Quebrada, Aracati. As intervenções no litoral se amudaram a tal ponto que se criou o Fórum da Zona Costeira, bem atuante até hoje.

O Fórum da Sociedade Civil vem a se rearticular em 2002, por ocasião da eleição para governador, quando apresentou uma plataforma ambiental, junto com o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Fboms). A plataforma local foi assinada só pelo candidato José Airton Cirilo (PT), derrotado no pleito. Com o passar do tempo, pessoas do fórum cearense foram coordenar Grupos de Trabalho (GT) nacionais. Destacaram-se Raquel Rigotto, Geovana Cartaxo, Pedro Ivo Batista, com intervenções significativas no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e em discussões como na elaboração da Lei dos Crimes Ambientais.

Grande foi a pressão do Fórum para conquistar representação paritária da sociedade civil no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema), por atuação mais efetiva da Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará (Semace), como também por mais recursos e pessoal para fiscalização, controle e licenciamento ambientais. O Fórum chegou a fazer uma campanha cujo mote era "onde há degradação ambiental, há uma placa da Semace" [licenciando].

A representação do movimento ambiental teve importante participação e influência no Coema, conforme o relato de Vanda Sales:

Conseguimos barrar empreendimentos nocivos ao Ceará, naquele momento. A legislação era mais respeitada que hoje. Não sei se é porque era nova, a questão ambiental nova. As entidades “fechavam” [firmavam um ponto a ser defendido] em grupo. Não fosse a nossa representação no Coema, e o projeto do [açude] Castanhão teria sido horrível, com [um número muito maior de] famílias sendo prejudicadas, como acontece com tantas do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

## ***As Ações do Fórum***

Ao longo de sua existência o Fórum exerceu pressão sobre a Prefeitura de Fortaleza, sobre o governo do Estado e a União, com manifestações e estudos, via diálogo e até mediante ações judiciais.

Nos momentos iniciais, entre 1983 e 1985, o fórum conseguiu a mobilização da sociedade com *shows* e piqueniques nas margens do Cocó e com a coleta de um grande abaixo-assinado pela preservação do rio e das matas às suas margens, entregue ao governador Gonzaga Mota. Ao longo do tempo, fez negociação com as autoridades e, quando necessário, entrou com ações na Justiça, via Ministério Público. Com estudos apresentou alternativas a propostas governamentais, como a de Zoneamento Econômico-Ecológico de parte do litoral, feita em 2009. Nos últimos tempos tem recorrido às redes sociais via Internet manifestando sua posição ante propostas do governo e da iniciativa privada.

Em suas diferentes versões, o fórum aglutinou e ainda reúne pessoas com a nova visão de meio ambiente. Entretanto, a postura desenvolvimentista prevalente na sociedade fez e faz ainda que a sociedade dê seu apoio a iniciativas de empresários e governos mais comprometidos com o setor produtivo. Assim, a ação do fórum, em seu todo, fica, às vezes, sem respaldo, embora sua atuação registre algumas vitórias, dada a sua capacidade de enfrentamento e de costurar alianças. A parceria com órgãos da República como o parlamento, o ministério público estadual e federal e, mais recentemente, a defensoria pública, que encaminham medidas em nome da população, tem levado o movimento ambiental a obter mais vitórias.

## ***O Novo Contexto Político***

Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder, em 2003, cresce a crise de identidade do Fórum da Sociedade Civil, já em curso. A posse de Luizianne Lins na prefeitura e de Cid Gomes ao Governo do Estado, em aliança com a prefeita de Fortaleza, faz o quadro de crise recrudescer, pois pessoas do movimento social, inclusive do ecológico, passaram a assumir cargos comissionados nos três níveis de governo.

Este quadro implicou dificuldade de o movimento ambiental assumir posição crítica frente à prefeitura, ao Estado e ao governo federal, assinalou Josael Jario.

Em suas palavras:

Foram situações embaraçosas, no plano nacional: o caso dos transgênicos, com uns contra, outros defendendo apoio com cautela e uns terceiros apoiando sem crítica; e o caso da importação de pneus, quando se verificou o mesmo "vacilo". A Conferência Nacional de Meio Ambiente posicionou-se contra a transposição do rio São Francisco em 2003 e 2005 e, mesmo assim, o projeto segue sendo implantado. Faltaram respostas do fórum a grandes projetos do governo federal como usinas hidrelétricas, termelétricas e de energia nuclear. Está fraca a articulação local com o Fboms. Ainda assim, houve articulação do fórum local com fóruns e movimentos nacionais como a Rede Brasil de Justiça Ambiental, a Rede Brasil de Monitoramento às Instituições Financeiras Multilaterais Internacionais, Rede Brasil de Educação Ambiental, Rede Mata Atlântica e foi criado o Fórum Nordestino contra a Transposição do São Francisco, coordenado pela Articulação do Semiárido (ASA). E quando do Zoneamento Econômico-Ecológico do Ceará, o Forcema articulou-se bem com o Fórum da Zona Costeira e fez alguma pressão para melhorá-lo. Acuada, o governo retirou o assunto de pauta.

Considerando-se a baixa verificada com o início do governo Lula e com a chegada de Luizianne Lins e de Cid Gomes ao poder, o fórum local levou certo tempo para se reconstituir e, a rigor, ainda está nesse processo. Para Josael Jario outros fatores interferiram, com os desdobramentos políticos: gente que mudou de partido; entidades da sociedade civil que se fecharam, passaram a só administrar seus projetos, recebendo recursos do governo e sem fazer nenhuma crítica, para assegurarem esses recursos e com o receio de represália.

Alguns movimentos se restringiram a campos específicos, a temas menores: educação ambiental, pesca, agricultura, turismo, e não quiseram somar no enfrentamento, na resistência, papéis que cabem à sociedade civil. Neste contexto verifica-se uma tendência à desburocratização, a ações micro e pessoais, à fragmentação, diz Josael Jario.

Em 2007, houve a retomada do Movimento SOS Cocó, articulado contra a torre Iguatemi Empresarial, às margens do rio Cocó, na Av. Washington Soares. Conforme relato de João Saraiva, a convocação foi feita por Fátima Limaverde, dirigida a integrantes mais antigos como ele próprio, Vanda Claudino Sales e João Alfredo, para também retomar a discussão em torno da poligonal do Parque Cocó, a zona de amortecimento de 500 metros requerida pelo Ministério Público Federal, e, assim, o movimento voltar à ativa.

Àquela convocação responderam também pessoas jovens de movimentos como o Mancha Verde e o Crítica Radical, além de estudantes da Escola Vila e universitários. João Saraiva e Fátima Limaverde destacam que o SOS Cocó sempre decidiu suas ações e estratégias na base do consenso. Também frisam ter adotado sempre uma postura enérgica porém respeitosa para com pessoas comuns, empresários e autoridades.

No decorrer da campanha houve divergência entre os fundadores do movimento e os jovens (conflito de gerações) e entre enfrentar o poder e agradar a classe média (conflito de interesses). Assim, não chegaram a acordo os defensores de ações mais amenas - entre estes os fundadores do Movimento - e os que postulavam ações de impacto, de modo a chocar a sociedade e as autoridades, para provocar reflexão naquele enfrentamento. Defendiam esta segunda postura jovens independentes, o movimento Crítica Radical, os anarquistas e o grupo Mancha Verde.

Fátima Limaverde dá uma explicação para o impasse e esclarece que cada grupo trabalha de seu jeito, mas continuam unidos na mesma causa:

Nós [SOS Cocó] defendemos uma ação que não nos leve a perder espaços por causa de desacatos. Nós sabemos que o confronto às vezes é necessário. Continuamos trabalhando juntos. Fizemos a lavagem das calçadas da Semam e da Semace, conversamos com o Procurador [do Município] Martônio [Martônio Mont'Alverne Barreto Lima], não abandonamos a causa, apenas nos separamos para cada um ficar mais confortável na sua forma de agir.

A divergência de orientação levou a que, certo dia, uma ala ficasse no cruzamento das Av. Santana Jr. e Antonio Sales distribuindo panfletos e expondo faixas contra a torre do Iguatemi. Já a outra foi para o estacionamento do mesmo *shopping*, onde sua manifestação constou de tirar a roupa na cena de um evento esportivo patrocinado pelo *shopping*. Desse protesto resultaram prisões e alguns processos. Em outra manifestação, alguns jovens vestiram camisas verdes e foram para o *shopping* Iguatemi, onde estava exposta a maquete da torre, e gritaram a palavra de ordem "Salve o Cocó".

Conforme o relato de Fátima Limaverde, "os seguranças do shopping detiveram os manifestantes em uma área do Iguatemi e minha filha Morena Cristal, ainda adolescente, também ficou lá, enquanto os três rapazes foram levados para registro do Boletim de Ocorrência em uma delegacia". Os jovens foram liberados mediante a defesa de advogados militantes das causas de direitos humanos contatados por integrantes do Movimento SOS Cocó.

João Saraiva fala das razões da divisão do movimento na campanha contra a construção do prédio Iguatemi Empresarial, popular Torre do Iguatemi:

Estavam querendo dar outro tom ao Movimento SOS Cocó. Um tom partidário, de aproveitamento daquele movimento até então bonito para a cidade, independente, e nós achávamos que o movimento corria esse risco de manipulação. Continuo com a mesma opinião. Acho que estava havendo esse encaminhamento. O Movimento SOS Cocó podia perder sua independência, ficar contaminado por este movimento político e partidário. Eles [Crítica Radical] não estavam em partido, mas tinham a prática de se apoderar de um instrumento para fazer uso dele politicamente. E nós tivemos essa preocupação. E o que estou falando hoje é o mesmo que eu estava falando ontem.

Do impasse quanto aos métodos de enfrentamento resultou a criação da Frente Popular Ecológica de Fortaleza e a rearticulação do Fórum Cearense de Meio Ambiente (Forcema), bem como a saída de grupos como o Crítica Radical do movimento ecológico. A Frente Ecológica, na medida em que congrega as pessoas e entidades da Capital, é um subconjunto do Forcema. O fórum é, portanto, o grupo expandido, a juntar movimentos e experiências de todo o Estado. Na verdade, o presente fórum reedita, sob outro formato, o primitivo Fórum da Sociedade Civil Cearense de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essas articulações atuais dialogam via e-mail e em reuniões presenciais, estas mais raras nos últimos anos.



**Foto 18 – A Torre Iguatemi Empresarial Concluída**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Iguatemi Empresarial em primeiro plano, a poucos metros da ponte sobre o Rio Cocó – ponto branco, no canto inferior direito.

Em seu início, nos anos 1980, o fórum ambiental reunia, toda semana, entre 50 e 60 pessoas, representantes de entidades profissionais, especialistas de nível superior das mais diferentes categorias profissionais. Em 2011, o fórum chegou ao impasse de reunir poucas pessoas em suas reuniões presenciais, limitado à participação de seus membros em uma lista de *e-mails* – experiência de cyberativismo ainda pouco estudada e que não se sabe a que resultados poderá levar.

Os próprios militantes buscam razões para esse quadro, típico de uma desmobilização. Segundo João Saraiva, o meio ambiente não é prioridade para os próprios integrantes do movimento ambiental. Marcus Vinícius de Oliveira analisa por ângulo diferente, sem ser necessariamente oposto: avalia que está difícil reunir

peessoas em uma arena polarizada, “uns abraçando a prefeitura e o Estado, outros demonizando a prefeitura e o Estado. Uma enorme resistência à crítica, falta abertura à crítica e à autocrítica” no fórum, e isso afastaria as pessoas.

Nestas circunstâncias, Marcus Vinícius de Oliveira avalia que as pessoas preferem não se pronunciar na própria lista de *e-mails*, tampouco em uma reunião presencial. O menos incômodo, assim, é ausentar-se ou calar-se. Em relação ao fórum atual, ele acrescenta que “fica difícil, para certas pessoas, vestirem a camisa da prefeitura em uma hora e, em momento seguinte, a camisa do ambientalismo. A meu ver, algo incompatível, se você assume função comissionada”. Para ele, há incompatibilidade entre militância ambiental e trabalho na prefeitura e no governo do Estado. Este impasse é vivido por alguns militantes e por estes referido nas entrevistas. Estaria aí pelo menos uma razão das dificuldades por que passa o movimento.

Josael Lima analisa por outra perspectiva essa desarticulação. Como resultado da cooptação de lideranças pelo governo. Em suas palavras:

Há muita participação em conferências, encontros, congressos e pouca reação ante o desrespeito do governo às deliberações dessas mesmas instâncias. Dom Luis Cappio fez greve de fome em vão [contra a transposição do rio São Francisco]. Ocorre de o governo estar mais próximo, há um ensaio de democracia participativa, mas o movimento social não dá o tom e, assim, acaba legitimando, de alguma forma, até políticas prejudiciais ao meio ambiente, na medida em que passa a ideia de que há participação.

A não reação ante certas posturas do governo [Lula], no entender de Josael Lima, ocorre por medo de criticar e sofrer represália, medo de ser encarado(a) como “do contra”, bem como por receio de uma vinculação a partido de oposição como o Psol – a seu ver, um vínculo inadequado, pois do fórum atual também participam até anarquistas, pessoas que não botam fé na política partidária.

Há diversidade de explicações para a atual fase declinante do fórum. Arnaldo Fernandes Nogueira a atribui a fatores profissionais, já que as pessoas precisam estudar e trabalhar para sobreviver. O professor José Borzachiello da Silva, entretanto, aponta uma razão mais profunda, de cunho social:

A sociedade voltou-se muito mais para o consumo e, na medida em que aumentou sua renda, as questões ecológicas passaram a ser secundárias e o fórum tem que estar atento, e está atento, para uma nova pauta – e esta é a nova pauta dos movimentos sociais, não só do ecológico: o plano das consciências, de como trabalhar o sentido comunitário do ambiente. [...] O contexto atual não favorece. Porque a sociedade atual está seduzida pela possibilidade de consumo, mesmo que seja um consumo ‘*made in China*’, mas está seduzida.

Além dessas dificuldades já apontadas, o fórum enfrenta outras. Recursos para se estruturar e ter uma secretaria própria – eis um grande desafio. Em seus

primeiros passos, não havia adesão da sociedade civil em termos financeiros. Assim, apenas uma entidade assumia a secretaria e, a um certo ponto, faltou suporte para que o fórum pudesse continuar apresentando estudos e alternativas. Era e é difícil agir sem pessoal com dedicação exclusiva, já que a entidade-sede tinha um pequeno número de pessoas para seus projetos próprios. Atualmente o fórum não conta com uma entidade-sede<sup>42</sup>.

Enquanto as ONG tinham recursos para bancar suas ações, sempre faltou ao fórum o suporte financeiro para a pesquisa e a militância. Os pareceres, as fundamentações científicas, sempre foram feitos por professores na base do voluntariado. Neste sentido, para Vanda Sales, "as ONGs mataram o movimento ambiental voluntário".

Ao longo de sua existência e com certa frequência o fórum foi interpretado como "o pessoal do contra". A imprensa faltou com seu apoio em dados momentos, especialmente com a chegada ao poder do chamado "governo das mudanças", em nível estadual, e da coalisão liderada pelo Partido dos Trabalhadores, na esfera federal. Diante do confronto com o governo do Estado, este reagiu e o fórum perdeu a sua representação no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema).

Vanda Claudino Sales afirma que a criação do Coema pela Lei Nº 11.411 (CEARÁ, 1988) resultara de um trabalho do próprio fórum, quando este apresentou à Assembleia Constituinte do Estado um texto-base para o capítulo de meio ambiente da Constituição do Ceará, aprovado com pequenos ajustes, e que previa aquele conselho, reproduzindo no Estado o formato adotado pela União.

Conforme a análise do Professor Borzachiello Silva,

o fórum sai da luta específica. Está orientado na perspectiva de eleger a questão mais ampla de democratização dos espaços públicos e de defesa do potencial ecológico-ambiental a serviço da sociedade. Ocorre que em todo o Brasil o movimento ambiental depende da força do discurso. Hoje, com o discurso do emprego, do turismo, você pode fazer o que pode e deve ser feito, mas também o que não foi pleiteado pela sociedade – passamos a lidar com perdas: de lugar, de espaço, de acessibilidade.

A análise atual do geógrafo José Borzachiello coincide com a leitura do arquiteto Jorge Neves, como vice-presidente da Socema, em uma entrevista da década de 1990. As preocupações da entidade extrapolavam o rio Cocó e abrangiam dunas, outros rios e a ocupação desordenada do solo nas cidades da Região Metropolitana de Fortaleza e em bairros de Fortaleza como Aerolândia, Cidade 2000 e Castelão, nas lagoas de Parangaba, Opaia e de Porangabussu (esta "transformada em pântano"). Neves apresentava sugestões para corrigir tais problemas e sugeria

---

<sup>42</sup> Em sua origem, a entidade-sede foi a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB Fortaleza); em anos recentes, a Associação Alternativa Terrazul.

ao eleito governador Tasso Jereissati a criação da Secretaria de Meio Ambiente, para substituir a Sudec, cujos esforços estavam, no seu entender, muito aquém do exigido pelos problemas. (CAMINHA, 1988).

Em outro aspecto de suas observações, Borzachiello enfoca que “as áreas de turismo tornam-se áreas de exclusão social. O turismo é muito predador, especialmente na faixa litorânea”. Assim, falta à cidade de Fortaleza uma visão larga de seu potencial e só as praias são exploradas:

A administração Lúcio Alcântara, ali pelo ano de 1982, adota uma política de urbanização de certos espaços. São urbanizadas as lagoas de Parangaba, do Opaia, e os polos da Av. Sargento Hermínio, da Barra do Ceará e da Praça 31 de Março. Foi uma boa política na medida em que descentralizou, pois a cidade só mantinha a relação sertão-mar, sem levar em conta a riqueza da composição dunar, da composição lagunar e dos recursos fluviais, todos eles com potencial paisagístico enorme. Foi, entretanto, uma urbanização incompleta, sem ligação com o saneamento básico. Está tudo abandonado e sem vigilância, sem conservação. Falta conexão do Adahil Barreto com a cidade, como do Parque Rio Branco com a cidade, o que implica uma perda muito grande. As pessoas usam muito pouco esses espaços.

Já nos anos 2000, o grupo Tasso Jereissati resolve construir uma torre para escritórios ao lado do *Shopping Iguatemi*. Ao se contrapor à obra, o movimento viveu uma experiência difícil, pois fez um referendo contra o empreendimento, em acordo com a Prefeitura de Fortaleza. O abaixo-assinado a favor do referendo coletou poucas assinaturas e arrefeceu. A ação foi tímida e não reverteu as licenças dadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam) para aquela construção, como já relatado.

Ednaldo Vieira do Nascimento, presidente da Fundação Mata Atlântica Cearense, sediada em Maranguape, analisa como dificuldade o fato de que o fórum na verdade não tem abrangência estadual, a seu ver:

O fórum deveria ser mais amplo. Pois ainda é um tanto limitado a Fortaleza. Poucas ações, de fato, têm uma articulação, presença do Ceará; há umas manifestações, como aquela carta contra a morte do ambientalista que condenava a utilização dos agrotóxicos no Jaguaribe, José Maria.... Só as questões muito fortes, do interior, ressoam aqui. Eu acho necessário ampliar esse olhar, para ele ser de fato um fórum cearense. [É necessário] maior enriquecimento das reuniões. A meu ver, as reuniões... é mais uma vitrine de ambientalistas que ponto de articulação de ambientalistas. Os encontros presenciais precisam ser sistematizados. Há um imediatismo, avisos em cima da hora. Não só das reuniões, como também de eventos de interesse do fórum como recente audiência avisada em cima da hora. Então, assim não dá pra gente participar. Informações importantes nos cheguem com mais antecedência.

Ednaldo passa a falar de modo explícito de um tema sobre o qual os entrevistados manifestaram receio de adentrar, como se houvesse um certo tabu para

com a influência, ou não, dos partidos políticos na ação do movimento ambiental. Suas palavras, ao contextualizar uma das dificuldades por que passa o fórum:

Pode não ser intencional, mas há uma certa partidarização do fórum, da instituição Forcema. Não podemos partidarizar nem para "A" nem para "B" o movimento, quanto menos efeito partidário na entidade, mais engrandece o fórum; quanto mais efeito partidário, mais empobrece o fórum. Eu acho que há "um quê" de partidário no fórum. Eu acho que o fórum deve ser um ambiente a reunir, de modo pluripartidário, pessoas pensantes em torno do cuidado com o ambiente do estado, formas sustentáveis de desenvolver o território.

### ***Elos e Ecos dos Danos Ambientais***

Ante as dificuldades, muita garra e dedicação. Nos primeiros anos e até agora voluntários produzindo trabalhos com sobrecarga para além de suas atividades profissionais. Particularmente hoje, o ativismo via internet (*cyberativismo*) agiliza os contatos, torna-se mais fácil arregimentar assinaturas para os manifestos, porém, como já assinalado, a articulação presencial está prejudicada. Para essa situação as explicações divergentes aqui registradas apenas indicam as posições dos avaliadores. Trata-se de realidade que merece melhor análise de suas causas.

Como o fórum é da sociedade civil, o movimento ambiental sentiu a necessidade de estabelecer pontes com o empresariado e o governo, em suas diferentes instâncias, para a superação das dificuldades encontradas. Em 2008, houve a tentativa de se criar uma espécie de "mesa redonda" com a participação da sociedade civil, do empresariado, do governo e do Ministério Público e outros segmentos. Na Semana do Meio Ambiente daquele ano o movimento ambiental apresentou um dossiê com os principais problemas ambientais registrados no Ceará. Na entrega do dossiê ao Ministério Público o movimento apresentou a sugestão da "mesa" e, com a anuência dos presentes, estabeleceu-se um calendário de encontros do que veio a ser chamado Fórum Elos e Ecos dos Danos Ambientais.

Ficou acertado de o fórum reunir-se a cada três meses no Ministério Público Estadual, por convite da Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente (Caomace). A cada encontro seriam acompanhadas as medidas do Ministério Público, do Executivo e da iniciativa privada ante os danos ambientais denunciados no dossiê. Seriam organizadas até visitas às situações problema no interior do Estado. Esse fórum teve vida curta, suas reuniões sendo interrompidas antes mesmo do ciclo de um ano, seja por falta de organização interna, seja pelas reiteradas ausências das representações de determinados segmentos – e até de pessoas do Forcema, em tese interessadas, já que propusemos a "mesa". Arnaldo Fernandes diz que o Fórum Elos e Ecos poderá ser retomado a qualquer momento. Até o fechamento desta pesquisa, não houve uma avaliação dele por parte do Forcema. Por conseguinte, faltou oportunidade para seus participantes expressarem a validade, ou não, de sua retomada.

O mencionado Dossiê dos Danos Ambientais foi entregue também ao superintendente da Polícia Federal no Ceará, onde o delegado Cláudio Joventino conduzia a Operação Marambaia. Para resguardar a eficácia desta operação, em 2008, foram presos os chefes do Ibama, Raimundo Bonfim Braga, da Semace, Herbert Rocha, e da Semam, Daniela Valente, além do representante do Ibama na cidade de Aracati (CE). Foram apreendidos computadores e documentos para apuração de suspeitas da venda de licenças ambientais. (AMBIENTE BRASIL, 2011). O inquérito, até setembro de 2011 [término desta pesquisa], corria sob sigilo de justiça. O Ministério Público Federal apresentou denúncia contra os que foram indiciados formalmente.<sup>43</sup>

O Forcema se articula sempre que ocorre alguma gravidade, como em 2009, quando o governo do Estado anunciou sua proposta de zoneamento ecológico econômico da costa do Ceará. A proposta praticamente liberava todos os empreendimentos econômicos na faixa de praia entre Fortaleza e Aquiraz. Diante disso, o fórum fez uma análise do documento, ponto por ponto, e apresentou um parecer elaborado por técnicos e professores universitários, lido em audiência pública na Assembleia Legislativa. Ali compareceram índios, pescadores e marisqueiras como representantes de populações tradicionais que se colocaram contra a proposta porque seriam atingidas.

O governo recuou, ficou de reformular e apresentar outra proposta, o que ainda não fez. Foi uma vitória no sentido de não ser aprovada aquela formulação, considerada muito ruim. A retirada impediu um retrocesso, entretanto, não significou um avanço. As entidades ambientais querem o zoneamento, mas são contra uma concessão unilateral como a embutida na proposta rejeitada.

Assim, o fórum intervém na medida em que toma conhecimento, como ocorreu nos casos da siderúrgica e das termelétricas a carvão, que ainda não conseguimos reverter, apesar de o potencial poluidor desses empreendimentos ameaçar até com chuva ácida. (ODUM; BARRET, 2008).

### ***Mesmo Objetivo, Diferentes Arranjos***

Em sua primeira versão integravam o fórum entidades de peso e influência, com atuação marcante na época, e não pessoas: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-CE), Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema), Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB-Fortaleza), Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Trabalhadores da Cagece, entre outras. As reuniões aconteciam na sede da AGB, muito concorridas, com 50 a 100 pessoas, depois passaram a ser abrigadas na Escola Vila, onde permaneceram por um bom tempo.

---

43 A Operação Marambaia começou em maio de 2007, quando o Núcleo de Inteligência Policial da Polícia Federal no Ceará identificou indícios de fraudes em fiscalizações ambientais nos municípios de Aracati, Fortim e Icapuí. Segundo as investigações, foram concedidas licenças ambientais em desacordo com a legislação ambiental em troca de favores pessoais ou mesmo pelo recebimento de propinas. Alguns dos investigados foram identificados como sócios de empresas que prestavam consultorias aos beneficiados com o esquema. A PF também investiga a possível prática dos crimes de tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional e prevaricação, além de outros crimes ambientais que teriam sido cometidos em benefício de grupos empresariais. (AMBIENTE BRASIL, 2011).

Inicialmente, a adesão se fazia via convite e até de modo espontâneo. Em outros momentos houve (re)articulações resultantes de celebrações como Semanas do Meio Ambiente ou de mobilizações para fazer frente a um problema ou para elaborar uma plataforma em momentos eleitorais. Após a Eco 92, passam a compor o fórum além dos intelectuais, professores e estudantes universitários, delegações de ONGs, do comércio, de empresas e de órgãos de governos. Conforme os depoimentos de seus antigos integrantes, essa composição variou no tempo.

Em sua versão atual como Fórum Cearense de Meio Ambiente (Forcema), congrega organizações não governamentais e pessoas ativistas ou simpáticas à causa ambiental. A formulação de propostas, ideias e denúncias, sempre com fundamentação científica, foi a marca registrada do fórum, em todos os seus momentos. Em maior ou menor intensidade, o seu discurso alcançou repercussão na mídia, sensibilizando setores da população e do poder público.

Quem participou do fórum em seu início fala de facilidade no sentido de haver uma linguagem comum, a científica, para seus integrantes, que eram da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Dizem que naquele momento era mais difícil ser entendido pela população e pelas autoridades, em contraposição a hoje, pois consideram mais popularizados os ideais e os conceitos do ambientalismo.

Em sua origem o fórum se movia em um ambiente político fechado, porém o discurso ambiental era permitido, talvez até pelo desconhecimento dessas questões, tanto pela maioria da população quanto pelos gestores públicos. Com o viés ambiental, os articuladores da Socema e do Fórum inseriram na esfera pública um tipo de debate que, em última instância, dizia respeito a uma demanda por participação dos cidadãos nos destinos da vida social. (IMOPEC, 19--).

Ednaldo Vieira do Nascimento, presidente da Fundação Mata Atlântica Cearense, vê como facilidades de hoje o uso da internet, pela agilidade, possibilidade de juntar opiniões e manifestações em tempo reduzido, mas também com suas limitações:

Hoje o cyberativismo é um potencial, mas [o movimento ambiental] não deve se limitar a isso. Hoje é 80% do que o fórum faz. Alargando para políticos, estudantes, profissionais liberais, professores, não tenho preconceito, mas deve ser para a articulação em torno da sociodiversidade que é repartição de benefícios do meio ambiente que nem sempre são repartidos, fortalecendo territórios a partir da articulação desse pessoal. Um ponto muito positivo do fórum atual é essa capacidade que ele está tendo de se aproximar de pessoas como eu e você, mas isso ainda está limitado. O encontro presencial em dado momento do mês, do bimestre, do trimestre, reforçaria isso.

## **Acúmulo de Vitórias e Conhecimento**

O fórum deixou para seus membros originais e para os de hoje uma percepção de objetivos alcançados e ainda por conquistar, bem como opiniões sobre o ambiente e a luta. José Borzachiello da Silva constata vitórias e que

o fórum influencia políticas ambientais via criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Faz ver que tais políticas repercutem no ambiente: habitação, transporte, industrialização, mas tudo era bem-vindo, apesar dos impactos. O conselho, em sua primeira versão, se não permitiu o diálogo, pelo menos ele permitiu o registro da insatisfação. Nem sempre ele era acompanhado pelo diálogo, pela compreensão. Mas havia o registro. As atas estão disponibilizadas, elas vão comprovar que há o registro, então a sociedade civil não se omitiu, ela denunciou, ela mostrou sua face, sempre ela mostra a possibilidade de se seguir caminhos positivos para a solução de determinados problemas. E então o Coema tem o acento conquistado pela sociedade civil. Os acentos não foram os necessários, mas foram os suficientes para a sociedade civil mostrar sua face e para que ela conquistasse seu lugar e a respeitabilidade. [...] O que foi mais importante: ela [representação da sociedade civil no Coema] passou a estabelecer uma interlocução com a sociedade civil como um todo, então ela não chega às camadas populares, mas consegue provocar os formadores de opinião e a imprensa vai ser uma aliada da sociedade civil, especialmente a escrita, a radiodifusão; a televisão, num outro momento, ela [imprensa] vai ter esse papel de controle social – fundamental a conquista da imprensa. Até hoje ela tem papel fundamental, ela tem prestado um papel de denúncia no controle social. É claro que isso vai depender da composição de forças, mas, fazendo um balanço, houve muitos ganhos neste aspecto. [...] Ganha a causa do Cocó, mesmo com suas limitações, o fórum se espraiou em outros movimentos como o SOS Lagoa da Maraponga, onde estava havendo uma transformação de usos do solo, com necessidade de tratamento de esgoto. Também o SOS Lagoa de Parangaba.

O Parque Ecológico Cocó ainda não existe oficialmente, dentro dos critérios do Snuc, e este é um grande problema a persistir. As pessoas dizem que Fortaleza não se vê sem aquele parque, porém ele só existe de fato, não de direito, daí ser “comido pelas beiradas”, como reza o dito popular, isto é, vão construindo em suas margens prédios residenciais de grande gabarito, antes de fixada a sua área de amortecimento, o que é uma forma de sufocá-lo.

Foram momentos de euforia no Fórum aqueles de vitórias, de avanços na luta, de conquistas. Depressão foi, por exemplo, o movimento perder sua representação mais avançada no Coema. Vanda Sales frisa que só a AGB perdeu assento e com a anuência de seus pares da sociedade civil:

O governo nem precisou adotar medida coercitiva. Usou os votos de seu lado e os de parte das representações da sociedade civil. [...] Depois começaram a mudar a Abes, o IAB, a Associação dos Engenheiros Agrônomos passa para um grupo de direita. A Socema também mudou. Com o apoio dessas entidades, que não fizeram nada, o governo mudou a composição do Coema. Ninguém brigou pela permanência da AGB. Não houve impasse no Coema. Foi decisão tranquila a saída da AGB. Se não me engano, apenas o representante do Ministério Público Federal, Dr. Alessandro Sales, fez um pronunciamento.

Vanda Sales passou 25 anos no movimento ambiental. Faz aqui um resumo emocionado dessa trajetória em que menciona o arrojo do início, o aprendizado, a flexibilidade do grupo, dos métodos de trabalho ontem e hoje. Em sua fala ficam claras as medidas ideológicas do sistema universitário sobre o professor, afastando-o do apoio aos movimentos sociais:

Comecei no SOS Cocó. Saí ano passado [2010] por causa da universidade passar a exigir muito com orientação no mestrado, no doutorado, além das aulas. Ficou incompatível, tive que optar. Me acordo me sentindo ambientalista. Foram muitas lutas. Levarei por toda a minha vida. [Vanda não se contém e chora]. O que estamos dizendo aqui não é 10% do que fez o movimento. Hoje a cidade está mais preparada para enfrentar a problemática ambiental. Eram questões semanais que a gente tinha para todo canto da cidade; tínhamos de fazer o trabalho de ativista, de técnico, de pesquisador, do militante. Eu acho que valeu a pena, não me arrependo de nada que eu fiz. Acho que só tem coisa positiva. Eu cresci muito, na convivência com as pessoas, nas leituras, porque o que eu fazia no movimento ambiental era diferente do que eu trabalhava na universidade, então havia um corte. Foi muito duro pessoalmente, eu não tinha tempo nem para namorar, só fui me casar há 10 anos. [Sorrisos].

[...] Temos agora a síndrome das reuniões. O Cocó pegando fogo e chamam para uma reunião. Em outros tempos, chamaríamos para agir lá, de imediato. Criamos as 'visitas técnicas'. Se não podíamos ir muitos, poderiam ir cinco com a capacidade de análise do caso. E a gente trabalhava com quem estava à mão. E a imprensa sempre vai. Se o cocó está pegando fogo, não vou reunir para decidir o que fazer. Acho que hoje há uma burocratização muito grande.

Lembrada da crítica de "mais estudos que ação" do fórum, em seu início, Vanda Sales assegura que

estudávamos e agíamos. Sempre tivemos a característica de ser um movimento científico, até por ser constituído por entidades de representação profissional, mas este lado científico jamais obscureceu o lado da militância [da ação].

Sobre a crítica de que "era um movimento da Aldeota", Vanda Sales admite que sim, porém aponta os resultados alcançados:

Era. Eram pessoas que podiam tirar horas de seu trabalho para se dedicarem. Quem toma duas horas de ônibus para ir ao trabalho e outras duas para voltar – é difícil que elas possam se dedicar ao movimento. Isso acontece hoje ainda. O Fórum deixou um livro. Foi lançado, foi divulgado, usado. [O livro] Era contra um projeto, mas com o objetivo de mostrar uma visão de contraproposta à visão do Estado. Contrapor ao discurso oficial. Neste sentido, ele cumpriu o papel dele.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Refere-se ao Diagnóstico Sócio-ambiental do Estado do Ceará. (Editado pelo Banco do Nordeste do Brasil, 1993).

Quanto ao caranguejódromo da ponte da Av. Sebastião Abreu nunca ter sido avaliado, Vanda Sales esclarece:

Não foi feito um parecer, mas temos dito em todas as ocasiões que a ponte da Sebastião Abreu prejudicou o manguezal. Impede o fluxo da maré. O Cocó é quase parado, da Sebastião Abreu até o lagamar. Registra-se até aguapé – vegetação de água parada. Há mangue parando por falta de circulação da água, além do esgoto, do lixo. As pilastras da ponte impedem que o rio vá penetrando e a tendência é de morte do mangue. Um estudo, só se fosse [realizado] alguns anos depois da construção. Não foi feito um estudo formal, mas em todas as vezes em que houve oportunidade nós denunciávamos. Não foi escrito um documento porque não houve demanda.

Vanda relata que fez um esforço para que o presidente do Dnit viesse falar na Câmara Municipal de Fortaleza, mas não houve a solicitação a tempo, de modo que quando aquela autoridade compareceu à Câmara, a ponte sobre a foz do rio Cocó já estava praticamente concluída.

### ***"O Amanhã Será um Lindo Dia"*<sup>45</sup>**

O futuro coloca desafios para a continuidade do movimento social ecológico em seus grupos e fóruns. Para ambientalistas como Josael Jario,

Há o desafio da educação de novos participantes, ante a iminência de mudanças no planeta, com repercussões nas relações de produção. Não seria o caso de confiar no capitalismo verde, já que o capitalismo, por índole, é predador. A ameaça de falta de água é particularmente preocupante para a região semiárida. Assiste-se a uma mudança de foco da agricultura para a produção de combustíveis, em detrimento dos alimentos, o que impõe para nós uma cidadania planetária com os pés no chão.

Com base na articulação que a Fundação Mata Atlântica Cearense está experimentando, Ednaldo Vieira do Nascimento propõe ao fórum criar núcleos no interior do Estado, tendo por bases as entidades já atuantes no Cariri, na Ibiapaba e em outras regiões. Sua proposta é:

Criar núcleos onde há Mata Atlântica, por meio de entidades já existentes, como estamos articulando com o Museu do Mangue. Acho que o Forcema poderia fazer o mesmo, regionalizar-se. Núcleo do Cariri, da Ibiapaba, onde tem uma cabeça articulando nessas regiões políticas. Aí poderíamos criar teleconferências com a ajuda do Instituto Centec, semestrais ou anuais que poderiam fortalecer o movimento.

A proposta de Ednaldo exemplifica com Mata Atlântica, mas a ideia vale para todos os biomas cearenses.

---

45 Música "Amanhã", de Caetano Veloso.

## 7.4 Movimento SOS Lagoa de Parangaba

A história do Movimento SOS Lagoa de Parangaba expõe, de forma explícita, a convergência das perspectivas política, histórica, étnica, religiosa e profana do bairro de uma cidade que cresce, moderniza-se e se seculariza. Protagonistas desse enredo deixam transparecer seu desconforto ante as transformações que desrespeitam suas raízes, reagem com os instrumentos de que dispõem e mostram que conseguiram impor, pelo menos em alguns desfechos, o pensamento da coletividade que representam.

A lagoa de Parangaba é uma das mais belas de Fortaleza. Situa-se no bairro do mesmo nome, corruptela do original indígena Porangaba, que significa “madeira dura”, diz Padre Eloy Alves, acrescentando que “Porangaba é agredida por quem não gosta dela”, a demonstrar com sua pronúncia que nunca se conformou com a denominação oficial Parangaba, definida pelo prefeito Gen. Murilo Borges: “Era a ditadura militar. Ninguém discutiu. Também não havia abertura para as opiniões”.

A área de entorno da lagoa da Parangaba era de um verde só, relata José Jeovah Sampaio Natalense, 81 anos, mais conhecido como Jeovah Pedra, alcunha pela qual será sempre referido daqui em diante:

A família Teófilo Albano doou o terreno para a instalação do Asilo de Parangaba [hoje Hospital S. Vicente de Paulo]. Esta propriedade ia além da Av. José Bastos atual, chegando onde hoje fica o bairro Henrique Jorge. O Sesi comprou o terreno ao lado do hospital, onde era o convento das freiras franciscanas. Sesi e hospital derrubaram mangueiras, a ponto de hoje a área não ser arborizada. A desordem no atual pólo de lazer transformado em feira e a poluição da lagoa levam o povo a reivindicar a limpeza dela e o reflorestamento de suas margens.

A lagoa ia dos fundos do asilo até depois da Av. José Bastos. “Do patamar da matriz já começava a lagoa”. Outras referências atuais dos antigos limites dela são as ruas Caio Prado e Cuiabá, informa Jeovah Pedra. Para ele, o mau uso da lagoa e de seu entorno começou há muito, com ocupações irregulares do terreno do asilo: “Ninguém tem escritura. Nosso movimento foi ao núcleo de pequenas causas e já conseguiu demolir um galpão”, ele diz. Das margens da lagoa era retirado barro para a fabricação de tijolo. Houve também loteamento com solo criado a partir de aterro.

Não só a iniciativa privada aterrou, completa Padre Eloy Alves. Segundo ele,

a lagoa ia até onde hoje é o campo do Fortaleza [Esporte Clube]. O prefeito [Vicente] Fialho instalou a Av. José Bastos<sup>46</sup> que engoliu grande parte da lagoa,

---

<sup>46</sup> Na verdade, o trecho às margens da lagoa é denominado Av. Augusto dos Anjos. A confusão é comum e decorre de a Av. Augusto dos Anjos ser a continuação da Av. José Bastos, no sentido praia-sertão, a partir do cruzamento desta com a Av. Carneiro de Mendonça, em paralelo com a Av. Osório de Paiva.

com aterramento. Lúcio Alcântara cria o polo de lazer na lagoa. Servia para a comunidade.

Corre em Parangaba o que parece ser uma lenda urbana acerca de jacarés na lagoa, a aterrorizar os moradores. Pe. Eloy dá sua versão da história:

Uma casa ficou na margem da lagoa [após construída a Av. José Bastos] e seus proprietários a venderam para um espanhol. Este comprou em Manaus uns 500 quilos de jacarés e cobras Sucuri e os colocou na lagoa. As cobras são do tipo que atinge 12 metros de comprimento. Ainda pequenas, elas foram mortas pela comunidade. Os jacarés chegaram a ferir banhistas, mas também foram mortos.



**Foto 19 – Lagoa de Parangaba**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** A casa de *show*, ao centro, avança sobre o espelho d'água. Na sua frente, terreno em "engorda", o que contradiz a prefeitura, pois esta alega não haver terreno para transferir a ocupação da Rua Jandaia e adjacências – casas na margem próxima ao Ginásio Poliesportivo, o teto branco acima, no ponto centro-esquerda da foto.

### ***A Revenda de Automóvel Ameaça***

Em 1987, uma concessionária de automóveis começou a construir sua sede nas margens da lagoa, quase esquina das Avenidas Carneiro de Mendonça e Augusto dos Anjos. A prefeita Maria Luiza Fontenele começava sua gestão e respondera às reivindicações do movimento ecológico criando a Área de Proteção

Ambiental (APA) do Cocó, a APA do Riacho Maceió e a APA do Rio Ceará<sup>47</sup>. De repente, o movimento ambiental recebeu a denúncia da construção às margens da lagoa da Parangaba.

Neste caso, houve choque entre os ambientalistas e a Administração Popular, como era conhecido o mandato da prefeita, porque a Empresa Municipal de Urbanismo de Fortaleza (Emurf) estaria dando respaldo à construção que assim estaria autorizada pela prefeitura, mas Maria Luiza Fontenele nega. Disse ter mandado apurar a suspeita. Viu ser necessário agir, mas temeu violência, como as ameaças de morte a funcionários no caso da construção do hotel Marina Park. (ATERRO DA LAGOA... 1987).

Entrou em ação o Movimento SOS Lagoas, lançado dia 22.03.87, uma derivação do Movimento SOS Cocó, com praticamente os mesmos integrantes deste último, aos quais se associaram alunos da UFC que estudavam no campus do Pici, Partido Verde, Associação Profissional dos Biólogos do Ceará, Federação dos Órgãos de Assistência Social (Fase), Associação Brasileira de Engenheiros Sanitários, Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e Associação dos Engenheiros Agrônomos. O movimento alcançou representatividade local com a participação da Sociedade Beneficente Educacional de Parangaba, além das associações de moradores dos bairros João XXIII, Demócrito Rocha, Pan-Americano, Bom Jardim, Parque São José, Jóquei Clube, Vila Manoel Sátiro, Montese, Couto Fernandes, Rodolfo Teófilo, Pici, João Paulo I e São Pio X. (PROTESTO EM PARANGABA..., 1987).

### ***Para as Forças Sociais, uma Campanha Difícil***

A ação do movimento contra o empreendedor que lançava os alicerces do prédio incidia também sobre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, pois o movimento ambiental entendeu que a Administração Popular ficara indiferente à construção. Para sensibilizar a população, o movimento começou afixando cartazes em locais de maior aglomeração, chamando a população para um grande ato público. Os militantes visitavam o bairro e conversavam com as pessoas. Vanda Sales relata que, diante do quadro de uma construção em andamento, "os moradores não queriam [a obra]. Foi dramático fazer campanha contra a prefeita". Em outros locais a preparação da comunidade levava um mês, dois meses. "Diferente de hoje que se diz [por e-mail] 'vamos amanhã para tal lugar', que é o que se pode fazer hoje, paciência!". Em Parangaba a mobilização foi rápida, pois a obra já se iniciara, e precisava ser barrada de imediato.

---

<sup>47</sup> Relato a partir dos depoimentos de Vanda Claudino Sales, geógrafa da UFC representante da AGB; do Padre Francisco Eloy Bruno Alves, sacerdote da Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia e líder comunitário de Parangaba; de Lúcia Maria Fonseca Ferreira, funcionária pública; e de José Jeovah Sampaio Natalense, popular Jeovah Pedra, antiga liderança de Parangaba, Roberto Veras Pedrosa e Adahil Cândido da Silva.

Falando dessa campanha, Padre Eloy Alves menciona reuniões no salão paroquial e nas margens da própria lagoa, trazendo a imprensa para sensibilizar, porque as pessoas melhor aquinhoadas queriam aterrar. Segundo ele, a lagoa de Parangaba não sofreu só esta ameaça. Assim, ao longo do tempo,

a Igreja Católica e as demais Igrejas fizemos um trabalho ecumênico em prol da lagoa. O propósito deles era aterrar a lagoa. Todas as águas do bairro João XXIII (antigo bairro Santa Fé), do Jóquei Clube, Demócrito Rocha vinham direto para a lagoa, a lagoa sangrava. A especulação imobiliária avançou. Tivemos e temos [entretanto] o apoio do Ministério Público e de órgãos governamentais.

Para o Padre Eloy, o movimento encontrou dificuldades como a perda de lideranças e o enfrentamento com grandes forças econômicas:

O SOS não continua em grande escala por uma liderança que saiu. A peça fundamental era o pároco católico de Parangaba, Pe. Aldo Zanela, que foi transferido. [Este entrara em etapa posterior ao enfrentamento com a revenda]. Eu e o Jeová Natalense<sup>48</sup>, nascidos em Parangaba, tomamos a frente. Muita poluição entra na lagoa. [No passado] Brigamos contra a Usina Everest que jogava soda cáustica na lagoa. A indústria Santa Cecília também poluía. [Ficava na Av. João Pessoa, mas encerrou suas atividades.] Agora em 2011, um senhor estava aterrando por trás da sede do Sesi [Serviço Social da Indústria] de Parangaba.

A rigor, as dificuldades continuam. Famílias já indenizadas pelo Governo do Estado ainda moram no entorno da lagoa, pela R. Jandaia, afirma o Padre Eloy Alves. Há descontinuidade de políticas e de administração. Em sete anos de mandato de Luizianne Lins (2005-2011), passaram sete secretários como titulares da Secretaria Executiva Regional IV (SER IV), “então, essa descontinuidade administrativa atrapalha”. Um desses secretários era “filho do bairro, jogava bola com a gente na lagoa em 1958, único ano de seca em que ela secou. Porém levaram o projeto [de recuperação] para a lagoa do Porangabussu, dizendo que era menor e mais barato”. Para as lideranças, o atual secretário prometeu tirar a feira de carros do polo de lazer da lagoa.

Conforme depoimento de Padre Eloy Alves, as reuniões no salão paroquial e nas margens da lagoa, a presença da imprensa, para sensibilizar, e a negociação com as autoridades foram os instrumentos utilizados para superar as dificuldades porque “os ricos” queriam aterrar. Pessoas da coletividade participavam das manifestações e abaixo-assinados. Comparando, entretanto, com os períodos de outros prefeitos, na administração de Maria Luiza Fontenele foi relativamente fácil para o movimento ambiental obter apoio e eliminar aquela ameaça à lagoa. As divergências ocorreram em situações pontuais no decorrer da campanha.

---

<sup>48</sup> Filho do Coronel José Pedra Natalense.

Há, nos últimos 10 anos, uma ação mais articulada com o Conselho de Apoio à Promotoria de Parangaba, de que resultam ações oficiais junto aos órgãos públicos. Ainda assim, os resultados são lentos e deixam muito a desejar, pelo que pude observar nos encontros e nas opiniões ouvidas. Nos dias atuais, sempre que possível, lideranças de Parangaba fazem reuniões com o Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, disse o Pe. Eloy Alves. Com frequência regular, os movimentos do bairro se juntam nas reuniões mensais do Conselho.

### ***Parangaba Cantou Vitória***

O impedimento da instalação da revenda e a colocação de um pequeno jardim em seu lugar foi a grande vitória do movimento, naquele 1987. A segunda vitória, mais tarde, foi a ampliação do sangradouro, que evita alagamentos, conforme as palavras de Lúcia Maria Fonseca Ferreira: "A partir dessa grande vitória, vieram outras, como a drenagem do sangradouro da lagoa, para evitar o alagamento das casas na [Av.] Carneiro de Mendonça e na Augusto dos Anjos, como também na Av. José Bastos."

Em 2011, último ano da pesquisa, estava em andamento uma obra nas margens da lagoa, com colocação de piso e ajardinamento. Era acompanhada pelo Conselho. Segundo o Padre Eloy Alves, aquele Conselho é uma continuação do SOS Lagoa de Parangaba e já conseguiu muita coisa para o bairro. Entre as vitórias da articulação atual, ele menciona

o tombamento da estação ferroviária do bairro, do Bar Avião e da Matriz de Parangaba, apesar dos 'ditadores do Metrofor' serem contra. Entretanto, houve reuniões na reitoria da Uece [Universidade Estadual do Ceará]. Queriam retirar também a igreja matriz de Parangaba e aquela de Mondubim. Uma comissão foi até o presidente Lula, que nos mandou ao Ministério das Cidades.

A solução encontrada para preservar a antiga estação ferroviária de Parangaba foi rebaixá-la, o que permitiu a passagem da instalação aérea do metrô. As obras não tocaram nas duas igrejas que lá permanecem. Nem tudo foi vitória, porém. A retirada das famílias das margens da lagoa ainda não foi alcançada. Padre Eloy cita outros impasses:

A prefeita [Maria Luiza] impediu uma revenda na [Av.] Carneiro de Mendonça, mas não 'teve peito' para proibir outras na Av. José Bastos onde, até hoje, lá estão. Há, inclusive, uma madeireira bem próximo do sangradouro da lagoa. [na Av. Carneiro de Mendonça].

Lúcia Ferreira lamenta a permanência da Mansão do Forró e a inoperância das autoridades que permitem a transformação do Polo de Lazer das margens da lagoa em salão de venda de veículos:

Também a casa de Edmilson Pinheiro a gente tentou retirar – aquela em que funciona hoje a Mansão do Forró. Ela é a causa da mudança do percurso da Av. Augusto dos Anjos, cujo início é no encontro da Av. José Bastos com a Carneiro de Mendonça. [...] Há uma associação de revendedores de automóveis usados que usa o Polo de Lazer de Parangaba, às margens da lagoa, como seu salão de vendas. Há também, no local, venda de bebidas até para adolescentes, feira de tudo e até ponto de venda de drogas.

Como contraste, Lúcia Ferreira descreve o polo, quando entregue à população:

Ao ser inaugurado o polo, este era local de diversão, caminhadas, [havia um] monumento às rendeiras, feira de artesanato e funcionava o anfiteatro. O piso era de boa qualidade. A tentativa de assassinato de um policial foi o maior motivo para a população se afastar do polo. A praça do bar Sabor da Terra era o ponto da Feira dos Pássaros. Mudou-se para o polo e este tornou-se a bagunça que é hoje. Com frequência há casos de morte após as festas da Mansão do Forró.

Para Lúcia Ferreira, a intensa urbanização do bairro, com a impermeabilização das margens da lagoa, deixou consequências negativas como pauta de luta:

Chuva grande causa alagamento nas proximidades da lagoa, como nas imediações do terminal de Parangaba. Onde há o túnel do viaduto, havia uma grande depressão que alagava com a expansão da lagoa. Tudo aterrado, quando chove há enorme alagamento na Av. Augusto dos Anjos, na altura do terminal [de ônibus “Lagoa”].

Há outros desejos dos moradores, como a arborização das margens da lagoa, onde havia árvores frondosas, muitos coqueiros, no passado. Quanto à Mansão do Forró, citam pelo menos duas soluções: sua completa retirada da paisagem ou sua transformação em um grande centro de lazer administrado pelo poder público e fazendo conexão tanto com esportes aquáticos como com o polo de lazer da lagoa. Como a Praça dos Caboclos ainda não tem um uso mais consolidado, Padre Eloi Alves sugere colocar lá ocas para a venda de artesanato das 5.600 famílias indígenas existentes em Pacatuba e Maranguape. Junto com o retorno do nome Porangaba para o bairro, seria uma forma de evocar a sua origem indígena, desejo que ele diz expressar em nome de muitos moradores.

A feira permanente de automóveis no polo de lazer da lagoa, a subverter o uso do espaço público, é uma situação que os moradores ainda querem reverter. Todos os entrevistados referiram-se à transferência da feira e até apresentaram várias opções de terrenos.

## **Fatos Marcantes: A Lagoa Seca, o Metrô**

A campanha SOS Lagoa de Parangaba teve vida curta, até porque alcançou logo seu objetivo pontual: foi proibida a construção da revenda de automóveis, houve a retirada das alvenarias e a prefeitura instalou um jardim naquele local. Segundo o depoimento do Padre Eloy Alves, o movimento deitou raízes que até hoje permanecem.

Certamente não foi o primeiro movimento social de Parangaba. As pessoas daquele bairro acumulam um capital social próprio de quem já viveu até a experiência de vida autônoma, posto que ali foi vila separada de Fortaleza e, recentemente, “descobriram” a antiga Casa de Câmara, conforme testemunha Jeovah Pedra. Seus vários movimentos deram prova da força, ao conseguirem preservar a Estação Ferroviária e tombar a matriz de Parangaba.

Da história recente do bairro há fatos marcantes. Durante a 2ª Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas permitiu aos americanos instalarem uma base de apoio em terreno perto do Henrique Jorge, que viria a constituir, mas tarde, o bairro Pici. Eles fincaram as bases para uma ponte sobre a lagoa, projetada para ligar o aeroporto do Cocorote (atual Pinto Martins) ao aeroporto do Pici, construídos em 1945. A rua 15 de Novembro unia os dois e o Bar Avião foi erguido para sinalizar aquele acesso.

Referindo-se à ponte sobre a lagoa e à seca de 1958, Padre Eloy Alves conta que, “nós andávamos sobre os escombros dessa construção que fica na altura da atual R. Eduardo Perdigão”. O fato foi marcante tanto para ele como para Jeovah Pedra. A seca daquele ano teve tamanha intensidade que a lagoa de Parangaba secou, eles pisaram em seu leito a pé enxuto. Eloy Alves sugeriu que naquele ponto fosse erguida uma estátua em homenagem à Índia Parangaba.

A construção do metrô pela Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) atrapalhou a vida em Parangaba, embora prometendo melhorias futuras. Para o Pe. Eloy Alves, aquelas obras são “uma desgraça pra Parangaba, com a derrubada de casas da R. Pedro II, construídas no Século XVII”. Pensando em preservar registros da história, ele adquiriu um poste da primeira telegrafia da Rede Viação Cearense, máquinas de telefonia e outras peças para um futuro museu no bairro que poderá ser instalado na antiga estação ferroviária.

Jeovah Pedra conta um fato relacionado à escritora Rachel de Queiroz que remete a um marco histórico da região:

Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha foi pároco de Parangaba por 23 anos, muito culto, poliglota, cujos pais moravam no [atual bairro] Henrique Jorge. Estes venderam a sua casa para os pais de Rachel de Queiroz. Naquela casa Rachel escreveu O Quinze. Foi recentemente tombada pelo município de Fortaleza.

Como já registrado, o Conselho de Apoio à Promotoria de Parangaba é uma das mobilizações das forças sociais do bairro. Em suas reuniões são tratadas

questões relacionadas aos eixos crianças e adolescentes, idosos, saúde e meio ambiente. No encontro de julho de 2011, a juíza Graça Quental falou de seu desapontamento por ainda não terem conseguido estancar a entrada de material poluente na lagoa do bairro, após 15 anos de luta – portanto, iniciada antes de o Conselho funcionar.

A escolha de Fortaleza como uma das sedes da Copa 2014 levou euforia e apreensão a vários bairros, e Parangaba, durante a pesquisa, era uma coletividade tensa. Circulavam informações de que a estação do metrô seria conectada ao terminal do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e ao terminal de ônibus. Um grupo econômico começava um grande *shopping* para o terreno vizinho à estação. A Rua Gomes Brasil seria alargada, com deslocamento da população que mora às margens da lagoa. Os moradores estavam inseguros e sem saber se sairiam todas ou apenas umas famílias.

Um detalhe intrigava os moradores do bairro, particularmente os possíveis atingidos pelas obras: se parte das margens da lagoa, então ocupadas por famílias, seria invadida pelo asfalto, desrespeitando a APP em favor da Copa, por que as famílias seriam removidas, sem nem saberem para onde? Por seu turno, o titular da Semam afirmou, em entrevista na pesquisa, não haver terra disponível no bairro, mas está programado outro *shopping* para um terreno vazio na Av. Augusto dos Anjos, em frente à lagoa. Somando-se a um recém-inaugurado, a 500m, totalizariam três *shoppings* nas imediações da lagoa, em menos de 10 anos. O fato contradiz seguidas administrações que fizeram o discurso de falta de terra para as famílias ocupantes da APP da lagoa de Parangaba.

Também em razão do megaevento, Jeovah Pedra falou do projeto de colocar um viaduto saindo da rua Napoleão Quezado (continuação da rua Araripe Prata) e passando sobre a av. Godofredo Maciel, para facilitar a ligação das Avenidas Augusto dos Anjos, Osório de Paiva e Godofredo Maciel e o trânsito fluir melhor no sentido Pici – estádio Castelão. Jeovah estava envidando esforços para que ali se instalasse um túnel, com o que a agressão visual seria menor.

Outra inquietação para os moradores é o uso da Rua Caio Prado pela empresa que está construindo um *shopping*. Jeovah Pedra não se conforma com isso e esclarece a origem da “privatização” da rua. Ao falar deste caso, ele menciona também os imóveis de Parangaba agora tombados pelo município:

Caio Cid, então vereador, entrou em contato com Germano Franck, proprietário da Indústria de Gesso Germano Franck, hoje Gesso Chaves, e interditaram a Rua Caio Prado, beneficiando o empresário. Estamos contra a rua ser ocupada pelo *shopping*. Essa rua, conservada como espaço público, facilitaria o acesso à R. Germano Franck, desafogando o trânsito. O Metrofor fechou cinco ruas do bairro. As vias Dedé Brasil, Eduardo Perdigão, Osório de Paiva e José Bastos [Augusto dos Anjos] suportam um fluxo que engarrafa Parangaba. Eles só não levaram vantagem – os do Metrofor – com a prefeita Luizianne Lins que não permitiu a destruição da Estação Ferroviária de Parangaba. Igreja, Casa de Câmara, .... e Bar Avião foram preservados. A prefeitura e o

Governo do Estado não tinham prova de que a Casa de Câmara, de 1879, era e é da prefeitura. Tiveram essa prova agora, mediante uma escritura de um imóvel de José Pedra [já falecido], pai de Jeovah Pedra.

Da entrevista concedida por Jeovah Pedra na Praça de Parangaba também participaram Adahil Cândido da Silva e Roberto Veras Pedrosa. Vieram à tona críticas à ocupação do espaço público atrás da matriz de Parangaba por uma lanchonete que instalou até aparelho sanitário; ao viaduto em frente à matriz, que classificaram como um monstro; aos canteiros que deveriam enfeitar o viaduto, porém “mais parecem umas cocheiras de estrebaria”. Disseram estar fazendo uma proposta de reforma daquela praça nos moldes da de antigamente, até com coreto e bancos de madeira, e pedindo também sua arborização. A intenção é “ter uma praça livre para o encontro e a conversa após a missa dominical”.



**Foto 20 – Área Verde da Lagoa de Parangaba**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Jeovah Pedra e Roberto Veras consideram sem razão a denominação Praça dos Caboclos dada ao logradouro contíguo ao viaduto, bem como o preconceito para com a festa popular. Jeovah, que é negro, comenta:

Alguém [com preconceito racial] considerou desrespeito a devoção dos caboclos à Coroa do Bom Jesus. Porque havia festa na chegada da coroa nas comunidades e as pessoas bebiam [cachaça] – daí ter sido considerada uma profanação.

Como a justificar a tradição da “alegria”, Jeovah acrescenta:

Os caboclos traziam da Romaria R\$ 2.000,00, equivalentes a \$ 2 milhões na moeda da época [sem especificar ano e moeda], mais vaca e cordeiros, e entregavam tudo ao pároco. Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha passou 22 anos como vigário. Em 1938, começou a cair a [popularidade da] festa [da Coroa], com a chegada dos padres Salvatorianos, a ponto de hoje estar quase acabada. Em 1953, passei três horas do centro para Parangaba, tamanho o congestionamento causado pela festa, 24 de dezembro. [As pessoas] Vinham de carro e a pé. Pe. [Aldo] Zanella, apesar de jornalista, era um padre racista. O último padre [pároco de Parangaba] estava reanimando a tradição, mas foi substituído e o atual acaba de chegar. [Dá a entender que ainda não tem opinião formada sobre ele].

No relato das diversões Jeovah Pedra e Roberto Pedrosa falaram que atrás da matriz ficavam as barracas Peroba, Abacate e Matias, o lado profano da tradicional festa religiosa. Com o passar do tempo, trazendo aquele mesmo tipo de serviço, fixaram-se a Leila, um conhecido prostíbulo de luxo, em Parangaba; a Gaguinha, em Porangabussu, hoje bairro Rodolfo Teófilo; e a Santa, atrás da igreja do Benfica.

## **7.5 Movimento SOS Lagoa da Maraponga**

O Movimento SOS Lagoa da Maraponga mobilizou amplos segmentos da cidade, ante o início da construção de 1.558 apartamentos do Loteamento Parque Maraponga, às margens daquela lagoa, no bairro do mesmo nome, zona sul de Fortaleza, pela Construtora OAS. O loteamento previa o lançamento dos efluentes na lagoa, após passarem por uma estação de tratamento de esgotos. (PARQUE AUTORIZADO... 1991). Enquanto tramitava, o projeto foi denunciado por um sócio ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), departamento do Ceará. O instituto tomou as medidas no campo específico dos arquitetos e levou a questão para o movimento ambiental, que passou a se congregar no Movimento SOS Lagoa da Maraponga.

O IAB apontou duas irregularidades: uma de exercício profissional – o projeto e a Autorização de Responsabilidade Técnica (ART) do loteamento foram assinados por um engenheiro, papel de competência de arquiteto; outra, de cunho ético profissional: o mesmo engenheiro assinara a autoria e dera as licenças de implementação do projeto, pois se tornara titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial (SMDT) da Prefeitura de Fortaleza.

O movimento ecológico de Fortaleza, que já fora vitorioso com o Movimento SOS Lagoa de Parangaba, partiu para a campanha pela preservação da lagoa vizinha. Um conjunto de entidades aglutinou-se no Movimento SOS Lagoa da Maraponga, contando também com representação daquele bairro, e se posicionou contra o projeto. Além das irregularidades profissionais já mencionadas, o SOS argumentava também que o verde do entorno da lagoa seria dizimado e que a lagoa morreria, ao receber tamanha descarga de esgotos.

O SOS Lagoa da Maraponga mobilizou entidades da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), estudantes, técnicos e professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), partidos políticos (PV, PT, PC do B e PDT), a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema), o Instituto da Memória do Povo Cearense (Imopec), diretórios centrais dos estudantes das três universidades existentes do Fortaleza no começo dos anos 1990 e grupos populares de 16 bairros, nove deles das imediações da lagoa, mobilizados pelo Grupo Justiça e Paz, da Maraponga, que se reunia na Capela Champagnat, da Igreja Católica.

O Grupo Justiça e Paz iniciara suas atividades em janeiro de 1986, com os objetivos de estudar a palavra de Deus e atuar por melhorias para o bairro. Antes de entrar no SOS Lagoa da Maraponga, o grupo conseguira mais ônibus para o bairro, retirada de lixo e entulho das ruas, vigilância para a Escola Estadual Diva Cabral, influenciar na escolha do subdelegado do bairro e comprar o sacrário da capela. Esses trabalhos obtiveram a cobertura da imprensa local e o grupo se tornara conhecido, razão por que foi convidado pelo presidente do IAB, Napoleão Ferreira, mediante informação do arquiteto Joaquim Cartaxo Filho, então assessor do vereador Durval Ferraz. Apesar do choque que o movimento teria com o poder público, o então pároco de Mondubim, Padre Hugo Furtado, deu seu apoio para o grupo participar da campanha, pelo benefício social que traria.

Dessa mobilização resultou um abaixo-assinado pela preservação da Lagoa da Maraponga e sua área verde, firmado por 14.303 habitantes da cidade, sendo 7.300 assinaturas da Maraponga e oito bairros adjacentes. Em resposta a essa pressão, o governo do Estado criou o Parque Ecológico Maraponga, em 1991. O que sustenta o raciocínio do ex-coordenador do Grupo Justiça e Paz, Antonio Gerardo Ricardo, de que "alguém pode pensar que foi uma luta isolada, a do parque, mas não; foi uma luta de toda a Fortaleza, não só da Maraponga, mas de muitas comunidades que ajudaram com seu apoio".

### ***Esforço Coletivo***

Inicialmente, o movimento pressionou a Prefeitura de Fortaleza e fez denúncias tanto na Câmara Municipal como na imprensa e no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). Ante a intransigência do então prefeito Juraci Magalhães, o apelo dirigiu-se ao governador do Estado e Ciro Gomes atendeu a reivindicação, assinando o decreto de desapropriação dos terrenos para fins de instalação do Parque Ecológico Maraponga. Já criado o parque e ante a demora na instalação dos equipamentos previstos no projeto, o assunto foi discutido também no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema).

Foram várias as manifestações com faixas e cartazes nas margens da lagoa: acampamentos de famílias, divulgação com visitas às famílias e distribuição de

panfletos em pontos de ônibus, avisos em missas, *shows* como o Esperança e Paz, cujo palco foi a carroceria de um caminhão, nos quais cantavam artistas como Calé Alencar, Pingo de Fortaleza e José Vicente. Nessas ocasiões, o movimento fez gestos simbólicos como colocar na lagoa um barco de papel feito com os recortes de jornais com notícias sobre a campanha, e ao aspecto lúdico juntava-se a fé.

Em uma dessas manifestações, as crianças desenharam e pintaram imagens relativas à lagoa e essas peças foram levadas ao altar em uma das missas na Capela Champagnat. Para comemorar a vitória da criação do parque houve uma caminhada pelo bairro (Foto 21), encerrada com uma missa debaixo de mangueiras, às margens da lagoa. (Foto 22).

Marcavam-se audiências nos órgãos governamentais; o grupo ia a entidades de bairros vizinhos, para conseguir a sua adesão ao movimento e coletar assinaturas para o abaixo-assinado. Essas atividades eram feitas com a participação de grupos como a Juventude Unida da Maraponga (Jumar), catequistas, grupo de oração e o conselho pastoral da capela, além das diversas entidades do bairro, como a Associação Comunitária da Maraponga.

A articulação do movimento com a representação política da cidade levou à realização de uma sessão especial na Câmara Municipal, dia 7 de novembro de 1990, às 10h. O então deputado estadual João Alfredo Telles Melo, como presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e os vereadores Durval Ferraz, Samuel Braga e Chico Lopes, além de João Saraiva, este na condição de presidente do Partido Verde, faziam a negociação no campo da política institucional. O movimento social dava-lhes o indispensável respaldo.

Após a assinatura dos decretos de criação do parque e de desapropriação do terreno, diante da demora em serem iniciadas as obras, o Grupo Justiça e Paz passou a fazer os Dias da Esperança, uma vez por mês, nas margens da lagoa, e torneios de futebol, como forma de denúncia e de manter ativo o movimento.

A campanha em prol da lagoa da Maraponga teve continuidade, entre os anos 2000 e 2002, com o objetivo de conseguir a adequação do parque, conforme o projeto vencedor do concurso, e cobrando a limpeza do parque e das águas. Esta fase foi coordenada por Eurenice Rodrigues Guimarães, mais conhecida no bairro como Loura, e seu filho Pablo Everton Rodrigues Guimarães. Constou de várias manifestações à beira da lagoa, articulando movimentos de igreja como a Pastoral da Criança, de que Eurenice fazia parte, moradores do bairro e adjacências e pequenos empresários.

A área abandonada pelo poder público, começou ali uma ocupação de famílias a partir do bairro Vila Manoel Sátiro, o que incomodou essas pessoas, e resolveram buscar apoio da Prefeitura de Fortaleza, da Semace e dos deputados estaduais, sendo bem recebidas por Francisco Lopes, Marcos Cals e Néelson Martins. Eles “prometeram muito, mas pouco ou nada fizeram”, afirma Eurenice Guimarães. A primeira manifestação do movimento para chamar a atenção das autoridades foi

uma Manhã de Lazer em que serviram um baião-de-dois com suco, depois fizeram uma grande gincana esportiva cujas tarefas giravam em torno da lagoa. Assim é que foi feita a identificação e contagem de todas as árvores do parque, segundo as palavras da então coordenadora.

Houve adesão de professores do Estado e de pessoas recém-chegadas ao bairro, porém o movimento encontrou a dificuldade de não saber com quem estava o projeto do parque, para cobrar sua execução. Pablo Everton conta que foram informados de que havia um acordo de a prefeitura fazer a limpeza e o governo do Estado concluir a implantação do projeto do parque. A única atividade existente na área destinada ao parque era a venda de mudas por uma ONG de moradores do condomínio Parque Maraponga, o Instituto Lagoa Viva, que não se integrou à campanha.

O grupo sentiu a falta de apoio do poder público, mas continuou a pressão com atividades nas margens da lagoa, mobilizando a população nas missas, com reuniões mensais e fazendo a divulgação com mosquitinhos e uma bicicleta de som. Dentre as atividades realizadas houve torneios de futebol e gincanas. Os eventos eram oportunidade de conversar com as pessoas do bairro a respeito de sensibilizar as autoridades sobre a necessidade de conclusão do projeto. Essa sensibilização era feita via imprensa, já que a comissão nunca foi recebida por órgãos do Executivo do Estado ou da Prefeitura de Fortaleza. (PARQUE AUTORIZADO... 1991).

Além dessas dificuldades, previsíveis em uma campanha dessa natureza, por serem apenas três ou quatro pessoas nas idas e vindas aos órgãos públicos, faltavam a elas o tempo necessário para dedicar-se mais e o apoio dos movimentos da capela na intensidade esperada. Ainda assim, realizaram várias reuniões com autoridades no bairro, o deputado Néelson Martins presente em três ou quatro delas. Já o deputado Chico Lopes compareceu a um evento nas margens da lagoa.

Uma campanha dessas transcorre com dificuldades como descrença da população na vitória e medo de enfrentar os poderosos e suas reações. "A comunidade desacreditava, pois gente pobre não devia lutar contra a sociedade; seria difícil ter a vitória", conforme o relato de Antonio Geraldo Ricardo. Até gente da classe média, como médicos, diziam ser loucura lutar contra uma construtora ligada a Antonio Carlos Magalhães<sup>49</sup>; faltava dinheiro para o movimento comprar o material de divulgação, para contratar um serviço de som, por exemplo. Para chegar às autoridades como ao prefeito, era preciso transpor vários obstáculos; os entrevistados citam como dificuldade o fato de o grupo ser pequeno, com poucas adesões, portanto, limitada participação da coletividade na campanha inicialmente; e o jogo de empurra-empurra entre a prefeitura e o Crea, até que veio a solução pelo Estado.

Grande obstáculo enfrentado nessa campanha foi a resistência do Prefeito Juraci Magalhães ante as pressões da população e as denúncias de irregularidades

---

49 Político da Bahia, muito poderoso à época. A relação do prefeito de Fortaleza com o Antonio Carlos Magalhães e a influência deste na obra era comentada na imprensa. (TIRO, 1991).

na elaboração e tramitação do projeto do loteamento. Como engenheiro, Hélder Bomfim Macedo assinou a Autorização de Responsabilidade Técnica (ART) daquele projeto. Conforme o IAB, uma irregularidade, pois em se tratando de um conjunto de blocos residenciais, um arquiteto deveria assumir a ART e Hélder Macedo era engenheiro. A questão foi levada ao Crea, que tornou sem efeito a ART. (ARAÚJO, 1990). No movimento ambiental, a tensão era grande porque o tempo passava e a obra prosseguia, após pequenos embargos.

Apesar das ponderações do movimento ambiental, o prefeito fechava-se e não retirava a autorização da obra. Tentei encontrar uma explicação para esta atitude do prefeito. Todos a atribuíam a razões políticas, genéricas. Ao ser entrevistada, Vanda Sales foi bem específica: "Empreiteiras e construção civil eram os suportes de campanha [eleitoral] de Juraci Magalhães. A produção da cidade se fez na sua gestão para atender aos interesses desses setores. A lógica é essa".

O ex-vereador Durval Ferraz diz que "atrás daquele projeto estavam as forças da especulação imobiliária, que já fez um enorme mal à cidade. Tanto que a chamada 'CPI das Praças' identificou mais de 100 praças perdidas em Fortaleza" para os mais diferentes tipos de ocupação irregular: condomínios, *shoppings*, residências unifamiliares e clubes de categorias profissionais. O então assessor de Durval Ferraz e ex-secretário das cidades do governo do Estado, Joaquim Cartaxo Filho, conclui que "a grande dificuldade foi o poder público reconhecer o dano daquele projeto" para Fortaleza, porém maior foi a capacidade de superação do movimento.

### ***Marca de Superação***

Foram muitas as formas de superação das dificuldades e as pessoas entrevistadas destacaram: reuniões nas ruas, distribuição de mosquitinhos<sup>50</sup> nas casas e nos fins de missas; leituras da Bíblia nas reuniões do Grupo Justiça e Paz, avisos nas missas e palavras dos sacerdotes celebrantes como Padre Hugo Furtado, Padre José Moreira e Padre Agostinho Valle, que atuaram como párocos de Mondubim, no período da campanha. Outras iniciativas foram abaixo-assinado; as atividades nas margens da lagoa, aos domingos, como: concurso de paródias e jogos para os jovens, discussão pelos adultos e atividades para as crianças, nas margens da lagoa, aos domingos.

Como meios para obter a participação dos beneficiários, o movimento usava eventos como os piqueniques ecológicos já citados, *shows* de artistas locais e exposições, nas margens da lagoa; reuniões com representantes de órgãos públicos no bairro, convites com incentivo à crença na vitória, distribuídos nas casas, em paradas de ônibus e comércios; e notícias em jornal mural colado no portão da casa

---

<sup>50</sup> Impressos em tamanho correspondente a um quarto de folha de papel ofício com mensagens conclamando as pessoas à participação em eventos ou informando sobre os impasses ou avanços da campanha.

das Irmãs Lourdinas, ao lado da capela Champagnat; informativo (folha tamanho ofício impressa frente e verso) entregue nas casas, bares e ônibus; cartazes colados na Maraponga e bairros vizinhos; e o apoio das Irmãs Lourdinas e das pastorais das paróquias de Mondubim e outros bairros.



**Foto 21 – Caminhada: A Luta dos Trabalhadores e o Meio Ambiente**

**Fonte:** Arquivo do Grupo Justiça e Paz.

Tudo isso com uma coordenação local atuante, feita pelo Grupo Justiça e Paz, que catalisava os anseios das forças sociais como grupos de igrejas (católicos e protestantes) e associações de moradores da Maraponga, Parangaba, Vila Pery, João XXIII, Parque S. José, Vila Manoel Sátiro, Conjunto Esperança, Mondubim, Conjunto Prefeito José Walter e Parque São José. No âmbito da cidade atuavam na campanha o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-CE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), os estudantes, técnicos e professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), os partidos políticos (PV, PT, PC do B e PDT) e o Instituto da Memória do Povo Cearense (Imopec).

A campanha assumiu contornos inéditos, com a discussão alcançada na mídia e nas representações profissionais como IAB, OAB, Sindicato dos Engenheiros e Crea, mas também no meio popular. Na Câmara Municipal o vereador Durval Ferraz apresentou Projeto de Lei nº 269 e foi aprovada a criação da Área de Proteção Ambiental da Maraponga (APA) (PROJETO DE LEI..., 1996), em 11 de dezembro de 1990.

O prefeito Juraci Magalhães recebeu, então, uma comissão do movimento no paço municipal, em uma sala contígua ao salão de audiências de seu gabinete,

sem cadeiras. Todos ficaram de pé. As cenas presenciadas por mim foram patéticas. Quando um parlamentar ou outro participante fazia pergunta ou afirmação, ele reagia com gracejos, devolvendo a questão para outro militante. Os presentes em círculo, ele se movia como o pivô de um jogo de vôlei. Chegou a zombar, dizendo “você já têm a Amazônia. Para que se preocupar com uma lagoa?” Todos concluímos que com o prefeito estava fechado o caminho da negociação.

Dentre as facilidades que o movimento teve, os entrevistados destacam o apoio da imprensa e de categorias profissionais importantes, bem como a credibilidade do Grupo Justiça e Paz. Os moradores do bairro tinham grande apreço pela lagoa, pois a usavam como área de lazer e para pesca e lavagem de roupas. Isso fez a campanha encontrar apoio também entre as pessoas simples do bairro. No seu decorrer moradores empregados na obra ou que nela vendiam alimentos, ao saberem dos próximos passos da construtora, repassavam essas informações para o movimento que, àquela altura, procurava paralisar a construção, nas instâncias administrativa e judicial. A construção dos primeiros 416 apartamentos sofreu várias embargos. Ainda assim foram concluídos e comercializados.



**Foto 22 – Missa Encerra a Caminhada da Vitória**

**Fonte:** Arquivo do Grupo Justiça e Paz.

Também contribuiu para a vitória o fato de a arquiteta Marfisa Aguiar estar na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado, o que foi decisivo para a compreensão dos argumentos e para o convencimento do governador Ciro Gomes, afirma Napoleão Ferreira da Silva Neto, presidente do IAB Ceará na época. Ele diz que os argumentos do movimento eram tão fortes que o prefeito Ju-

raci Magalhães recebeu seus integrantes mas não argumentou contra a pertinência e a legalidade deles.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros, José Praxedes Berto, contribuiu com um parecer científico irrefutável. Ele admitiu a hipótese de a lagoa receber efluentes tratados e com apenas 1% das impurezas originais. Argumentou, porém, que, ainda assim, ela não resistiria, pelos efeitos cumulativos dessa constante poluição. A meu ver, aquele foi o documento decisivo para o êxito da campanha, pela divulgação que demos a ele.

### ***Apreensões, Alegrias e Esperanças***

Todos os entrevistados da Maraponga revelam profundo desapontamento com a falta de respeito de Juraci Magalhães para com a comissão representante do movimento, na única vez em que foi recebida. O “chá de cadeira” quando das reuniões com autoridades foi muito citado como causa de desânimo, bem como o grande espaço de tempo entre o decreto de desapropriação e a ação efetiva do governo com a construção das calçadas e demarcação da área do parque.

Durante a campanha, os apartamentos sendo construídos eram motivo de grande apreensão. “O nosso medo era a construção avançar e perdermos a área verde. Iam jogar os dejetos na lagoa que iria virar um esgoto vivo. Seria uma tragédia, um novo Rio Maranguapinho poluído e isso a gente temia”, testemunha Fátima Sousa.

Os momentos de euforia foram aqueles de assinatura do decreto de criação do parque e desapropriação do terreno e a caminhada pelo bairro para comemorar a vitória. Os embargos da obra, as celebrações, os atos públicos na beira da lagoa, ao longo da campanha, foram destacados pelos entrevistados como momentos de injeção de entusiasmo.

A preservação da lagoa, do verde e da paisagem foi destacada em todas as entrevistas como a maior vitória, especialmente por Fátima Sousa e João Barroso. “Barrar a construção de apartamentos”, foi a resposta de Nazaré Félix. “Hoje a gente passa pela lagoa e pensa assim: eu dei minha contribuição para a lagoa estar hoje limpa, ser local de lazer para a comunidade”. Reunir tanta gente nas margens da lagoa, naquelas manifestações, foi uma grande vitória na época, conforme opina Irmã Sisleide Nunes.

Os participantes da campanha destacam ainda como vitórias a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Maraponga, a iluminação e limpeza da área, a instalação das quadras e do anfiteatro, este infelizmente só usado em algumas celebrações e, atualmente, tomado pelo mato; outras vitórias mencionadas foram o decreto de criação do parque e o concurso nacional do projeto de urbanização do parque, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Ceará e presidido por Paulo Bastos, respeitado arquiteto indicado pelo IAB de São Paulo.

O projeto vencedor, de autoria do arquiteto Roberto Gerardo Jereissati, previa um monumento de memória da campanha, um pavilhão de educação ambiental com área de exposições; duas quadras de vôlei com piso natural, duas quadras polivalentes pavimentadas, pistas para ciclismo, um anfiteatro para 500 pessoas, canteiros, aparelhos de ginástica e alamedas para caminhadas. “Estes e outros itens do projeto foram sugeridos pelos moradores dos bairros que circundam o parque, durante a campanha SOS Lagoa da Maraponga”. (COSTA, 1997, p. 14). Não foi realizado “e jamais será”, disse Fátima Sousa, ex-coordenadora do Grupo Justiça e Paz, com ar de profundo desânimo ante o descaso de governadores e prefeitos para com o projeto.

Embora realizado só em parte, o projeto representou uma vitória. O arquiteto Joaquim Cartaxo Filho o considera um ganho, mas lamenta que não tenha sido implementado. Ainda assim, coloca como outra vitória desse movimento a consciência social mais forte em torno de meio ambiente, conceito ampliado, pois não se foca mais só em rios e lagoas. Destaca também o fato de as escolas assumirem a questão ambiental em seu dia a dia e “a criançada pressionando os pais a adotarem atitudes corretas como não fumar”.



**Foto 23 – Uso Atual do Parque Ecológico Maraponga “Urbanizado”**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Todo domingo e feriado, a APP é tomada por vendedores e frequentadores com seus automóveis, “pisoteando” as margens da lagoa, fato que o titular da Semam disse desconhecer. Há campos de futebol e trilhas para caminhada, porém faltam condições de segurança.

O ex-vereador Durval Ferraz credita ao Movimento SOS Lagoa da Maraponga reflexos como a criação do Parque Parreão, no bairro de Fátima, e do Parque Ecológico Rio Branco, no Joaquim Távora, “onde as pessoas viram que outros bairros conseguiram conquistas e também se mobilizaram”.

Para Napoleão Ferreira, a vitória foi maior do que o próprio movimento avaliou, ao levar em conta fatores como “a obra estava em andamento, recursos federais envolvidos e a força da construtora de âmbito nacional”. Ele destaca também, em sua avaliação, a possibilidade de novos movimentos por espaços verdes, a aglutinação de pessoas e o intercâmbio das experiências de vários profissionais e que o movimento contribuiu para uma maior consciência pública a favor do ambiente, a ponto de agora gerar reações nas pessoas comuns, como as registradas ante o desmatamento de um quarteirão na Aldeota, na Semana Santa de 2011. Até na Justiça houve vitória, porque Napoleão Ferreira sofreu processo movido por Hélder Macedo, que alegava ter sido vítima de ato difamatório, no decorrer da campanha, mas o juiz não acatou a denúncia.

A prefeita Luizianne Lins teve o mérito de “urbanizar” o parque a seu modo e de franquear o uso da área verde pelo público. Só que o uso atual é predatório, por permitir a entrada de veículos e a consequente compactação do solo até na área de preservação muito próxima do espelho d’água da lagoa. Além disso, há uma enorme ocupação irregular de suas margens, após o conjunto de apartamentos. Tendo em conta este e outros casos, o arquiteto Napoleão Ferreira diz que o sistema de lagoas de Fortaleza continua desrespeitado e o fortalezense sem direito a usufruir do ambiente natural.

### ***O Legado da Campanha***

Ficou dessa mobilização o ensinamento de que “o ideal coletivo leva a resultados, sim”, e “quando se trabalha em prol do coletivo a gente consegue sensibilizar as autoridades”. Resta como lição “a necessidade de lutar pelo social; que a fé não se resume à oração na igreja, mas lutar pelo verde, pela vida”, fala a hoje Irmã Rosineuda Rocha. Já a Irmã Sisleide destaca que

eu estava no grupo em um momento de minha formação; foi um período de conscientização social, de lutar pelo social, pelo bem do outro, como comunidade, melhoria da própria comunidade, da própria cidade. Hoje, a lagoa – o parque – é para nós, depois que a gente volta. A gente sente que pode continuar lutando nas pastorais sociais pela vida no espaço público – a gente vai continuar lutando<sup>51</sup>.

---

51 Rosineuda e Sisleide eram postulantes (período na formação para assumir a vida religiosa como integrantes de uma congregação) na época da campanha e hoje são religiosas católicas consagradas, após terem passado por outras etapas de sua preparação, fora de Fortaleza.

Para João Barroso Filho,

vale lutar por determinado movimento. Eu gostei mesmo. Serviu de lição. Como professor [mais tarde], eu colocava esse movimento em sala de aula, incentivando os alunos a participarem de movimentos em seus próprios bairros.

Em uma entrevista cuja gravação foi extraviada, Barroso disse em tom emocionado que dá orgulho passar pela lagoa e experimentar aquele sentimento de que “eu contribuí para isso ainda estar aqui”.

Na mesma linha, fala o ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-Ceará), Joaquim Cartaxo Filho, ressaltando a importância das entidades, pois “é possível mobilizar os sujeitos sociais para as ações de preservação e consumo responsável”. Já o arquiteto Napoleão Ferreira da Silva Neto, presidente do IAB-Ceará na época da campanha, conclui que o movimento da Maraponga contribuiu para uma mudança de postura dos cidadãos frente à cidade:

Os meios de comunicação social influenciaram e entidades como o Green Peace. A população de Fortaleza não tem tradição de uso de praças e parques. O Passeio Público sobreviveu como praça porque era próximo ao paiol de pólvora do quartel, então, ninguém queria morar perto. Fortaleza tem uma cultura de escassez de espaços públicos e praças, ao contrário de Natal, Recife e João Pessoa. É só comparar. A pessoa que nunca viu uma coisa dessas não sabe o que é, não reivindica. Isso é uma tradição negativa da cultura da cidade. Tenho a impressão de que esses acontecimentos dos últimos 20 ou 30 anos mais a pressão internacional de colocação e divulgação da questão ambiental estão gerando uma nova postura. Era muito difícil, antes da [campanha pela lagoa da] Maraponga, você esperar que a população da lagoa do Opaia, da lagoa de Messejana reivindicasse alguma coisa em relação a esses espaços. E hoje, com o exemplo da Maraponga, eu vi [recentemente] na televisão, um rapaz questionando porque não tem lá [no bairro dele], então há uma perspectiva de nova urbanidade.

No entender de Napoleão Ferreira, a campanha SOS Lagoa da Maraponga ficou como uma “referência de possibilidades”. Se lá conseguiram, em outros bairros se pode conseguir também.

Fátima Sousa destaca que “outros movimentos vieram, mas não sobreviveram” – ela se refere, por exemplo, ao Movimento Lagoa Viva, feito pelos moradores do condomínio Parque Maraponga, de vida curta e nenhum resultado efetivo. Ela entende que

[...] o nosso, um movimento de Igreja, alicerçado na fé, permaneceu por mais tempo. Hoje temos a alegria dessa área bonita para desfrutar. Nosso bairro está sendo tomado por apartamentos. Selva de pedras. Nosso parque é o pulmão do bairro, assim como a Amazônia é o pulmão da Terra.

Barroso Filho diz guardar atualmente recordações positivas daquela campanha e do grupo a que pertenceu: “Trago ainda hoje uma boa impressão do Grupo

Justiça e Paz, do bom relacionamento no grupo. Excelente! Começou e terminou sem nenhuma confusão, desavença”. Ele lamenta que os demais grupos da capela não tenham dado a devida importância ao Grupo Justiça e Paz e à sua estratégia de trabalho:

Não aceitavam o ‘Justiça’ como grupo de Igreja, mas o viam como grupo político. ‘Lá vêm os baderneiros, os do PT’. Entretanto, em toda reunião se lia a Palavra de Deus. Mas o grupo não morreu ainda não. Hoje eu trabalho como voluntário em uma creche. E o aprendizado daqui eu aplico na creche. Muita gente reconhece o grupo até hoje, na capela, no bairro. Os mais novos não se lembram, mas os antigos devem se lembrar toda vez que passam na frente da lagoa. Os mais novos, só se os pais contaram como participaram da campanha de preservação da lagoa.



**Foto 24 – Desrespeito à APP da Lagoa da Maraponga**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Empresa terceirizada a serviço da Emlurb para podas e capinas dizimou a vegetação e fez a queimada. (Informação de populares).

## **7.6 Movimento pelo Parque Ecológico Parreão**

Este movimento mostra a mobilização de forças sociais de um bairro classe média e a influência de um jornal nessa pressão sobre o poder público com vistas a conseguir melhorias para a coletividade. A primeira edição do Jornal do Bairro Fátima, em dezembro de 1991, veiculou a insatisfação dos moradores do Planalto

Rodoviário. Eles pediam a construção de uma área de lazer próximo à Estação Rodoviária Engenheiro João Thomé, bem como a limpeza, o saneamento e a tubulação de um esgoto a céu aberto atrás da rodoviária.

O vereador Chico Lopes informou ao jornal tratar-se do riacho Parreão, que nasce no sangradouro da lagoa do Opaia, a um certo ponto é canalizado, ressurge e em seguida se junta ao canal do Jardim América, para desaguar no rio Cocó<sup>52</sup>. O periódico assume a campanha e a 2ª edição do jornal já sai com a matéria "Fátima merece um Parque Ecológico".

Começa um processo de mobilização da população pelo parque no qual o arquiteto Francisco Luiz Muniz Deusará abraçou a causa e teve papel importante, pois expressou no projeto os anseios da coletividade. Segundo ele,

A ideia era ligar o Parque Cocó ao Parreão e este ao Polo de Lazer da Lagoa do Opaia e você ter um grande parque intergrado, recuperar as margens, retirar as pessoas de suas antigas casas [nas favelas] e construir prédios pequenos, de três andares, em que elas iriam morar, sem quebrar os vínculos já existentes. Diferente da "higienização" do começo do século XX, [porque] há uma relação social que precisa ser mantida: trabalho para os adultos e educação das crianças, por exemplo.



**Foto 25 – O Parque Ecológico Parreão no Bairro Fátima**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** A estação rodoviária, vias, prédios consolidados e em construção cercam a área verde (à direita, canto sudeste). Acima do parque, terrenos da Base Aérea e do Aeroporto Pinto Martins.

<sup>52</sup> Na entrevista gravada, a editora do jornal, jornalista Inês Prata Girão, disse que a informação lhe fora repassada pelo então ex-deputado João Alfredo, mas a matéria Retrospectiva (1992), cita o então vereador Chico Lopes como fonte desse dado e que o advogado João Alfredo Telles Melo entrou com a fundamentação jurídica da campanha.

## ***Um Riacho Bem Poluído***

Na reportagem o jornal expõe a situação do riacho: “Lixo nas margens, e já ter sofrido a humilhação de ser apertado em bueiros para a construção da Av. Borges de Melo”, apesar de ser “faixa de primeira categoria”, isto é, área de preservação permanente, conforme a legislação municipal e o Código Florestal. Por ter este *status*, dizia o jornal, “a 30 metros de qualquer de suas margens nenhuma edificação pode ser erguida e as agressões ao córrego, incluindo esgotos clandestinos, devem ser denunciadas à Semace” [Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará]. Na notícia o vereador Francisco Lopes informa que na administração anterior a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU), do Governo do Estado, recebera solicitação do deputado estadual Paulo Duarte para a drenagem e saneamento do riacho.

A matéria informa também que o terreno pertencia ao DERT, órgão responsável pelo transporte estadual à época, que tinha planos de ocupá-lo com a expansão do terminal rodoviário. E divulga a promessa, feita pelo superintendente da Semace, Eduardo Araújo Soares, de uma equipe técnica ir “apurar denúncias de ligações clandestinas de esgotos [ao corpo d’água] e aterramento do riacho”. O ex-deputado João Alfredo afirma no texto que, se estivessem em vigor as normas das constituições federal e estadual, “nem seria possível ter construído o canal que hoje corta aquela região, considerando que ele também foi um riacho”.



**Foto 26 – Estado do Parque Parreão, 18 Anos após Inaugurado**

**Fonte:** Colhida pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Permanece a poluição do riacho, um dos motivos de reivindicação do parque.

Portanto, afirma o jornal, “a fiscalização se faz [necessária] nos três níveis: federal [pelo Ibama], estadual [Semace] e municipal [Splam]”. A reportagem termina conclamando os moradores à luta pelo parque e dando orientações para colherem as assinaturas no abaixo-assinado em suas ruas e condomínios. O recém-formado arquiteto Luiz Deusdará leu este número do JB Fátima e conta sua sensação:

Fiquei muito empolgado com a idéia de propor um projeto para a área – como morador, não como prestador de serviço. Inês acolheu a idéia que foi discutida com pessoas da igreja (Paróquia de Fátima) em reuniões longuíssimas na praça. Cada um se levantava e dizia o que era bom ter no parque. Eu entrei como morador. O arquiteto entrou como instrumento para colocar no papel as opiniões.

O projeto total previa o parque com 800.000m<sup>2</sup>. A primeira etapa, com 35.000m<sup>2</sup>, conforme documentos entregues ao Secretário de Controle Urbano e Meio Ambiente, Hélder Macedo, teria equipamentos como creche, anfiteatro e loja de conveniência. (PARREÃO LIGARÁ O COCÓ..., 1992). Com a finalidade de integrar serviços e lazer, o projeto previa também anfiteatro com 1.000 lugares, bancos, sorveteria e coreto com estrutura de ferro batido e beira-de-bica de madeira trabalhada, além do Centro de Apoio ao Migrante, dada a sua proximidade com a estação rodoviária. (ESPLAM RECEBE PROJETO COMPLETO..., 1992).

A importância do periódico de circulação mensal reside em divulgar os temas de interesse local imediato, ter tiragem de 10.000 exemplares e ser lido pelas famílias que o recebiam em casa, grátis. Sua editora, Inês Prata, conta que na época ela dizia que o Jornal do Bairro Fátima (JB) era mais lido que os jornais O Povo e Diário do Nordeste, porque estes tinham públicos excludentes, enquanto o público do JB era formado pela soma dos leitores dos dois.

O movimento que se formou a partir de então marcou para 13 de fevereiro de 1992 uma manifestação em favor do parque, às 17h, na Praça Pio IX, em frente à igreja de Fátima, com palhaços, teatro de bonecos e a exposição da maquete do parque. (PROGRAMA..., 1992). Cria-se a Comissão Pró-Parreão, que entrega o projeto do Parque Ecológico Parreão e sua maquete ao secretário da SDU (em exercício), Adahil Fontenele, em 27 de março daquele ano. Na oportunidade, o arquiteto Luiz Deusdará falou do projeto de sua autoria, dos usos do parque e da importância de preservação daquela área.

Adahil Fontenele mostrou-se favorável à iniciativa e prometeu repassar suas impressões e os documentos para a titular, Marfisa Aguiar, conforme registro do Jornal do Bairro Fátima. A matéria menciona a participação dos vereadores Durval Ferraz, Francisco Lopes e Samuel Braga, bem como do deputado estadual Inácio Arruda na entrega. Cita as presenças do advogado João Alfredo Telles, membro da Comissão Pró-Parreão, e do empresário Júlio Ventura, que estava construindo uma revenda de veículos próximo à área reivindicada para a instalação do parque e se dispôs a mantê-lo, após inaugurado. (PROJETO PARREÃO: QUERO VERDE..., 1992).

A licitação para a construção do Parque Ecológico do Parreão foi aberta dia 14 de agosto de 1992, pela Comissão Municipal de Licitação. (PARREÃO: LICITAÇÃO É DIA 14..., 1992). A campanha prosseguiu com uma audiência pública na Câmara Municipal, convocada pelo vereador Durval Ferraz.

### ***Pró Versus Contra***

Houve dificuldades com a Prefeitura de Fortaleza, sobretudo ante a oposição ao projeto apresentada pelo então Superintendente do Instituto de Planejamento do Município (Iplan), Paulo César Batista.

Ele disse que a prefeitura não podia aceitar doações, pois não sabia se os nossos interesses eram os mesmos da prefeitura. Esse sujeito foi um empecilho para a fase 2, na favela Maravilha. Ele era contra o projeto e a doação de meu terreno, depois da Borges de Melo.

O superintendente foi contra, também, à doação do projeto à prefeitura. Essas dificuldades foram superadas na audiência com Juraci Magalhães, conforme Luiz Deusdará:

O prefeito... aceitou o projeto em seu todo, sem tirar nem por. Hoje você vê nas pranchas o carimbo da Prefeitura, de modo que é um projeto oficial. Apresentamos até o projeto de despoluição do riacho – iniciado, mas teve descontinuidade. Envolvemos [ainda no intuito de vencer obstáculos] os meios de comunicação – O Povo, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará – e houve divulgação. A cidade ficou sabendo que havia uma proposta de parque feita pela cidade e que só dependia da prefeitura aceitar ou não. Aí a prefeitura assumiu o projeto como se dela fosse, institucionalizou o projeto.

Foram muitos os apoios ao movimento. Por iniciativa do vereador Durval Ferraz a Câmara Municipal aprovou a lei de criação do parque, com a adesão dos vereadores já mencionados: Chico Lopes, Heitor Férrer e Samuel Braga na linha de frente. Outros políticos deram franco apoio como os deputados Inácio Arruda, da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia; Paulo Duarte, Cid Gomes e Francisco Aguiar, líder do governo; e Cláudio Pereira, presidente da Funcet, o órgão cultural do município. (MARFISA..., 1992).

O prefeito Juraci Magalhães, reticente no início, abraçou o projeto e, entre os motivos para essa adesão, certamente estavam a necessidade de fazer sucessor o seu secretário de finanças, Antônio Cambraia, e a manifesta disposição do governador Ciro Gomes de atender aquela reivindicação popular. O Jornal do Bairro Fátima registra, enfático, a onda favorável: "Todos os políticos do bairro, que não tem poucas lideranças, afirmaram seu desejo de participar do movimento". (PROJETO PARREÃO VAI ÀS AUTORIDADES, 1992, p. 5).

As reuniões por muito tempo ocorreram na casa do Sr. Jonas Marinho. Além deste, foram muito importantes apoios como o da Escola Vila no abaixo-assinado, e do Conselho Comunitário de Fátima que reunia as seguintes entidades: Associação de Moradores da Rua Ratisbona (a rigor, a entidade representava os moradores da região central do bairro), a Associação de Moradores da Maravilha, a Associação de Moradores do Alto da Paz e a Associação de Moradores de N. S. de Fátima.

### ***Um Parque pela Metade***

A indefinição quanto à propriedade do terreno atrás da estação rodoviária foi motivo de refluxo na campanha. Como a prefeitura negasse ser proprietária, o movimento foi ao governador Ciro Gomes e este determinou à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU) uma pesquisa minuciosa. Ele disse a Inês Prata que faria o parque se o terreno fosse do Estado ou se a Prefeitura de Fortaleza formalizasse a doação do mesmo ao Estado. Dirimida a dúvida quanto à titularidade do imóvel, foi feito o parque no âmbito municipal.

Ainda segundo Inês Prata, os momentos de maior euforia seguiram-se à inauguração das instalações da primeira etapa, em 3 de setembro de 1993. O parque passou a funcionar com *shows* dirigidos pelo cantor Davi Duarte, dentro de um programa feito pelos próprios moradores e com o apoio da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo (Funcet) da prefeitura, que garantia o som.

Com o passar do tempo esse formato se desfez e o parque foi sendo abandonado, tornando-se mal frequentado. Voltou o mau cheiro decorrente da poluição denunciada na origem do movimento, mas cujo fluxo não fora estancado. O parque não foi urbanizado conforme o projeto. As etapas 2 e 3 jamais saíram do papel. No trecho que vai do viaduto da BR 116 até a favela Maravilha verificaram-se ocupações, empresas comerciais foram instaladas na Av. Aguanambi, onde a instalação de uma rotatória impediu por completo a possibilidade de reflorestamento nos moldes previstos inicialmente. Cerca de 15 anos depois de inaugurada a primeira etapa do parque, a Prefeitura Municipal iniciou a urbanização da favela Maravilha e instalou equipamentos de uso comunitário na margem esquerda do lagamar, no km 1 da BR, em área de preservação permanente conforme o Código Florestal e o plano diretor de 1992, então em vigor.

Um fator muito negativo para o movimento foi a decisão judicial em favor da Paula Joca S. A. (Empresa Expresso de Luxo), que resultou na derrubada de 25 casas e da lavanderia em construção pela Paróquia de Fátima. Interessante é que houve o cumprimento da ordem judicial mesmo com a dúvida quanto à propriedade do terreno, de que o pároco Padre Manoel Lemos Amorim dizia ter documentos em mãos. Ante este problema, Expedito e Luiz Deusdará garantiram apresentar e realmente elaboraram para a área 2 do parque um projeto sem remoção de famílias, mas com arruamento, praça, creche e bosque com árvores frutíferas.

O projeto elaborado pelo escritório de arquitetura para a segunda etapa do parque previa quadra de esporte, praça central, três prédios de apartamentos, proteção para o riacho, calçadões e quiosques, entre a Av. Aguanambi, a BR 116 e a via férrea Parangaba-Mucuripe. No trecho moravam cerca de 300 famílias, há mais de 20 anos, que ali permaneceriam, mesmo admitindo a construção da Avenida dos Jangadeiros ao longo da via férrea, prevista no plano urbanístico de Fortaleza.

Luiz Deusdará fica indignado só em lembrar da argumentação que ouviu no Iplam contra a proposta de colocar os favelados em três prédios:

O superintendente [Paulo César de Sousa] Batista disse que minha ideia não podia dar certo porque aquelas pessoas não estavam acostumadas a subir escadas, a cuidar de um prédio [...], um dos raciocínios mais infames que já ouvi em toda a minha vida.

O presidente da Associação dos Moradores da Maravilha, Gilberg Silva de Melo, fez uma campanha para a execução do projeto que foi apresentado às autoridades no dia 25 de maio de 1994, no auditório do Colégio Santo Tomás de Aquino. (MARAVILHA LUTA PELA URBANIZAÇÃO..., 1994). Enquanto isso, a 1ª etapa do parque já começava a apresentar problemas, conforme registra o mesmo número do jornal, também na página 3: "A lavagem do lixo orgânico [chorume] escorre do vasilhame, atraindo insetos e nauseando os transeuntes. Até os que usam o parque".

Nas palavras de Inês Prata, a prefeitura

não deu prioridade ao projeto do arquiteto Deusdará, o que só agora foi feito, com Luizianne [na favela Maravilha], porém sem seguir o projeto original que previa duas torres [para moradias] e a urbanização. A prefeitura não urbanizou as demais etapas, não desapropriou.

Já para a etapa 3 do projeto, a mobilização foi mínima. A Av. Borges de Melo é o limite do bairro Fátima com o Vila União, onde ficaria a etapa 3. A população da Vila não se mobilizou e, com o tempo, palafitas foram se instalando sobre o riacho. Empresas, por sua vez, não respeitaram os 30m de APP em cada margem. A Prefeitura de Fortaleza ora a tudo assistiu, inerte, ora autorizou a instalação de empreendimentos em áreas previstas para o parque. Não bastassem esses desrespeitos ao pactuado com o movimento ambiental, ao assumir o projeto do parque, já nos anos 2000 a prefeitura até construiu a sede do Instituto de Pesos e Medidas na APP do riacho, em terreno destinado ao parque. (Foto 27).



**Foto 27 – Guarita do Instituto de Pesos e Medidas sobre o Riacho Parreão**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Esse trecho, originalmente destinado para a etapa 3 do Parque Parreão, hoje está ocupado, também, por um supermercado (muro branco). Atrás do prédio do Instituto de Pesos e Medidas resta um quarteirão do terreno do parque, arborizado, que ainda poderá ser salvo. (Ver a foto 28).

### ***O Movimento Deixou Marcas***

O movimento considera como vitórias a conquista do parque, em si, e novos desenho e arborização da Praça Pio IX, que só tinha castanholeiras. Inês Prata credita essa vitória do movimento ao caráter comunitário do bairro. “Todos se conheciam, não havia as ‘ilhas’ de hoje, pois havia mais casas que condomínios, há 20 anos”. No seu entender, “não havia uma entidade específica [puxando o movimento] e isso facilitou a participação de todos”.

Além do Jornal do Bairro Fátima, a Comissão Pró-Parque Parreão lançou mão de várias iniciativas para se legitimar e conseguir a sensibilização dos moradores para a causa: eventos na Praça Pio IX, abaixo-assinado nos condomínios e nos estabelecimentos dos anunciantes do jornal, fossem comerciais ou de prestação de serviços; encontros com autoridades e aliança com políticos de diferentes partidos, muitos deles residentes no próprio bairro. “Usamos os grandes meios de comunicação social”, diz Inês Prata. O jornal O Povo fez caderno especial sobre o bairro na inauguração do parque, iniciativa que, segundo ela, deu origem à atual coluna O Povo nos Bairros.



**Foto 28 – Terreno Destinado para a Etapa 3 do Parque Parreão**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Ao fundo, um supermercado e o muro do Instituto de Pesos e Medidas, da Prefeitura de Fortaleza.

Houve um ganho para a coletividade como resultado da união, mas a jornalista Inês Prata frisa uma particularidade: “A classe média se mobilizou para si, mas não pela comunidade Maravilha, que perdeu o parque ali”. Para Luiz Deusdará ficou a necessidade de “resgatar o sentimento de propriedade, de que é meu. [Direfente do] ‘não tenho nada com isso. Meu escritório é lindo, maravilhoso; minha casa é linda e maravilhosa e o resto que se dane’. Precisamos resgatar o sentimento de que tudo é nosso. Vamos cuidar do que é nosso”.

Nenhum dos entrevistados tocou no tema, até por não ser objeto da pesquisa, mas ao folhear o *Jornal do Bairro Fátima* nota-se que retrata o ambiente político, embora não fosse este um dos enfoques prioritários de seus redatores, como assegura Inês Prata. O jornal precisava se manter, questão crucial para um periódico, e, para isso, publicou reportagem com cercadura a indicar ser “matéria paga”, conforme o jargão publicitário, isto é, propaganda com enfoque de notícia ou notícia com intenção de “vender” um produto ou uma ideia. Notícias com esse teor vêm com a cercadura como “aviso” ao leitor do duplo enfoque da matéria. (PREFEITO DESAPROPRIA ÁREA..., 1992). Por evidente, naquele jornal também estão com cercaduras as publicidades explícitas de produtos e serviços, bem como as propagandas eleitorais dos candidatos, fossem da situação ou da oposição.

A questão econômica pode levar os movimentos sociais a um dilema: por sua proximidade com o mundo político-eleitoral, às vezes fica tênue a linha divisória entre a reivindicação pura e simples e o engajamento partidário. Relatos ouvidos indicam que o observador externo pode ficar com dúvida e retirar sua adesão a um movimento, se suspeita de estar sendo instrumentalizado pela estratégia de um ou outro candidato.

## **7.7 Movimento Proparque**

O Movimento Proparque formou-se em 1995 como organização popular em prol do Parque Ecológico Rio Branco. O documento original de criação daquele parque, no bairro Joaquim Távora, é o Decreto 4628, publicado no Diário Oficial do Município em 19.02.76, de Evandro Ayres de Moura, prefeito de Fortaleza de 1975 a 1978. Graças àquele decreto, a área foi minimamente preservada. Como, porém, seus proprietários não foram indenizados, os usos inadequados da mesma continuaram. O Decreto 8960/92 (FORTALEZA, 1992) delimitou a área para desapropriação e posterior criação do parque. Seu anexo era o respectivo projeto de "urbanização" elaborado pela Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb). Este previa quatro quadras de tênis, campo de futebol quadra poliesportiva, quadra para futebol e vôlei de areia, restaurante, alamedas de caminhada, além de quatro platôs, resultantes de aterramentos, nos quais seriam instaladas "praças" semelhantes à primeira, a da Av. Pontes Vieira, e uma escultura na fonte do Riacho Rio Branco, que nasce no parque.

Em obediência ao Plano Diretor de 1992, a Lei 7893/96 (FORTALEZA, 1996) inclui o parque nas áreas de preservação da cidade, limitando o seu uso. Já o Decreto 10.789, de 2000 (FORTALEZA, 2000), deu novos limites ao parque, porém tais limites são desconhecidos pelo movimento, pois a prefeitura não nos mostrou o novo projeto. Pelo diploma de 1996, o parque tem como limites: ao Norte a R. Castro Alves, a Leste a R. Capitão Gustavo, ao Sul a Av. Pontes Vieira e a Oeste, a Av. Visconde do Rio Branco.

Uma pessoa torceu muito pela criação desse parque: o arquiteto Jorge Neves. Ele nos contou que projetou o templo da Igreja Metodista, na Av. Visconde do Rio Branco, e, desde então, conversou com sucessivos prefeitos para preservarem tanto o quarteirão da igreja como as várzeas onde foi construída a Av. Aguanambi - segundo ele, área de beleza ímpar que Fortaleza perdeu. O parque concretiza pelo menos parte de seu sonho.



**Foto 29 – Parque Ecológico Rio Branco: Ilha Verde**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

A ação dos moradores do bairro Joaquim Távora em defesa do Parque Ecológico Rio Branco começou quando os proprietários dos terrenos deixaram empresas de construção colocarem entulho no parque, em 1994. Talvez até para acelerarem a desapropriação dos terrenos, incentivaram essa deposição, ao colocarem placa com anúncio de que aceitariam aquele tipo de material nas entradas Norte e Oeste<sup>53</sup>. A ação dos proprietários e das construtoras “casava” com o projeto da prefeitura, que previa um restaurante no local aterrado.

Maria Luísa Vaz Costa, coordenadora do Movimento Proparque, Jorge Luiz Eleutério Melo e José Maia Ferreira da Silva relatam a história do movimento. Jorge Luiz não sabia ser esse espaço uma área de preservação, apesar de morar no bairro desde criança e conhecer o parque quando ele tinha rio que formava lagoas. José Maia reside no bairro desde 1965, época em que sua rua se chamava R. Luís José de Matos, acompanhou a criação do movimento e com ele colabora. Este relato fundamenta-se também nos registros arquivados pela entidade.

Maria Luísa fala da origem do Movimento Proparque:

Éramos recém-chegados ao bairro, vimos aquilo e estranhamos. Conversamos com os vizinhos e resolvemos denunciar via jornal. Falamos com outras pessoas, observamos e vimos que no parque ocorriam também queimadas de

---

<sup>53</sup> Entrevistados: Jorge Luiz Eleutério Melo, que foi assessor parlamentar, antes, na Câmara dos Vereadores de Fortaleza. Atualmente exerce a mesma função na Assembleia Legislativa do Ceará; José Maia Ferreira da Silva, contador; e Maria Luísa Vaz Costa, revisora vernacular e, então, coordenadora do Movimento Proparque. Relato apoiado também no arquivo da entidade e em minhas anotações, feitas ao longo das atividades do movimento.

lixo e de restos de árvores, ocupações irregulares e, a partir desse quadro, começamos a mobilizar as pessoas.

Desde sua reunião inicial, em 1º de novembro de 1995, o movimento faz pressão sobre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa, manifestações no parque, sempre com cunho cultural, para cativar as pessoas no sentido de que usem e gostem do parque, dando-lhe visibilidade. A estratégia parece ter dado certo, porque as pessoas vinham e ainda vêm a esses atos. Sempre houve a preocupação de chamar os meios de comunicação para a cobertura dos eventos, com boletins levados pessoalmente ou via fax e, por último, internet.

Foram feitos manifestos, cartas e ofícios para a prefeitura não permitir a colocação de entulho no parque. Um grupo colocava entulho até à noite, enquanto outros reclamavam ao Movimento Proparque, para pressionar o poder público. A ONG distribuiu para as pessoas um panfleto contendo os telefones dos órgãos da administração municipal com alguma responsabilidade sobre o parque. Incentivou a que automóveis, motos e bicicletas não passassem mais por dentro da área, como a "cortar volta", e que os donos retirassem seus animais do parque, o que de fato ocorreu, embora cavalos e jumentos retornem vez por outra, além de ter aumentado consideravelmente a população de gatos.

As audiências públicas realizadas pela Câmara dos Vereadores no parque, em 1998 e em 2003, também contribuíram para mostrar e conscientizar sobre a situação do parque. Naquela de 1998, conseguimos demover a Prefeitura Municipal de privatizar áreas do parque, sob a máscara de a prefeitura construir quatro quadras e cedê-las para a Federação Cearense de Tênis, relata Maria Luísa. As crianças do bairro ficariam devolvendo bolas para os tenistas e, em contrapartida, receberiam assistência médica e ajudas similares, a critério dos jogadores. Várias entidades estavam presentes e Renato Roseno rejeitou aquela proposta, como presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), no que foi apoiado pelos pais, por outras representações e pelo Movimento Proparque. A prefeitura retirou as quadras do projeto e, em seu lugar, colocou um campo de futebol, por sugestão do Movimento Proparque.

Em ocasiões como essas, diz Luísa Vaz,

nós do Movimento Proparque somos tachados de "donos do parque", por não aceitarmos esse tipo de oferta. Ocorre que as pessoas que apresentam essas ideias têm a artimanha de apresentar um projeto em benefício próprio como se fosse interesse coletivo. No caso do tênis, é um esporte praticado por uma minoria. Argumentamos que os jovens e adultos de nosso bairro praticam futebol e no local em que seria colocada uma das quadras hoje há o campo de futebol.

## **Barreiras a Superar**

O movimento é composto por grupo pequeno, pois poucas pessoas optam por participar. Principalmente se considerarmos a população que circunda o parque, dos bairros Tauape, Fátima, Dionísio Torres e Joaquim Távora. Observamos da parte da prefeitura a estratégia de desvalorizar o parque do ponto de vista ambiental para favorecer o interesse imobiliário, enquanto a população desconhecia essa ameaça. Tornava-se necessário divulgar junto à coletividade o real conceito do parque, suas vantagens para a cidade e para a qualidade de vida das pessoas. As ações do movimento passaram a ter dois objetivos: chegar às autoridades, via diálogo; e aos usuários do parque, pelos meios de comunicação de massa e via mídia alternativa.

Os conhecimentos profissionais de seus membros serviram de munição para eles furarem o cerco. Jorge Eleutério ressalta a falta de dinheiro para custear as despesas, especialmente com faixas, cartazes, boletins, fax e cópias:

Fazíamos as denúncia por telefone, [havia] escassez de tempo para se dedicar às campanhas e de conscientizar as pessoas da importância de ficarem no movimento, importante não só para agora, mas para o futuro, para os que viriam depois; tinha gente que vinha com um discurso ecológico que era uma beleza, que nos surpreendíamos com os projetos que traziam debaixo do braço, mas o que queriam mesmo era ganhar dinheiro, atrelar o movimento a partidos, a candidatos, tirar proveito econômico com atividades que transferem as responsabilidades do poder público para a coletividade.

Luísa diz sentir que

quando a gente reivindica, a gente passa a incomodar; pessoas se sentem intimidadas, dizem 'meu filho está trabalhando em tal órgão, não quero prejudicá-lo, não gosto de confusão'. Fomos vítimas da repressão militar. Isso não passou. As pessoas dizem: 'Luísa, não tem medo, não? Esse povo é vingativo'. É muito negativo para nós do movimento popular não contarmos com a compreensão do gestor público de que nós temos direitos. Então eu acho isso uma coisa terrível porque ao mesmo tempo em que eles negam esse direito, eles inibem as pessoas que dizem 'ah, não vale a pena, não'. Certa vez ouvi de um senhor respeitável, que tem uma certa posição: 'outro dia eu fui convidado, mas não tem jeito não, é melhor chamar um vereador do lado deles e pedir a esse vereador para fazer o encaminhamento do pedido de vocês'. Então isso é muito ruim para a democracia, é muito ruim para a gente que acredita na democracia, a gente pensar que a barganha é que impera. Eu tinha muita esperança de que o PT chegando no poder seria diferente, mas até os de esquerda gostam de quem vá a eles pedindo, barganhando.

A dificuldade maior é fazer a população abraçar as causas de interesse comum, até porque predomina na sociedade o incentivo ao individualismo e ao consumo, como frisado pelo Prof. José Borzachiello. Assim, para se comunicar com

seu público o movimento usou e usa meios populares como panfletos, cartazes e faixas, além de eventos como piqueniques (Manhãs Verdes), assembleias (Assembleia do Povo), abaixo-assinados, viagens (Passeios Ecológicos) campanhas (Natal sem Fome) e festas no Dia da Criança, Dia da Água, Dia Mundial do Meio Ambiente e no aniversário do Movimento, dentre outras datas populares ou de alguma forma relacionadas ao ambientalismo. (Quadro 4).

Para Luísa Vaz, o Movimento tenta superar as dificuldades,

acreditando que podemos tudo. Superação é a teimosia. Se não tínhamos verba, tiramos do próprio bolso. Forçamos a barra, divulgando o que estava ruim no parque, até com o receio de que o prejuízo da divulgação tomasse outras proporções.

Também é feito o corpo-a-corpo dentro do parque, a conversa, o uso do som. Para conseguir os meios para continuar o movimento de pressão há a produção e a venda das camisetas e o projeto Passeios Ecológicos Proparque, a maior sustentação econômica do grupo.

O Movimento Proparque foi concebido para atuar em rede. Ao colocar em seu nome "movimento", o objetivo dos fundadores era congregar as mais diferentes forças sociais então existentes no entorno do parque. Eis por que foram convidados centro espírita, igrejas cristãs, a Associação de Moradores da Piedade, paróquias e capelas, escolas de nível médio, fundamental e universitário, clubes sociais e times de futebol. Também foi convidado o setor produtivo representado por comerciantes e empresas prestadoras de serviços. Essas forças sociais compareceram em maior número no início do movimento, algumas deixaram as reuniões semanais aos poucos, mas sempre colaboram, na medida de suas possibilidades. Uma rede de comerciantes dos bairros vizinhos ajuda na divulgação das ações do Proparque. A Paróquia São João do Tauape convidou o movimento para seu Conselho Paroquial, o que potencializa a ação conjunta.

Todos os partidos políticos foram chamados para as manifestações iniciais e ainda são convidados para os eventos, via seus representantes na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa. A relação com esses representantes é em geral tensa, na medida em que há da parte do movimento a decisão, cumprida à risca, de não se envolver em campanha política, e, da parte dos partidos, as estratégias veladas e até explícitas de usar a entidade para fins eleitorais. Políticos chegaram a comparecer às reuniões do Movimento Proparque para pedir engajamento em suas campanhas, apresentar projetos e até oferecer emprego para seus coordenadores e membros. Também houve sondagens no sentido de pessoas do movimento aceitarem cargos na prefeitura.

Com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a relação do Movimento Proparque é de pressionar por melhorias no parque e na cidade, quem quer que esteja na

chefia do Executivo – pessoa ou partido. De direita, centro ou de esquerda, o grupo no poder manifesta os seguintes padrões: não sabe ouvir nem recebe; se ouve, não aceita sugestões; faz um acordo na reunião, porém rompe com ele na prática; encara como oposição quem reivindica. O movimento solicita audiências, vai a reuniões chamadas pela prefeitura, integra fóruns, e nesses espaços sua postura é de entidade independente. Sempre que necessário e oportuno o movimento apresenta análises e propostas, bem como discute criticamente os projetos apresentados pela prefeitura para a cidade ou para o parque.

### ***Ações do Cotidiano e Evolução dos Projetos***

Os membros do movimento distribuem os panfletos à população, colam cartazes no parque, em locais de aglomeração do público no bairro e em instituições cidade afora. Divulgam eventos com carros de som, distribuição de panfletos, sempre levando informações, inclusive em igrejas e espaços de diferentes religiões. Outros meios de mobilização são as Manhãs Verdes, o Café Ecológico e outros projetos. Para envolver os funcionários da Emlurb, Confraternização de Natal – com distribuição de cestas básicas, ocasião em que agradece aos servidores pelo trabalho de manutenção e limpeza do parque. Em 2003, foi iniciado o Projeto Som no Parque que evoluiu para o Luau Literário, trazendo cantores, poetas e autores de livros; os Passeios Ecológicos Proparque pelo sertão, praias e serras do Ceará e até no Rio Grande do Norte.

1. Manhã Verde: piquenique com um tema a ser discutido com a população.
2. Luau Literário: momento com música, recital de poesia, distribuição de brindes.
3. Oficina do Saber: estudos na forma de seminários, rodas de conversa, palestras.
4. Voluntários pela Vida: chamado para a filiação de apoiadores.
5. Passeios Ecológicos Proparque às cidades de serra, sertão e praia, como forma de promover o conhecimento de diferentes ecossistemas, diversão e alimentar as finanças da entidade.
6. Livro em Movimento: empréstimo de livros e revistas.
7. Vejo Flores em Você: incentivo a que usuários do parque cuidem das plantas.
8. Festa da Vida (show e exposições).
9. Assembleia do Povo: reunião que delibera sobre intervenções no parque, para o movimento levar a opinião dos usuários para as autoridades.
10. Habitat das Artes: sessão com números artísticos no parque, desde maio de 2011, no 3º domingo do mês, das 16 às 19h, realizado pela Secretaria de Cultura de Fortaleza que criou o projeto por reivindicação do movimento que apoia na divulgação.
11. Café Ecológico: encontro de confraternização em momentos especiais.

#### **Quadro 4 - Projetos Desenvolvidos pelo Movimento Proparque**

**Fonte:** Arquivo do Movimento Proparque.

Outro projeto importante é o Vejo Flores em Você, constando de plantio de árvores sobre os entulhos colocados no parque. Após 10 anos o movimento tentando que a prefeitura retirasse o entulho, vendo que ela não o retiraria, resolvemos mudar a paisagem, plantando as árvores. Para Luísa Vaz,

como uma oração, um idealismo, um ponto de chegada, já que a paisagem era tão feia, a ponto de um titular da Secretaria Executiva Regional II [Alberto Oliveira], ter dito [referindo-se ao parque]: "aquela porcaria presta pra nada? Terreno véi todo alagado"... Ele era construtor e, evidentemente, estava falando como construtor [engenheiro]. O Projeto Vejo Flores em Você é uma esperança, as árvores estão grandes, a paisagem ainda pode melhorar, mas está bem bonito o parque.

A Manhã Verde mobiliza também, na medida em que é um piquenique para o qual trazemos alguém que fala de um tema que preocupa a sociedade. Já as Assembleias do Povo são reuniões em que se discutem temas relativos ao parque, seu projeto, as sugestões da comunidade. Também usamos como instrumentos de mobilização nossas denúncias junto à prefeitura e, esta não resolvendo, levamos à imprensa, ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal. Emendas só eram aprovadas para o parque quando o Movimento Proparque reivindicava, porém nunca eram efetivadas as ações prometidas. As casas legislativas não saíam, não saem de suas sedes para ouvir a comunidade. Hoje há esse diálogo via orçamento participativo. Para o orçamento de 2012 está aprovada verba destinada à manutenção e ao paisagismo do parque.

Em uma das Assembleias do Povo o Movimento Proparque ponderou e ficou definido que só seria permitida a entrada de veículo para manutenção do parque, pelo portão da R. Capitão Gustavo, apesar de os membros do Corpo de Bombeiros permitirem os impedimentos em todas as portas. Eles explicaram que um eventual atendimento em maca poderia ser feito a até 500 metros da ambulância, conforme as normas internacionais. De qualquer entrada do parque até o seu centro as distâncias são menores.

Jorge destaca que o movimento se expande por meio desses projetos, reuniões e eventos, se credencia(va) junto ao poder público, razão pela qual é recebido, apresenta propostas e discute alternativas. Há, porém, enorme dificuldade para a autoridade concordar e implementar até sugestões simples, qualquer que seja o partido no poder. Exemplo: pilotis de cimento e ferro foram colocados em todas as entradas do parque. O que tem suas vantagens, já que inexistente vigilância para só permitir a entrada de veículos em trabalhos de manutenção.

### ***Há Ganhos no Caminho***

Alguns fatores ajudam o movimento. José Maia, morador antigo, conhecido e bem relacionado com todos, considera que hoje, nós falando do parque para as pessoas, somos referência. Para Jorge Eleutério,

nossas facilidades de hoje decorrem das dificuldades de ontem. Hoje, quando se tem um fator que venha a agredir o parque, temos o respaldo dos moradores da circunvizinhança que respeitam o Movimento. Quando falamos do parque, hoje, as pessoas já demonstram conhecer o parque e dizem: 'Já ouvi falar. Ainda não terminaram não?' O movimento repete as mesmas demandas, quando nem seria mais necessário. Já receberam nossa reivindicação, mas pedem para levar de novo. Há uma burocratização. É o caso da nascente do riacho Rio Branco. Vi o olho d'água borbulhando. Um privilégio ver um rio nascendo.

A facilidade para Luísa "é a credibilidade atual. Ao iniciar, éramos novos no bairro, pensavam do Ademir: 'esse cara deve querer ser vereador, esse cara é do PT'. Quem achava que éramos cabo eleitoral já deve ter se convencido do contrário". Ter independência financeira é importante e ajuda, o que não ocorre com outras lideranças e movimentos que ficaram atrelados a pessoas ou partidos. Ela diz:

Lamento, porque essa pressão econômica faz não se valorizar mais o voluntariado, o ideal democrático. Isso representa a perda de uma potencialidade inata ao ser humano, de dar gratuitamente para receber gratuitamente. Ter adquirido algum conhecimento é muito importante, como também foi fundamental a orientação cristã de nossa origem, e contar com o apoio do pároco da igreja de S. João do bairro Tauape. E, claro, morarmos perto do parque também ajuda.

José Maia ressalta como vitória o respeito da sociedade e o parque ser utilizado por toda a população, para caminhadas e exercícios diversos. Para Jorge é a preservação da área; não estão colocando entulho no parque; obras como o anfiteatro, campo de futebol, mais área para caminhadas; o campo de futebol de areia, a casa da Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci, hoje Secretaria de Direitos Humanos) com o projeto para crianças [antes, Projeto Semear Adolescente, cujo nome mudou para Crescer com Arte<sup>54</sup>], mais gente caminhando, de cinco da manhã às 19h; famílias usando o parque com suas crianças, aos domingos; o respeito, a simpatia e a ajuda de grupos os mais diferentes ao movimento em suas campanhas, ajudas que vêm com mais convicção. Há hoje um respeito muito grande.

Prosseguindo em seu relato, Jorge destaca que o desrespeito à legislação foi e é um problema que o movimento levou ao Ministério Público e evitou que esse desrespeito avançasse. Antes nós íamos à imprensa, com denúncia; hoje a imprensa vem a nós. Nosso conhecimento aumentou. A luta provoca o estudo, a pesquisa. As pessoas colocam o entulho na calçada, e não no interior do parque. "Quando o poder público ouve falar "Movimento Proparque", já respeita. Quando o Proparque vai aos meios de comunicação é respaldado, porque o que o Movimento diz ele fundamenta. Não faz política partidária", afirma Jorge Eleutério.

---

54 Trazido para o parque mediante requisição do Movimento Proparque junto à Funci, na expectativa de beneficiar às crianças dos bairros adjacentes ao parque. Por influência política, as vagas foram preenchidas com crianças e adolescentes de bairros distantes. Ouvimos de mães locais que não se interessaram, por não receberem o vale-transporte. Chegar às causas de êxito e fracasso desse e de projetos similares exigiria um estudo específico. Hoje o projeto está subordinado à Secretaria de Direitos Humanos da prefeitura, com o nome Projeto Cidadania em Rede.

De vitórias a alcançar os entrevistados destacam a institucionalização do parque como área verde, conforme a definição do Conama, pois mediante o decreto de desapropriação, algumas áreas foram indenizadas e outras não, mas o atual conceito do “parque ecológico” é muito vago. Ao conversar com técnicos da prefeitura, nota-se que ora eles consideram o parque uma APP, ora uma praça, ora um parque urbano. Da mesma forma confusa e muito ampla é a definição de área verde da Prefeitura de Fortaleza, fixada no Plano Diretor Participativo (de 1999), abordado adiante. Outros objetivos a alcançar são: mais pessoas usando o parque, porque quanto mais a área for ocupada, mais o espaço será seguro; e que a prefeitura cuide do parque como um todo, para que não sofra danos irreversíveis e beneficie a um público maior.

Neste sentido é fundamental recuperar a nascente do riacho Rio Branco. O trabalho da Semam, em 2011, na nascente, como parte da compensação por desmatamento no terreno da Av. Santos Dumont<sup>55</sup> foi apenas maquiagem. Um muro particular impede o acesso à fonte pelo lado menos úmido e oito casas de uma via irregular denominada Vila Manduca permanecem jogando águas servidas na fonte e no riacho. Queremos, ao mesmo tempo, parar o avanço das ocupações dos terrenos do parque; ter mais pessoas envolvidas; adesão de mais pessoas às causas coletivas, não só às do parque. Vitória mais abrangente será a Prefeitura assumir mais os parques, todos os parques, reservando verba para sua manutenção. Esta é a única maneira de viabilizar boas condições de uso dos parques e áreas verdes pela população.

### ***O Valor do Voluntariado***

O Movimento Proparque teve 20 membros, caiu para oito, mas começou com dois. Nunca teve 200, 300, porém, quando precisa, consegue apoio. Conforme Maria Luísa, “temos poucos membros para arregimentar a multidão. Gostaríamos de ser uma multidão, para arregimentarmos outras multidões”. Ela ressalta ser tudo feito na base do voluntariado, com ganhos importantes como o estabelecimento do diálogo com a prefeitura com a Comissão do Parque<sup>56</sup>, formada por órgãos municipais e o movimento.

Quando veio lançar o projeto “Fortaleza Bela nos Parques”, em 27 de fevereiro de 2005, a prefeita Luizianne Lins criou uma comissão para elaborar um projeto global do Parque Ecológico Rio Branco, já que o de 1992 foi alterado em 1998 mas só implementado em parte, até por falta de pagamento de indenizações cujos valores deveriam entrar nesse novo documento. Faziam parte da comissão representantes do Gabinete da Prefeita, Secretaria Regional (SER) II (coordenação),

---

55 Fato registrado na Semana Santa de 2011 e comentado por Marília Brandão, ao falar da Socema, e por outros entrevistados.

56 A Comissão do Parque funciona informalmente, pois inexistente decreto de sua criação, apenas a palavra da prefeita no ambiente público do parque e com a anuência de seus secretários ali presentes. Comprovam seu funcionamento e eficácia relatórios com as decisões de suas reuniões, distribuídos e jamais contestados pelos seus integrantes, bem como o projeto de reforma do parque levado a efeito entre 1997 e 1999.

Semam, Emlurb, Guarda Municipal, Fundação Habitafor, do Projeto Semear Adolescente Rio Branco, e os do Movimento Proparque.

O projeto do parque deveria ser feito sem condicionantes financeiras porque “os recursos eu vou buscar”, afirmou a prefeita, perante o público e as autoridades que a acompanhavam. Entretanto, a comissão fez um projeto restrito, por imposição do então titular da SER II, Rogério Pinheiro, que circunscreveu a intervenção às áreas já indenizadas. O movimento social reivindica o *status* de área verde para o parque porque permanece a ameaça de construção até nas partes já indenizadas. A população, desinformada e carente, dá sugestões no sentido de serem erguidas ali benfeitorias como delegacia, posto de saúde, creche, restaurante, dentre outras. Candidatos e cabos eleitorais tomam essas ideias como suas.

Ainda assim, a comissão é um marco fundamental na história do Movimento Proparque, que continua com a reivindicação de que o parque seja oficializado como área verde, conforme a Resolução 369 do Conama. (BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA 369, 2010). O Proparque provoca suas reuniões para discutir questões relativas ao parque. Um instrumento base para os encaminhamentos é o diagnóstico do logradouro, que o Proparque entrega às autoridades desde 2005, até duas ou mais versões por ano. Outros instrumentos de luta são o Orçamento Participativo e as campanhas específicas como por limpeza, por iluminação e por segurança 24 horas, esta última especialmente em 2009, após três assassinatos ocorridos no parque, durante as madrugadas. Esta reivindicação ainda não foi atendida, apesar de promessas.

Enquanto o Movimento Proparque participava da comissão e buscava soluções, outros problemas surgiam, conforme relato de Luísa Vaz:

Um quer colocar um restaurante no parque, outros estão vendendo drogas, é uma queimada, é outro colocando entulho, eram os animais pastando no parque e colocando em perigo as pessoas caminhantes, outro querendo instalar uma floricultura, outros querendo aumentar o campo para poderem alugar, é muita coisa que a gente tem de correr atrás, além de termos de trabalhar, porque a gente ainda trabalha.

A coordenadora fala, também, da primeira intervenção do movimento no Orçamento Participativo, em 2005, quando foi aprovada verba usada na reforma do parque concluída no fim da década 2001-2010, motivo de aprendizado:

Foi emocionante, em uma assembleia do orçamento, a gente fez uma argumentação tão emocionada e bem fundamentada que pessoas retiraram suas propostas para votarem em nosso projeto e foi assim que conseguimos os R\$ 415.000,00 em cima dos quais foi projetada a reforma. Nós poderíamos ter mais força naquele momento se mais pessoas do nosso bairro tivessem comparecido. Essa nossa participação mostrou a nós mesmos que podemos conseguir vitórias com independência, sem barganhar [junto a políticos], mas com a argumentação realista e emocionada.

Os membros do movimento destacam outras lições como: persistir, nunca desistir dessa área verde; e a constatação de que a política [aqui entendida como luta pelo bem comum] está em tudo, inclusive na reivindicação de áreas verdes para toda a cidade. “Participando da luta pequena estamos trabalhando pela cidade; a formação é ampla, abrange vários campos; cresce a cidadania, quando a gente vai ao poder público, no Executivo e no Legislativo, no Ministério Público”.

“No movimento coletivo você acaba cumprindo um papel de cidadão, independentemente de religião e partidos”, diz Jorge Eleutério. O consenso entre os participantes do Movimento Proparque é quanto à importância da independência em relação aos partidos, sem que isso signifique rejeição a partidos e a políticos, pois eles são importantes instrumentos na democracia. Entretanto, nas ações do dia a dia, entendem que os movimentos devem ser independentes em relação aos partidos. Jorge ressalta como ele vê a ação do Proparque nesse particular: “Somos agressivos quando devemos reagir frente às agressões; eu desconheço outros movimentos que não têm aliança com partidos. Deve haver. O que me fez permanecer no movimento foi ele não se bandeirar para partido”.

Jorge Eleutério afirma que “há registros nossos nos meios de comunicação; o registro é de que a luta deve persistir, quando ela é a favor da vida. Quiçá depois de conseguirmos deixar o registro dessa história”. A essa altura da entrevista, José Maia disse de sua alegria e satisfação por participar do grupo e de suas campanhas.

Comentário de Luísa quanto às lições do movimento:

Na minha história de voluntária, recebi mais que dei; na verdade, recebi tudo. [No caso do Parque Rio Branco:] uma planta que começa a brotar, outra que dá fruto, os pássaros que passam agora, tão bonitos. [...] Tudo valeu a pena, até a perda de algumas amizades; [foi] aprendizado, certeza de que vale a pena lutar. Não conseguimos 100%, mas está consagrado o uso, isso é irreversível, as pessoas já se apoderaram do parque, disso ninguém vai arredar. Estamos mais evoluídos que em 1994.

O Movimento Proparque testemunha o valor de a cidadania abraçar uma causa como direito seu. Enquanto ela realiza a sua parte, tenta levar o poder público a fazer a sua obrigação. Vários prefeitos já propuseram ao Proparque assumir a administração daquele logradouro e executar projetos com dinheiro público. Essas propostas foram rejeitadas a partir do conceito de que o que é público deve ser administrado pelo poder público. Para isso, os cidadãos já pagam impostos. Quando a organização social assume compromissos e o poder público administra a verba, a entidade dos cidadãos corre o risco de passar vexame. Se chega a verba e o grupo está imaturo há o perigo de desvios, tão frequentes no noticiário nessas duas últimas décadas. Se o poder público não repassa a verba, é o movimento social que se desmoraliza perante os prestadores do serviço e os usuários.

Nossa entidade dá sugestões e, no que está em sua competência, ajuda a implementá-las. Faz um controle social diuturno, levando sempre às autoridades reivindicações de melhorias. A partir de 2005, a cada ano entrega um diagnóstico às autoridades, repetindo as deficiências anteriores e acrescentando outras. O diagnóstico de março 2011 apontava 17 problemas a serem resolvidos<sup>57</sup>. Um ponto sem solução, desde 1995, é a poluição da nascente do riacho Rio Branco. A Fundação Habitacional de Fortaleza retirou cerca de 45 casebres ao redor da fonte, porém deixou oito da R. Castro Alves, 288, entrada colada ao nº 292 (popular Vila Manduca). Residências regulares da R. Capitão Gustavo também contribuem para a poluição com lixo doméstico e entulho de construção.

Esses maus-tratos ao parque persistem, mesmo com o anúncio de revitalização da fonte após a devastação da quadra da Av. Santos Dumont, em 2011, já referida. As empresas se comprometeram com a Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam) de Fortaleza a compensar aquele prejuízo ambiental com outras três intervenções, além da revitalização da fonte do Rio Branco: recuperar o aterro do Jangurussu, a lagoa do Opaia e a Praça Clóvis Beviláqua. (MENEZES, 2011). Essas ações serão analisadas adiante, no Capítulo 9, sobre as respostas do poder público às demandas do movimento ambiental.

As medidas da prefeitura no parque são cosméticas: plantio de mudas e capinação sem critério científico, a ponto de, em novembro de 2010, uma empresa terceirizada ter cortado árvores de porte arbóreo nas margens da nascente do riacho Rio Branco. Tavares (2006) estudou as podas drásticas, a imprensa as denuncia nas vias públicas (BRÁS, 2011) e nós as constatamos no parque. Adotada a tecnologia da terceirização, a prefeitura contrata empresas que dizem ter engenheiros agrônomos, porém estes não orientam os executores da poda. Os órgãos da prefeitura, por seu turno, não supervisionam a contento as terceirizadas e o resultado é o prejuízo para a cidade e seus habitantes, tanto sob o aspecto da paisagem mais hostil quanto pelo maior desconforto térmico.

O Movimento Proparque pressiona por soluções para os problemas e reconhece, de público, o que é realizado, porém sem subserviência, não importando qual partido político esteja no poder. A cidadania tem feito sua parte, sem a contrapartida a que tem direito e que constitui o dever dos grupos que administraram a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Há relatos de que os cidadãos sempre pressionaram, porém, de modo mais veemente via Movimento Proparque.

---

57 Problemas apontados: regularização do parque, recuperação da nascente do Riacho Rio Branco, invasão de áreas do parque, impedimento ao acesso à nascente, destruição da mata ciliar, área para eventos subutilizada, varrição que erode o terreno e expõe as raízes das plantas, administração ausente em fins de semana, sanitários públicos fechados desde 2000, depredação de colunas, brinquedos e plantas, águas pluviais e servidas direcionadas ao parque e à nascente do riacho, falta de grade no portão da R. Pe. Antonino, lixo e entulho, falta de segurança 24 horas, necessidade de paisagismo, iluminação deficiente em alguns pontos do parque – e outros.

## 7.8 Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba

A Lagoa de Itaperaoba fica localizada no bairro Serrinha, na região centro-sul de Fortaleza, entre a Av. Dedé Brasil, principal artéria do bairro, e a R. Pe. Nóbrega. Outras referências de seu entorno são o Aeroporto Pinto Martins, o Estádio Plácido Castelo (Castelão) e a Universidade Estadual do Ceará (Uece), esta separada do espelho d'água apenas pela avenida citada acima. Conta Ademar Rodrigues, liderança do Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, que este resulta da convergência de entidades do bairro, como a Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (Comov) e a Associação de Moradores do Bairro Serrinha (Amorbase). A criação do Movimento Proparque, no bairro Joaquim Távora, em 1995, para defender o Parque Ecológico Rio Branco, também inspirou o novo movimento.

Uma tragédia causou a mobilização imediata dos moradores. Foi quando a Associação dos Funcionários da Têxtil Bezerra de Menezes (Arbem) ocupou uma das mansões e eletrificou a cerca que demarcava o imóvel, dentro da lagoa, o que provocou a morte do jovem Francisco Alessandro da Silva, em 17 de julho de 1996. Houve uma indignação geral e a união das pessoas. Então os militantes daquelas entidades da Serrinha criaram o movimento para lutar pela lagoa e sua área verde, tomando aquela data como início de suas atividades. No começo, um grupo reduzido levou a ideia às demais entidades existentes no bairro e, de repente, conta Ademar Rodrigues, eram muitas forças em um novo movimento.



**Foto 30 – Lagoa de Itaperaoba com Área de Preservação Ocupada**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Ademar Rodrigues mora no entorno da lagoa desde 1959, época em que havia acesso direto à água. “Era um polo de lazer natural da população, era fonte de vida. Não deixávamos lavar carro e animais na lagoa”, afirma ele. E denuncia que os proprietários de terras às margens da lagoa ampliaram seus terrenos. As administrações passadas e a atual se omitiram.<sup>58</sup> Conforme seu relato, antes já havia se registrado um movimento informal pela lagoa, nos anos 1980, quando alguém cercou o espelho d’água, as lavadeiras de roupa se revoltaram e conseguiram derrubar o muro.

### ***Ausência do Poder Público***

Elias José da Silva, outra importante liderança da origem do movimento, relata ter tomado conhecimento dessas reações desde 1956, ano de criação do Loteamento Itaperaoba, quando já se manifestava uma consciência crítica em relação a preservar a lagoa. Quando a Prefeitura Municipal de Fortaleza criou o loteamento Parque de Itaperaoba, em 27 de janeiro de 1956, demarcando a lagoa como bem público, a ela a população tinha acesso por diversas ruas. Porém, entre os anos 1960 e 1970, os proprietários dos lotes foram fechando esses acessos, ao ampliarem arbitrariamente seus terrenos até dentro do manancial, relata um boletim da entidade. (MOVIMENTO PRÓ-PARQUE..., 2010).

Há 30 anos instalou-se um grupo de famílias nas proximidades da lagoa, passando a morar na área de risco, o que implicou mais degradação. Elias Silva comenta:

O poder público não cuidou das pessoas, não houve projeto de habitação. A situação das famílias não mudou, 30 anos depois. Há também mansões dentro da lagoa, de modo que esta fica escondida. Os proprietários aumentaram os tamanhos de seus lotes, nas margens da lagoa. O movimento quer que uma dessas mansões seja transformada em símbolo cultural da luta por preservação.

Em 2007, parte da área de preservação ambiental da lagoa foi ocupada por pessoas que aterraram alguns de seus trechos. Uma juíza já determinou a transferência das famílias, porém elas continuam lá. Ademar Rodrigues é enfático: “Queremos a delimitação das propriedades e a retirada das famílias”. Conforme desabafo de Elias Silva, há

descaso do poder público, falta de planejamento e de controle social de fora para dentro do poder público, situação que não é só de Fortaleza, mas também de outras cidades médias e grandes. Há um faz-de-conta, um descaso oficial.

---

<sup>58</sup> História baseada nos relatos de Ademar da Silva Rodrigues, Elias José da Silva e Edmar Eudes de Sousa, integrantes daquele movimento social, e em documentos cedidos pelo grupo. Elias Silva foi o mestre de cerimônia da primeira manifestação do Movimento Proparque, no Parque Ecológico Rio Branco, em abril de 1996, e levou a ideia para a Serrinha, quando da morte do garoto Alessandro.

A ação do movimento sempre se dirigiu no sentido de a prefeitura urbanizar a lagoa, requalificar as moradias de uma ocupação de mais de 30 anos (Comunidade Garibaldi, com 390 famílias) e o arruamento do bairro nas imediações, de modo que a lagoa seja usada por toda a comunidade residente a seu redor e pela população de Fortaleza. Conforme os ambientalistas locais, ali poderiam ser realizadas pesquisas da Universidade Estadual (UECE), cujo campus está em frente à lagoa. Aquela situação já foi debatida também na Câmara Municipal de Fortaleza.

Como gestos de pressão realizaram o abraço simbólico à lagoa e uma audiência na Câmara dos Vereadores, em agosto de 1996, articulação com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), em comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Houve o protocolo de denúncias na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semam), na Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará (Semace) e no Ibama. O poeta Edmar Sousa fez o cordel "Lagoa de Itaperaoba: um grito no ar", em que denuncia a situação.

Também houve audiência por iniciativa da Assembleia Legislativa, esta com dois momentos: um nas margens da lagoa e outro no campus da Uece. O movimento realiza debates nas escolas e atividades culturais. Nos anos 2004 e 2006, lançou agendas para anotação de compromissos pessoais como forma de divulgar os objetivos do movimento, obtendo grande adesão.

A campanha pela Lagoa de Itaperaoba sempre fez referência também à lagoa da Rosinha, do mesmo bairro, que a comunidade usava desde os anos 1920<sup>59</sup>. Das suas imediações retiraram a piçarra que foi colocada na estrada de Serrinha a Parangaba, hoje Av. Dedé Brasil. Aquela lagoa se ligava à de Itaperaoba, segundo relatos de antigos moradores, porém um conjunto habitacional da CEF foi erguido sobre ela e, posteriormente, em 2010, inauguraram um supermercado de nome Atacadão, na área de várzea contígua à lagoa. Para o movimento, trata-se de construção irregular, em um trecho da antiga lagoa da Rosinha, porém toda feita com as licenças legais.

### ***Liderança Política Decepciona***

Há cansaço na comunidade local ante o descaso do poder público. Menor o descaso atual, mas descaso; o discurso da prefeitura não se transforma em ato. Falta planejamento da prefeitura. Estão loteando as margens da lagoa e nada é feito pela autoridade municipal. Edmar Sousa enfatiza que "até pessoas sem problema de moradia estão lá na ocupação, porque quem tem precisão de casa não vende". Há, por parte das lideranças, preocupação com o destino das pessoas realmente

---

59 O "Manifesto pela recuperação da Lagoa da Rosinha: não há dinheiro que compre nosso verde e apague nossa história!", de 13.10.2009, encabeçado pelo Movimento Pró-Áreas Verdes do Bairro Serrinha e assinado por mais 17 entidades, mostra ameaças à lagoa e protesta contra um supermercado sobre a lagoa. A obra foi concluída apesar da ação do Ministério Público Estadual na Justiça. (ÁREA DE PROTEÇÃO..., 2009).

necessitadas. “Talvez a verticalização seja uma solução boa, não sei... Um problema tão pequeno destes não tem prioridade. A prioridade é um aquário...”<sup>60</sup>

Para os membros do movimento há uma decepção com a ex-vereadora, ex-deputada estadual e então prefeita Luizianne Lins. Ela participou das audiências públicas, quando na oposição; fez emenda no orçamento estadual, destinando recursos para a recuperação da lagoa e seu entorno. Participava das festinhas, prometeu urbanizar a lagoa na campanha para sua primeira eleição, “e nós acreditamos porque ela era um verdadeiro membro do movimento. Infelizmente, essa é uma decepção”. Secretários são convidados a visitar a lagoa e seu entorno, porém lá não comparecem. Quando há encontro com secretários “parece algo planejado o que falam. Falam, mas não dá em nada”.

A dificuldade é grande na hora de mobilizar a população para a luta e com ela conseguir mudanças de comportamento. “Ainda temos rampa de lixo nas margens da lagoa”, lamenta Ademar Rodrigues. E para completar, nem pedidos de pequenas melhorias são atendidos, como aquela obra de tornar transitável a R. Pe. Nobre, interditada pelo sangradouro da lagoa. O pedido foi feito há dois anos.

As lideranças até tentam, mas não conseguem uma audiência com a prefeita. O diálogo está suspenso. Essa atitude da prefeitura fere a credibilidade do movimento frente à população. Com o anúncio da vinda de jogos da Copa 2014 para Fortaleza, fala-se de alargamento da Av. Dedé Brasil, situada entre a lagoa e a Uece, com repercussões para os moradores da área. Falta informação sobre a obra, vinda da prefeitura ou do Estado: “Escondem o que vai ser feito, para criar fato consumado”, reclama Ademar Rodrigues. O mesmo silêncio de administrações anteriores. Homem do povo, Edmar Sousa parece expressar a posição dos moradores do bairro, ao concluir que “o poder não muda. Quem chega lá muda de opinião. As pessoas estão descrentes”. O movimento faz o estímulo via atividades culturais. “Nós continuamos mobilizados, mas o pessoal está descrente”, diz Ademar Rodrigues.

### ***Ajuda Mútua***

A Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (Comov), a associação de Moradores do Bairro Serrinha (Amorbase) e o Conselho Comunitário da Serrinha dão apoio e integram o Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba. A Comov é voltada para os conselhos escolares. Destes participam representantes das organizações populares do entorno da escola – isso hoje está na lei em Fortaleza. Também estão no movimento o Conselho Comunitário do Bairro da Serrinha (Combase) e o Clube Atlético Arsenal.

---

<sup>60</sup> Aqui Edmar Sousa cita o projeto do Governo do Estado de instalar um aquário na Praia de Iracema. Embora ele contraponha uma falta de prioridade municipal a uma prioridade estadual, a essência de seu pensamento é a falta de sintonia entre essas esferas de poder e a população.

Registra-se o apoio das igrejas católica e protestantes, da Escola Juliana Gali e do Grupo Grãos, integrado por alunos da Uece. Essas forças atuam em conjunto e usam linguagens como música, poesia, educação popular e até a socioeconomia solidária, tudo vinculado ao meio ambiente. "A questão ambiental fala por si e sempre contamos com a participação popular e essa é a facilidade que o movimento tem", diz Elias Silva.

Para obter a participação dos beneficiários, o movimento faz atividades de educação ambiental como a distribuição de carta, divulgação de cartaz com mensagens de boas atitudes no ambiente e, desde 2010, desenvolve a "Ciranda da Lagoa", que consta de contação de histórias e filmes, em uma estratégia de vincular as crianças e suas famílias às atividades educativas. Assim foi feito o Natal das Crianças, colocando em destaque o papel das mulheres. Realizaram-se seminários, porém os ambientalistas se queixam das "autoridades da prefeitura que mandam bedéis que nem sabem o que dizer". O tencionar politicamente, via denúncia, dando publicidade a suas ações, é como o movimento segue pressionando o poder público.

A resistência do movimento é sua maior vitória, pois o movimento popular não é fácil. Cercada pela iniciativa privada, a lagoa foi libertada, comenta Edmar Sousa. Para ele, é uma grande vitória as pessoas saberem da existência da lagoa, dado que, antes, ela se encontrava encoberta: "O povo veio olhar a água, admirando a lagoa". Ademar Rodrigues completa que "as pessoas nos incentivam, dizendo: 'Não desistam', e este é um grande estímulo".

Ademar enumera as vitórias ainda desejadas e diz que o movimento quer o reordenamento urbano, com ruas de largura oficial ao redor da lagoa; os moradores serem retirados das ruas e ficarem morando em local próximo; uma requalificação da lagoa com o plantio de árvores; a colocação de equipamentos; um calçadão, em resumo: a lagoa urbanizada – "urbanizar no sentido de adequar é o nosso objetivo maior" – preservada, sem poluição, a retirada do aterro de suas margens, de modo que se tenha ali um grande parque para ser usado também como um equipamento cultural do bairro e da cidade.

Para as lideranças ouvidas, isso só será possível com a retirada de quem mora no seu entorno, para a lagoa ficar totalmente livre, indenizando as famílias, evidentemente, e lhes garantindo moradia próxima ao seu atual local de vida. Uma das grandes dificuldades para que as pessoas aceitem sair é, exatamente, o temor de serem removidas para locais onde não tenham escolas e equipamentos de saúde. Além dessas providências, é necessário desviar dela os esgotos. Houve muito aterramento nas margens, de modo que um trabalho de recuperação teria de começar, necessariamente pela recuperação da mata ciliar, eles dizem.

## ***Euforia, Militância e Decepções***

Momentos de grande euforia ocorreram quando Luizianne Lins participava da luta. Veio ao bairro uma ONG francesa<sup>61</sup>, para a capacitação das pessoas no 1º Seminário de Educação Ambiental, quando até levou autoridades para um diálogo. Houve o lançamento da agenda do movimento e do cordel do Edmar Sousa.

Época de desânimo para o movimento foi seus membros verem passar a funcionar o posto de gasolina construído na nascente da lagoa e um condomínio nas suas margens, apesar de seu protesto. A autorização do condomínio partiu de Juraci Magalhães, em fim de mandato, na surdina, conforme atestam as lideranças. Na avaliação destas, a autorização dos postos de gasolina, um em frente ao outro, com grande risco de acidente e um dos dois prejudicando a nascente da lagoa, e a construção na quadra 43, que a prefeita não reverteu, são casos que caracterizam “o capitalismo junto ao poder”, diz Edmar Sousa.

Na campanha para prefeita, Luizianne Lins assumiu compromisso formal de resolver o problema da lagoa. Durante seus dois sucessivos mandatos, algo que desaponta as lideranças é o descaso da Secretaria Executiva Regional IV e da Secretaria de Meio Ambiente (Semam) ante as reivindicações do Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba.

Para Elias Silva, a principal lição é a necessidade de mobilização para o conhecimento. “E se estamos articulados, fica mais fácil para nós; não fica fácil para eles”. Edmar Sousa diz estar “convencido de que se deve lutar pelo meio ambiente. Temos o poder de cobrar, mas é difícil mobilizar e o poder conhece o povo e sabe como manipulá-lo. Tanto que a [lei da] ficha limpa parece que não vai funcionar...”

Interessante, para Edmar Sousa, é o que ocorre com quem chega ao poder. De suas observações ele conclui: “Um de nós vai para lá. É um de nós que trai esse povo. Deve-se criar um instrumento para vencer essa barreira. Não adianta ensinamento sem criar algo com o que se aprendeu” – pensamento semelhante ao de Paulo Freire.

Ademar Rodrigues destaca que

a grande conquista é o próprio aprendizado a partir da luta local. Assim, só vamos deixar as autoridades em paz quando elas fizerem o óbvio. Temos o apoio dos outros movimentos. É importante levar a discussão para as igrejas e os outros movimentos. A aproximação com a Uece é muito importante, até porque não é só a lagoa a ser salva.

Trabalhar na prefeitura ajuda ou prejudica o movimento? Ademar Rodrigues, comissionado na Secretaria Regional IV (SER IV), Elias Silva e Edmar Sousa

---

61 Ademar Rodrigues não soube precisar o nome da ONG.

viviam o dilema de dirigirem um movimento ambiental que reivindica junto à prefeitura e, ao mesmo tempo, trabalham para ela. Os primeiros são comissionados e o último, terceirizado.

Segundo Ademar Rodrigues,

Era compromisso de campanha [de Luizianne Lins à prefeitura] em 2004 e em 2008. Ainda temos esperança [de resolver o problema da lagoa]. Mantenho minha independência, mas vejo com preocupação companheiros que se acomodaram na luta. O próprio Movimento Pró-Parque [Lagoa de Itaperaoba] sofreu com isso. Companheiros que não têm mais presença marcante. Nós só estamos falando porque não fomos atendidos. É a realidade. [Trabalhar na prefeitura] é uma ajuda que também atrapalha.

Edmar Sousa é técnico do Inmetro. Sua fala:

Dizem que a Luizianne açambarcou o movimento e ele se acabou, mas você vê aqui que não é bem assim. A gente não está aqui na posição de 'cala a boca'. Em algum lugar houve isso, mas não foi em todo lugar. O que eu faço [no trabalho], faço bem feito. Ajuda estar próximo ao poder, o contato. O lado ruim seria se dobrar, ser cooptado.

Ante a falta de diálogo com as autoridades municipais, tem gente no movimento defendendo deixar a prefeitura para lá. Ademar Rodrigues considera uma boa opção recorrer também ao Governo do Estado, mas não ignorar a prefeitura porque a área verde de Itaperaoba é municipal. No dia da entrevista o movimento ainda estava construindo o consenso quanto à melhor estratégia a ser adotada.

## **7.9 Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz**

O marco conceitual da proposta do Parque Rachel de Queiroz envolve recuperação, conservação e proteção de um conjunto de ecossistemas ambientais urbanos composto de vários cursos d'água e suas margens com vegetação arbustiva e arbórea. São Áreas de Preservação Permanente (APP), algumas inadequadamente ocupadas. Situações distribuídas em 15 trechos urbanos. Abrange os bairros Monte Castelo, Alagadiço, Presidente Kennedy, Parquelândia, Planalto Pici, Bela Vista, Henrique Jorge, Dom Lustosa, Autran Nunes, Genibaú, Tupinambá da Frota e Antônio Bezerra, onde se concentram quase meio milhão de pessoas.

Considerando que o parque tem um percurso que alcança aproximadamente 12,5 km lineares, entre o açude João Lopes e o rio Maranguapinho, a população

usuária poderá ser superior às 500 mil pessoas. Esse número se elevará, dado o raio de influência e poder de atração que terá o equipamento na zona oeste da cidade de Fortaleza, quando implantado.

As justificativas para a criação do parque estão relacionadas no diagnóstico do Inventário Ambiental de Fortaleza:

Fortaleza, apesar de sua riqueza natural, não possui, a rigor, um amplo sistema de áreas livres que possa oferecer aos seus cidadãos, os benefícios de uma "cidade verde". No presente, uma cidade saudável, com qualidade de vida produz efeitos positivos sobre sua própria imagem e na dos seus habitantes, atraindo investimentos e turismo, sobretudo quando as políticas ambientais são questões prioritárias. (FORTALEZA, 2003).

O arquiteto José Sales, do curso de Arquitetura da UFC, assegura:

As áreas para implantação do parque foram escolhidas conforme a verificação de demandas de proteção, conservação ambiental e dotação de espaços públicos para uma cidade do porte de Fortaleza. Assim, considerando as recomendações internacionais, a demanda dos bairros citados ultrapassa cinco milhões de metros quadrados ou 500 hectares. A única área pública existente é o Bosque Sargento Hermínio que só tem 4 hectares.

O Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz luta por uma área verde municipal que abrange do bairro Pici ao bairro Ellery, na zona Oeste de Fortaleza, caracterizada por uma população de renda média e baixa<sup>62</sup>. Todos os terrenos, totalizando 500ha, pertencem à iniciativa privada, o que encarece a realização do projeto, orçado em R\$ 400 milhões. Uma rede de entidades integra o movimento atualmente. Na sua origem, em 1983, estava apenas a Associação de Organizações Sociais e Serviços (Amora) e seu objetivo era mais estrito: transformar o Sítio Pici, onde a escritora escreveu O Quinze, em Polo Cultural Rachel de Queiroz.

O sítio está localizado no bairro Henrique Jorge e conta com um açude formado pelo riacho Cachoeirinha, que nasce no João XXIII e passa, poluído, por diversos bairros até desembocar no rio Maranguapinho. No decorrer da campanha pelo polo cultural, o movimento do Pici descobriu que no bairro Ellery havia iniciativa semelhante com a finalidade de preservar o riacho Alagadiço, o polo de lazer da Sargento Hermínio e toda a sua área verde remanescente. Criaram, então, o Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz, mediante a adesão de lideranças dos bairros Autran Nunes, Presidente Kennedy, Antonio Bezerra e São Gerardo/Alagadiço.

---

62 As informações colhidas em entrevista concedida por Leonardo Furtado Sampaio, como também no site. Disponível em: <<http://www.iabce.blogspot.com/2010/04/memorial-descritivo-o-parque-rachel-de.html>>. Pelo lado das entidades situadas às margens do riacho Alagadiço foram entrevistados Aguinaldo Aguiar e Liliana Landim, que abordaram também a campanha pela conservação do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio. Sobre o projeto como um todo falou o arquiteto José Sales.

A junção dos movimentos sociais imita o trajeto dos dois cursos d'água. É que o riacho Alagadiço vem do Açude João Lopes e se encontra com o riacho Cachoeirinha no limite dos bairros Antonio Bezerra e Dom Lustosa. Juntos, desembocam no rio Maranguapinho, no bairro Parque Genibaú. Também unidas, as duas demandas desembocaram no Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz. A seguir, as falas de Leonardo Furtado Sampaio, ao descrever a campanha em prol do parque. Pelo lado das organizações ao longo do riacho Alagadiço falam Aguinaldo Aguiar e Liliana Landim, no capítulo a seguir, dedicado à campanha pela revitalização do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio.

### ***Em Campanha desde 1983***

O movimento pelo Parque Rachel de Queiroz fez pressão, inicialmente, sobre a Prefeitura de Fortaleza. Aos poucos, foi estendendo sua influência sobre o governo do Estado e sobre a União. Em 1983, entregou documentos ao prefeito César Cals Neto, requerendo a instalação do centro cultural na casa em que viveu a escritora. Tem feito manifestações de rua como caminhadas, teatro, atos públicos em diferentes pontos da área destinada ao parque, reuniões de populares, audiências públicas e negociação com autoridades.

A questão ambiental não motiva muito a população, sendo esta uma grande barreira para mobilizar. A especulação imobiliária avança agredindo, aterrando. Por seu turno,

a prefeitura sem força para fiscalizar a agressão. Assim é que o riacho Cachoeirinha, do João XXIII até a Av. Sen. Fernandes Távora, no Henrique Jorge, que abastecia o açude do Sítio Pici, hoje é um canal – entra na área verde agredindo com a poluição.

O movimento tem superado suas dificuldades com informações. Gerando documentos e disseminando informações nos movimentos pastorais, em escolas como o Colégio Santa Isabel, em manifestações de rua, caminhadas envolvendo entidades do Henrique Jorge e Antonio Bezerra, como a Caminhada Ecológica e Cultural do Parque Rachel de Queiroz, em 2005.

Do movimento fazem parte associações de moradores dos bairros Ellery, São Gerardo e Presidente Kennedy, pelo lado do Açude João Lopes e riacho Alagadiço; e na área do Pici-Henrique Jorge, pela Associação de Organizadores Sociais e Serviços (Amora), o Espaço Cultural Frei Tito Alencar (Escuta) e pastorais da Igreja Católica, dentre elas as Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

Além dos já citados, o movimento faz, no Pici e no Henrique Jorge, o teatro de rua, seguindo a escola de Augusto Boal e seu Teatro do Oprimido. Nele, afirma Leonardo Sampaio, "colocamos questões, a temática vira enquete, levamos a per-

gunta para a sociedade e isso faz com que ela comece a responder. Há debate, há participação, discussão”.

O movimento como um todo tem estratégias diferenciadas, com uma vertente mais popular e outra voltada para o estudo e os projetos, com o que alcançou credibilidade. Os participantes dizem que o respeito foi alcançado

pela força da organização envolvendo as entidades, pela mobilização social, a mídia publicizando. E os atores sociais: associações, movimentos pastorais e ambientais. Juntamo-nos aos movimentos ambientais no âmbito da cidade e do Estado.

Instado a falar sobre as facilidades que teve, Leonardo Sampaio diz que

é difícil responder isso... o que facilita é a integração decorrente da sensibilidade das lideranças, das escolas que antes não discutiam isso [área verde, meio ambiente] e hoje fazem pesquisas [em torno desses temas]. Isso facilita.

### ***Movimento de Poucas Vitórias***

Leonardo Sampaio lista como vitórias o projeto do parque e o tombamento da Casa de Rachel de Queiroz, pelo município, em 20 de outubro de 2009. “Em obras, não avançou, mas a sociedade [população dos bairros] já se incorporou” nessa luta. Há um reconhecimento pelo poder público.

Quanto à participação de partidos políticos, ele diz que não há.

Enquanto manifestação de direções partidárias... [não]. Existem militantes de bairros, ongs e associações que se envolvem [em partidos]. Mas de ser encampado por um partido, nós não temos isso. Acho até uma grandeza, do ponto de vista que o movimento se torna mais amplo.

O arquiteto José Sales fala do emperramento desse projeto na época da pesquisa, na Prefeitura de Fortaleza que, a seu ver, ideologizou o projeto, visto como iniciativa de elite. Leonardo Sampaio argumenta exatamente que o parque trará benefício para uma região em que predominam bairros sem áreas verdes, desassistidos também nesse aspecto:

O espaço [parque] é para a qualidade de vida do lado oeste da cidade. Hoje não temos um espaço para caminhar, para o lazer. É para a sociedade usufruir. [Hoje] o verde não está a serviço da sociedade como um todo. Queremos alcançar políticas públicas ambientais para esta região.

Leonardo Sampaio fala do desrespeito ao ambiente, desolado:

A sociedade [no sentido de população] se mobiliza nas ameaças. [Ante] a área de preservação ocupada por edifícios comerciais, reagiu, cobrando, mas foram construídos nove prédios que estão alugados. [Construídos em] área verde institucional, nesta gestão da prefeita Luizianne Lins, sendo secretário da Secretaria Executiva Regional III o ambientalista do Partido Verde, Marcelo Silva. Não impediu. Sofri ameaça porque fui fazer essa denúncia. Na Av. Sargento Hermínio, um edifício está sendo construído dentro do pólo de lazer. Quando da passagem do linhão da Chesf dentro da área verde, prejudicando a natureza e a saúde das pessoas, houve mobilização, mas fomos impotentes.

Depoimento de Leonardo Sampaio sobre o que se aprende:

A gente percebe: movimento isolado não tem força. Mesmo com interesses particulares do movimento local, é possível [agir] juntos, no interesse comum. Reune no comum. Há isolamento entre sociedade e poder público. Temos nós, da sociedade civil, temos de nos mobilizar; movimento isolado não tem força. Daí termos nos mobilizado em interesses comuns. O poder tem a obrigação de preservar esses espaços, mas não avança. Precisamos avançar como organização da sociedade civil para se manifestar de modo que tenha vitórias, mas o poder público não correspondeu.



**Foto 31 – Casa de Rachel de Queiroz: Patrimônio de Fortaleza**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

A reflexão de Leonardo Sampaio vai no sentido de que a ideologia do Estado e a força de certos territórios na captação de recursos para as lutas de seu interesse são fatores que explicam a paralisia do projeto do Parque Rachel de Queiroz:

O Estado foi constituído para [defender] interesses de uma classe. Aqui, lado oeste de Fortaleza, há uma classe média e pobreza. Então é uma luta de classe que está colocada aqui e o Estado nem sempre está a serviço da classe trabalhadora, da classe operária, do povo. As lutas do lado do rio Cocó têm mais conquista porque está lá o capital, onde avança também o capital. O poder [está] a serviço das classes [dominantes]. Há possibilidade de que isso seja democratizado para além do capital, dos interesses políticos, dos interesses de classe.

Na campanha pelo parque, Leonardo Sampaio acrescenta que

há um ajuntamento do cultural e do ambiental. Festival de Marchinhas na Av. Sargento Hermínio. Nele, juntam-se meio ambiente, o viver a cidade. Faz-se uma junção de atividades do Escuta e do Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz. Nas sessões do Banquete Literário, para jovens, nos encontros do Círculo de Fantasia, para crianças, e em reuniões de idosos também, as leituras tocam a questão ambiental e se discute como transformar [a realidade] a partir do conhecimento, do saber. O mesmo se faz com o teatro, na 'roda de rua' do Teatro do Oprimido.

O movimento pelo Polo de Lazer da Sargento Hermínio, abordado a seguir, também reivindica o Parque Rachel de Queiroz.



**Foto 32 – Roda de Conversa no Espaço Cultural Frei Tito Alencar**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Leonardo Sampaio [de branco] conduz a discussão.

## **7.10 Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio**

O Secretário da Regional I, da Prefeitura de Fortaleza, Mariano Freitas, lançou em 2007 a ideia de se erguer um ginásio poliesportivo no bairro e, inicialmente, todos concordaram<sup>63</sup>. A demanda foi para as assembleias do Orçamento Participativo no bairro [programa da administração municipal], obteve aprovação e o secretário decidiu pela construção do equipamento no polo. A partir daí, lideranças do bairro como Aguinaldo José de Aguiar passaram a se opor, não ao equipamento em si, mas à sua localização, e formaram o Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio.

Criou-se uma tensão entre os moradores do bairro que queriam o ginásio no polo de lazer e os que pleiteavam a mudança de local. Essa insatisfação chegou aos diretores da Associação Comunitária dos Bairros Ellery e Monte Castelo que também encamparam a posição contra o equipamento na área verde. O movimento fez, então, uma enquete perguntando às pessoas o que elas queriam no Polo de Lazer, enumerando de 1 a 10 suas prioridades. Na pesquisa, o ginásio obteve o 7º lugar e o anfiteatro, o 9º. Claro estava que a população rejeitava ambos.

### ***Formas de Mobilização***

A campanha prosseguiu, fazendo pressão sobre a Prefeitura de Fortaleza, a Câmara Municipal e a Secretaria Executiva Regional I. Eventos no polo, enquete, divulgação do resultado da enquete no bairro, notícias na mídia e influência direta no gabinete da prefeita Luizianne Lins foram formas de o movimento pressionar. Também houve exposição de notícias de quando a prefeita Luizianne Lins era vereadora e deputada e se colocara contra o prefeito Juraci Magalhães, que queria construir uma escola de trânsito no Parque Adahil Barreto.

O movimento divulgou que a construção derrubaria 50 árvores. Era o que apontava um estudo feito por Roberto Veras Pedrosa, Ana Valéria Sena e Liliana Landim, quantificando as árvores do parque. E no Dia da Árvore, promoveu plantio de mudas em uma festa de grande participação popular com números artísticos, no local em que queriam construir o ginásio. A população foi informada também de que seria prejudicada com a impermeabilização e compactação do solo e com o mais difícil acesso à fonte cuja água jorra em um chafariz público. Além disso, com a obra, certamente a vazão da água diminuiria. Na assembléia do Orçamento Participativo o movimento apresentou sete alternativas de localização do ginásio poliesportivo.

---

<sup>63</sup> Reconstituição a partir de entrevista de Aguinaldo José de Aguiar, diretor da Associação Comunitária dos Bairros Ellery e Monte Castelo; e Liliana Uchoa Landim, da mesma associação, paisagista e produtora cultural. Este Polo de Lazer foi criado em 1976 e abrange uma área verde de 3,9ha, segundo a Semam. (Ver Quadro 3).

Uma delas, o terreno da prefeitura de que se apropriara a Empresa Santa Maria, de transporte coletivo.

Como pontos de revitalização do Polo de Lazer, o movimento propôs à prefeitura iluminação adequada, trilha de caminhadas, brinquedos para crianças, estabelecer os limites físicos da área de preservação; em lugar de derrubada, o replantio de árvores, tudo isso para estimular a maior presença das pessoas. É que, hoje, “até gosto de ir ao local aos domingos, especialmente quando nos encontramos todos, pessoas do movimento, mas é desagradável ver alguns estragos no parque”, diz Lilliana Landim. Aguinaldo Aguiar se lembra de que ir para o polo aos sábados e domingos à noite era como “ir à praça do Liceu, pois ali era ponto de convivência social”.



**Foto 33 – Zona de Várzea no Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo .

Diante desse discurso do movimento ambiental, só se manifestavam a favor do ginásio poliesportivo no polo de lazer, na assembleia do Orçamento Participativo, quem nem conhecia o parque. Infelizmente, para os participantes do Movimento pela Revitalização do Polo, naquela assembleia, pessoas da administração municipal jogavam com o desconhecimento da população e até militantes do movimento popular tentavam agradar os administradores, com argumentos como: “Se o secretário quer assim, é porque assim é bom”.

Hoje há o uso do parque para o *just jump* (tipo de *bicicross*), o que não é aprovado por todos, embora receba os aplausos dos que gostam daquele esporte

radical. As rampas para o esporte foram feitas por populares, como a demonstrar que “o povo pode e deve intervir de forma positiva na remodelação de seus espaços de convívio, sejam públicos ou privados”, como afirmou Liliana Landim. O ruim, no caso, é o abandono do local pelo poder público, que poderia agir em conjunto com a coletividade e coordenar as boas iniciativas desta. A garagem da Empresa Santa Maria tomou um dos seis campos de várzea onde se jogava bola. Como que para compensar, a prefeitura abriu no polo um campo pequeno. A falta de espaço para a prática de esportes, aliada a outros fatores, faz crescer a violência no bairro, conforme a percepção de Aguinaldo Aguiar.

Começou novo tempo de confronto, quando a Construtora Harmony, em 2008, iniciou um prédio em terreno que os militantes consideram área de preservação, contígua ao polo de lazer. Nessa fase, o movimento ambiental da cidade ajudou muito, articulando parlamentares como Eliana Gomes e João Alfredo, eleitos vereadores naquele ano, de modo que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal promoveu visitas e audiências públicas, ocasião em que se discutiu também a criação do Parque Rachel de Queiroz, proposta segundo a qual ficarão interligadas diversas áreas verdes remanescentes na zona oeste da cidade.

Conforme o projeto, o Parque Rachel de Queiroz começa no açude João Lopes, passa pelo Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio, este último criado pelo prefeito Lúcio Alcântara. Abrange também a área verde do Presidente Kennedy e termina no Sítio Pici, onde se encontra a casa de Rachel, no bairro Henrique Jorge.

O parque segue o percurso de rios e riachos que teimam em sobreviver. O riacho Alagadiço vai do bairro Álvaro Weyne até se encontrar com o riacho Cachoeirinha que vem do bairro João XXIII e, no Parque Genibaú, ambos desembocam no rio Maranguapinho. São, ao todo, 12,5km de extensão que vão constituir o Parque Rachel de Queiroz, conforme o trabalho da equipe coordenada pelo Professor José Sales Costa, do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará (UFC). “O professor Zé Sales ajudou muito, até dando entrevistas à televisão, e foi por meio dele que ficamos sabendo do projeto de intervenção do Prefeito Juraci Magalhães naquela área”, afirma Liliana Landim.

Um fato triste potencializou a campanha em prol do Parque Rachel de Queiroz: o estupro e assassinato de uma criança, em 2007, em uma área verde do bairro Presidente Kennedy conhecida como “matagal”. As mães do bairro organizaram uma grande manifestação contra a violência e pela extinção do matagal. As lideranças de bairros como Henrique Jorge e da Av. Sargento Hermínio estavam presentes. Com o apoio do Prof. José Sales da Costa Filho, fizeram ver aos presentes que não há relação direta entre a área verde e a violência, e que o “matagal” poderia se transformar em algo bom, se incorporado ao parque.

As pessoas concordaram e passaram a apoiar o movimento pelo grande parque que congrega aquelas lideranças e as áreas verdes existentes

em 15 trechos urbanos ao longo dos bairros Monte Castelo, Alagadiço, Presidente Kennedy, Parquelândia, Planalto Pici, Bela Vista, Henrique Jorge, Dom Lustosa, Autran Nunes, Genibaú, Tupinambá da Frota e Antônio Bezerra. (O IDEÁRIO DO PARQUE..., 2010).

Outro momento importante para o Polo de Lazer da Sargento Hermínio foi a intervenção urbana em mosaico, projeto até premiado, cujas figuras estão lá na mureta do parque. Naquele ponto urbanizado do parque há apresentação de filmes, distribuição de panfletos, entre outras atividades do movimento, sempre colocando para a população palavras-chave que tocam as pessoas, como: água gratuita, conservação da natureza e qualidade de vida. Neste sentido, a discussão do Parque Rachel de Queiroz muito contribuiu para crescer a convicção das pessoas em torno da importância das áreas verdes.

### ***Esforço de Superação***

Os entrevistados elencam como entraves à campanha o desconhecimento da população quanto a seus direitos e aos benefícios do polo de lazer, a prática do poder público de esconder da população os projetos e não elaborá-los em diálogo com ela, a estratégia eleitoral do secretário que desejava sair candidato a vereador e para quem o ginásio servia como mote de campanha.

Liliana Landim coloca como dificuldade sua desconhecer como funciona o ambiente político, no qual o argumento prevalecente não é o técnico. As pessoas diziam “o Dr. Mariano é um cara legal... então sua proposta é uma coisa boa”. Ela conta que não sabia das ameaças por que passava o polo de lazer, mesmo morando tão perto dele. Foi para ela um choque encontrar no Escritório de Tecnologias Sociais da UFC, onde ela estudava, o Aguinaldo Aguiar e a Clarice Araújo, pessoas de seu bairro, em busca de um parecer que apoiasse sua luta em favor de um espaço em seu próprio bairro, luta que ela desconhecia. E “a partir daquele encontro, um novo mundo se descortina para mim”.

Aguinaldo diz que os conceitos de meio ambiente são uma coisa nova até para as associações de bairro e isso constitui um entrave na luta. A articulação das pessoas do bairro parte da associação, mas ali não há consciência ambiental. Este é um dado. Por outro lado, contrapor-se à prefeitura no projeto do ginásio levou as pessoas a chamarem-no de “direitista”, a dizerem que ele estava a serviço de Tasso Jereissati – o projeto do ginásio veio à tona em paralelo à reação do Movimento SOS Cocó contra a construção da torre do Iguatemi, na área de preservação do rio Cocó. Essa leitura enviesada prejudicava a campanha em prol do parque.

Naquele momento, Aguinaldo diz que ficou difícil conviver com certas situações, como a exposição do projeto do ginásio para a população, feita pela Secretaria Regional (SER I), com um audiovisual colorido, coisa que muitas pessoas do bairro

nunca nem tinham visto. Naquele momento, o então vereador Lula Morais falou para os presentes: “Olha como é bonito!” Aguinaldo diz ter ficado perplexo ante o comportamento do parlamentar amigo que, do alto de sua credibilidade, dava respaldo a um projeto prejudicial ao parque, à cidade e, em última instância, às pessoas ali presentes.



**Foto 34 – Edifício Desrespeita a Área de Preservação Permanente**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo .

Outra dificuldade: em 2008, a prefeitura começou um projeto no Polo de Lazer semelhante ao proposto pelo movimento como fruto de sua pesquisa. O que poderia ser motivo de comemoração tornou-se uma dor de cabeça, pois a obra, que deveria ficar pronta após a eleição, foi suspensa e ainda não fora concluída, dois anos depois, motivo de cobranças por parte da população em cima das lideranças.

Aguinaldo faz um depoimento que dá a dimensão da solidão em que se encontram as lideranças do movimento ambiental, em certos momentos:

A construtora derrubou uma casa talvez secular, de tão antiga no bairro, colocou muro separando do parque o terreno que diz ser dela, muro na área de preservação. Um fiscal da prefeitura mora em frente, só que ele é dono de um posto de gasolina irregular, pois funciona em cima da calçada. Denunciamos a ele e ele fez foi rir. As construtoras criam fatos consumados. Quem vai demolir?

Para isso existem os TAC (Termos de Ajustamento de Conduta). Nesse ponto, somos derrotados. O parlamento participa dos atos [de protesto], mas [meio ambiente] não é sua preocupação; o Executivo não tem essa preocupação; o Judiciário, muito menos – não tem vara ambiental... Este quadro exige dos movimentos dedicação, reflexão, muita criatividade e abertura para fazer alianças. A ocupação é menor deste lado oeste da cidade – a classe média fiscaliza mais no leste. Aqui o edifício a 5m do riacho e a classe média força pelo encanamento dos rios. As áreas são ocupadas pela classe média com seus condomínios, as muriçocas aparecem e os moradores pressionam pela canalização dos rios. Nas secretarias regionais, há funcionários especializados em encontrar brechas na lei para beneficiar a iniciativa privada. Avisam as construtoras com a visão de que no terreno particular pode tudo. As secretarias regionais não fiscalizam nada. O controle é centralizado em uma só secretaria. Neste ponto, a cidade toda está sendo derrotada. Descontrole completo. Temos de resistir. As áreas verdes são guerra de guerrilha. Onde houver uma área verde tem que haver incentivo para se juntarem, resistir.

O Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer tentou superar os entraves, sobretudo, com informação. Partiu para o diálogo com as autoridades e para a sensibilização da população com enquete, filme e outras iniciativas artísticas. Também estabeleceu parcerias com as forças sociais da comunidade, como escolas e empresários de porte pequeno e médio, consciente de que, no isolamento, uma campanha pouco consegue.

### ***As Facilidades da Campanha***

No início, deram grande impulso à campanha a participação de uma bandinha, crianças cantando músicas compostas por elas mesmas, bem como o bloco de carnaval "Sai na Marra". Com a campanha, o bloco levou o tema "A mata não é mais virgem, o vento não é mais fresco, mas o bloco é ecológico", mensagem que obteve grande aceitação entre os moradores. No desfile do bloco, uma faixa representava um rio poluído, contendo imagens de impurezas. As pessoas conduziam o rio-faixa colocando nele suas cabeças. A abertura do pré-carnaval ocorreu no polo.

Mesmo com o apoio da Prefeitura de Fortaleza ao bloco e ao pré-carnaval, saiu a denúncia de forma criativa. Além do bloco, o movimento tem o apoio de um médio empresário que sempre financia os panfletos. Há uma articulação com o posto de saúde local e com o Escritório de Tecnologias Sociais da UFC.

Os atos do movimento local e as atividades em rede, como as Jornadas de Luta por Áreas Verdes, tiveram repercussão na imprensa. Além disso, foram feitas gestões junto ao gabinete da prefeita Luizianne Lins. Várias atividades em bairros como o Presidente Kennedy e as informações em torno da perda de 90% das áreas verdes de Fortaleza nos últimos 40 anos, o sensível aquecimento da cidade, esses acontecimentos nacionais como os do Rio de Janeiro [vazamento de óleo em instalações da Petrobras], "tudo isso contribui para a imprensa cobrir nossa campanha e para a população se conscientizar", diz Aguinaldo Aguiar. Ela afirma saber que

quem financia a imprensa é o mesmo setor que exclui o verde e nós lidamos com essa contradição. Nossa preocupação é dar nosso enfoque. Nós vamos tencionar. [...] O apoio e colaboração dos demais movimentos por áreas verdes da cidade como Movimento SOS Cocó, movimento do Henrique Jorge, e isso congregou muito em torno do nosso parque que passa a ser pauta do movimento ambiental na 1ª Jornada das Áreas Verdes de Fortaleza, em que participamos.

Esse movimento junta experiência popular e saber científico [este representado pelo Escritório de Tecnologias e pelo projeto do arquiteto José Sales], a parte lúdica do Sai na Marra, a solidariedade dos movimentos ecológicos de outros bairros. O sítio na internet é constantemente alimentado com notícias e estudos, o que se constitui também em facilidade para a difusão da campanha.

Os membros do movimento enumeram como vitórias: (a) o anúncio, pela prefeita Luizianne Lins, da obra de recuperação do açude João Lopes, trecho nº 2 do Parque Rachel de Queiroz; (b) impedir o crime que seria a quadra e o anfiteatro dentro da área verde; (c) a colocação de lixeiras; (d) a iluminação debaixo das copas – roubada a fiação porque não há vigilância. (d) Pautar esse assunto (Polo de Lazer, Parque Rachel) para a cidade é a maior vitória, eles dizem. Ocorrem também as vitórias individuais de conhecer pessoas. Conhecer essa associação – indivíduo coletivo – é também uma vitória, afirma Liliana.

O movimento almeja alcançar outras vitórias, como: a delimitação da área do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio; a criação do Parque Rachel de Queiroz; e a paralisação da construção do prédio dentro da área de verde da Sargento Hermínio. No momento da pesquisa, a campanha estava parada. Constatação de Aguinaldo: apesar de a população querer uma solução integrada, o poder público encara as reivindicações em separado:

É que a obra do açude João Lopes nós, associação, construímos essa conquista, coisa de 40 anos. Está sendo construído ao lado [do açude] um conjunto habitacional. Indiretamente, isso causa refluxo na causa ecológica porque, se a gente consegue isso aqui, como é que a gente vai bater na prefeita? Pode atrapalhar – tem um peso. Mas aí o pessoal cobra, quando vou ao parque, porque a obra parou [lá no parque]. O movimento das áreas verdes está em refluxo. Fizemos um esforço para as associações assimilarem a pauta ambiental.

Há outros complicadores, um do lado da organização do movimento ambiental e outro porque as associações não abraçam a causa do ambiente. Assim, na mobilização popular o movimento encontra dificuldades atualmente. O mesmo ocorre quando precisa da adesão das escolas à campanha. Aguinaldo analisa:

As escolas não topam pressionar o poder público. Quando o alvo era impedir o ginásio e a favor das árvores, a causa era mais neutra, a luta não era contra a prefeitura, diretamente. Há dificuldade para mobilizar a sociedade para qualquer coisa. [No movimento] não refletimos sobre isso.

Para Liliana Landim,

A ditadura militar levou os pais a educarem seus filhos na base do 'não se envolva' – daí o distanciamento. Há uma volta para si, introspecção, eu acho que ainda é marca da ditadura militar. [Por outro lado, acrescenta Liliana Landim] As pessoas têm poder e saber, mas as noções de progresso e modernização são ideias avassaladoras [daí a passividade das pessoas ante a devastação].

Aguinaldo Aguiar faz uma leitura bem pessoal da falta de engajamento das pessoas. Em sua explicação entra também a necessidade de emprego:

Nos governos democráticos as pessoas vão se preocupar com o pessoal, o privado, menos com os problemas sociais, ecológicos. Aqui [refere-se à associação do bairro] muitos movimentos têm uma relação de emprego mesmo com a prefeitura. Sem concurso. Terceirizado ou comissionado. Na hora da pressão, essas pessoas ficam com medo. Por outro lado, o Orçamento Participativo (OP), de certa forma, enquadrou os movimentos. Delegados do OP fizeram pressão sobre a gente. Acham: "Já elegemos essas pessoas nossas", então não seria preciso pressionar.

### ***Fonte de Aprendizado***

Para Liliana, a lição que fica é a de que

Temos de reagir. A construtora vai construir ao lado do pólo. Não sei se vamos entrar nessa briga [de imediato] ou se vamos esperar essa nova classe média chegar e apelar para que ela não deixe acabarem com o resto do verde. [Ela acha, entretanto, que ainda faltam os instrumentos.] O novo plano diretor foi aprovado em março de 2008 e ele implica 19 leis que precisam ser adequadas e outras que precisam ser feitas. Acontece que o parlamento não se preocupa com a cidade. O Executivo, pior ainda. Assim, as áreas verdes ficam onde elas valorizam as construções.

Aguinaldo destaca que conheceu esses pequenos grupos que não são tão orgânicos, mas fazem mudanças. Para ele, o ambientalismo não é mais tema só de quem milita, não só de ambientalistas. Tem de ser apropriado por pequenos grupos. Ele conclui, então, sobre a necessidade de investir na educação das crianças. Outro campo de ação é sobre o poder público:

Devemos pressioná-lo a cumprir seu papel. A prefeitura gasta por mês R\$ 30 milhões com publicidade. Parcela disso deveria ser voltada para a educação ambiental. Precisamos cobrar mais do poder público que não cumpre seu papel.

## 7.11 Área Verde do Conjunto Sítio Córrego no Mondubim

Em 2002, os proprietários de casas do Conjunto Sítio Córrego, no bairro Mondubim, foram surpreendidos com máquinas do tipo patrol e tratores derrubando a barragem do Açude Osmani Machado. O açude, de 3,48ha, integra a área verde com um total de 12,64ha do Loteamento Arvoredo, segundo informação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (Seinf), da Prefeitura de Fortaleza. Foi formado pelo barramento do Riacho Córrego, da Bacia Metropolitana, possui uma bacia hidrográfica de 8km<sup>2</sup>, extensão pelo coroamento de 181,60m, e seu sangradouro original era de 20m, além de possuir 102.000m<sup>3</sup> de capacidade estimada de armazenamento. (CEARÁ, 2002).

De repente, viram-se sem a paisagem da grande lâmina d'água, pois o açude literalmente secou. A partir de então, cercas e construções foram colocadas no leito do açude, casas construídas em trechos de área verde e aterramento em suas margens, onde ocorreu até ocupação por aproximadamente 300 famílias. Os moradores do conjunto reagiram criando a Associação dos Moradores do Sítio Córrego para representá-los, tendo como principal liderança a aposentada Sra. Maria de Lourdes da Silva Barbosa. A entidade entrou com uma representação no Ministério Público Estadual, em 2002, onde ainda tramita o Procedimento Administrativo. A reivindicação de recomposição da barragem do açude continua, bem como o desejo de transformar a área em um parque municipal.

A história aqui reconstituída tem por base os fatos relatados por Lourdes Barbosa e os documentos por ela fornecidos. Ela participou, como delegada, do Plano Diretor Participativo. Trabalhou em três Conferências das Cidades [realizadas no estado], até na coordenação de uma delas, ao lado do então titular da Secretaria das Cidades, Joaquim Cartaxo Filho. Considera que a moradia está ligada ao meio ambiente, daí tentar juntar os dois campos de luta. É filiada ao Partido Socialista Brasileiro. Para o partido cumprir a quota de mulheres candidatas, e, segundo ela, apenas por isso, saiu candidata a deputada estadual na última eleição. "Não pedi um voto", diz a sorrir.

As informações dadas por Lourdes Barbosa foram corroboradas em reunião dia 17.09.11, da qual participaram Maria do Carmo Oliveira Lima, que é do Movimento dos Conjuntos Habitacionais e, quando moradora do conjunto, participou da campanha; Válder Milton Vieira Leite, ex-membro do Conselho Comunitário Sítio Córrego; e Maria Letícia Oliveira, do Movimento dos Conjuntos Habitacionais, além de atuais moradores do Conjunto Sítio Córrego, convidados. Naquela reunião, a história já redigida e enviada antes foi lida e comentada pelos presentes, oportunidade de os antigos rememorem e de os novos fazerem perguntas e se inteirarem de detalhes.

## **Ações de Resistência**

Ante a demolição da parede do açude, a entidade passou a fazer pressão sobre todos os órgãos com alguma responsabilidade sobre meio ambiente: a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará (Semace), Secretaria de Recursos Hídricos, Ibama, Semam e o Ministério Público Estadual. Lourdes explica que foi ao Ibama porque “aqui há cobras gibóias enormes, raposas, guaxinim e outros animais de nossa fauna. Agora eu quero que me respondam: se construírem aqui, para onde irão esses animais?”

Conforme o Procedimento Administrativo 114/2002, do Ministério Público do Ceará, (CEARÁ, 2002), a obra na parede de 181,6m do Açude Osmani Machado constou de abertura do sangradouro de 2m para 6m de largura e de 0,90cm de revanche para 2m de revanche. A bacia hidráulica “tem aproximadamente 4km<sup>2</sup>”, segundo requerimento do Sr. José Alberto de Abreu à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, mas a própria SRH informa ser de “8km<sup>2</sup> a área daquela bacia” conforme os autos do processo administrativo (Fl. 78). A obra obteve parecer favorável e foi autorizada por aquela secretaria<sup>64</sup>.

O fiscal da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI), Francisco Aurélio Chaves Brito, constatou que “existe uma autorização para a ampliação do sangradouro, mas o mesmo foi destruído”, que “não foram cumpridas as determinações da legislação ambiental no âmbito municipal [falta autorização] conforme condições constantes na Licença de Instalação da Semace nº 169/00-Nucam”, que

não existe resposta da Semam, quanto à solicitação de Projeto de Urbanização para a área e que está sendo efetuado levantamento topográfico do local, solicitado pelo Sr. José Alberto de Abreu, com a intenção de efetivar loteamento no local – informação dada pelo executante do serviço [...] e pela comunidade consultada. (CEARÁ, 2002, p. 44).

O movimento do bairro continuou a pressão com visita aos órgãos, manifestações várias, entrevistas às tevês, rádios e jornais. Durante a invasão das margens do açude, fez uma vigília que só terminou quando as famílias saíram. Expulsou os invasores e novas ocupações não ocorreram em outros pontos de suas margens, porém a parede do açude nunca foi recuperada.

Lourdes explica que mobilizar não é fácil. Com o passar do tempo, sem nenhuma vitória e ante a falta de resolução pelo poder público, chegou o cansaço – não para ela, esclarece, mas para outros participantes da entidade. Assim, a associação funcionou bem ativamente até 2004. Ante as omissões, as pessoas acharam que estavam perdendo boa parte de seu tempo já escasso e se afastaram.

---

<sup>64</sup> Conforme Ofício GS Nº 1026, de 21.12.99 a partir de parecer favorável ao processo SRH/SPU Nº 99148846-6, Licença da obra Nº 025/99, de 21.12.99.

No momento das entrevistas, eram cinco pessoas na resistência, reunindo-se para cobrar medidas em algum órgão público e, sobretudo, agindo como vigilantes da área verde. Já houve ajuda de outras entidades e movimentos. Registrou-se, ao longo do tempo, apoio da Igreja Católica, com avisos à população nas missas na capela do bairro; da União dos Moradores, do Fórum das Áreas de Risco de Fortaleza, comparecendo a reuniões no Ministério Público (CEARÁ, 2002); e do Movimento dos Conjuntos Habitacionais. Não havia outras entidades participando da campanha pela área verde do Açude Osmani. “Não temos ajuda de fora. A vizinhança é solidária. Todos se conhecem há 19 anos, desde 1993, quando o conjunto foi criado e nos mudamos para cá”, afirma Lourdes Barbosa. A maior violência que já presenciaram foi contra a barragem do açude.

O então presidente do Conselho Comunitário era contra o movimento em prol do açude, a ponto de, em nome da entidade, pedir a urbanização do açude ao Secretário de Infraestrutura, Maia Jr. (CEARÁ, 2002). Ressalva feita pelos membros do movimento é que o assunto não foi discutido no conselho, pois ali não havia democracia. O presidente decidia só.

Em seu período de funcionamento, a associação fazia panfletinhos de convite, seus membros visitavam as pessoas nas suas casas, enquanto convocavam os moradores para as atividades, ocasião em que prestavam esclarecimentos sobre as consequências daquela situação para si próprios. Quando havia reunião no Ministério Público, a representação da entidade se preparava com encontro prévio, na associação.

A associação às vezes não marcava reunião com as autoridades. Seus representantes chegavam em uma secretaria, levavam um chá de cadeira, argumentavam e eram atendidos na base da insistência. Como são pessoas que conhecem a área a fundo, tinham argumentos à altura e mostravam a contradição de quem se passa por proprietário do imóvel sem ser.

## ***O Sonho Continua***

Momento de grande mobilização que ficou na memória de todos foi quando quiseram se apossar da Área de Preservação Permanente (APP) do açude e da área verde do conjunto. Conforme Lourdes Barbosa, a situação é grave porque os agressores teriam apresentado escritura falsa do terreno. Ante a sua atitude de registrar boletim de ocorrência na delegacia, denunciando essa tentativa de fraude, sofreu até ameaça de morte, em sua casa e perante a Dra. Sheila Pitombeira, em uma audiência no Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente (Caomace), do Ministério Público Estadual.

Lourdes garante que a área verde é oficial e que os supostos proprietários não são donos do terreno<sup>65</sup>. Porque um diretor da Construtora Mota Machado, em-

---

65 Segundo a presidente da associação, a área de alagamento do açude pertence aos filhos de Osmani Ma-

presa que ergueu o conjunto, afirmou para ela que nem a área poderia ser vendida, nem se construir nada nela. O movimento local quer a transformação de toda a área em grande parque e que os agressores refaçam a barragem, porque, nas palavras de Lourdes, “ninguém é dono da água. A água é de todos. Isso foi um crime ambiental”.

Lourdes Barbosa declara:

Aprendi muito. Não sei se tivesse feito uma faculdade eu teria aprendido tanto sobre tantos assuntos. Para mim foi de grande valia. Temos vitórias, decepções... A gente fica sabendo como o poder público funciona, quando você luta a gente descobre os caminhos. Não tenho medo. As pessoas dizem: ‘se muda daqui’. A moça do Ronda [do Quarteirão]<sup>66</sup> disse ‘por que a senhora não se muda daqui?’ e eu disse: minha filha, em todo lugar existe insegurança. Vocês estão aqui para me dar segurança e vêm é mandar eu me mudar?

### ***Vozes Contraditórias***

No Proceimento Administrativo nº 114/2002, a promotora pediu parecer de uma técnica da 2ª Promotoria de Justiça e Meio Ambiente (CEARÁ, 2002) e esta, ao dar seu parecer, escreveu que “o açude é de propriedade particular, portanto, dificilmente a Prefeitura ou o Estado desapropriaria para fazer uma urbanização, em razão da dificuldade de recursos financeiros para tal”. (CEARÁ, 2002).

Prossegue o relatório “Da Vistoria Realizada *In Loco*”:

A obra de ampliação do sangradouro estava amparada legalmente. Tanto a SRH, depois de estudos técnicos elaborados pela sua equipe, concederam (sic) a licença para a execução como a própria Semace também concedeu a Licença de Instalação. Tanto a Semace como a Cagece detectaram pontos de poluição de esgoto e provável ocupação em Área de Preservação Permanente (Semace).

Não se sabe, com precisão, o limite da Área de Preservação Permanente (APP), para identificar as residências que estão dentro da referida área. Conforme orientação da Semace, o proprietário do açude deveria solicitar à SRH a delimitação da linha de cheia máxima [...], para depois medir 30,00m em linha horizontal, o que deverá ser o limite da APP. (CEARÁ, 2002, p. 171).

---

chado, falecido, que lhe afirmaram não terem vendido. Portanto, seria falsa a escritura pública de contrato de compra e venda, livro 076, folha 225, ato 114, traslado 2º, cuja cópia ela me deu. A polícia segue investigando, para elucidar o caso objeto do Boletim de Ocorrência.

66 Tipo de policiamento na cidade, classificado como comunitário pelo Governo do Estado, que o criou, e integrado por policiais militares.

A partir das recomendações do relatório “Da Vistoria Realizada in loco”, a Semace solicitou à SRH a determinação dos limites da APP do açude e esta pediu tempo para fazê-lo. Instada, a Semam envia para o Ministério Público relatório em que informa que “após realização de vistoria, não constatamos ocupação em área verde e APP no Açude Osmani Machado” e anexa “planta georreferenciada da área, atualizada em 19/08/08”. (CEARÁ, 2002, p. 175).

Portanto, conforme o documento, a Semam reconhece a área verde do açude, enquanto a SER V a desconhece. Órgãos da mesma prefeitura não trocam informação entre si. E mais: apesar de haver Secretaria de Meio Ambiente no município, o secretário da SER V recorre à Secretaria Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (Seinf), conforme seu despacho em ofício de 09.07.09:

Já solicitamos à Seinf a delimitação das faixas de preservação e de proteção do recurso hídrico em tela, entretanto, necessitamos de pelo menos 30 (trinta) dias para executarmos as ações necessárias ao pleno atendimento da sua solicitação. (CEARÁ, 2002, p. 182a).

Em resposta à 1ª Promotoria do Meio Ambiente, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) informa, já no Processo 11611/2009-0, que

no entorno do açude Osmany (sic) Machado a Cagece opera cinco estações de tratamento de esgoto do tipo decanto-digestor associado a filtro anaeróbico que tratam esgoto doméstico dos conjuntos habitacionais Sítio Córrego, Marcos Freire, Ipaumirim e PM Aracapé, 976 ligações domiciliares. Ademais, as referidas estações de tratamento de esgoto encontram-se em boas condições de operação com a remoção programada de materiais insalubres de acordo com as condições projetadas para operação. [Reconhece, entretanto:] No bairro Mondubim, há carência de sistema de esgotamento sanitário, o que leva os moradores a construírem fossas negras e, erroneamente, lançarem o esgoto doméstico diretamente no corpo hídrico. (CEARÁ, 2009, p. 2).

A Cagece conclui:

Faz-se mister ainda citar: a existência de vacarias e a criação de outros animais na proteção permanente do açude Osmany (sic); o fato de que referido açude também recebe contribuições de esgoto bruto de outros bairros através de córregos, drenagem urbana e riachos situados a montante do açude; e a mata ciliar serve de pastagem para os animais e por essa razão encontra-se totalmente degradada. (CEARÁ, 2009, p. 2).

Até setembro de 2011, decorridos nove anos de campanha dos moradores, a parede do açude não fora recuperada. Suas margens denotam vários tipos de degra-

dação. De seu antigo leito, foram cortadas quase todas as carnaúbas e são várias as entradas de águas escuras que convergem para o filete do riacho poluído. A mesma secretaria estadual que foi ágil em atender a solicitação de um suposto dono do açude para alargar sua vazão, para, assim, evitar uma anunciada e iminente catástrofe, ainda não conseguiu determinar a área verde do mesmo. Prossegue o trâmite de papéis entre órgãos do Estado e do município, alimentando dois processos abertos no Ministério Público. Mansões começam a ser erguidas nas margens do açude.

## **7.12 Movimento pelo Parque Pulmão Verde do Siqueira**

Os moradores do bairro Siqueira querem ver transformada no Parque Pulmão Verde do Siqueira uma área de aproximadamente 250ha. É uma fatia que resta de imensa área de várzea que aos poucos foi aterrada. A campanha é coordenada, desde março de 2007, pela Associação Comunitária Delmiro Gouveia, presidida por Francisco Roberto Sabino, residente no bairro há 48 anos. Também integram a rede informal de entidades em campanha o Instituto Brasil Verde, o Movimento de Articulação Popular (MAP), a Associação Siqueira Sempre Unidos e a Associação dos Moradores do Residencial Sumaré (Amosu).



**Foto 35 – A Urbanização Avança e Ameaça o Verde Original**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Antonio Elinaudo Daniel Barbosa, então presidente do Instituto Brasil Verde, diz que sua entidade foi convidada, em início de 2007, por sua experiência de interlocução com outros grupos da região do bairro Bom Jardim. O instituto sempre atuou no campo ambiental, mantendo intercâmbio com entidades de moradia, direitos humanos e de Igreja. O principal papel do instituto foi articular a campanha pelo Pulmão Verde com outras entidades do movimento ecológico de Fortaleza e do Estado, conta Elinaudo. Este objetivo foi alcançado com a realização das Jornadas por Áreas Verdes de Fortaleza, o que deu visibilidade também ao movimento do Siqueira.

Durante a entrevista, Roberto Sabino compara a região sul de Fortaleza com a região leste: "Do lado de lá há o Parque Cocó – é aquela imensidão – e aqui teremos um de menor proporção, mas nosso, para a comunidade. É a única área verde de porte. As praças aqui são pouquíssimas e com o mínimo de árvores". Como que por ironia, há uma área verde de loteamento ali existente e exigida por lei, totalmente desmatada.

A ação do movimento dirige à Secretaria Executiva Regional V (SER V), da Prefeitura de Fortaleza os pleitos da campanha, mas também contra os interesses imobiliários. Há uma ação voltada para os segmentos da população que, se sentindo inseguros, "defendem o desmatamento, como forma de ter segurança. [Para estes], mato é escoderijo de bandido", como relata Elinaudo.

As entidades realizam atos públicos e difusão das ideias em colégios e dialogam com as autoridades. Em seminário sobre a importância do parque em 2008, o secretário da SER V, Récio Ellery Araripe, comprometeu-se com o projeto e prometeu ajudar com técnicos para fazerem estudos de topografia e outros serviços de sua alçada. Naquele mesmo ano, o projeto foi apresentado no Orçamento Participativo daquela regional, mas ficou fora das prioridades. Portanto, outras formas de pressão foram as de "buscar recursos e conscientizar a população".

No maior ato público já realizado pelo movimento no bairro, cerca de 1.500 alunos e seus professores fizeram a Caminhada e Abraço ao Pulmão Verde, em 2008. Compareceram escolas do Jardim Jatobá, a Osiris Pontes, e a do Canindezinho. Encontraram-se na área verde, fizeram o abraço e encerraram cantando o Hino Nacional. Os gestos foram realizados "como forma de pressionar e obter cobertura da imprensa". O movimento elaborou e apresentou às autoridades um documento explicitando as vantagens da implementação do projeto para a cidade e para a população dos bairros adjacentes à área verde.

### ***Jornada por Áreas Verdes***

São muitos os entraves à promoção ambiental em uma comunidade de periferia, afirma Roberto Sabino, para quem a maior dificuldade é a

falta de sensibilidade e de discernimento da comunidade quanto a ter esse parque que só vai beneficiá-la. Não tem muita consciência da importância desse parque para ela, a ponto de uma pessoa ter-se manifestado a favor da

retirada total das árvores. Sentimos, então, a necessidade da conscientização, pois, sem árvore, vira deserto.

Elinaudo Barbosa pontua dificuldades na comunicação com as pessoas, a necessidade de envolver os estudantes, por serem jovens, em tese, mais liberados para a participação e naturalmente abertos a novos conhecimentos. Entretanto, também para um trabalho voltado para este público as lideranças encontram barreiras:

Fomos às escolas, até para angariar o apoio das pessoas mais jovens. Há [no bairro] uma predominância de pessoas de nível de instrução muito baixo, o que dificulta o entendimento de questões técnicas que você não consegue traduzir. [A liderança] acompanhar na semana é difícil, pois nem sempre a pessoa pode fazer essa opção, quando tem de lutar pela sobrevivência.



**Foto 36 – Sessão da 1ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza**

**Fonte:** Arquivo do evento.

O modo de superar essas dificuldades é improvisando, mobilizando com palestras, criando laços com o movimento ambiental. Assim, o movimento do Siqueira levou às entidades ambientais da cidade a ideia da 1ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, em 2007, informa Elinaudo, “o que contribuiu para uma rearticulação do movimento ambiental de Fortaleza”. A jornada foi liderada pelo Instituto Brasil Verde, que demonstrou capacidade de articulação das demais forças do movimento ecológico. Um dos seus resultados foi a organização da Frente Popular Ecológica de Fortaleza (FPEF), que passou a também integrar a coordenação do evento<sup>67</sup>.

---

67 Na seção 7.17, encontra-se o histórico da Frente Popular Ecológica de Fortaleza.

Entidades que participam da campanha pelo Pulmão Verde do Siqueira são o Instituto Brasil Verde, o Movimento de Articulação Popular (MAP), a Associação Siqueira Sempre Unidos, a Associação dos Moradores do Residencial Sumaré (Amosu) a Associação Comunitária Delmiro Gouveia. Roberto Sabino tem planos no sentido de potencializar mais a luta: "Com o Movimento de Articulação Popular (MAP), queremos, este ano de 2011, fazer um fórum e discutir com mais profundidade a questão do Pulmão Verde". Percebe-se ao longo da entrevista que ele aposta na articulação das comunidades via escola, pois nelas e nas associações ele vê a grande força de superação do movimento.

### ***Discurso para a Coletividade e o Poder Público***

O movimento desenvolveu um discurso para obter a participação dos beneficiários, mostrando que pessoas já sofreram acidentes fatais enquanto faziam caminhada ou corriam no canteiro central da Av. Oliveira Paiva e que, além disso, recebem a poluição enquanto usam aquela via.

Então falamos para as pessoas que a nossa área verde evitará isso. O seminário [realizado no bairro] foi um momento de conscientização. Fizemos um documento em parceria com uma entidade ligada ao Green Peace.

O movimento fez uma série de palestras nas escolas. Levou para a área aproximadamente 1.500 estudantes. Em seguida, apresentou ao poder público, por escrito, uma proposta concreta para a área verde, tanto em termos de preservação como de urbanização. Elinaudo relata a experiência:

Isso [o programa de palestras] denota credibilidade junto às escolas e o querer fazer, não como ilha, e as escolas estão ajudando. Isso ajudou a que tivéssemos junto ao órgão (SER V), à prefeitura, essa credibilidade. Nosso projeto, que não é um projeto técnico, mostra os espaços de observação da natureza, de caminhada, de lazer, e onde seriam instalados equipamentos como a Oca de Saúde, para a prática de medicina alternativa, e que atuaria integrada ao posto de saúde do bairro.

A postura do movimento coincide com os anseios da população e de outras forças atuantes no bairro que são contra a deposição de lixo na área verde e denuncia tanto firmas como pessoas que fazem isso. A empresa de ônibus que serve ao bairro cedeu dois coletivos para levar as crianças para suas escolas, após o abraço. As escolas são acessíveis às palestras e mobilizações. As associações trabalham juntas neste objetivo, "nos esforçamos para agir em rede neste trabalho árduo. Fazemos reuniões nas associações das 13 comunidades do Siqueira, com uma escala informal", informa Roberto Sabino. "Há pessoas que cuidam dos animais" na área verde, afirma Elinaudo. "Também encontramos relações predatórias", entretanto,

“é possível, sim, fazer um trabalho ambiental junto às populações simples. Encontramos apoio junto a pessoas bem simples”. O diálogo com outros movimentos da cidade e a experiência do Instituto Brasil Verde em planejamento foram pontos positivos também em destaque no modo de atuação da campanha pelo Pulmão Verde.

Esse método explica o fato de a coletividade ter “formatado seu projeto e apresentado à Regional V, cujo secretário se dispôs a criar uma equipe multidisciplinar”, o que foi um ganho, bem como “conseguimos nos articular com o movimento ambientalista. Saímos do isolamento”, informa Elnaudo. A SER V cedeu equipe para fazer a topografia, embora, até a realização das entrevistas, ainda não a tivesse feito, alegando motivos técnicos. O secretário deu ao movimento o mapa da área e se colocou à disposição. Havia a dúvida quanto à titularidade do terreno, se da prefeitura ou do Ibama, mas ele esclareceu que o terreno é de domínio da prefeitura, o que torna mais fácil a conquista do parque.



**Foto 37 – Novas moradias e Lixo Doméstico Ameaçam Fragmentar a Área Verde**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Conforme as lideranças, falta quase tudo para a conquista do Pulmão Verde, da conclusão do projeto ao início das intervenções. A intenção do movimento é que o parque sirva para uso direto e para estudos. Documentos produzidos pelo movimento mostram que ali há árvores e aves próprias de nossa região. Entre as árvores contam-se [nomes populares]: Sabiá, Mulungu, Pau Branco, Carnaubeira, Mufunbo, Marmeleiro, Juazeiro e Mororó. De aves, são encontradas: Jaçanã, Socó, Galinha d'Água, Jacu e Pato d'água.

Não se formou ainda a equipe multidisciplinar aprovada em 2008, até porque o movimento do bairro não apresentou seus representantes. Há uma parte do terreno reivindicada para ser parque, uma grande quadra que limita com a Av. Osório de Paiva, é particular e precisaria ser comprada pela prefeitura ou por um patrocinador. Segundo Elinaudo Barbosa, “o secretário disse que seria possível negociar isso aí, mas no momento não havia recurso. Só com negociação ou com recurso extra”.



**Foto 38 – O Aterramento é Ameaça Constante no Siqueira e em Outros Bairros**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Elinaudo completa: “Colocamos o Projeto Pulmão Verde no orçamento participativo de 2007, aprovado com muitos votos, mas ficou sem recursos”. Antes de sair da campanha, ele propôs criar o Movimento Pró-Parque Pulmão Verde, para dar suporte a essa luta, para conseguir os recursos e ela ser levada por esse movimento de várias entidades, para não ficar de lado, ante tantas prioridades das associações. A luta específica de cada entidade, a rigor, se sobrepõe à campanha pelo parque, que deveria ser a prioridade comum.

O movimento oscila muito. Conforme Roberto Sabino, no início houve “aquele efervescência, depois parou um pouco. Isso é bom porque faz a gente refletir um pouco sobre como melhorar o trabalho em torno do projeto”, ele diz. Para Elinaudo, “o entusiasmo cresceu ao entrar o projeto no orçamento participativo, mas esfriou talvez por falta de atividades ou por escassez de recurso. Foi muito animadora a proposta de reunião da equipe multidisciplinar, em 2008”, porém tornou-se causa de frustração ter ficado só na promessa. Para Roberto Sabino, ficou uma lição da mobilização de forças para a realização desse projeto. Ele faz um comentário es-

perançoso quanto ao futuro do movimento e à necessidade da conquista imediata, mas também como efeito demonstrativo para as novas gerações:

Pra nós é de fundamental importância a concretização desse sonho. Vamos poder propiciar [...] às pessoas que vêm depois da gente, sobretudo a nossos filhos e netos, a possibilidade de ter na frente deles uma história de seus antepassados, positiva, de preservação da fauna e da flora que poderá ser o grande exemplo para as gerações futuras. Beneficiará de imediato os loteamentos próximos e os bairros Siqueira e Canindezinho.

### **7.13 Movimento pela APA e pelo Parque da Sabiaguaba**

Na visão dos ambientalistas e estudiosos, a Sabiaguaba é uma região de Fortaleza cujas funções e serviços ambientais precisam ser preservados e garantidos para a cidade. O geógrafo da UFC, Antonio Jeovah Andrade Meirelles, considera que tais serviços só serão garantidos com a preservação. Vai neste sentido a criação da Área de Proteção Ambiental e do Parque Municipal Dunas da Sabiaguaba, este com *status* de Área de Preservação Permanente. O bairro está bem mantido, quase totalmente natural. Ali moram comunidades tradicionais importantes, até porque os estuários do Cocó e do Pacoti lhes dão condições para suas atividades marisqueiras e de pesca.

A construção da ponte sobre a foz do rio Cocó, projetada desde os anos 1960, segundo relato do Professor José Sales da Costa Filho, e a perspectiva de asfaltamento da Av. Sabiaguaba representavam uma ameaça à preservação daquela formação dunar, da fauna e da flora. Isso levou os ambientalistas militantes do Movimento SOS Cocó a temerem tornar-se o bairro alvo da especulação imobiliária. Buscaram, então, uma estratégia de se contrapor ao projeto e encontraram maior respaldo quando o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.985, em 2000, pela qual foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). (BRASIL, 2000).

A resistência do Movimento SOS Cocó e de outras entidades, com apoio dos moradores do bairro, manifestou-se em atos como o de 1989, quando a Comunidade Alternativa Sabiaguaba parou a obra da ponte. Entre 1995/97, muito se discutiu sobre preservação de dunas e falésias. O então deputado federal João Alfredo apresentou projeto de lei neste sentido. Ambientalistas sentiam a necessidade de preservar as dunas da Sabiaguaba. Apesar disso, projeto da ponte foi finalizado, apontando sua localização na foz do rio, o que de fato se concretizou com sua inauguração em 2010.

Quando Luizianne Lins assumiu a prefeitura de Fortaleza, em 2005, o movimento ambiental da cidade apresentou-lhe uma série de sugestões para seu plano de governo. Entre estas, a da preservação das dunas de Sabiaguaba. A ideia amadureceu também motivada pelo desenrolar do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Fortaleza (Projeto Orla), no qual foram colocados os fundamentos para a criação da unidade de proteção integral (parque) e da unidade de uso sustentável - Área de Proteção Ambiental (APA), esta como área de amortecimento das agressões das atividades antrópicas em relação ao parque.



**Foto 39 – A Ameaça do “Progresso” Gera o Movimento de Preservação da Sabiaguaba**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Jeovah Meireles estava presente como convidado e relata uma reunião da prefeita com o secretariado municipal em que os secretários estavam divididos: “Um lado não tão orientado para a preservação; e outro disposto a apoiar a postura preservacionista originária desse grupo que elaborou a proposta de meio ambiente para a administração Luizianne”. Os contra propunham um projeto paisagístico para aquele bairro, via licitação.

Jeovah comenta, desolado:

Está nas cabeças das pessoas que em tudo deve haver este caráter urbanístico. Na Praia Mansa queriam um projeto urbanístico. Eu disse: ‘mas é muito frágil, deixa só para a pesquisa científica’. O certo é que a prefeita, após ouvir o debate [sobre a praia de Sabiaguaba], decidiu a favor das unidades de conservação (UC), até com uma política bastante clara: frear o crescimento da cidade para aquela direção.

Jeovah Meireles participou da equipe que elaborou o laudo ambiental de fundamentação da proposta de criação das unidades de conservação – uma exigência do Snuc – com uma consulta popular pública. “Em 2005, foram criadas as duas unidades de conservação e agora, em 1º de março de 2011, o Conselho Municipal de Meio Ambiente aprovou o Plano de Manejo e o Conselho Gestor das duas”, diz ele.

O Parque Natural das Dunas de Sabiaguaba, como Unidade de Proteção Integral,<sup>68</sup> preserva 465ha de dunas. A Área de Proteção Ambiental (APA)<sup>69</sup> abrange 1.009ha destinados a atividades que respeitem seu caráter de unidade de uso sustentável. Ali funcionam ecossistemas que amortecem o clima da cidade, servem para a pesquisa científica, estão abrigados 12 sítios arqueológicos e permanecerão garantidas as áreas de lazer para os fortalezenses.

O plano de manejo foi feito por professores do departamento de Geografia da UFC, pesquisadores com mestrado e doutorado que estudaram ou orientaram pesquisas ali realizadas, e participaram da discussão e construção dessa proposta ecológica. A reserva de uma área para a permacultura constitui algo inovador no plano.

A elaboração do plano constou de três etapas: o diagnóstico, a sistematização de um banco de dados e o zoneamento das duas UC. Da primeira, participaram mais de 20 técnicos que mapearam aspectos ecológicos, antropológicos e geológicos daquele setor da cidade. Conforme o Professor Meireles, com “ampla participação da comunidade, sob o princípio da equidade ambiental”.

Realizaram-se mais de 20 reuniões com rodas de conversa, informa Jeovah Meireles. Delas participaram também hortifruticultores como os da comunidade de Gereberaba. Resultado: um diagnóstico consistente. O estudo censitário revelou informações ambientais, de saneamento, escolaridade e emprego, dentre outros aspectos. Um trabalho de seis meses. Pouco tempo, reconhece o professor, enquanto ressalta, mais uma vez, que alguns professores ali retornavam, pois haviam trabalhado no bairro, quando de sua graduação ou na pós-graduação, portanto, dando continuidade a estudos da área.

Uma característica do processo foi a participação comunitária até em um seminário internacional com gestores de cidades europeias como Estocolmo, com atividades de campo. As informações levantadas foram sistematizadas em um banco de dados, alimentaram modelos, diagramas e documentos para os quais o esforço foi no sentido de se usar a linguagem a um só tempo com fundamento técnico-científico consistente e acessível à comunidade local.

O zoneamento do parque foi a última etapa da elaboração do Plano de Manejo. Jeovah Meireles relata:

Nesta fase, foi utilizado um método de trabalho validado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. A preocupação

---

68 O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, Art. 7o § 1º, da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2000).

69 A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Art. 15 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2011).

foi delimitar as áreas conforme suas peculiaridades, definir como o município conservará e manterá a biodiversidade naquele espaço e a qualidade da água; dar diretrizes quanto às atividades sustentáveis na APA, como a hortifruticultura sem agrotóxicos (ideia dos próprios hortifruticultores); propor políticas de educação ambiental, garantir o uso público das duas UCs; propor um centro de referência para pesquisadores e estudantes na APP; e recuperar as áreas degradadas, plantando nelas espécies originais.

A constituição do comitê gestor das unidades de conservação foi preparada sob os valores da equidade ambiental e passou por três etapas com a participação popular, segundo Meireles, visando a uma cidade com crescimento sustentável.

### ***Divergência na Academia, Unanimidade no Movimento***

O arquiteto e professor da UFC, José Sales, por seu turno, faz críticas ao plano de manejo, por

não levar em conta estradas previstas e já aprovadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); a extração de água em Sabiaguaba; os 22 loteamentos existentes e o fato de não estar prevista legislação municipal específica para as duas UCs.

Jeovah Meireles argumenta, entretanto, que a criação das unidades de conservação impõe a necessidade de as estradas serem revistas, à luz do plano de manejo:

Como as duas UCs estão no Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), as obras precisarão ser submetidas a novo rito, aos licenciamentos previstos nas normas. Sabemos que os licenciamentos são frágeis, com Eia-Rima cartoriais, dissociados dos ecossistemas e das comunidades. Pista de quatro faixas, de velocidade, pode haver proposta, mas será submetida ao comitê gestor. A extração de água está fora das unidades de conservação e os loteamentos serão submetidos aos índices previstos no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For), coerentes com o Plano de Manejo.

No plano de manejo se prevê a ZPA ou Zona de Proteção Ambiental, de proteção integral; no Plano Diretor Participativo está prevista a Área de Preservação Permanente ou APP, com índice zero; A ZIA ou Zona de Interesse Ambiental, no plano de manejo, corresponde à Área de Proteção Ambiental (APA), onde, de cada lote de no mínimo 300m<sup>2</sup>, só se pode ocupar 30% e, destes, 60% devem permanecer permeáveis. Estes índices foram instituídos após o diagnóstico elaborado para o laudo ambiental que deu fundamento à criação das duas UC. Portanto, são decisões consistentes, afirma o Professor Jeovah Meireles.

Conforme o plano de manejo, só árvores nativas poderão ser plantadas nas atividades de recuperação ambiental e, em toda a APA, as construções deverão ser leves. A comunidade terá participação nos loteamentos. “As unidades de conservação ampliam o controle social, pois contam com um poderoso instrumento de gestão”, afirma Meireles.

A administração da APA e do parque de Sabiaguaba estará a cargo do Comitê Gestor, que é uma comissão permanente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam). Sua alçada é deliberativa em relação à APA, e consultiva no que diz respeito ao parque. Na APP, ele ordena as atividades científicas, de lazer e de contemplação.

Assim está previsto que ocupações serão retiradas da APP. Na verdade, são poucos os moradores tradicionais, e um grupo de trabalho está em contato permanente com eles. Os moradores da comunidade de Gereberaba temiam ser retirados, mas vão continuar lá. As discussões para a elaboração do plano de manejo representaram embates com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscom) e contaram com a participação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do pessoal da área de arquitetura da Universidade Federal do Ceará.

As unidades de conservação estão localizadas em ponto privilegiado. De um lado da Sabiaguaba há o estuário do Cocó; do outro, o do Pacoti. Nas palavras do Professor Jeovah Meireles:

O plano de manejo oportuniza a formação de um corredor ecológico unindo os dois. Conforme os objetivos da criação do parque e da APA, e o estabelecido no plano de manejo, a área estará livre da ocupação voraz em geral decorrente da especulação imobiliária. Está previsto no plano de manejo que o comitê gestor poderá aprofundar estudos e até restringir mais os usos do parque e da área de proteção. Prevê também que a comunidade se aproprie do centro de referência. Os pontos criticados ao longo do processo foram contemplados naquele plano e o movimento social existente no bairro está constituindo um fórum ou rede, para agir com mais poder e de forma mais consistente.

Essas afirmações do professor Jeovah Meireles acerca da tentativa de organização dos moradores foram confirmadas pelos representantes das entidades na reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam), que aprovou o plano de manejo.

“A preservação das dunas da Sabiaguaba é fundamental para a qualidade de vida em Fortaleza”, garante a geógrafa Vanda Sales. “Vão ser preservados o aquífero, a morfologia, a vegetação e o campo de dunas”. Vanda se lembra de que grupos de lá fizeram algumas ações e, com o prefeito Juraci Magalhães na prefeitura, a ponte foi embargada. Poderia não ter sido construída, mas como houve sua conclusão, a professora considera que a preservação agora levada a efeito é uma contrapartida àquela construção. Dessa forma, interpreta ela, a preservação acaba sendo o resultado da mobilização do movimento ambiental de Fortaleza:

Em nossos protestos contra a ponte, a gente sempre lembrava que [com a sua construção] a Sabiaguaba iria desaparecer. Então, foi uma contrapartida [da Prefeitura] por liberar a ponte. É resultado da luta ambiental. Um saldo positivo do [Movimento] SOS Cocó.

Entre os grupos que participaram de manifestações contra a ponte, como as referidas por Vanda Sales, estão o Ecomuseu Natural do Mangue de Sabiaguaba (Asa do Ecomunam), a Associação de Surf da Abreulândia (Anda), e a Associação dos Moradores e Amigos de Sabiaguaba (Amas), informa Rusty de Castro Sá Barreto, diretor do Ecomunam e vice-presidente da Amas. Rusty chegou a Sabiaguaba e se instalou como barraqueiro. Ele fala como soube das áreas de proteção e de preservação:

O Ecomuseu funciona há 10 anos. Atuação decorrente da falta de ação governamental e não-governamental na área, onde não existia um trabalho de educação ambiental local, apesar do rio, do mangue e das dunas. Vim como barraqueiro. O museu faz trilhas, canoagem. A gente soube que a prefeita ia criar a área de proteção ambiental e, dentro dela, o parque. Para nós, surpresa boa e preocupante, porque há casas e barracas na APP, dunas e mangue. Passamos a orientar e esclarecer as pessoas que não sabiam o que é a APA e o parque – que, realmente, [não sabem] até hoje.

A entidade realiza rodas de conversa, pesquisas na Semam, pois não havia sistema de reuniões com equipamentos, fotos. Nas palavras de Rusty Barreto:

A própria prefeitura tinha poucas informações e ainda não começara o plano de manejo. O plano, a ser feito em cinco anos, foi realizado em cinco meses. Hoje [fevereiro de 2011] faz cinco anos do lançamento do plano de manejo. A APA precisa de sua população local. Queríamos convencer as pessoas de que elas não sairiam do bairro.

No sentido de mobilizar mais as pessoas, foi feito o resgate da Amas, que estava inativa. Eram duas entidades, agora são mais: três associações formais e outras informais que atuam como organizações sociais. As formais são a Amas, a Associação de Amigos da Sabiaguaba (Ames) e a Associação do Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba (Asa do Ecomunam), formada há pouco. Há também a Associação de Barraqueiros e a Associação de Surf da Abreulândia (Anda), em formação nesses dias. Estas estão se mobilizando, se formalizando por causa do plano de manejo – um dos resultados positivos do plano, afirma Rusty Barreto.

### ***O Papel das Entidades***

Rusty Barreto fala do papel da Amas na criação das unidades de conservação e no processo de formação do Conselho Gestor das mesmas:

O papel da Amas foi explicar o plano de manejo à comunidade. Fomos à Semam e à [Fundação] Cepema. A Amas trabalhou na mobilização. Não é fácil entender e participar. As pessoas ficavam de cabeça balançando e depois vinham perguntar: "O que foi que houve?" Ainda hoje paira dúvida. A alocação de pessoas... Ainda não foi definida. A gestão [refere-se à Prefeitura Municipal] dificulta até a execução do plano de manejo, pois talvez seja necessário diminuir o parque. A Semam voltou atrás dizendo que os TAC [Termos de Ajuste de Conduta] não valem. Outra ação: conscientização dos visitantes. A realidade daqui é antes da ponte e depois da ponte. O rio era uma barreira. Hoje não há mais barreira. Há um trabalho com escolas, professores e com todos os visitantes fizemos uma enquete sobre o que acham da APA e do parque, como deviam ser. A receptividade da população é positiva. Mas hoje as pessoas ainda não sabem o que são APA e parque. Mesmo quem participou das reuniões do plano de manejo ainda tem dúvidas. Mesmo após o ciclo de elaboração do plano. Antes, qualquer pessoa podia chegar e comprar.

O vice-presidente da Amas vê medo da comunidade em relação ao projeto das unidades de conservação, dado o pouco tempo de elaboração do plano de manejo, que não deu para aplicar outras dinâmicas, explicar que o plano não expulsaria as pessoas. Assim, ele cita aspectos que dificultaram a participação:

A forma como foi colocado, de cima para baixo, TAC arbitrário, assinado por medo, tanto que só barraqueiros e 12 famílias que moram no parque assinaram. Oficina de fotografias só crianças da escola participaram. Aqui tem esporte, pesca, comércio, agricultura, proprietários de imóveis [que] não participaram, dada a velocidade. Barracas [funcionam] toda a semana ou até no final de semana. Se fizer [reunião] no fim de semana, ninguém vai. [...] Chamaram com boca-a-boca e carro de som um dia antes, ou horas antes. Não usaram a própria comunidade para divulgar. Coloquei-me à disposição, mas não me responderam e convidei por conta própria. A população não tem costume de participar, não há essa tradição, e falta ação maior da Semam, o atuar mais e o atuar menos. [No lançamento da Agenda 21] Havia mais gente da Lagoa Redonda que da Sabiaguaba. Deviam ter fortalecido as associações que já são daqui; divulgar de modo mais comum, com som e panfleto, um calendário de reuniões. O lançamento foi feito na Abreulândia (Praia da Cofeco), durante um encontro de jovens em que não estavam pessoas do nosso bairro. Puxamos para a Barraca do Mamão, onde fizeram uma prévia e depois fizeram lá no Encontro da Juventude em que estavam instituições de todos os lugares, menos da Sabiaguaba. Daqui só foram eu e o Rozimar. Essa foi uma das formas erradas como trataram nossa comunidade no [na elaboração do] plano de manejo. Agora, vamos a uma reunião do Comam [Conselho Municipal de Meio Ambiente] e vamos exigir mais tempo para que a comunidade possa ler as 300 páginas do plano que não foi entregue a nós do bairro.

Para além de uma certa desorientação das entidades, revelada pelas palavras de Rusty Barreto, indago sobre que tipo de apoio as entidades receberam, o que ele demonstra desconhecer:

Apoio... [balança a cabeça em sinal de "não"]. Quem esteve aqui foi o Ar-

naldinho [Arnaldo Fernandes], do gabinete do vereador João Alfredo, trouxe amigos; reuniões da Frente Ecológica; advogado... Fomos em grupo à Defensoria Pública que nos apoiou. A vereadora Eliane Novaes [deu] acesso a documentos... E amigos ambientalistas [também ajudaram].

## ***Vantagens da Campanha***

Ao longo de sua entrevista, Rusty Barreto salienta o quanto tem sido positiva a campanha pela oficialização das duas unidades de conservação da Sabiaguaba e de seu plano de manejo, pois as pessoas e organizações estão entendendo a vantagem de trabalhar em conjunto; a valorização do bairro por seus moradores, o cuidado com a limpeza; a consciência da insegurança e o surgimento de reivindicações nesse sentido; esperança de melhorias, com o Comitê Gestor Integrado por pessoas da comunidade; a escola do bairro abriu as portas para a comunidade; pessoas participaram e continuam participando; procura da comunidade por órgãos como Secretarias de Turismo e da Cultura, cujo olhar se voltou mais para a Sabiaguaba; o entendimento de que outras áreas como a Abreulândia integram a APA da Sabiaguaba, do Cocó ao rio Pacoti.

“Entendemos que todas as dunas e manguezais são protegidos: [porque estão] o rio sem peixes, os mangues detonados, a poluição entrando. A ponte deu melhor acesso às pessoas, mas impede os peixes de subir o rio e eles faltam”, declara o diretor do Ecomuseu. Para ele, essa campanha trouxe lições importantes como só se conseguir as coisas com a política, que

os interesses prevalecem, acordos, política de poder, dificuldade pela especulação imobiliária. Muitas portas [instituições] fechadas, mas dentro destas, pessoas de coração aberto. O cargo impedindo a pessoa de [ajudar].

Para os moradores, a dificuldade do “pouco conhecimento político, de leis, de funcionamento dos órgãos públicos, dessa política do poder, partidária, que só vem aqui buscar votos. A feia que a gente conhece”. Como o bairro é cobiçado por uma elite endinheirada até do exterior – e ele é alguém que veio de fora – Rusty fala das carências do bairro e da convivência entre antigos e velhos moradores:

Sou contra a invasão por estrangeiros. Não temos uma praça, mesmo com o modelo mais natural. Só temos os postes, sem ajardinamento, com paralelepípedo. Entre velhos e novos moradores, [há] uma animosidade natural. A família original é quase toda a Sabiaguaba. Ciúme, o que é natural. Temos convivido de forma harmônica; o momento é político e é natural essa instabilidade. [...] Plantas e frutas como opaia de cachorro e murici, e que não se encontram mais no estado, foram retiradas para a construção da ponte. [Há] Ameaça de construção de resorts, [e isso] não é o turismo de base comunitária que a gente quer.

## ***Apanhados de Surpresa***

Outra entidade importante no bairro é a Associação dos Proprietários de Imóveis da Sabiaguaba (Apis), presidida pelo antigo morador e líder reconhecido, Rozimar Maurício de Souza, 59 anos, e que possui curso de permacultura feito na Universidade Estadual do Ceará, do que fala com orgulho. Segundo ele, os proprietários “só não querem perder suas terras. Estão sem reação contrária. Querem saber como e quanto [vão receber]”. Ele acrescenta que a população da Sabiaguaba é constituída de “ocupação de 1992 e nativos com avós e bisavós. Sou a favor das áreas da conservação. É possível manter e melhorar a Sabiaguaba. A população não quer saber” [de APA, de parque].

Assim ele relata a criação das duas unidades de conservação:

Ninguém sabia. Fomos pegos de surpresa. Quando menos se espera, a prefeita chega e assina os atos criando as duas áreas de proteção. Depois veio a adequação dos moradores às duas unidades de conservação. Havia ameaça de retirar os barraqueiros. Todos queremos permanecer, principalmente os nativos. [Falaram que vão] Retirar invasores e nativos do parque. 15 famílias. É possível diminuir o parque para deixar as famílias lá. Ocupam meio hectare. Estas não querem sair. Querem um projeto para viverem.

A partir da assinatura dos decretos, Rozimar Souza acompanhou o processo de elaboração do plano de manejo e viu algumas dificuldades na organização e legalização das entidades. “Muitas foram criadas e regularizadas”, ele diz, porém ele próprio não participou da mobilização das pessoas nesse processo: “Segunda e terça estou em Pacoti. Como mobilizar? Som. Eles prometem, mas não tem som. Não tenho dificuldade. Se eu chamar, as pessoas vão. As últimas reuniões – não mobilizei, não”. Ele diz ter “dificuldade de tempo. Não é tempo remunerado, não. De tudo faço um pouco. Esse é o Rozimar. Faço permacultura focada no agricultor”.

Rozimar é observador da cena do bairro e vai tirando suas conclusões: “Quem chama [para as reuniões] não tem bom conceito na comunidade”. Sobre as pessoas dos órgãos públicos ele diz que “as secretárias têm dificuldade de se comunicar comigo”. Ele afirma, porém, ainda ser cedo para tirar lições: “Ainda vou tirar lições. Quando o livro for mais aberto, vou aprender. O povo precisa se preparar para viver na nova Sabiaguaba”.

Homem de conversa agradável, Rozimar Souza vai falando com imagens do mundo do mar:

Somos piaba e temos medo de ser comido pelo tubarão. [Medo de que] Entidades de fora fiquem poderosas e a população da Sabiaguaba perder. Há um pé atrás porque as coisas não são ditas com clareza. A população daqui teme perder espaço. A população que vive na Sabiaguaba é dependente da barraca

[para] melhor padrão de vida. Quem vivia da pesca evoluiu para a barraca e não foi formado para outra atividade. Ninguém quer regredir. A população não quer regredir. Se tirar o barraqueiro, os filhos vão se tornar marginais.

Quando lhe pergunto sobre o Termo de Ajuste de Conduta referido por Rusty Barreto, ele é taxativo: "Não conheço quem assinou esse TAC". Como se aproximava o dia da reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam) para aprovar o plano de manejo, ele foi instado a falar do documento: "Plano de manejo de 300 páginas não há como eu ler isso. Na próxima reunião, 9 de fevereiro [de 2011], vamos pedir um tempo para estudar o plano de manejo".

Pergunto, então, se nessa relação das entidades entre si, com a prefeitura e com os proprietários de terras há conflito? "Claramente, não; mas por trás dos panos, sim", ele afirma.

### ***Plano de Manejo***

Luciana Campos, permacultora, foi uma espécie de coordenadora informal da comissão de técnicos que elaboraram o plano de manejo de Sabiaguaba. Era uma equipe de uns 20 especialistas de várias áreas: geógrafos, permacultor, arqueóloga, advogado, historiador, economista, geólogo, biólogo, todos trabalhando com a ajuda da comunidade. Ex-participante da Associação dos Amigos de Sabiaguaba (Ames), ela integra agora a ONG Maloca Sustentável. A seguir, seu relato da forma de atuar da equipe técnica, com as dificuldades, os avanços registrados e com suas avaliações:

A Unidade de Conservação foi criada em 2005. De uma forma ou de outra, a prefeitura trabalhou ali no bairro, nesse período. Houve o plano piloto da Agenda 21 da Sabiaguaba e foi publicado um livro com a pesquisa feita. Em 2010, foi elaborado o plano de manejo. Conforme o Snuc, deve ser feito forma participativa, portanto, incluindo a comunidade.

Sobre a equipe, Luciana Campos constata que

a maioria dos membros da equipe tinha trabalhado na Sabiaguaba, fazendo algum tipo de pesquisa, na graduação e/ou na pós-graduação. Quando nós pensamos na metodologia, já sabíamos de alguns eixos a serem abordados, como: econômico, em que escutamos os horticultores, os barraqueiros; o pessoal da cultura, jovens, a escola, comunidades que fazem parte da grande Sabiaguaba, mas que são fechadas, como Gereberaba e Abreulândia. A gente montou círculos de cultura, rodas de conversa, baseados em [no método de] Paulo Freire, em que colocávamos palavras geradoras e íamos discutindo. Foram feitas cerca de 30 reuniões do tipo roda de conversa e nós conseguimos

elaborar a demanda da comunidade e as demandas dos moradores coincidiu, em muito, com as posições dos pesquisadores, porque, num determinado momento, o pesquisador que estava do lado da academia e a população se uniram e se encontraram.

Luciana aponta várias causas para a desmobilização dos moradores de Sabiaguaba:

O que deixa a desejar na Sabiaguaba é que não existe – diferente, por exemplo, da Abreulândia, onde existe uma associação montada – uma liderança reconhecida pela comunidade, você chega para qualquer pessoa e pergunta “quem é da associação?”, e todos indicam a fulana de tal. Isso não existe na Sabiaguaba. Os interesses aqui são difusos e são, muitas vezes, particulares. O cara quer isso por causa do interesse que ele toca. Barraqueiros não querem saber do que interessa aos horticultores. Falta um sentimento de unidade.

Eu acho que, por eles terem vivido em uma cúpula [redoma], eles não se uniam. Só os vi reunidos no meio da rua, discutindo um problema comum, quando surgiram muitos furtos no bairro. Então decidiram comprar apitos e, quando desconfiassem de algo, todos apitariam e, assim, afugentariam os agressores. Fiz uma pesquisa sobre a percepção ambiental dos moradores da Sabiaguaba, na minha graduação. Embora eles percebam que o lugar é bonito, maravilhoso, que eles eram privilegiados, não havia aquela consciência de que eles deveriam se mobilizar para preservar aquele lugar. A lógica desenvolvimentista era o que imperava. Lucas, barraqueiro a 40 anos, começou ajudando o pai, aos 20 anos de idade. Ano passado, no 7 de setembro, pela primeira vez ele teve lucro, pagou todas as contas e colocou R\$ 500,00 no bolso. Como dizer para esse homem que a ponte não é boa? Qual o argumento que eu tenho? Não é a comunidade da Sabiaguaba que não tem a percepção da preservação, mas nós, humanidade mesmo, porque quando vem a lógica do dinheiro, do mercado, o paradigma dominante... Lá em Sabiaguaba é apenas uma expressão disso. Como o Código Florestal, essa loucura do Aldo Rebelo, é apenas uma expressão. Eles [da Sabiaguaba] têm a exata noção de que vai prejudicar o mangue, de que vão aumentar os assaltos, de que vão chegar as mazelas da cidade, o asfalto, a droga, a prostituição..., mas que o fluxo maior de pessoas vai trazer um benefício para eles em termos de mais ganho, etc.

Como forma de sensibilizar as pessoas para a participação popular nas rodas de conversa, a equipe partiu das lideranças, pessoas-chave com poder de mobilização. Luciana Campos relata:

Contei com eles nessa mobilização; deixei papeizinhos [panfletos] nas escolas para remessa nas agendas das crianças, contratamos serviço de som. Há dois aspectos: não houve participação massiva da comunidade [da Sabiaguaba], por falta de um histórico de participação; e a comunidade não se sente representada por várias lideranças e isso nós percebemos ao longo do processo. Rozimar, por exemplo, é pessoa controversa. No começo [em dado momento

de sua vida], ele cercava e vendia terreno. Muito inteligente, é também muito bem articulado.<sup>70</sup>

Nem todas as entidades gozam de credibilidade e isso foi ficando a cada dia mais claro, ao longo da presente pesquisa. Houve liderança que se esquivou de falar. José Albano, morador antigo, em seu depoimento sugeriu que pessoas que se apresentavam como lideranças não seriam confiáveis e manteve discrição, sem adiantar detalhes. Neste aspecto, Luciana Campos foi mais explícita, ao afirmar que pessoas formaram associações com a finalidade de participar do processo e vê neste fato uma causa de desmobilização:

Quando se falou do Conselho Gestor, na elaboração do plano de manejo, pessoas do bairro formaram associação, para participar do Conselho Gestor. Da Sabiaguaba mesmo, influenciaram as pessoas que sempre participaram – não ocorreu uma participação em massa. Esteve mais presente, com acréscimo qualitativo no debate, o pessoal da Abreulândia e da Gereberaba, que tem uma liderança muito forte. Um exemplo que fala da falta de credibilidade de certas lideranças: determinada entidade ganhou Ponto de Cultura, recebeu R\$ 10.000,00 para implantar, nada fez, fecharam a associação e agora já existe outra. Em uma situação dessas, o morador vai para uma reunião, chamado por essa associação?<sup>71</sup>

O processo de mobilização dos moradores de Sabiaguaba pela equipe da prefeitura transcorreu com alguma dificuldade. Luciana relata que convidou as pessoas para um encontro com os horticultores um mês antes, 20 dias antes, 10 dias antes, cinco dias antes. No dia, foram quatro ou cinco, de 40. “Isso revela a desmobilização das pessoas naquele bairro. Professores e técnicos ficaram lá, debaixo da árvore, esperando”.

No seu entender, há para isso uma explicação:

Sabiaguaba sempre ficou isolada, esquecida. Agora, com esta divisão da cidade em regiões, o bairro ficou sob a jurisdição da Secretaria Executiva Regional VI, a maior e a mais capenga de todas, e ficou isolado por sua situação geográfica.

---

70 Ela não mencionou, mas é de se supor que o fato de Rozimar Maurício de Souza presidir a associação de proprietários de imóveis dificulte sua liderança entre uns moradores, porém a reforce perante outros, já que, na vida de bairro, ainda bem marcada por vínculos de vizinhança, presidir aquela entidade tanto pode passar a imagem de “feitor”, a inspirar desconfiança, como afirmar sua liderança na condição de pessoa influente entre “os grandes”. Essa hipótese foge dos propósitos deste estudo, razão por que não foi pesquisada.

71 Ponto de Cultura é a ação principal do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural. O Ponto de Cultura não é uma criação de projetos, mas a potencialização de iniciativas culturais já existentes. Em alguns pode ser a adequação do espaço físico, em outros, a compra de equipamentos ou, como a maioria, a realização de cursos, oficinas culturais e produção contínua de linguagens artísticas (música, dança, teatro, cinema, capoeira, entre outras). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/06/28/edital-de-selecao-para-pontos-de-cultura-do-municipio-de-governador-valadares-mg/>>.

fica: sem ônibus, sem posto de saúde que fica a 14km, na Lagoa Redonda; a escola [EEF Eduardo Campos] tem dois anos e antes só havia uma creche nas imediações da Indaiá [empresa que extrai água].

Até o dia da entrevista, ainda não fora criado o Comitê Gestor das duas unidades de conservação, mas foi institucionalizado ainda em 2011. Pelo acertado na reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente que aprovou o plano de manejo, o Comitê Gestor será paritário, com 20 entidades, 10 oficiais e 10 populares. Para Luciana Campos, “o Conselho Gestor ainda não ter sido criado, isso é absurdo e pode ser questionado juridicamente, alegando que tal plano está sem aprovação pelo referido conselho”<sup>72</sup>.

### ***O Sugimento da Ames***

Luciana relata como se formou a entidade:

A Associação dos Amigos de Sabiaguaba (Ames) surgiu em 2003, quando estourou a notícia de construção da ponte sobre a foz do rio Cocó. Estudantes de doutorado, cineasta, formadores de opinião, alguns residentes no bairro, tiveram a ideia de fazer a associação. Falaram com Jeovah Meireles, com o Instituto Terramar para entrar no Fórum da Zona Costeira. Criamos o Movimento Salve Sabiaguaba com duas linhas de atuação: reunião com a comunidade, discutindo os problemas deles; e ter uma atuação mais política para conversa com autoridades como o secretário Pedro Ivo (Meio Ambiente), na época, e com a prefeita Luizianne. Fizemos abaixo-assinado com 5.000 assinaturas, pedindo a criação das unidades de conservação. Fizemos oficinas de educação ambiental, caminhadas, a Semana Salve Sabiaguaba que terminou com um “Campeonato de Sand Board”, pois queríamos dar visibilidade mesmo, uma catação de lixo e um abraço à duna. Para fazer referência aos achados arqueológicos, os índios Tapeba vieram fazer um Toré ao redor da fogueira, à noite; houve distribuição de mudas e apresentação da banda de música da Sabiaguaba. A entidade atuou em articulação com o SOS Cocó, houve contato com Marília Brandão, por ser uma referência, com o Fórum da Zona Costeira e a entidade chegou a participar desse fórum.

Para Luciana Campos,

aconteceu nessa experiência [da Sabiaguaba] uma sintonia de opinião entre o poder público e o movimento, e eu, apesar de minhas ressalvas à adminis-

---

72 Conforme o Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei no 9.985, de 18.07.2000, em seu artigo 17, § 2º, a representação da sociedade civil deve contemplar a comunidade científica e organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região, e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica. (BRASIL, 2002).

tração de Luizianne, devo admitir que ela foi muito corajosa, por enfrentar os poderosos da indústria imobiliária. Depois da criação das UC, houve um esfriamento e a Sabiaguaba ficou esquecida por mais de dois anos.

As lições que poderão ser tiradas dessa experiência são muitas, segundo Luciana Campos, mas estão a depender do que se faça daqui em diante, na implementação do plano de manejo, com articulações entre as pessoas do bairro, o poder público e as entidades da sociedade civil:

Sabiaguaba pode ser lição para o mundo todo. Pelo lado econômico, com barracas simples, bioconstruídas e adotando um sistema sanitário ecológico, que poderá servir não só para as barracas, mas para todo o bairro; com um sistema econômico sem atravessador; a gente pode criar ali na Sabiaguaba e levar as experiências para o mundo; o que falta é visão; tudo ali pode ser adequado a um modelo ecológico, bastando para isso serem mobilizadas as forças, vontade política e visão. Estamos trazendo para a Sabiaguaba o Transition Town, movimento Cidades em Transição. A Maloca Sustentável, ong da qual faço parte atualmente, participou de um evento em S. Paulo sobre esse movimento e, depois, realizou treinamento dia 15 de maio envolvendo várias forças sociais da Sabiaguaba e de outros bairros, como o Cura do Planeta, para a instalação de “quintais produtivos” e de outras iniciativas na linha da convivência amigável com o ambiente. Esperamos daí saírem pessoas mais envolvidas.

## **7.14 Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca**

Uma passeata pela preservação das lagoas, em 1982, marca o início do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca, do bairro Cidade 2000. Este juntou expressões artísticas, ecológicas e étnicas, além da luta contra os despejos, com o apoio do Centro Acadêmico de Direito, da UFC. Mobilizou aquele bairro liderado por Fabiane Cunha, hoje com 70 anos, perseguido político que passara oito anos e nove meses na prisão, na ditadura iniciada em 1964. Segundo ele, a questão ambiental já preocupava as pessoas, mas a maioria a considerava coisa de burguês.

O nome dessa mobilização deriva de uma história de juventude dos anos 1960. Os universitários se preparavam para a luta armada. Fabiane Cunha matara pássaros durante um treinamento na praia e estava depenando-os. Eliane, estudante de Arquitetura, interpela-o em tom de recriminação. “E esses pássaros...?” Ele prometeu, então: “Quando passar essa zorra, eu lhe garanto que vou lutar para preservar essas aves”. Ao que ela perguntou: “Isso passa?” “Vai passar, é um tsunâmi”, respondeu ele. Ficou em Fabiane a semente da preservação da natureza, dos animais – o que não impede que ainda hoje ele tenha em casa algumas aves engaioladas...

Aquele movimento teve forte ligação com a universidade. Saindo da prisão, Fabiane retornara ao curso de Direito da UFC para cujo centro acadêmico foi eleito presidente. Uma das atividades do movimento estudantil em seu mandato foi o 1º

Seminário de Direito Agrário, Ecológico e Regime Jurídico do Uso do Solo Urbano, com a assessoria do Professor Roberto Martins Rodrigues. Fabiane Cunha esclarece que naquela faculdade não se estudava direito urbanístico, que só era abordado no curso de arquitetura.

Onde se ergue o bairro Cidade 2000 era território de reprodução da Sabiá Branca, nos pés de Mata Fome, uma planta característica da região. Daí o nome Sabiaguaba para a praia próxima, que significa corredor das sabiás. Como em toda a orla, ali havia uma série de lagoas, restando as do Papicu e Gengibre, como atestado de vitória parcial da luta pela preservação delas. Ao redor daquelas lagoas se estabeleceram famílias vindas do interior, vez por outra expulsas pelos que se diziam donos das terras. Em um desses despejos, em 1979, o garoto Paulo Sérgio Balbino foi soterrado junto com uns patos.

As famílias expulsas queriam retornar para seus antigos locais de moradia e foi fundamental a participação delas no piquenique ecológico, em 1983. Do evento participaram associações de outros bairros e Maria Luiza Fontenele, então deputada estadual, de quem partiu a sugestão de um abaixo-assinado para solicitar solução para as enchentes no bairro, em decorrência de a Av. Santos Dumont ter aterrado a lagoa do Jacaré e interrompido o fluxo das águas da lagoa do Gengibre e do Papicu para o riacho Maceió e para o mar. As deputadas Maria Luiza e Maria Dias levaram a reivindicação para Brasília, onde conseguiram os recursos necessários, e Barros Pinho realizou a drenagem da Cidade 2000, em seu mandato-tampão como prefeito de Fortaleza.



**Foto 40 – Lagoa do Papicu**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Após o piquenique ecológico, Fabiane Cunha organizou com os populares a ocupação dos terrenos de dunas. Combinaram para a quarta-feira da Semana Santa, período que, por si só, chamava para a não violência, porém os antigos moradores começaram a ocupar já na noite da segunda-feira. Enquanto comemoravam tomando vinho, foram surpreendidos por capangas contratados pelos proprietários. A surpresa não foi maior porque o ataque era previsível e os ocupantes se preveniram estabelecendo as rotas de fuga que eles bem conheciam e “aramando” o terreno. Aramar consistia em colocar arame farpado de uma árvore para outra, um arame na altura do peito e outro correspondendo ao rosto. Fabiane relata:

Um dos homens contava a história de um guaxinin, quando os capangas chegaram e gritaram: “Quem correr morre!” Então eu pensei: “se quem correr morre, que dirá quem fica...” [Sorri]. Um homem atirou em mim e a arma bateu catolé. Ameacei chamar a polícia, fazendo gesto de uma arma. [repete o gesto: os dedos indicador e maior de todos apontando, a imitar cano de revólver, e os demais contraídos]. Corri. Ouvi tiros. Fui à delegacia e relatei o ocorrido ao comissário Pacheco que mandou para o local quatro viaturas e uma ambulância. Houve o processo de reintegração de posse. A família Diogo disse não querer perseguir, mas fazer um entendimento [afirmou o representante da família nas negociações].

### ***Obstruções e Saídas***

As pessoas da ocupação eram todas da construção civil. Com Fabiane Cunha, criaram a Associação dos Moradores da Comunidade do Gengibre, Papicu, Cocó e Caça e Pesca. Nos embates seguintes, foi assassinado Manoel Custódio, segunda pessoa do Partido Comunista aqui no Ceará. Fabiane concluiu que a saída seria juntar as questões de moradia, meio ambiente e cultura e passou a elaborar projetos com o intuito de mobilizar. Aproveitou o dia 15 de agosto, quando havia a festa de Iemanjá, manteve a manifestação dos tambores, incentivou o maracatu.

Fabiane descobriu a Preta de Exu, mulher que se manifestou líder nata nas barracas de lona após o despejo, e que viria a se casar com um índio Guaí. Relata Fabiane Cunha:

Ela trouxe o povo dela de Exu [Pernambuco]: pretas bonitas e homens fortes. Foram fortalecidos o maracatu e os dançadores de forró de gafeira – forró não era moda como agora – e o pessoal tinha uma arte de dançar incrível. Futebol também era forte tradição, tambores, festa de caboclos e umbanda. Margarida era mãe-de-santo. Havia o Gongá, no centro comunitário, festa de S. Benedito com procissão do andor com um menino preto em cima e os homens carregando. Às vezes desciam para a Cidade 2.000 e o povo aplaudia. [Fabiane cantou uma música daquele ritual, mas desiste, por não se lembrar de toda a letra]. No fim do ritual, o menino abençoava o povo. Ao crescer, era substituído por outra criança. O Maracatu Nação Gengibre até trouxe troféus [de concursos realizados no Centro], mas os apoios eram pífios, como até hoje. Foi tudo esfacelado, dá no que dá. [Refere-se à violência atual, combatida com polícia armada, equipada até com helicópteros]. Incentivamos o xadrez, de modo que

uma menina nossa ganhou [campeonato de] xadrez no Náutico [Atlético Cearense]. Cobram o retorno do maracatu. Por um tempo, continuamos só com o maracatu das crianças, eles mantendo o adulto de negros e índios.

Fabiane domina a língua Tupi e criou uma Escola Tupi-Guarani. Andando com ele no bairro, uma ex-aluna falou com ele em tupi e ele traduziu para mim aquelas expressões de cumprimento. Segundo ele, há no português oficial 10.000 verbetes de origem tupi. O professor garante:

Encontrei a didática. Meninos e meninas falavam tupi na pescaria: acará é peixe com escama; pirarucu é vermelho sem escama; acará peba é o cará chato; acará picu, peixe comprido; maracatu, maracá bonito, dança de origem indígena, nada de negro.

Mantido o contato com a população, via manifestações culturais, Fabiane sentia necessidade de estabelecer pontes com a administração oficial. A Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (Aumef) tinha interesse na preservação das lagoas e apoiava as ações de Fabiane Cunha e da associação neste sentido. Foram importantes apoios que a entidade recebeu de parlamentares como Maria Luiza Fontenele e Maria Dias, de gestores como Acúrcio, no órgão cultural da prefeitura, e Humberto Cunha, no Estado, e do Centro Acadêmico 12 de Maio, da Faculdade de Direito (UFC), que dava suporte a tudo.



**Foto 41 – Lagoa do Gengibre**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Fabiane destaca como fato importante a visita de Luís Carlos Prestes, que se encontrou com mestre Nazário no centro comunitário e elogiou muito a experiência vivenciada ali, com mutirões de limpeza da lagoa, cozinha para todos com panelões de carneiro ou bode com arroz. Cunha considera que a cultura popular que valoriza o mutirão, o repartir, ajudou muito nessa aliança com a Aumef e a preservar a lagoa do Gengibre.

Os costumes relacionados ao cuidado com a natureza eram preservados naquela experiência coletiva. Quando as pessoas chegavam na comunidade e os meninos não deixavam matar a sabiá, nesta atitude Fabiane Cunha via o maior êxito. Conta entre as vitórias o fato de que “nós evoluímos”, com a criação do centro comunitário e da Escola Paulo Sérgio Balbino na ocupação<sup>73</sup>. O movimento solicitou ao governador a formalização do estabelecimento como escola indígena e comunitária, mas a solução dada foi levar as crianças para as escolas públicas do bairro. Ex-professor de cursinho de preparação para o vestibular de nossas universidades, Fabiane Cunha informa que, mais tarde, a faculdade Fanor selecionou adolescentes e jovens egressos da escola da ocupação para cursos de informática, quando se mostraram bem preparados.

A essas alturas de seu relato, Fabiane comenta as derrotas dos que, como ele, lutaram no Araguaia e em outros pontos do Brasil, foram anistiados ou morreram desassistidos. Cita o metalúrgico José Ferreira Lima, que com ele passou oito anos na prisão. “Foram 14 presos comigo. Todos morreram à míngua. Nunca precisei de assistência médica. Recebi [a indenização], fiz minhas caridades, fiquei liso, falo francês [sorri, zombeteiro]. Aos outros, deixaram à míngua”.

Fabiane Cunha abandona as perguntas que faço e tece comentários sobre o que o incomoda: omissão do poder público com valores, mas presença com violência. “Pelas mães se chega aos meninos, mas o governo manda helicóptero [da polícia]”. O líder condena a sociedade de hedonismo e ostentação frente aos pobres. “Onde tem uma comunidade, botam um motel. A desorganização do povo gera violência”, ele diz, e relata o assassinato de uma senhora por pessoas carentes, em frente a um motel do bairro localizado a uma quadra de umas habitações irregulares, fato ainda sem o devido esclarecimento.

Fabiane Cunha considera que há, nos meios populares, o poder de se articular e preservar o que é de todos. Já a política do Estado mínimo adotada pelo poder destrói a memória. “O esforço para preservar é da coletividade”:

O Estado mínimo fechou a Aumef e seu acervo está se perdendo no Cambéba. [A muito custo] o folclore é mantido, pois o poder burocratiza. Para ajudar, exigiram eu escrever e participar de um concurso de monografias... No tempo do [governador do Estado] Adauto [Bezerra], havia um decreto ou lei dizendo: todos devem preservar os recursos hídricos. Não gosto de militar, mas ele estava certo. Hoje [esse princípio] é constitucional.

---

73 No nome da escola, a homenagem ao garoto morto no despejo de 1979.

## 7.15 Movimento pelo Parque Guararapes

Moradores do bairro Parque Guararapes, próximo à Câmara Municipal de Fortaleza, ao Centro de Convenções e ao Fórum Clóvis Beviláqua, reivindicam, desde 1990, a proteção efetiva e a destinação da área verde do bairro só para uso público. Os 4,7 hectares de terreno constituem a área verde oficial do loteamento Grande Aldeota, inaugurado em 1977. Inicialmente denominada Parque Presidente Geisel, depois seu nome oficial, escolhido em votação pelos moradores, passou a ser Parque Guararapes, o mesmo nome do bairro. Entretanto, para uns moradores o bairro é Cocó; para outros, Edson Queiroz; e a Câmara Municipal o oficializou como Patriolino Ribeiro, por proposta do vereador Vítor Valim.

Esse movimento se originou na gestão de Juraci Magalhães, em 1999, quando surgiu a proposta de construção da sede da Câmara Municipal de Fortaleza dentro do bosque. Um grupo pequeno de moradores se mobilizou e foi à Dra. Socorro França, então chefe do Ministério Público Estadual. Levado o caso à Justiça, o juiz deu ganho de causa à população representada pela Associação dos Moradores Amigos do Bosque (Amab), cujo presidente é Ronaldo Ferreira Pessoa. São 45 condomínios no entorno do parque apoiando o movimento. Cada um disposto a pagar R\$ 10,00 por apartamento para a manutenção do parque, com teto limitado a R\$ 200,00 por prédio. Já os sócios da entidade são 15 pessoas, das quais três ou quatro “carregam o piano”, dizem em tom de lamento Ronaldo e sua mulher Maria Helena Lage Pessoa. A imagem surge do gosto musical dos dois, posto ele ser um empresário guitarrista e ela, uma arquiteta dedicada ao piano.

A associação recorreu à Prefeitura de Fortaleza, à Câmara Municipal, a deputados estaduais e federais e a senadores, para preservar aquele terreno como área verde. O confronto no início foi com a Câmara Municipal e com a Prefeitura de Fortaleza. Houve maus-tratos, chá de cadeira, desprezo do ouvidor da Câmara, que não comparecia a audiências, e a intransigência do presidente José Maria Couto. Sentiram-se desrespeitados em várias ocasiões, mas venceram argumentando com a utilidade e a importância da área rica em pássaros e plantas, e onde até um lago existe.

Os moradores fizeram reuniões de condomínios, manifestações públicas, eventos e mantiveram o diálogo com as autoridades. Evento importante foi o Abraço no Parque, em 2009, quando participaram 700 pessoas e houve até sobrevoo de um helicóptero e filmagem da área. Foi grande a cobertura da mídia, as redes de TV tomando imagens aéreas. Um membro da entidade é enfronhado na administração municipal e trabalha em grande empresa de limpeza, de modo que isso facilitou e ainda facilita certas medidas de cuidado para com o parque. O Grupo C. Rolim plantou 1.500 mudas. Carro de som, panfletos e reuniões nos condomínios são os meios utilizados para facilitar a mobilização.

## **Barreiras e Contradições**

O trabalho de mobilização é difícil e os líderes se queixam de que as pessoas, de um modo geral, não exercem a sua cidadania. Diz Maria Helena:

As pessoas não se engajam, por um sentimento de que, por terem recursos, serem classe média alta, não precisam das outras, o que não ocorre entre os pobres que lançam mão da ajuda mútua, para sobreviverem. O que é um engano, porque de nada adianta se fechar. As pessoas estão vivendo em seus castelos, em Fortaleza. Fortaleza está uma cidade medieval, nós voltamos à Idade Média, quando havia segurança nos castelos e o restante da população estava à mercê dos assaltantes.

Instalou-se no bairro um grande *buffet* cuja atividade incomoda os moradores dos condomínios com o barulho até tarde da noite. Fizemos negociações e, na hora de fechar o pacto, só compareceram três pessoas da associação, dizem juntos Ronaldo e Maria Helena. Para Ronaldo, a falta de exercício ativo da cidadania decorre de um dado cultural. Não sentem que têm esse direito. Maria Helena observa algo diferente. A omissão seria uma estratégia de acobertar comportamentos: "As pessoas não desejam expor contradições... Quem polui o ambiente ou desmata áreas em outros bairros não quer aparecer como defensor do ambiente em seu próprio bairro".

Permanece a dificuldade de acesso às autoridades, apesar do conhecimento pessoal com o secretário e com um senador que mora no bairro. Na verdade, as lideranças evitam falar em superação: "É um mix de grandes fracassos e pequenas vitórias", por ainda não terem conseguido a realização do projeto, é a opinião de Ronaldo. A rigor, as dificuldades ainda não foram superadas. Assim, os participantes mais ativos partem para a conquista da adesão dos demais moradores, via conversas com os amigos e conhecidos, convites para reuniões e eventos, carro de som convocando no bairro, os debates nas reuniões nos eventos, avisos nas missas e mantendo um *blog* na internet.

As mobilizações conseguiram repercussão junto à sociedade e ao poder público. A legitimação é resultado da associação. Assim, foram envolvidos vereadores, deputados e um senador. Um dos argumentos das lideranças é que a associação tem como manter o parque, uma vez que o poder público faça a infraestrutura.

A adequação do parque para uso pelo público é apoiada por associações de bairro e pela paróquia, o que facilita. Ajuda, também, o fato de o bairro ter população de elevado poder aquisitivo e muitas pessoas ainda manterem relações de amizade e conhecimento pessoal umas com as outras, o que gera uma solidariedade, ainda que fluida. Por seu turno, a imprensa está sensível ao tema, a ponto de 12 emissoras de televisão terem coberto o evento Abraço ao Parque. Câmara dos Vereadores, Assembleia Legislativa e Prefeitura Municipal de Fortaleza ficam só na promessa, dizem as lideranças.

Os moradores falam que já há vitória do movimento. “O mais importante é manter a área verde. Se ficar assim já está bom”, afirma Ronaldo. Maria Helena destaca a visibilidade que o parque passou a ter como resultado da campanha, de modo que agora é conhecido por parte da população, pelos vereadores, pelas autoridades do Estado e do município. O espaço de diálogo junto às autoridades é ponto importante. Pela prefeitura, a Amab conseguiu o projeto urbanístico que custou R\$ 30.000, já pagos. O projeto está conforme a legislação, prevê utilização de material adequado e já foi atualizado mais de 10 vezes. Em 2010 seria a sua realização, mas com a mudança do secretariado estadual o projeto ficou parado.

Do governo do Estado há a promessa de verba, orçada entre R\$ 2,5 milhões e R\$ 3,0 milhões; o senador José Pimentel (PT) conseguiu mais R\$ 1,5 milhão via Orçamento da União. A SER II comprometeu-se a fornecer a segurança, a iluminação e a instalação hidráulica para a aguação das plantas. Outra vitória foi a Câmara Municipal ter oficializado o nome do parque, conforme o desejo das pessoas manifesto na votação, porém algum tempo depois a mesma câmara trocou o nome do bairro, por iniciativa do vereador Vítor Valim (FORTALEZA, 2010), apesar de Patriolino Ribeiro já denominar ruas e praças na cidade.

O que mais desejam os membros da entidade é velocidade na execução do projeto. Há um desalento por viverem “mendigando reunião” em órgãos públicos. Durante o “Abraço ao Parque”, em 2009, foi grande a euforia. Em entrevista à televisão, pessoas disseram que se jogariam na frente das máquinas, se o poder público quisesse construir algo na área verde. Estavam presentes representantes do Exército e de várias associações. “No final da manifestação, dissemos uns para os outros ‘agora, vai’. Que nada! Depois, marasmo”, diz Ronaldo. “Entrou 2010, veio a desculpa de que em ano político [de eleição] não pode fazer nada. Foi um ano perdido”.

Para a Amab, fica a lição de que o apoio só vem de um pequeno número “na hora do pega-pra-capar”. No auge, todos se mobilizam. “Eu vou até o fim”, assegura Ronaldo. Maria Helena acha que

é preciso umas 20 gerações para as pessoas serem cidadãos. Também o poder público não é cidadão. Como é que autoriza um prédio de apartamentos onde não há esgoto, vai impermeabilizar o solo e contaminar o lençol freático? Então, acho difícil a mudança no curto prazo. Só daqui a umas 20 gerações.

O que querem os defensores do Parque Guararapes é algo simples: uma calçada ao redor e uma pista de caminhada, a retirada dos excessos de folha, garantir que a área não se torne local para a deposição de lixo. O governador Cid prometeu colocar cercas de ferro, semelhantes às do Parque Cocó, mas Maria Helena discorda. Acha que o aspecto natural será conservado sem aquelas barreiras.

## **Outras Informações**

O casal fala das apreensões em torno do futuro do parque. Quando prefeito, Lúcio Alcântara autorizou a instalação da sede do Automóvel Clube na área verde. Juraci Magalhães já ia derrubar as árvores para construir a sede da Câmara dos Vereadores. Diz Ronaldo, em tom indignado:

Ia ser construída à revelia. Sem consulta à população. É assim que acontece aqui. [Ao instalar o conjunto], o proprietário do terreno teve de ceder a área verde do Loteamento Grande Aldeota para a prefeitura por obrigação legal. [Agora] vivemos num eterno medo, num eterno estresse. Daí eu querer concretizar o projeto o quanto antes. É uma questão de honra.

Maria Helena acrescenta que, como a área antes existente atrás do Fórum Clóvis Beviláqua foi negociada e agora lá existe um edifício, da mesma forma podem querer fazer com a do Parque Guararapes. Daí a apreensão: "As áreas verdes podem ser negociadas pelo poder público. O interessado em um empreendimento promete uma área verde lá no 'Conjunto Esperança 3' e ocupa uma aqui, pois esta é uma região mais valorizada". Ela continua:

O que garante uma área verde é o conhecimento de que se trata de uma área verde e defendê-la. Há desconhecimento e omissão. Locais de praças tomados por prédios, *shoppings* construídos em locais que não são adequados. Aqui é um parque municipal. Meu pai comprou aqui porque queria sua casa em frente ao parque. Aqui é um parque. Ali no Automóvel Clube está escrito na placa que a sede foi instalada no Parque Presidente Geisel, com a permissão do prefeito Lúcio Alcântara. As gestões [municipais] vão mudando e quem entra [no bairro] não toma conhecimento [de seus direitos]. Aqui só não construíram porque eu sei que é um parque, outro senhor ali atrás também sabia e nós fomos nos juntando e informando isso aos outros do bairro.

## **7.16 Movimento pela Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré**

A campanha pela área verde do conjunto Jardim Sumaré durou de 1987 a 1998, e deixou um resultado muito bom. Hoje o conjunto conta com uma bem conservada área verde no bairro Passaré, zona sul de Fortaleza. No antigo "barracão" da construtora, hoje adaptado, funciona o salão comunitário, sede da associação de moradores e centro de reforço escolar. Um campo de futebol e 75 árvores plantadas pelos próprios moradores completam a área verde preservada, de 3,98ha, aos quais se juntam mais 1ha para área institucional.

Quem nos contou a história foi Roberto Veras Pedrosa, engenheiro civil, junto com Humberto Carvalho Ramos, ambos hoje aposentados. Eles fizeram a campanha junto com o ex-jogador de futebol Celso Gavião, e o então jovem Wagner (alcunha Mikimba), entusiasta pela área verde e uma espécie de animador cultural que promovia a folia de reis, todos os anos. Aquele conjunto é do segundo semestre de 1979, e já obedeceu à lei municipal de parcelamento do solo segundo a qual 20% da área total devia ser para área verde e para área institucional.

### ***Área Verde como Bem Público***

Tudo começou com um impasse no conselho da capela que pertencia à Paróquia de S. Francisco, do bairro Dias Macedo. O pároco, Padre Francisco Geovane Saraiva Costa, e 10 casais queriam construir uma capela oficial naquele terreno e só Roberto Pedrosa, embora também membro do conselho, e Humberto Carvalho resistiram. A questão tramitou pelas secretarias municipais e pela Cúria Arquidiocesana, por ser necessário passar a escritura do terreno para a Igreja. Os dois moradores buscavam meios de impedir tal transferência, por entenderem que a coletividade seria prejudicada pela supressão de um hectare da área verde.

A solução viria com a iniciativa Sr. Carlos Alberto Alves de Sousa que, na condição de engenheiro do Conjunto Passaré, conseguira a doação de um terreno para ser área institucional do empreendimento, a cerca de 100m do local pretendido pelo padre e pelos membros do movimento Encontro de Casais com Cristo para a construção do templo. Naquela área foi construída a capela, após negociação, porque o Pe. Geovane Saraiva não aceitou de imediato essa saída. Pelo contrário, ficara aborrecido pelo fato de Humberto Ramos ter enviado carta para a Bischofliche Action Adveniat, de Essen, na Alemanha, com fotos e mapas da área verde, mostrando ser ali um bairro classe média, portanto, sem necessidade de aposar-se de um terreno público. A Adveniat pretendia financiar parte dos custos de construção da matriz, o que de fato ocorreu mais tarde, porém no novo endereço.

### ***Negociação com a Arquidiocese***

Para demover o pároco de sua posição, Humberto Ramos e Roberto Pedrosa solicitaram a Dom Aloísio Lorscheider uma audiência, porém, na data marcada ele se encontrava na assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaici (SP). Levados ao vigário geral da Arquidiocese, Mons. André Viana Camurça, a ele expuseram as razões de se oporem ao projeto. Esclareceram nada terem contra a Igreja Católica, até porque católicos eram e são, mas queriam preservar o terreno com sua destinação original, pelo maior benefício que proporcionaria e por haver outra saída.



**Foto 42 – Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

A argumentação dos dois para o Mons. Camurça, como para os moradores do bairro, era corroborada pela necessidade de plantas para manter a paisagem, para a purificação do ar e para o combate à poluição, além de o espaço continuar como área de lazer para a coletividade. Eles obtiveram o apoio do preposto do arcebispo. Após chegarem a esse acordo, Humberto identificou-se como sobrinho de Padre Lauro Fernandes e do Frei Aniceto, pessoas da amizade do Mons. Carmurça, e este se lembrou de Humberto ainda criança. Aquela foi a solução implementada.

Para conquistar a consolidação da área verde como espaço público, a campanha tomava por alvos a Prefeitura de Fortaleza com suas secretarias, a Paróquia de São Francisco, os fiéis reunidos no Conselho Comunitário da Capela, e a Câmara Municipal, pois precisava do apoio político dos vereadores.

Humberto Carvalho, Roberto Pedrosa e Francisco Veras Feitosa encetaram um movimento em prol da coletividade, porém sem a compreensão desta. Os moradores do Conjunto Jardim Sumaré não tinham raízes no bairro Passaré e quem participava do Centro Comunitário e dos movimentos da capela tinha a ideia atrasada de tornar exclusivo para a Igreja Católica o espaço coletivo. Graças à intermediação de um vereador, os três falaram com o prefeito Ciro Gomes, em visita à Câmara Municipal, e dele conseguiram de imediato o compromisso de que “o Sumaré é intocável” – frase repetida por funcionários da prefeitura quando uma comissão favorável à doação do terreno para a paróquia fazia gestões nas secretarias.

O movimento pela área verde passou a documentar todos os passos que dava e a entregar cópias dos documentos para o prefeito e nos gabinetes de cada vereador, na Câmara Municipal. Dessa forma, quando chegasse o projeto da praça (área verde) na Câmara, os vereadores seriam favoráveis. Para Humberto Ramos, embora os vereadores fossem simpáticos à área verde, não queriam se incompatibilizar com o padre nem com os fiéis [eleitores], mas precisavam de respaldo, para se posicionarem a favor do verde. A um só tempo o movimento se cercou de apoios da hierarquia da Igreja, do prefeito municipal e dos vereadores.

Essa estratégia foi fruto do isolamento em que o movimento se encontrava, como relata Humberto Ramos:

A igreja [padre] e o centro comunitário contra nós. Tudo fazíamos sozinhos. Compramos uma mangueira de 60m. Água de meu hidrômetro. Minha conta não fazia inveja a ninguém. Conseguimos as mudas no horto. As pessoas quebravam as plantas. Tudo o que fazíamos aqui nós copiávamos e entregávamos em cada gabinete de vereador que ficava acompanhando e quando chegasse lá o projeto da praça todos já estariam cientes. Todos esses documentos eram repassados também para o prefeito. [...] As pessoas tinham a ideia de que a capela tinha de ser [construída] na praça, na frente da casa de um militar aposentado, o cabo. Ainda hoje, pessoas consideram assim... [...] Sempre vimos que o benefício devia ser para a comunidade. Não olho se a benfeitoria é para mim, mas pela comunidade. Hoje a praça é elogiada. Ela é fruto de um requerimento assinado por mim, Roberto e Francisco Feitosa.

Para a construção da capela o próprio Roberto Pedrosa colaborou como engenheiro, fazendo o projeto, os cálculos e os custos. Graças a isso, a paróquia recebeu auxílio dos católicos alemães, que enviaram 70% do valor da obra. Era condição para esse auxílio que a população local arcasse com o complemento. Outra grande facilidade, no entender de Humberto Ramos, foi a adesão imediata do prefeito.

Já na avaliação de Roberto Pedrosa, muito contribuiu o fato de algumas pessoas e grupos se sobressaírem na campanha pela área verde. Celso Gavião foi uma dessas, pois usou seu prestígio de ex-jogador de futebol com experiência até internacional e também colaborou financeiramente. Graças a ele, o campo de futebol foi instalado, como estratégia de proteger a área de invasões e de promover seu uso com a prática do esporte.

Os moradores do bairro Sidrião, comunidade próxima, muito ajudaram em atos em prol da área verde, na mobilização e no plantio de árvores. No dizer de Roberto Pedrosa, as pessoas do Sidrião eram mais humildes e mostravam maior capacidade de mobilização que as famílias do conjunto Jardim Sumaré.

### ***Horto, Zoológico e Lixo***

Em paralelo à campanha pela área verde, o movimento reuniu as pessoas também em torno de questões emergentes. Uma delas, a transferência do horto mu-

nicipal e do Zoológico Sargento Prata para as imediações do *Shopping Iguatemi*, iniciativa anunciada pelo então governador Ciro Gomes. Em manifestação que juntou muitas pessoas e a imprensa, os moradores mostraram-se contra e o governador recuou.

Outro problema, o lixo acumulado na área verde, na administração Juraci Magalhães, após Ciro Gomes ser eleito governador, foi motivo de grande protesto. Uma comissão envolvendo famílias inteiras acampou na porta do escritório do presidente da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb), alegando que só sairia de lá com o caminhão de limpeza. A comissão saiu no mesmo dia, porém com 10 caminhões para retirar lixo e entulho da área verde. Ainda como resultado da negociação, a Emlurb forneceu 100 mudas para plantio na área. O movimento coletou recursos, comprou as estacas e dois rolos de arame farpado, plantou as mudas e ergueu os cercados de proteção em cada uma. Destas, restam hoje cerca de 75 árvores frondosas na área verde.

Houve uma reação dos moradores ante a instalação da subestação da Chesf na Av. Alberto Craveiro, uma das causas das inundações atuais, sempre que chove, pois o riacho perdeu parte da sua área de inundação. As manifestações dos movimentos dos bairros Dias Macedo e Passaré não impediram a construção. Está bem poluído atualmente aquele riacho que passa no Jardim Sumaré, no Conjunto Veneza Tropical e na comunidade de Sidrião, segue pelo Condomínio Espiritual Uirapuru e desemboca no rio Cocó, após passar ao lado da subestação.

Entre as facilidades havidas na campanha, Roberto Pedrosa ainda cita a presença de pessoas preparadas e dispostas ao enfrentamento, o conhecimento que estas tinham da coletividade e o fluxo de informações que levaram às decisões e aos contatos certos. A adesão dos moradores ao projeto, a ponto de colaborarem até financeiramente, foi fundamental.

Roberto Pedrosa lamenta que a Associação de Moradores não tenha se envolvido na campanha. Os associados até zombaram da situação de ele e Humberto, sozinhos, enfrentando o conselho e o pároco nos tempos iniciais, quando tentavam mobilizar pela preservação da área. Agora, ele destaca o quanto foi gratificante ver a adesão dos próprios membros do conselho, à medida que crescia o número das pessoas convencidas da importância de garantir a área verde que até hoje lá está.

### ***"Loucura Positiva"***

Além da área verde preservada como patrimônio de todos, dizem os entrevistados, o movimento conta como vitórias a iluminação e o campo de futebol, além da retirada do lixo do bairro, vitórias alcançadas sob pressão junto à prefeitura, e o galpão com o centro comunitário. "Nunca houve reconhecimento", cita Humberto Ramos, acrescentando que "queriam dar para a praça o nome do cabo Lourival, da Polícia Militar, falecido. Não assinei o abaixo-assinado e não sei em que deu".

Entre a praça e a área verde propriamente dita há um espaço a ser reflorestado e este é um objetivo ainda no desejo de Humberto Ramos. Ele lamenta ter

iniciado algo neste sentido e parado, por falta de apoio e pelo avançar da idade. Gostaria que aparecesse alguém para levar adiante essa campanha. Ao mesmo tempo, reclama de pessoas que cortam árvores e jogam lixo no espaço verde, a ponto de já terem morrido plantas nativas, por alterações no local.

Como viveu na Amazônia, onde plantou cacau e pimenta em projeto orientado pelo Instituto Agrônômico do Norte, Humberto Ramos diz ser apaixonado pelo verde: “Coloquei em prática o que eu já sabia”. Naquela experiência, por conta própria, reflorestou área de cacau com ingá, planta local, transgredindo orientação do instituto que adotava o reflorestamento com palheteira, planta baiana que trouxe fungos para o cacau. O fato, constatado posteriormente, levou o instituto a adotar a ingá como leguminosa mais adequada por ser planta local, crescer mais rápido e servir de ração para o gado. Ele não reivindica para si essa “descoberta”, mas informa que “hoje estão plantando ingá. O chefe do instituto conhecia o meu caso. Não sei se foi com esse meu início ou se foi com estudo próprio, mas já havia a prova de que funcionava com a ingá”.

Humberto Ramos dá sua opinião sobre a campanha e suas consequências:

Nossa vitória, eu, o Roberto e o Feitosa, é uma realidade. Hoje, todo dia tem gente andando [na praça da área verde] e não são poucas pessoas, pela manhã e à tarde. Há uma feirinha toda noite. Nossa vitória é essa, quem comemora são eles. Só em estarem usando, a gente se sente bem, a gente sente ‘fui eu que iniciei contra tudo e contra todos’. Eu soube que uma vez eu estava aguando com a mangueira e alguém passou no ônibus e disse assim de mim: ‘aquele velho está ficando é doido’. Porque aos 40 anos eu já tinha a cabeça toda branca e me davam mais idade do que a minha idade real. Hoje quem disse aquilo, eu não sei quem foi e se ainda mora aqui, deve dizer: ‘pôxa, foi uma loucura positiva’ [risos].

Instado a abordar as euforias e depressões da campanha, ele mostra ter superado as percalços vividos, ao dizer só se lembrar de avanços: “Não houve momentos de recuo. Só me lembro de vitórias”.

## **7.17 Frente Popular Ecológica de Fortaleza**

A criação da Frente Popular Ecológica de Fortaleza (FPEF) ocorre no bojo da preparação da 1ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, em 2007, proposta pelo Instituto Brasil Verde, “o que contribuiu para uma rearticulação do movimento ambiental de Fortaleza”, afirmou Elinaudo ao relatar a história do Pulmão Verde do Siqueira. Como já registrado na seção sobre o Movimento SOS Cocó, também contribuiu para a instituição da Fpef o impasse sobre o método de pressão, durante a campanha contra a construção do prédio Iguatemi Empresarial.

Da Frente Ecológica participam pessoas e entidades de Fortaleza, como um subsistema do Fórum Cearense de Meio Ambiente (Forcema), posto que este

pretende congregar as representações dos movimentos ambientais do Estado. As Jornadas foram as duas grandes realizações da FPEF. Da 1ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, participaram as seguintes entidades: Instituto Brasil Verde, Associação Comunitária Delmiro Gouveia, Instituto Ambiental Viramundo, Movimento SOS Cocó, Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) Seção Fortaleza, Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Avenida Sargento Herminio, Movimento Proparque (Parque Ecológico Rio Branco) e Sala Verde Água Viva, lideradas pela Frente Ecológica de Fortaleza, em formação naquele momento.

Conforme registrado no Dossiê da I Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, o evento pode ser assim resumido: foi realizado por um grupo de entidades e movimentos sociais da Capital cearense, ação que, além de promover uma unificação da luta pela preservação das áreas verdes da cidade, deu uma importante contribuição para a rearticulação do movimento ambiental de Fortaleza. (JORNADA EM DEFESA DAS ÁREAS..., 2007).

A Jornada aproximou vários grupos e entidades que, isolados, ao longo dos anos lutavam na defesa das áreas verdes da cidade, apresentando projetos e se mobilizando para impedir devastações e agressões de diversos tipos. Atuando cada um por si, esses grupos não tinham força política e poder de mobilização suficientes para fazer valer suas proposições diante de interesses econômicos e da omissão do poder público no que diz respeito à preservação ambiental na cidade.

O Instituto Brasil Verde, enquanto entidade proponente, realizou um trabalho de aproximação e conversa com os diversos movimentos por áreas verdes existentes na cidade, na busca de criar uma articulação entre esses grupos e instituições. Desse trabalho surgiu a Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, uma construção coletiva de atividades que teve como fim máximo o fortalecimento mútuo e a integração de todos em um projeto para reivindicar a preservação ambiental na capital cearense.

A 1ª Jornada constou de três ações: uma visita a sete das áreas verdes da cidade, feita por representantes dos grupos locais, de ONG, Agenda 21 de Fortaleza e da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal; um seminário no auditório da reitoria da Universidade Federal do Ceará, com painéis sobre os aspectos ambientais, urbanísticos e jurídicos relativos à preservação ambiental na cidade; e uma audiência pública na Câmara Municipal, onde os movimentos e entidades apresentaram o "Dossiê das Áreas Verdes" e debateram os problemas ambientais e as reivindicações com representantes dos diversos órgãos relacionados à questão.

A Jornada trouxe uma série de resultados elencados pelo dossiê, como:

- Maior conhecimento dos movimentos e grupos entre si e atuação de forma conjunta, com reforço mútuo de suas ações;
- Boa repercussão na mídia: rádio, jornal e Internet;
- O movimento participou de forma qualificada das conferências municipal,

estadual e nacional de Meio Ambiente, levando propostas surgidas nos debates da Jornada;

- No Parque Rachel de Queiroz, zona oeste de Fortaleza, recuo do poder público municipal no projeto de construir um ginásio esportivo na área do parque, optando por fazê-lo em outro terreno;
- Áreas verdes localizadas em bairros mais distantes da área central da cidade, tais como Siqueira e Jangurussu, passaram a ser conhecidas e defendidas pelo movimento ambiental;
- Rearticulação do movimento ambiental em Fortaleza na Frente Popular Ecológica e no antigo Fórum da Sociedade Civil Cearense, agora denominado Fórum Cearense de Meio Ambiente.

Esses resultados, diz o dossiê, embora indiquem uma vitória dos defensores da vida na cidade, também sinalizam a importância da continuidade desse trabalho, para que as ações iniciadas se concretizem e para que haja mais avanços rumo a uma cidade com mais respeito à natureza, com melhor qualidade de vida para seus habitantes e contribuindo, através de suas árvores preservadas, para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

O dossiê expôs a situação problemática em que se encontravam e apresentou para o poder público propostas para as seguintes áreas verdes da cidade: Polo de Lazer e Bosque da Av. Sargento Hermínio, Parque Ecológico Rio Branco, Pulmão Verde do Siqueira, lixão do Jangurussu, Parque Lagoa de Itaperaoba, núcleo de Cerrado de Fortaleza e [margens do] Rio Cocó. (JORNADA EM DEFESA DAS ÁREAS..., 2007).

2ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza ocorreu em 2008 e dela participaram o Instituto Brasil Verde, a Associação Comunitária Delmiro Gouveia, a Associação Comunitária do Siqueira Sempre Unidos, o Instituto Ambiental Viramundo, o Movimento SOS Cocó, o Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, o Movimento pela Revitalização do Pólo de Lazer da Avenida Sargento Hermínio, o Movimento Proparque (Parque Ecológico Rio Branco), o Comitê Pró-Rio Maranguapinho, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Museu Natural do Mangue da Sabiaguaba, como entidades da FPEF.

Como 2008 era ano de eleição de prefeito e vereadores, na abertura 2ª Jornada em Defesa das Áreas Verdes de Fortaleza, no auditório da Faculdade de Direito, as entidades promotoras lançaram em CD o dossiê da 1ª Jornada, que foi entregue aos candidatos a prefeito[a] que compareceram e, posteriormente, protocolado nos comitês dos demais candidato[a]s. A Professora Vanda Claudino Sales, do Departamento de Geografia da UFC, fez uma síntese do dossiê para os presentes e a então estudante Ana Cardoso, do Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, entregou o CD para os candidatos à mesa.

Naquela cerimônia, como marco do lançamento da 2ª Jornada, uma plataforma de ação com propostas para os candidatos a prefeito e a prefeita de Fortaleza foi elaborada e entregue aos mesmos. Os candidatos presentes assumiram aquelas

propostas, assinando o Termo de Compromisso, pois haviam recebido, junto com o convite, os dois documentos. As entidades se propuseram a acompanhar o prefeito ou prefeita, quanto à aplicação das propostas feitas no documento. Também se colocaram à disposição para ajudar no que fosse da competência da sociedade civil quanto aos destinos da cidade. Deixaram claro, igualmente, que estavam propondo um compromisso com o povo de Fortaleza, que tem direito a uma cidade sustentável para nós hoje e para as futuras gerações. Não se tratava, portanto, de um acordo com as entidades. A íntegra da Plataforma foi afixada na entrada do auditório e publicada na internet.<sup>74</sup>

O desejo anunciado era publicar o dossiê e a plataforma em livro, o que não se concretizou. Ainda como parte daquela jornada houve uma plenária das áreas verdes dia 25 de outubro, às 14h30min, no Parque Ecológico Rio Branco, com troca de experiências, e se estabeleceu um cronograma de atividades conjuntas, para um mapeamento das Áreas Verdes de Fortaleza, com o apoio da Sala Verde da UFC. Permaneceu no programa de ação o acompanhamento do mandato do[a] eleito[a]. Com o arrefecimento da Frente, essas duas ações foram só anunciadas.

A desmobilização imperante em 2011 preocupa porque falta uma articulação com vistas a levar estudos e propostas para a Rio + 20, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a se realizar em 2012. Para alguns entrevistados, seria interessante repetir a experiência do Fórum da Sociedade Civil Cearense, de 1992.

## **7.18 Brigada Antonio Conselheiro**

A Brigada Antonio Conselheiro já pertenceu ao Movimento dos Conselhos Populares (MCP), que congrega entidades em torno da questão da moradia. Integrada basicamente por homens e mulheres jovens, a brigada se afastou do movimento por discordar da abordagem pontual das questões urbanas de Fortaleza e defender que cada luta deve ser encarada observando-se suas ligações com outras realidades. Paulo Sérgio Farias, vendedor, 37 anos, instrução de nível médio, morador do loteamento Parque Água Fria, é a principal liderança do grupo. Recebeu-me em agosto de 2011, quando contou as campanhas do movimento. Após um giro pelas diversas regiões do bairro (é como Sérgio chama o loteamento e as áreas circundantes), ele me concedeu a entrevista na Praça do Povo, onde o grupo mantém uma banca de revistas e realiza todos os meses um sarau cultural.

A Brigada começou suas atividades há seis anos, tentando a criação do conselho popular do bairro Parque Água Fria. Como membro do Movimento dos Conselhos Populares (MCP), em 2005, a Brigada encampou as reivindicações con-

---

<sup>74</sup> Páginas em que foi publicada. Disponível em: <<http://www.bairroellery.com.br/>> e em: <<http://movimentoproparque.blogspot.com>>.

tra a violência do trânsito na Av. Washington Soares e a falta de ônibus no bairro, e se voltou para a proteção do mangue, sua principal fonte de lazer e de alimento, pois pescam para a subsistência, em especial quando desempregados. “Quase todo mundo a pratica”, afirma Sérgio Farias, referindo-se aos pobres do bairro, onde se estabelece, cada dia mais, uma população classe média em condomínios, casas e casarões de luxo.

Sobre a Brigada, sua filosofia de trabalho e visão de mundo, Sérgio Farias acrescenta:

A Brigada é uma luta comunitária por direitos. Não somos ambientalistas, mas não deixamos de ser. Porque não dá para melhorar a vida das pessoas sem o respeito ao meio ambiente. Não criminalizamos quem ocupa áreas do ambiente. Nós continuamos achando correto organizar conselhos. Nós somos um grupo político, pessoas que acreditam no Conselho, não fazemos ocupação e hoje discutimos a cidade a partir do ambiente. Nossa atual articulação ainda não tem nome<sup>75</sup>, mas a gente vai participar contra a remoção e contribuir no Comitê Popular da Copa: discutir a cidade de forma sistêmica: transporte [por exemplo]. Somos uns 20 moradores, alguns universitários – nada contra universitários, gente militante que não vive a coisa. Somos pela organização dos jovens do meio popular. Sem projetos, sem edital. Temos pequenos negócios. A idéia é juntar militância e estudo, procurar o trabalho, a autossustentabilidade. Tá na universidade, vende livros. Essa banca é nossa diz, mostrando a banca na pracinha. [O negócio é] ...se sustentar e militar.

No início do movimento, relata Sérgio, começou um processo de violência contra os jovens que se divertiam no mangue e eles resolveram reagir:

Há pressão sobre o mangue. Pressão das moradias de classe média dentro do mangue. Uma facção armada atacava jovens no mangue. Então, há seis anos, no Dia do Manguezal, 26 de julho, fazemos uma limpeza dele e retiramos 70 a 80 sacos de lixo: computador, geladeira... o lixo tem melhorado [sorri, zombeteiro]. [Há um] valor educativo nessa limpeza. Certamente não colhemos 1% do lixo ali depositado.

### ***Descrição do Bairro: Moradia***

O principal foco de luta da Brigada é a moradia, com um olhar para o meio ambiente. Usa diversas linguagens para denunciar as ameaças imediatas e latentes: fotos, vídeos, e-mail. Ao mesmo tempo em que adota essas expressões, vai descobrindo meios de ganha-pão para os homens e mulheres jovens. Registra as manifestações e as divulga para toda a cidade, sabendo que isso facilita o contato

---

<sup>75</sup> O grupo adotou o nome Caravana da Periferia, algum tempo após a entrevista. No nível local integra o Comitê Popular da Copa e, no âmbito do País, a Frente Nacional de Resistência Urbana.

com a realidade, tanto para o morador do Parque Água Fria como para os de outras áreas. Sérgio Farias esclarece:

É difícil separar onde termina o habitacional e onde começa o ambiental. Já havia uma convivência bastante harmônica, positiva, não de destruição. Claro que parte da população pegava mata, pau de mangue, fazia carvão, pegava para sobreviver, mas isso não destruía o mangue, como hoje as mansões.

No trajeto pelo bairro passamos pela lagoa do Colosso, em cujas águas seguranças impediam o banho de crianças e adolescentes de uma ocupação próxima. Trata-se de área pouco habitada, porém com infraestrutura de iluminação pública. No condomínio Cidade Ecológica, placas indicam suas futuras ligações com a Av. Santos Dumont e com a Estrada da Cofeco, em sentido sudeste, o que, acontecendo, implicará a construção de outras duas pontes e mais destruição do mangue.

Nas margens do rio Coaçu, a melhor paisagem do mangue, há o Bar do Zé do Mangue e outras duas casas construídas na APP. Já não dá para notar uma transição entre as casas do bairro e o mangue, onde se chega abruptamente por uma rua de área bem povoada há uns 20 anos, a se deduzir pelo tipo de construções.

Visitamos a Lagoa Seca, hoje cortada por uma via asfaltada, o espelho d'água asfixiado por residências instaladas na área de preservação ambiental e ainda com pelo menos um lote à venda, apesar de cheio d'água. No sítio Colosso, mais uma grande extensão de terra em regime de engorda, encontramos um sinal triste de destruição: tronco e outras partes de uma árvore de grande porte destruída com fogo. Naquelas circunstâncias, não deu para deduzir a necessidade de sacrificá-la, parecendo vandalismo ou mera 'limpeza' do terreno.

Próximo à lagoa da Sapiroanga, encontramos uma ocupação irregular com casebres em terreno muito íngreme. No lado oposto, a lagoa do Etevaldo [denominação popular], onde se avistam, estacionados, ônibus da empresa Via Urbana. Entre as duas, um canal de águas poluídas e, sobre ele, uma ponte que permite chegar à Av. Maestro Lisboa por uma estrada estreita e asfaltada. Era deslumbrante a paisagem proporcionada pelo pôr do sol.

### ***Formas de Luta***

A Brigada Antonio Conselheiro apoiou ocupações em outros bairros, por entender que às vezes é o método que funciona, para pessoas do meio popular adquirirem moradia. E no bairro em que estão, o avanço das habitações classe média representa ameaça para os moradores pobres. Nas palavras de Sérgio Farias:

A gente aqui não ocupou, mas às vezes a ocupação é a única forma de conseguir moradia popular. A remoção é oficial, retirando a pessoa de onde ela está para colocar longe da cidade. Estamos no sudeste [de Fortaleza], de estreita ligação com a [zona] leste [onde se concentram moradias classe média alta e os serviços de alto nível na cidade]. A Praia do Futuro é uma extensão do bairro Parque Água Fria. O mangue do Coaçu está a um quilômetro da Av. Santos Dumont. Daí o loteamento Cidade Ecológica ter placas indicando a Av. Santos Dumont e a Estrada da Cofeco. Ou [os empreendedores] estavam loucos, ou sabiam que, 20 anos adiante, seria construída uma ponte no mangue do Coaçu e outra sobre o rio Cocó. É algo que diz que a resistência pela moradia implica que o mangue seja respeitado. Aqui entra o popular nessa história. Se você tem uma explosão imobiliária, você tem necessidade de expulsar a população que habita via pública, terrenos de via – então é necessário expulsar diretamente com polícia, [Batalhão de] Choque, ou com expulsão branca: a especulação vem, compra, o cara sai; ou [se] regulariza a terra e o popular vende para o capitalista. Um amigo meu vendeu a casa porque nove vizinhos já venderam. Ele vendeu a casa dele pelo preço [total] das dos nove que venderam antes. Ainda assim, é um mau negócio.



**Foto 43 – Lagoa da Zeza**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Segundo Sérgio Farias, a Brigada é contra qualquer expulsão de moradores, mas entende que os populares precisam se adequar ao ambiente, da mesma forma que as empresas. O tratamento do poder público deveria ser igual para ocupações irregulares e para empreendedores capitalistas, porém não é o que ocorre, ele diz:

Aqui nós já temos área verde. Não é institucional. Se a empresa de ônibus adquire o direito de se instalar no espelho d'água de uma lagoa, alguma coisa está errada. [De um lado], A Lagoa do Etevaldo livre para a empresa Via Urbana poluir e afetar a saúde das pessoas; [de outro], Lagoa do Colosso com guardas para as crianças não terem acesso à água no banho lúdico. Pode pesquisar com qualquer advogado. O acesso ao espelho d'água não pode ser impedido. Se for uma área que a especulação destinou para a burguesia, então querem uma água salubre para o cara andar de *jet ski*, de lancha; mas a área que eles já estão pensando em aterrar, então vai ter lá o esgoto, o diesel, o posto de gasolina [com a complacência do poder público]. No mangue, você viu três casas: o Bar do Zé, uma casa e mais outra. Sou contra remoção em qualquer hipótese, mas as famílias [pobres] têm que ir se adequando ao natural. Também não podem ir entrando, entrando... e depois quem é hoje morador passa amanhã a ser o grande especulador, que aí também tem uma linha [entre morador e especulador] a ser trabalhada. Eu sou a favor que a moradia seja adequada ao ambiente. Da mesma forma que não sou a favor de uma empresa na beira da lagoa, também não sou a favor de que alguém construa e tome conta da lagoa, porque as pessoas [da coletividade] não vão ter acesso da mesma forma.

### **Remoção Versus Realocação**

A Brigada Antonio Conselheiro defende a realocação dos moradores, ao contrário das remoções feitas pelo poder público e das remoções brancas, e tem feito essa discussão até em função das remoções em decorrência das obras vinculadas à Copa 2014. Sérgio Farias explica que a Prefeitura de Fortaleza remove construindo casas e colocando as famílias em bairros distantes de onde elas moravam. O Governo do Estado diz fazer a remoção assistida: dá uma indenização e acompanha a compra do imóvel pela família, onde quer que ela escolha. Ele faz o contraste entre remoção e realocação:

Remoção é você dragar uma população e jogar para outro canto que seja do seu [do governo ou do capital] interesse. Realocação é retirar da beira da lagoa, que ele também não é sapo, e realocar na mesma região, [para] que ele não saia do ambiente dele. Você tem que ter uma política que não seja só de retirar – até porque é fácil retirar três famílias da beira do mangue, só de pobres, mas não retirar as mansões. Na Av. Maestro Lisboa, houve remoção seguida de ocupação da beira de uma lagoa do Etevaldo. Havia terreno vazio de um lado e o governo do Estado passou a estrada em cima das casas das pessoas. As pessoas ficaram sem moradia, receberam uma quantia, não sei quanto. A pessoa gasta, faz qualquer coisa, guarda, fica sem casa. Vai fazer o quê? Ocupa de novo. Aí vai para um canto. Sai da via, vai pra beira da lagoa. A população saiu de uma área que habitava há 30, 60 anos e foi ficar na mesma área, muito pior, e aí, agredindo o meio ambiente, porque as fezes daquelas pessoas vão pra dentro da lagoa, da mesma forma que o óleo da empresa de ônibus, da Via Urbana. A empresa tem ônibus e as casas das pessoas têm gente. As pessoas tanto vão agredir como ser agredidas. Então você tem as pessoas saindo do fogo para o caldeirão, saindo de uma situação ruim para outra pior ainda – e por uma ação irresponsável do Estado, a meu

ver. Foi a indenização acompanhada: a pessoa morava na Lagoa Redonda, comprou uma casa no [Conjunto] Palmeiras e depois vende aquela casa e volta para seu local de origem, porque as pessoas necessitam da amizade, do trabalho; quem mora na Lagoa Redonda trabalha com horta, então não vai se dar bem no Conjunto Palmeiras.

Diante do relato do que ocorreu na Av. Maestro Lisboa, eu lembro que ali não houve reação do poder público. Sérgio Farias diz o porquê:

Só reage quando é do interesse da especulação ou dele [poder público]. O que indigna: não falta terra. Só vai ter interesse de remoção, quando houver necessidade da área pelo setor imobiliário ou por obra do governo. Exemplo: na lagoa da Zeza as pessoas foram removidas para depois de Messejana.

O argumento contra as remoções é o de que há terras disponíveis. “É uma falácia dizer que não há terra, que Fortaleza é a segunda cidade mais densa do Brasil”, diz Sérgio Farias. Há pelo menos 900ha de terra guardada, só nas imediações do Parque Água Fria, para os ricos. Sem contar faixas próximas ao Iguatemi e à Câmara Municipal, bairro agora denominado Patriolino Ribeiro. Pelos cálculos de Sérgio Farias, usando uma ferramenta do Google, outros 900ha estão disponíveis ao longo das margens do rio Cocó, da Chesf (estação da Cia. Hidroétrica Vale do S. Francisco, no bairro Dias Macedo) até adentrar o município de Maracanaú.



**Foto 44 – Açude Colosso**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Dadas as características da paisagem e dos equipamentos ali existentes – aterro do Jangurussu desativado, por exemplo – ele considera que aquela é a reserva de terras para os pobres. Prefeitura e Governo do Estado corroboraram esse raciocínio: ameaçam transferir para aquele terreno as famílias de ocupações irregulares do bairro Bela Vista, próximo ao estádio Castelão.

Paulo Sérgio informa que, para a alegria dos proprietários, “da Av. Edílson Brasil Soares até a Praia do Futuro haverá expansão do Projeto Sanear, portanto, abrangendo o sítio Colosso, área praticamente sem moradia. Drenagem e esgoto em terras de processo de engorda”.

Um fato coincide com a conclusão de Sérgio: no lado oeste de Fortaleza, caracterizado como reduto de pobres, a infraestrutura de esgoto começa a atrair projetos imobiliários para a classe média, movimento que casa com maiores ganhos desse segmento social e com o emergir de uma nova classe média, e já detectado pelos escritórios de arquitetura da cidade, conforme análise do arquiteto Luís Deusdará.

### ***Copa 2014 e Destruição***

As anunciadas obras de adequação da cidade à Copa de 2014 geram apreensão entre os moradores do bairro, até porque, como acima registrado, aquela população já está sendo removida para a duplicação da av. Maestro Lisboa, de que Paulo Sérgio fala:

A copa do mundo traz um sentimento de desenvolvimento. Puxa obras da especulação há muito programadas. O que antes parecia impossível, agora se torna viável. Se sou contra, sofro pressão porque sou contra o progresso. O discurso ambiental do Estado traz remoção da população e não deixa de ser um discurso de destruição do ambiente. Quem não vier conhecer o delta, o açude Colosso agora, não vai conhecer nunca, porque está em processo de fim desse recurso natural, desse ambiente que o desenvolvimento tende a destruir, se tudo se der como está sendo colocado.



**Figura 5 – Peças da Campanha contra as Remoções**

**Fonte:** Comitê Popular da Copa.

Eis a sua opinião a respeito do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que cortará Fortaleza de Parangaba ao Mucuripe:

O problema não está no VLT, transporte de massa não poluente. O problema está no que se faz com o VLT: remoção de toda a população nas imediações do trilho, limpeza social, faxina social – retirar o pobre para longe dos olhos da cidade. [...] Por que o cara não faz o melhor para a cidade e pro povo? Porque não vai remover gente. Porque a lógica não é transporte de massa, é a faxina social, é a limpeza, e aí os governos, porque não se pode dizer que os governos estão fora, quando o setor imobiliário é grande financiador de campanhas [eleitorais]. Só que nessa lógica do governo, dois mais dois não são quatro. A população removida pode voltar a ocupar o Centro – e isso pode significar o fortalecimento [da luta] por moradia, via ocupação – você viu o exemplo da Maestro Lisboa...

Segundo a Secretaria de Infraestrutura do Estado, 2.400 famílias serão atingidas pelo VLT<sup>76</sup>, porém em suas manifestações e na audiência pública na Assembleia Legislativa, em 22 de junho de 2011, bem como em protesto pelas ruas, já em 2010, os atingidos pelas obras mencionavam 2.700 as famílias a serem desabrigadas. O que muito impressionava os atingidos eram as grandes quantias envolvidas nas obras, anunciadas naquela audiência: R\$ 265 milhões no metrô de superfície, R\$ 98 milhões na via expressa, R\$ 41,6 milhões na av. Dedé Brasil, R\$ 34,6 milhões na Av. Paulino Rocha. Tudo já pré-determinado, os valores garantidos via empréstimos e com as três esferas de governo assumindo dívidas.

Os ameaçados de despejo rejeitam a ideia de viverem as mesmas experiências dos moradores das imediações da Lagoa da Zeza e da Vila Cazumba, próximo à BR 116, na Aerolândia, removidos pela Prefeitura de Fortaleza para o Conjunto Maria Tomázia, muito depois de Messejana, onde faltam condições de moradia como casas com acabamento terminado, escola, trabalho, creche e outros equipamentos. Para eles, a ameaça é real, embora o representante do Governo do Estado tenha negado na audiência que estivesse havendo pressão para aceitarem sair de suas casas.

Diante da negativa do representante do governo, uma senhora mostrou um papel sem assinatura, porém com a indicação de que as 2.017 famílias cadastradas poderiam aderir a uma proposta de receber certa quantia e abandonar suas casas. Como o papel era um indício de estar em curso o cadastramento, o procurador da República Alessandro Sales disse, na audiência pública, na Assembleia Legislativa: “pode estar havendo atropelos”, pois ainda não tinham sido aprovados o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) e que, diante disso, iria entrar com Ação Civil Pública contra o Estado, para esses procedimentos serem paralisados.

Em reuniões posteriores do Comitê Popular da Copa chegou a informação de que fracassaram as tentativas de negociação, junto ao Governo do Estado, nas quais a Defensoria Pública representava as famílias atingidas. A insatisfação era

---

76 Informação da referida secretaria veiculada pelo Jornal do Meio Dia, TV Verdes Mares, 18 de agosto de 2011.

grande e havia apreensão ante a ameaça de sua remoção para terras entre o limite do município e o Conjunto Prefeito José Walter, onde estavam acampadas cerca de 1.000 famílias ou, pelo menos, 4.000 pessoas, na Comuna 17 de Abril. O processo de expulsão avançava, de modo inexorável.

### **7.19 Movimento Salvem as Dunas do Cocó**

O Movimento Salvem as Dunas do Cocó surgiu de modo espontâneo e abrupto, dada a surpresa com que os moradores das ruas e avenidas próximas das dunas, entre o Parque Ecológico Cocó e a Cidade 2000, viram chegar tratores derubando árvores e removendo a areia para abrir ruas. Era 20 de dezembro de 2008. Descendo dos apartamentos ou correndo de suas casas, os cidadãos quiseram saber do tratorista a razão daquilo, pediram documentos que comprovassem ter o pessoal licença para o desmonte das dunas. Sem os documentos comprobatórios, os ânimos exaltados, postaram-se frente às máquinas, com o que conseguiram sua paralisação de imediato. Não se sabe ao certo quem telefonou para o Ministério Público Federal, que mandou ao ali um representante.

Aqueles vizinhos se juntaram e, no começo, em 2009, deram àquela organização o nome de Movimento Salvem as Dunas do Cocó, como uma resposta de moradores das imediações do *Shopping Iguatemi*, Parque Ecológico do Cocó, Av. Sebastião Abreu e da Av. Padre Antonio Tomás ao desmonte de dunas iniciado pelas construtoras, para a instalação de um condomínio. Pessoas da área foram a uma reunião da Frente Popular Ecológica, onde expuseram a situação e obtiveram de imediato a adesão da FPEF, que passou a participar das reuniões. Estive presente a uma das primeiras, quando se discutiram vários tópicos e foi aprovado o nome daquele movimento social.

Trata-se de um movimento vitorioso e reprimido. Tem o mérito de haver conquistado para a cidade uma Área de Relevante Interesse Ecológico (Árie), mas no momento da pesquisa, sofriam o constrangimento de terem cerceada a sua liberdade de expressão, diante de ameaças veladas, sem rastro, explícitas só o suficiente para tentar parar o avanço dos líderes, mas não o bastante para deixar a prova da ameaça à sua segurança e à de pessoas de suas famílias. Assim, não podem precisar de onde vêm as intimidações, porque os autores escondem as digitais. Real é a decorrente sensação de insegurança.

O histórico a seguir tem por base o relato de Taluis de Oliveira Vasconcelos e Nayanna Goes Gomes de Freitas, de agosto de 2011, em um dos prédios de onde se descortina bonita imagem da Árie Dunas do Cocó, contígua ao Parque Ecológico Cocó, no bairro do mesmo nome, em Fortaleza. Em momentos diferentes, contribuíram também o vereador João Alfredo Telles Melo e o professor Galba Freire Moita.

Taluis Vasconcelos dirigiu-se ao Ministério Público Federal (MPF), dois ou três dias após o começo da demolição das dunas, e ali protocolizou uma represen-

tação à qual anexou fotos com as posições de antes e depois da intervenção das máquinas. Ficou sabendo que naquela mesma tarde haveria uma audiência no MPF e, ao participar dela, conheceu outras pessoas com as quais iria conviver pelos anos seguintes, no movimento que se consolidou a partir de então, pois marcaram logo o primeiro encontro do grupo em um dos condomínios em frente à área afetada.



**Foto 45 – Chegam as Máquinas com seu Rastro de Destruição**

**Fonte:** Arquivo do Movimento Salvem as Dunas.

As primeiras reuniões serviram para o grupo se conhecer mais, fixar os objetivos, estabelecer diretrizes e uma delas era agir com pressa para conseguir barrar a obra em definitivo; a outra, obter apoios. A página na internet do Salvem as Dunas do Cocó dá uma definição do movimento. Embora as dunas afetadas pelas construtoras estivessem fora do Parque Ecológico Cocó, é como parque que a elas a página se refere:

O movimento Salvem as Dunas do Cocó é composto por fortalezenses que têm consciência da importância da preservação do Parque Ecológico do Cocó para a manutenção do equilíbrio do meio ambiente de nossa cidade, para as presentes e futuras gerações, assim como de seu papel no resgate da identidade e autoestima do cidadão de Fortaleza. O movimento também é uma resposta às agressões arbitrárias e criminosas à natureza, perpetradas por empresas da construção civil em nossa capital, na região do Cocó, em específico. (SALVEM..., 2011.)



**Foto 46 – O Parque Ecológico do Cocó e a Árie Dunas do Cocó**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

O objetivo do *blog* era divulgar a causa, informar e mobilizar os simpatizantes. Observa-se que, em seus primeiros dias, o linguajar ainda não reflete a reivindicação de uma unidade de conservação específica, vez que as dunas são tratadas como Parque Ecológico do Cocó. Os participantes do movimento falam do mesmo jeito agora, referindo-se às duas unidades de conservação, pois, com o parque, as dunas formam um todo, sendo difícil encará-las como algo à parte. Aliás, o Movimento SOS Cocó sempre reivindicou o parque incluir também as dunas agora protegidas pela Árie. Ao ser acessado, o *blog* mantinha a apresentação original:

Informamos que este espaço será destinado a divulgar denúncias, os fatos que dizem respeito à preservação do Parque Ecológico do Cocó, as atividades do movimento, a divulgação da situação processual das causas judiciais que tenham como objeto o desmonte de dunas, destruição de recursos hídricos e vegetação do Cocó, além de textos de cunho ambiental que digam respeito ao Parque, podendo os mesmos ter conteúdo técnico, científico ou artístico. (SALVEM..., 2011).

Foi muito importante – e o *blog* registrou – a conclusão dos testes pelo método de termoluminescência para datação, em amostras das dunas do Cocó e da Sabiaguaba, definindo que as dunas de Fortaleza no Cocó têm 2.200 anos e na Praia da Sabiaguaba, 1.800 anos! As amostras foram recolhidas em 2008, em uma pesquisa de mestrado no Departamento de Geografia da UFC, e os testes, realizados no Laboratório de Termoluminescência da Universidade de São Paulo (USP).

## ***Endereço da Reivindicação***

Para alcançar o objetivo de preservar as dunas, o movimento social dirigiu seu discurso à Prefeitura Municipal de Fortaleza, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Polícia Federal, à Câmara Municipal de Fortaleza, à Assembleia Legislativa, à Procuradoria Geral do Estado, à Procuradoria Geral do Município, à Advocacia Geral da União, ao Ibama e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam), de Fortaleza.

Como o Ibama não deu a licença de construir, em 1999, e naquele ano a licença fora dada pelo órgão estadual, o Ministério Público Federal embargou a obra. Assim, ao pesquisar 10 anos depois, o Movimento Salvem as Dunas constatou as idas e vindas, ora a questão tramitando no judiciário estadual, ora na Justiça Federal. A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Ceará, ficou neutra. Tendo um membro da OAB emitido opinião favorável às construtoras em um jornal local, o secretário geral da entidade, Dr. Croaci Aguiar, disse que o advogado que se pronunciara não estava autorizado pela autarquia e que a Ordem não iria tomar partido no caso.

Uma das primeiras iniciativas do movimento foi colher assinaturas para o abaixo-assinado Salvem as Dunas do Cocó, cujo texto é o seguinte:

Nós, cidadãos e cidadãs fortalezenses a seguir subscritos, nos dirigimos a Vossa(s) Excelência(s) mui respeitosamente, para reivindicar a criação de uma Unidade de Conservação da Natureza que deverá abranger região contígua ao Parque Ecológico do Cocó, e que hoje é objeto de implantação de um loteamento denominado Jardim Fortaleza, estando a referida zona localizada entre a Avenida Sebastião de Abreu e Rua Magistrado Pompeu, possuindo como via lateral a Avenida Padre Antônio Tomás, tudo em conformidade ao que preceitua a lei 9985/2000 da [sic] Constituição Federal de 1988, Artigo 225 Parágrafo 1o. incs I, III e VII. (SALVEM..., 2011).

O movimento tinha pressa e, para os entrevistados, a população acorreu em apoio de uma forma até surpreendente, firmando o abaixo-assinado e deixando contatos. Em uma única manhã, 1.200 assinaturas foram recolhidas nas trilhas do Parque Ecológico Cocó. Outros sinais de apoio: aplauso ao movimento no anfiteatro do parque, quando seus integrantes panfletavam em prol das dunas e pediam apoio, durante concerto de Arthur Moreira Lima; e condomínios do bairro Cocó afixarem faixas em seus muros e grades, protestando contra a devastação das dunas, o mesmo ocorrendo em prédios dos bairros Cidade 2000 e Papicu.

Nayanna explica a origem do abaixo-assinado:

Na reunião no Ministério Público Federal ficou constatado que a empresa não tinha licença ambiental. Com mais de cinco anos, já havia prescrito. Ficamos sabendo que tínhamos legitimização para tomar qualquer iniciativa, tanto para punir essas pessoas como para a preservação e contra a construção de torres

e o arruamento. No Fórum Clóvis Bevilacqua, tramitavam processos anteriores, de 1999, da primeira tentativa de arruamento da área. Descobrimos que outros moradores, há 10 anos, já haviam feito esse enfrentamento. Matérias de jornal daquela época demonstravam apoio à campanha dos moradores, mas ao mesmo tempo faziam a crítica, pelo fato de estes serem ocupantes da uma área, irregularmente, mas estarem defendendo o terreno, para outros não ocuparem. Daí a dúvida, [em 2009]: como colocar a favor a população, para não ficar uma coisa de poucas pessoas – 15 gatos pingados? Aí chegamos a esse número de 3.000 [pessoas que firmaram o abaixo-assinado]. Em uma só manhã, colhemos 1.200 assinaturas. Aí a gente viu a legitimidade.

O abaixo-assinado foi apenas uma das formas de expressão popular. O movimento recorreu também a manifestações artísticas no Parque Cocó, audiências públicas, palestras em universidades e colégios, artigos e entrevistas para a imprensa, com o que obteve grande apoio dos jornais O Estado e O Povo, este último sempre dando o enfoque de que a preservação era de interesse da cidade. Ocorreu também a cobertura pelo Diário do Nordeste, menos enfática, segundo Talius Vasconcelos, porém muito decisiva por este jornal ter veiculado o artigo do Dr. José Albuquerque Rocha favorável à preservação das dunas<sup>77</sup>.

Talius Vasconcelos ficou impressionado com a repercussão do parecer do Dr. José Rocha Albuquerque, “republicano, calcado nos direitos de terceira geração”. Mostrando grande emoção, Nayanna Freitas fala daquele parecer:

O parecer de Rochinha foi seu último presente para Fortaleza. [...] Para ele, o plano diretor local é que tinha problemas com a Constituição Federal e com a Constituição Estadual, mas o interesse público devia prevalecer [no caso das Dunas do Cocó].

Segundo Talius Vasconcelos, a maior dificuldade enfrentada pelo movimento foi com o Poder Judiciário, que em vários momentos decidiu favoravelmente aos empreendedores, em flagrante desrespeito ao interesse coletivo e à lei processual:

A maior dificuldade foi com o Poder Judiciário que tem membros muito ligados ao poder econômico. Toda a cidade a favor, os formadores de opinião a favor, [...] e] o Poder Judiciário liberou por duas vezes a construção, sem licença. Em uma delas, ameaçava o secretário de Meio Ambiente com prisão e multa, se não concedesse a licença em 24 horas. [...] A lei processual impede a concessão de liminares quando há risco de irreversibilidade. [...] Ora, se as dunas fossem destruídas, não seriam recompostas com sua vegetação. [...] É o tipo da decisão que vai contra a norma processual, o interesse público e a opinião pública – se bem que a opinião pública às vezes pode ser manipulada. Da maioria dos órgãos públicos tivemos adesão. A população deu apoio total, deixando número de telefone, assinando e colocando identidade e CPF sem nenhum constrangimento.

---

<sup>77</sup> Hoje falecido, José Rocha foi um constitucionalista de grande respeito nos meios jurídicos do Brasil, tratado carinhosamente como “Rochinha” por gerações de seus alunos na UFC e por seus colegas.

Uma das decisões desfavoráveis ao movimento veio no dia 20 de agosto de 2009, quando a juíza da 5ª Vara da Fazenda Pública, Maria Vilauba Fausto Lopes, acatou mandado de segurança impetrado pelo vereador Carlos Mesquita<sup>78</sup>. Em três de setembro seguinte, os vereadores João Alfredo Telles Melo e Salmito Filho entraram com pedido para derrubar a liminar da juíza, sendo atendidos pelo Tribunal de Justiça do Estado em 16 de setembro. Essa vitória foi importante para a prefeita Luizianne Lins sancionar a lei, dia 7 de outubro daquele ano. Outras batalhas jurídicas ainda viriam.

Na ação promovida pela Associação Cearense dos Construtores e Loteadores (Acecol), alegando a inconstitucionalidade da Lei de criação da Árie, o então presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Ernani Barreira, suspendeu por liminar os efeitos da Lei 9502/09, que criou a Árie Dunas do Cocó. (COUTINHO, 2010). O movimento pela preservação das dunas ganharia essa fase, quando da análise da liminar pelo colegiado. A liminar foi derrubada pelo pleno do tribunal, pois 28 desembargadores reconheceram a constitucionalidade da referida lei, contra 5 votos – esmagadora maioria, portanto. (REBOUÇAS, 2011).

### ***Lidando com um "Sujeito Oculto"***

Uma dificuldade não menos importante foi o movimento não saber exatamente com quem estava dialogando, quem eram os proprietários. Esse contexto fica claro nas palavras de Galba Freire:

Como eles sabem que seria uma luta pegar aquela área verde ali, eles fizeram várias engenharias financeiras, passando o terreno de mão entre construtoras, associações, incorporadoras, exatamente para mascarar quem estava por trás do projeto maior que era privatizar aquela área que, apesar de escrituras, essa coisa toda, é claramente de interesse público. Então eles fizeram isso de forma planejada porque sabiam que seriam confrontados pela opinião pública na hora em que quisessem fazer, destruir aquelas dunas, pois existem estudos sobre a importância e a necessidade de proteger aquelas dunas. Então, hoje não sabemos, realmente, quem é dono, não sabemos com quem estamos lutando – não sabemos realmente quem representa aquela propriedade. [...] Jamais o dono, o proprietário, chegou para dizer 'sou o dono'. Soubemos de empresários que pressionaram a imprensa para não noticiar o movimento, e a imprensa deu prova de que quando o povo quer, ela fica ao lado do povo.

Talius Vasconcelos diz que o movimento teve acesso a um documento que seria um contrato ["de gaveta"] de venda do terreno por R\$ 10,2 milhões. Houve também ameaças veladas sobre pessoas do Movimento Salvem as Dunas, conforme disse Talius. Ele usou uma imagem curiosa para retratar a situação em que ficaram as pessoas do movimento:

---

<sup>78</sup> O vereador Carlos Mesquita (PMDB) havia questionado a aprovação do projeto no âmbito da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, por entender que alterava o plano diretor vigente.

Ocorreram retaliações pelos construtores e donos do terreno. Ninguém sabe ao certo quem é o agressor. [...] É uma confusão. É como o cara que é assaltado, liga pra polícia, para prender o ladrão. Aí o ladrão vai pro Judiciário processar a vítima, quer processar o assaltado, porque o assaltado chamou a polícia. Então a gente se sente na situação do assaltado: se chama a polícia, o assaltante vai me processar. Então é um perigo chamar a polícia. Foi o que aconteceu aqui. Tivemos relatos de algumas pessoas que passaram por situações intimidatórias e por ameaças veladas: que tomassem cuidado; de ligações [telefônicas]: 'olhe, sei quem você é, tome cuidado, sei onde você mora...' Aconteceu isso aqui.

Com a criação da *Árie*, com a decisão do Tribunal de Justiça do Estado dando conta da validade da lei de sua criação, e levando em conta as ameaças, o movimento entrou em fase de calmaria. Essas dificuldades ainda não estão completamente superadas, porque a Acecol teria entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) da lei de criação da *Árie*, no Supremo Tribunal Federal, apesar de esse argumento já ter sido julgado pelo pleno do Tribunal de Justiça do Estado, que deu ganho de causa à Câmara Municipal de Fortaleza.

Os participantes do movimento admitem que o clima de ameaça "faz com que o movimento freie sua caminhada", como disse Talius Vasconcelos, para acrescentar:

O problema que causa retração do movimento é que a defesa do meio ambiente aqui não é um problema que se resolve do dia para a noite. Já vem de muitos anos e vai prosseguir por muitos anos à frente. Então, quando você entra no movimento, boa parte de sua vida normal você deixa de fazer, para se dedicar à proteção dessa área. Então ela traz um ônus pessoal para cada integrante, como no filme 'Em teu nome'<sup>79</sup> [isto é], você luta em seu nome e em nome dos outros, então a pressão vem em cima de seu nome, de quem você não sabe quem são, só sabe que têm força, que são pessoas de elite, que têm incursão em qualquer instituição – você vê a dificuldade que tivemos na Justiça em cima de uma situação que, aparentemetne, seria muito simples. Se você vê daqui a 50 anos em um livro de história essa dificuldade, você vai dizer: "pôxa, como foi difícil conseguir uma coisa tão simples assim?!"

Uma dificuldade que se explicitou para os militantes, no decorrer da campanha, foi lidar com uma Câmara Municipal onde estão pessoas eleitas com respaldo do mercado. Refletindo sobre aquele percurso, eles observam que deram a "volta por cima" pela via da pressão, enquanto movimento social. Nas palavras de Talius Oliveira:

[...] Na política eleitoral só se elege quem tem dinheiro. Então íamos para uma Câmara Municipal onde nossas chances eram reduzidas. E o que transformou essa dificuldade em vitória foi que, no dia da votação, enchemos o plenário e ainda ficou gente de fora. Prevemos uma derrota e tivemos uma vitória.

---

<sup>79</sup> Filme dirigido por Voltaire Danckwardt, sobre coragem nos anos 1970, durante a ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<http://www.emteu nome.com.br/site/index.html>>.

## ***A Superação das Dificuldades***

As palavras de Talius expostas imediatamente acima denotam a pressão política como forma de superação das dificuldades. Antes da decisão da Câmara Municipal e diante das liminares favoráveis aos empresários, o movimento foi aos órgãos afetos à causa: Procuradorias Gerais do Estado e do Município, Advocacia da União, para que entrassem com ações interlocutórias como Agravo de Instrumento e outras. E tudo tinha de ser rápido, pois havia prazo para cumprimento das decisões.

Ante a liminar do juiz Francisco das Chagas Barreto Alves, da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, mandando o titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (Semam), Deodato Ramalho, autorizar a obra, sob pena de pagar elevada multa, ele colocou em uma rede social, na Internet, suas dificuldades como secretário, pois se via sem alternativa, que não a de conceder a autorização. Aquele desabafo foi captado pelo jornal O Povo que, a partir de então, fez uma série de reportagens questionando o Poder Judiciário. O juiz que havia dado a liminar voltou atrás em sua própria decisão.

No decorrer da campanha em prol das dunas do Cocó, o movimento recebeu apoio do Departamento de Geografia da UFC na forma de um parecer técnico respaldado até por testes de datação realizados na Universidade de São Paulo; do Fórum Cearense de Meio Ambiente e da Frente Popular Ecológica, que congregam os grupos ambientalistas, da Câmara Municipal de Fortaleza, particularmente via mandato do vereador João Alfredo, que apresentou o Projeto de Lei 0060/09, de que resultou a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico Dunas do Cocó; da Assembleia Legislativa e do Ministério Público Federal e Estadual.

Além do abaixo-assinado, e até para seu sucesso, houve intenso trabalho de comunicação no bairro e junto aos públicos de fora dele. Para isso foram usados carro de som, faixas, reuniões, listas de *e-mails*, e muito corpo a corpo, não só na Câmara Municipal, onde todos os vereadores foram visitados e municiados de informação, mas também nas caminhadas no parque e em outros espaços públicos. “As trilhas do Cocó aos domingos foram fator de convivência, convencimento, adesão”, afirma Nayanna Freitas.

O objeto defendido, Dunas do Cocó, já justificava essa legitimação, mas o movimento em si foi-se afirmando com palestras nas escolas, audiências públicas de que participou, redes sociais, e pelas mobilizações que promoveu no parque, usando faixas, camisetas e artes cênicas com palhaços e bailarinas.

Observa-se nas falas dos entrevistados o quanto era importante para o movimento demonstrar em seu discurso que a preservação das dunas era uma reivindicação da cidade e ultrapassava a necessidade restrita de um bairro. O parecer técnico emitido pela Professora Vanda Claudino Sales e anexado ao Projeto de Lei 0060/09 corrobora esta postura, ao afirmar:

A importância ambiental dos terrenos de dunas do Cocó acha-se fundamentada na singularidade e na preciosidade da paisagem geomorfológica, caracterizada pela presença de dunas parabólicas do tipo *hairpin*, que representam hoje remanescentes de outrora expressivo campo dunar local, que jamais voltará a evoluir novamente na cidade de Fortaleza. (SALES, 2009, p. 3).

Os participantes destacam o nível de informação dos cidadãos daquele bairro e a pressão social sobre as autoridades, as construtoras e incorporadoras, e sobre a mídia, como fatores a facilitarem a mobilização. Como ressaltou Talius Vasconcelos, são pessoas que sabem o que querem, por que e onde buscar apoio. Naquele movimento específico e entre seus apoiadores estavam especialistas de diversas áreas do conhecimento, como o engenheiro aposentado do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), Sélvio Girão, que contribuiu com mapeamento e identificação da área.

Um fator sublinhado quanto às facilidades do movimento foram os laços que se estabeleceram e permanecem. Galba Freire diz que a causa ambiental, em si, facilitou a campanha:

Eu percebi que, apesar de o ambiente ser muito agredido, há uma boa conscientização. Quando você fala para as pessoas, elas entendem. Mesmo se não participam, já têm em si o meio ambiente como um valor. Éramos um grupo com condições [de levar a campanha]. O apoio da comunidade, a vinda dos ambientalistas e o papel do vereador João Alfredo. Ele veio para o movimento. Ele se colocou à disposição. Os outros [vereadores] ficaram sentados em sua cadeira. [...] Quem sabe, vale até como ensinamento: muita coisa não é feita porque a gente acha que o poder público não vai querer, não vai aceitar.

A principal vitória foi chegar ao objetivo de conservar as dunas com o *status* de Árie, o que permite usos econômicos sustentáveis. O vereador João Alfredo conta que

a lei foi aprovada dia 24 de junho de 2009, em sessão movimentada na qual até faltou luz, não sem pressão sobre a Câmara: pedido de vistas e outras protelações, com 27 votos a 4, e 5 abstenções. A Árie permite usos econômicos sustentáveis. Assim, foi criada a unidade de conservação sem exigência imediata de desapropriação – algo da competência da Prefeitura Municipal e não, da Câmara.

As lideranças do movimento adicionam como vitórias a mobilização dos cidadãos e a formação de um grupo que hoje se conhece e age, se necessário. Suas declarações dão conta de um processo interior em que as expectativas das pessoas durante uma campanha oscilam entre a certeza da vitória e o ceticismo. Nem todos falam de uma permanente certeza quanto a ganhar a causa. Para Talius Oliveira esta vitória foi

[...] motivo de orgulho para mim. Eu imaginava ser difícil, que não ganharíamos. Porque era uma guerra um tanto injusta, [já que] estamos em uma fase em que o poder econômico predomina. Está declarada de preservação, mas não há política de consolidação da Árie. Falta conscientização do poder público. Está omissa também quanto a outras áreas.

A vitória da campanha se corporificou no fato de a prefeita Luizianne Lins sancionar a Lei Nº 9502, em 07.10.09, conforme publicado no Diário Oficial do Município de Fortaleza, ano LVII, Suplemento do Nº 14.160. (FORTALEZA, 2009c).

O território das dunas está declarado como Área de Relevante Interesse Ecológico, uma das unidades de conservação previstas na Lei 9985/2000, Lei do Snuc (BRASIL, 2000), mas é necessário definir uma clara política de manutenção e controle da área, pois faltam o plano de manejo e o conselho gestor da Árie, até porque os proprietários ainda recorrem da decisão do Tribunal de Justiça do Estado no STF.

Os entrevistados falam da necessidade de se criarem formas de uso pela população. Os empresários e o poder público precisam se dar as mãos para encontrar a fórmula, de modo que aqueles tenham um ganho e este controle quanto à conservação. Não chegando a um acordo, a Prefeitura de Fortaleza pode indenizar os proprietários, possibilidade já prevista na lei de criação da Árie, informa o vereador João Alfredo.

A memória da luta precisa ser preservada, argumenta Nayanna Freitas, para quem o regulamento de uso da Árie deve prever um centro de educação ambiental e de guarda e exposição dos documentos de toda a campanha feita em prol da conservação das dunas.

### ***Direitos de Terceira Geração***

O Movimento Salvem as Dunas do Cocó começou com poucos cidadãos, reuniu muitas pessoas em suas assembleias e permaneceram uns 20 membros tocando as ações. Pelo blog do movimento dá para perceber as ocasiões de comemoração, como ao anunciar a idade das dunas a partir dos testes de termoluminescência feitos na USP, e os momentos de tensão, como ao contra-argumentar frente às investidas dos opositores na Justiça. Três anos depois de aprovada a Árie, estava com poucos membros, como no início.

As pessoas do movimento destacam como lições constatarem o valor da união para a vitória, a experiência de viver a soberania popular para suplantar as dificuldades. "Hoje há um grupo que defenderá a área, se houver agressões", garante Galba Freire. Os militantes do Salvem as Dunas são unânimes em constatar, passado algum tempo, o quanto foram importantes: o parecer republicano do jurista José Albuquerque Rocha fundamentado em postura republicana de defesa de direitos de terceira geração, nas mãos do vereador Guilherme Sampaio e citado em seu discurso na seção de votação; o trâmite do projeto na Câmara, conduzido pelo vereador João

Alfredo Melo; como também o trabalho de gabinete em gabinete de vereadores e o acompanhamento do projeto na Comissão de Meio Ambiente, pelo movimento.

Para João Alfredo Melo, fica como lição

a necessidade de outro olhar, outra política para a cidade; do Instituto de Planejamento, do Conselho da Cidade com ampla participação de setores da sociedade, para não ser como o plano diretor que, [na sua elaboração] criou grande expectativa, mas, dois anos depois, ainda não temos as leis dele derivadas.

Questionado sobre o porquê de a Câmara Municipal não apresentar projetos para essas leis, o vereador João Alfredo Melo esclareceu que tal iniciativa cabe ao Executivo. Ocorre que a Prefeitura de Fortaleza não tomou a dianteira nesse particular e, na prática, a cidade permanece sem um plano diretor, fato muito criticado pelo grupo então no poder, quando atuava como oposição.

Prosseguindo o relato das reivindicações por áreas verdes durante a expansão da cidade, a seção seguinte mostra a experiência dos militantes do Movimento Crítica Radical.

## **7.20 Grupo Crítica Radical**

O Grupo Crítica Radical tem uma ação política diferenciada em Fortaleza, com incidência também – mas não exclusivamente – em meio ambiente. As representantes do grupo, Rosa Maria Ferreira da Fonseca e Maria Luiza Menezes Fontenele, concederam entrevista em conjunto, por solicitação minha, e o relato que segue tem por base suas falas. O resumo aqui feito é um recorte da atividade do grupo, com foco em sua contribuição para o movimento ambiental da cidade.

O movimento que se origina nesse grupo remonta a 1973, quando Rosa da Fonseca sai da prisão, Maria Luiza chega dos Estados Unidos, onde fora fazer um curso, e Jorge Paiva e Célia Zaneti vieram de São Paulo, onde eram universitários, morar na periferia de Fortaleza, clandestinos e com apoio do PC do B. Eram do grupo político Ação Popular militando no Partido Comunista do Brasil, exceto Maria Luiza, que estava fora e não participou dessa experiência. Começaram a rearticular o movimento social de Fortaleza, a partir do bairro Cajueiro Torto, onde Jorge Paiva e Célia Zaneti passaram a residir, e das fábricas, com a participação de Raimunda Zélia, Socorro Saldanha e outras pessoas.

Esse grupo fundou o Movimento Feminino pela Anistia, a Associação dos Sociólogos, o grupo Trabalho Conjunto<sup>80</sup> e, em 1979, a União das Mulheres Cearenses,

---

<sup>80</sup> Articulação de movimentos de que resultaram várias iniciativas de comunicação.

com a parceria de outros grupos e entidades do movimento social. Em 1978, Maria Luiza é eleita deputada estadual e seu mandato é acompanhado de perto pelo Comitê Democrático Operário Popular, de postura independente em relação ao mandato, segundo Rosa da Fonseca. O grupo sai do PC do B e constitui o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e, eleita Maria Luiza prefeita de Fortaleza em 1985, funda o Partido da Revolução Operária (PRO), do qual Maria Luiza não participa inicialmente, pois fora eleita deputada estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (posteriormente, PMDB) e prefeita, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Rosa da Fonseca exerceu um mandato como vereadora de Fortaleza.

Os acontecimentos no mundo e em Fortaleza, confrontados com a experiência acumulada, causam uma reviravolta no grupo. Conta Rosa da Fonseca:

Termina o mandato de Maria na prefeitura, cai o muro de Berlim em 1989 e nos deparamos com a automação nas metalúrgicas de Fortaleza. Tudo isso contrariava nossos pressupostos de que o capitalismo empregaria sempre muito mais e o proletariado seria o sujeito da transformação. [Foi quando] descobrimos os Grundrisse, [manuscritos de O Capital] de Karl Marx, em que ele faz uma prospecção lógica do que seria a crise do limite [do capital] em função da tecnologia. E nós constatamos que, naquele momento, aqueles elementos anunciados por Marx se configuravam [em Fortaleza]. Fomos estudar o primeiro capítulo de O Capital e chegamos à conclusão de que o problema do capitalismo não era apenas um problema da distribuição que o socialismo iria resolver, mas era um problema da produção, a produção de mercadorias. A partir desse momento, entramos em contato com outras pessoas no mundo, que vinham desenvolvendo essa mesma abordagem: Robert Kurz, Anselm Jappe, na Europa, e Moishe Postone, nos Estados Unidos.

O movimento se deparou com uma crítica às categorias fundamentais do capitalismo, daí ter adotado para si o nome Grupo Crítica Radical, pois estavam colocados em crise o dinheiro, o Estado e a participação na política que sustenta o sistema. Constatava, também, uma crítica ao movimento sindical, que permanece dentro da imanência desse sistema “e [vimos] que jamais a gente iria transformar essa sociedade por esses caminhos”, afirma Rosa da Fonseca. Ao que Maria Luiza completa:

Daí a crítica, também, ao socialismo, no sentido de que, como não houve uma ruptura com a questão ontológica, o que foi implantado no mundo dito socialista foi exatamente um modo de produção de mercadoria com trabalho abstrado assalariado e [que] não rompe com os fundamentos do capitalismo, apenas o moderniza de forma retardatária. A crítica afirma que a experiência dita socialista foi um processo de modernização do capitalismo naquelas áreas em que o desenvolvimento [dele] se fazia de forma atrasada.

Rosa da Fonseca esclarece que, mundo afora, existe a teoria da crítica radical, formulada em estudos e publicações. Aqui, o movimento adotou o nome Grupo Crítica Radical, não só para aprofundar essa abordagem teórica, mas também no sentido de dar uma nova perspectiva à sua prática:

Então, para ser fiel à história, quando nós iniciamos essa luta contra a torre do Iguatemi – para nós era início, nós não tínhamos participado do SOS Cocó antes. Nós levantamos essa bandeira no *show* do Caetano [Veloso] no Cocó, independente do Fórum, do SOS Cocó. [...] Então fomos lá no *show*, levamos a faixa “Caetano, quem paga seu *show* destroi o Cocó”, panfletos, adesivos, e houve grande repressão, não da polícia, mas do coronel Evanildo, que era da Casa Militar, quando Tasso e Ciro foram governadores, e estava lá como chefe da segurança do *show*. Ele era chefe de segurança do Iguatemi. Tentaram tomar a faixa, gritamos “Abaixo a repressão, liberdade de expressão!” A população veio em nosso apoio, eles não tiveram como nos tomar a faixa. E tudo isso aconteceu independente do SOS Cocó, do Fórum.

No conjunto de suas falas, Rosa e Maria esclarecem que seu grupo sempre apoiou, como movimento social, lutas ambientais da cidade, o que também contribuiu para mudanças em sua trajetória. Cita Rosa da Fonseca:

No caso do SOS Lagoa da Parangaba, [entramos] por entender ser essa uma luta essencial para a natureza, para o planeta e para a cidade também. E foi importante para o grupo descobrir que o capitalismo submeteu as relações com a natureza e as relações humanas à lógica da valorização do valor; que a lógica principal do capitalismo é essa. Então ele é destrutivo da natureza e da própria humanidade, porque, para produzir mercadorias, tem que recorrer aos recursos naturais. O objetivo do sistema é produzir mercadorias [e] só através da produção da mercadoria com o trabalho vivo é que valoriza o valor que se expressa no dinheiro, então os recursos naturais tendem a ser esgotados, como já está acontecendo.

Para o Grupo Crítica Radical, foi de extrema importância tomar consciência da crise que expõe o limite do capitalismo. Segundo as palavras das duas entrevistadas, essa crise pode ser assim sintetizada: é a própria substância do valor (trabalho vivo) que está sendo substituída. Então está diminuindo o número de pessoas capazes de comprar com o fruto de seu trabalho vivo. O valor que é agregado pelo trabalho vivo ele só se realiza se as pessoas comprarem a mercadoria. Então o que acontece: como está havendo uma exclusão muito grande, o sistema direciona a produção para um determinado segmento que ainda pode comprar e que induz à compra. A produção já é programada para obrigar as pessoas a adquirirem novas mercadorias, já que estas são feitas com vida útil cada vez mais curta, exatamente para obrigar as novas compras e o ciclo continuar. O preço disso é o esgotamento dos recursos naturais.

Essa consciência ficou explícita com a leitura do livro *Grundrisse* – primeira versão de *O Capital*. (MARX, 2011). O grupo, porém, já tinha despertado para a importância das áreas verdes e do meio ambiente em geral, especialmente a partir do estudo com a arquiteta Joísa Barros sobre a degradação do Cocó. Ela demonstrara, na ocasião, como a ponte estreita sobre o rio contribuiria para matar o mangue. Além disso, Maria Luiza já tivera um embate com os donos do Iguatemi, quando ela estava na prefeitura, para não construir o *shopping* onde está hoje, pois fora autorizada e iniciada a sua construção antes de ela assumir como prefeita.

## **Protesto dos Jovens Nus**

Já tendo vivido essas experiências e acumulado essa reflexão, o grupo tomou conhecimento da campanha do Movimento SOS Cocó contra a Torre Empresarial do Iguatemi e também participou dela. Há razões para a ação conjunta em favor do rio: para Rosa, “o Cocó não é um problema de um movimento, mas da cidade de Fortaleza”, ao que Maria Luiza acrescenta: “Ele corta dois terços de Fortaleza, então, interessa ou deveria interessar a toda a Fortaleza”.

Durante a campanha conjunta, delineou-se a divergência na sua condução. Rosa da Fonseca fala do protesto e do conflito vivido dentro do movimento ambiental:

Estava programada uma atividade ali [paralela à corrida ecológica]<sup>81</sup>, então nós fomos e resolvemos somar, mas nós fomos com essa abordagem: para enfrentar o sistema capitalista. A divergência foi em torno desse enfoque sobre o capitalismo. Entendemos que o movimento SOS Cocó era autônomo, amplo, [que] todas as entidades diferentes podiam participar, cada uma com sua autonomia, mas depois ficou claro que não é isso, que na verdade o Movimento SOS Cocó era um grupo que se reivindica fundador do movimento, dono do movimento, e em dado momento isso foi colocado para nós claramente: “você não são bem-vindos aqui. Nós temos aqui nosso movimento”. Nós não queríamos entrar em disputa, pensamos que poderíamos entrar como outro grupo, como as pastorais da Igreja, que era uma articulação, mas vimos que não era, que havia as pessoas que se sentiam, que eram donas do movimento. Então chegaram a dizer “nós não estamos aqui para lutar contra o capitalismo, nós estamos aqui para defender o Cocó”. Nós achávamos que isso era um equívoco tremendo, como de fato ficou claro. Porque não se enfrentou à altura o dono do empreendimento, não se enfrentou à altura a prefeitura. A gente sabia que a prefeita podia cassar a licença que fora dada. Partiram para um plebiscito que a gente achou que foi um grande equívoco.

A proposta da manifestação não era correr nu. A ideia era fazer o protesto sem roupas, todos parados, o que de fato fizeram. Dele participaram também jovens de grupos libertários da cidade, com afinidade com a Crítica Radical, como o Bloco Verde<sup>82</sup>. Na manifestação, foi mostrada uma faixa com a afirmação “Daniella Cicarelli, os que promovem essa corrida não amam o Cocó”. Rosa da Fonseca fala do sentido do gesto:

A iniciativa do gesto foi do Crítica Radical, porque aquilo era uma demagogia. O Iguatemi, que estava destruindo o Cocó, construindo uma torre, fazer uma corrida ecológica. Então, o que nós decidimos foi ir lá fazer um protesto. Para desnudar, para denunciar a demagogia. Ficar nu. Não era sair correndo. Ficar nu [parados] para desnudar a demagogia de quem estava destruindo, assassinando o Cocó fazer uma corrida ecológica e o povo se submeter àquilo. Tanto é que houve a repressão, inclusive dois companheiros e uma companheira foram

---

81 Como já mencionado, as demais entidades ficaram no cruzamento das avenidas Antonio Sales e Washington Soares. O Grupo Crítica Radical e outros foram para o estacionamento do *Shopping Iguatemi*, local da corrida.

82 A cobertura do protesto na internet, com fotos, está em *Manifestantes ficam pelados...* (2011).

presos. Participaram inclusive jovens de fora do Crítica Radical, de outros movimentos libertários que somaram naquele momento e que não eram do SOS Cocó, evidentemente. Desnudar, mostrar a farsa era o objetivo. A [outra] nossa ideia, que nós não conseguimos, era tentar inviabilizar a tal corrida ecológica. Isso nós não conseguimos, porque a repressão veio, prendeu os meninos e tivemos de ir à delegacia. [...] Quando chegamos à delegacia, encontramos um delegado que era simpático à causa do Cocó. E apesar de os policiais terem chegado lá com toda coisa pra prender e processar, o delegado entendeu que se tratava de uma manifestação, [...] então pediu pra gente aguardar, deixou os policiais irem embora e, depois, ele liberou o pessoal, porque não era nenhum crime, nem era um ato libidinoso. [...] Era um protesto legítimo que, inclusive, essa forma de protesto é utilizada em outras partes do mundo.

### ***As APAs da Administração Popular***

Durante a Administração Popular de Maria Luiza Fontenele, a Prefeitura de Fortaleza atendeu diversas demandas do movimento ambiental, razão por que criou a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cocó, a do Riacho Maceió e a do Rio Ceará. Apesar da criação das APAs, aquelas áreas continuaram sofrendo depredação, portanto, a rigor, o objetivo daqueles instrumentos legais não foi alcançado, pois, ao longo do tempo, antigos usos inadequados continuaram permitidos e outros, somados: subestação da Chesf, supermercado Macro, aterro do Jangurussu nas imediações do rio Cocó, desmatamentos e ocupações irregulares nas margens daquele rio e nas demais APA.

O grupo integrado por Maria Luiza e Rosa da Fonseca tinha inserido o enfoque do meio ambiente nas fábricas, na Av. Francisco Sá, quando estavam poluindo: “Tivemos lutas contra elas”, informa Maria, para quem

as APAs eram medidas de proteção ambiental, mas também lutamos contra a construção do Hotel Marina Park, por impedir o acesso de todos à praia, naquele ambiente já se dirigindo para o Pirambu, onde tínhamos um movimento forte.

Na época, o movimento ambiental entendeu também que aquela construção poderia repercutir na parte oeste da orla.

O projeto para a APA do Cocó foi para órgãos federais em Brasília, a fim de conseguir recursos. Segundo Maria Luiza, aquele projeto

foi considerado o mais arrojado que eles haviam recebido, depois do da região do Pantanal. Porque fizemos um estudo de todo o Cocó na Região Metropolitana, em todos os seus aspectos: habitação, vias, e que toda aquela região fosse destinada a pomares, hortas, plantações para alimentação e remédios.

Maria Luiza faz uma análise da reação da Câmara Municipal frente ao projeto, dizendo ter sido semelhante à caça às bruxas:

Os vereadores rejeitaram o projeto para não prejudicar a indústria imobiliária, da mesma forma como, na caça às bruxas, eliminar as mulheres, tachando-as

de feiticeiras, foi um modo de seus remédios não concorrerem com a nascente indústria farmacêutica. Fomos combatidos porque estávamos retirando o filé da construção civil, esses espaços que hoje estão ocupados não só pela Torre do Iguatemi, mas com [...] revendedoras de carro, [outros] shoppings, supermercados. Nosso projeto para o Cocó não foi aprovado pela Câmara Municipal, como também ela não aprovou o nosso projeto de alimentação para a produção do campo ir direto para os consumidores nos bairros de Fortaleza, sem a intermediação das grandes redes de supermercados.

Maria Luiza conta que na campanha eleitoral para a prefeitura, em tapes curtos, o Professor Matos [Francisco José de Abreu Matos, da UFC, idealizador do Projeto Farmácias Vivas] falou das Farmácias Vivas e foi mostrado o projeto de drenagem da Cidade 2000. O prolongamento da Av. Santos Dumont passou sobre uma lagoa e mudou o curso das águas, provocando grandes alagamentos no bairro. Barros Pinho assumiu o mandato tampão de seis meses e executou o projeto de drenagem. Mostramos a importância da organização comunitária na preservação do meio ambiente, que foi uma grande experiência ali na Cidade 2000. Eli, que tinha um bloco de Carnaval, mobilizava o pessoal do esporte naquele bairro.

### ***O Grupo no SOS Lagoa de Parangaba***

Ante a informação de que teria havido resistência da Prefeita Maria Luiza antes de impedir a construção da revenda de veículos nas margens da Lagoa de Parangaba, Maria Luiza faz um esclarecimento:

Acho que houve um mal entendido quanto a nossa participação nessa campanha. Eu me lembro que fizemos uma espécie de audiência pública no local. Eu me lembro da tensão em que fiquei, quando autorizei a derrubada do muro e dos alicerces da revenda, porque havíamos passado pela experiência do Marina Park, onde houve até bala contra o motorista do trator [que fora derrubar, conforme autorizara a Justiça]. Nossa decisão era impedir a construção [em Parangaba] e, de fato, ela foi impedida.

Quando Maria Luiza assumiu a prefeitura, estava começando a construção do Marina Park, autorizada pela administração anterior. O Procurador Geral do Município, Antonio Carlos Araújo, descobriu que a construção não tinha respaldo legal, estava completamente irregular do ponto de vista do interesse da cidade, da preservação do espaço da praia, ela diz. Ressaltando que naquele caso talvez tenha confiado muito na Justiça e mostrando dúvida se adotou a estratégia certa, ela conta:

Conseguimos [entrar com] uma ação para derrubar o que já estava sendo construído. Eles receberam com bala. Então nós tivemos que parar o trator, para não expor o motorista. Eles entraram com recurso e tiveram ganho de causa na Justiça. Talvez, se a gente tivesse mobilizado mais, mais gente, ao invés de só entrar com essa ação judicial, talvez a gente tivesse conseguido nosso intento. Não sei, porque, nos outros momentos [em outras causas], ninguém conseguiu.

Para contraponto, Rosa da Fonseca relata a estratégia adotada no caso do Projeto Costa Oeste:

Nós conseguimos com o movimento que aconteceu com participação ampla da população e também de outros movimentos e arquitetos e tudo, barrar o Projeto Costa Oeste, este mais recente. O Projeto Costa Oeste, feito pelo [governador] Tasso [Jereissati], era pra pegar a Leste Oeste praticamente toda [...] e nós conseguimos barrar, tanto é que agora a prefeitura está fazendo um outro projeto que na época foi feito um projeto alternativo. Não sei se a [prefeita] Luizianne [Lins] aproveitou alguma coisa, mas foi um movimento extraordinário, de confronto mesmo muito forte.

Maria Luiza interfere e acrescenta: "Reunia pessoas do Pirambu até a Barra do Ceará, um movimento extraordinário". Rosa continua:

A gente colocava os telões, esclarecendo para a população o que era o projeto alternativo, teve até um lance muito forte, quando uma campanha [eleitoral] do PSDB foi fazer um comício no Pirambu e o povo não deixou o comício acontecer.

Impedir o comício foi uma forma de o movimento constranger quem aquele grupo julgava deter algum tipo de poder. Essa arma do movimento social é usada de diferentes modos. Com frequência o poder constituído aproveita esses momentos para justificar sua violência, mas o constrangimento serve para revelar, para além da violência oficial, também outros aspectos de nossa cultura. Foi o que ocorreu em episódio da campanha do movimento da Praia de Iracema, contra a sua destruição e contra a prostituição na orla, como conta Maria Luiza:

Um artista [o arquiteto Marrocos Aragão] fez um pênis gigante para protestar e, quando os soldados chegaram, para prender os meninos, nenhum deles queria segurar o pênis. [Risos]. Ninguém queria levar a 'prova do crime', ficaram os soldados um dizendo para o outro: 'Leva tu', 'Não, leva tu', e a galera se divertindo!! [Entrevistadas e entrevistador caem na risada].

Conforme a proposta do Governo Tasso Jereissati para o bairro Pirambu, cada morador receberia o título de propriedade de seu imóvel. Para Rosa e Maria, essa era uma estratégia de dividir. Porque, diz Maria, "hoje o que sustenta o Pirambu é o coletivo"<sup>83</sup>. As famílias são proprietárias da edificação, mas o terreno é coletivo. Elas argumentam que, com a propriedade individual, os que têm maior poder aquisitivo

---

83 Pelo arranjo institucional criado na década 1960, as terras do Pirambu pertencem à Comunidade Cristo Redentor e à Comunidade Nossa Senhora das Graças, correspondentes às duas paróquias de iguais nomes. A pessoa é dona da construção, não do terreno. As questões de terra são decididas nas duas Comissões de Conciliação. Informação oral dada pelo ex-pároco do Pirambu, D. Francisco Hélio Campos, e confirmada em reuniões no bairro, quando eu trabalhava no Setor Arquidiocesano dos Meios de Comunicação Social, e em entrevistas com moradores, para reportagens do jornal Diário do Nordeste, de Fortaleza.

iriam adquirindo os terrenos aos poucos e, mais cedo ou mais tarde, os atuais proprietários, pessoas de pequeno poder aquisitivo, venderiam tudo.<sup>84</sup>

Propostas como esta revelam o automovimento do capital, que tem seus tentáculos e subterfúgios, argumenta Maria Luíza. Ela conta que, enquanto prefeita, recebeu a alegação de que os vendedores de peixe poluíam a praia. “Fizemos um estudo para ver o que mais poluía a praia. Constatamos serem os hotéis, que jogavam seus dejetos no mar”. A situação era antiga. Vinha da administração Lúcio Alcântara, quando o prefeito permitiu que os prédios lançassem seus esgotos nas galerias pluviais – medida difícil de entender, vinda de um prefeito médico.

Maria Luiza prossegue seu relato:

A administração anterior havia concedido a esses hotéis que não pagassem alguns impostos e taxas, como estímulo aos empreendimentos em si e ao turismo, e não havia fiscalização dos hotéis. Como também não havia taxaço sobre os postos de combustível. Não havia sobre o gás butano, tudo isso formas de garantir que o capital se reproduzisse. Enquanto isso você tem uma população que não tem recursos para atender uma necessidade mínima, como era o caso dos barraqueiros. Fizemos toda uma discussão com os barraqueiros para que eles apresentassem um projeto alternativo. A população continuava contra eles e eles tinham de ganhar a população. E aí foram construídas as barracas de venda de peixe que ainda existem até hoje. Quando nós entramos [na prefeitura], Fortaleza era considerada uma das cidades mais mal servidas de esgoto do mundo. Quem me disse foi Evandro Parente, que tomou conhecimento do dado em um congresso internacional de que ele participou.

### ***Para o Sistema, quem Deve Morrer***

As representantes do Movimento Crítica Radical foram instadas a dizer o que concluem das lutas de anos, na sociedade civil, na militância partidária e em instâncias de governo. Para Maria Luiza ficam dessa experiência ensinamentos sobre destruição da natureza e dos seres humanos:

Talvez o meio ambiente seja onde você percebe melhor, onde a degradação se faz mais evidente, mas e o que o capitalismo faz com os seres humanos? O processo de desfibramento dos seres humanos... a degradação das pessoas. Eu conversava outro dia com uma senhora sofrendo muito por suas netas de 14, 15 anos [que] estão se prostituindo e isso é uma coisa que dá muita dor. E se você pensar que isso é uma rotina de todos os dias!... Não só do uso da droga, do craque, mas do uso de várias idéias da xenofobia, disso e daquilo que vai degradando a pessoa... ou o consumismo, ou grande número dos nossos jovens morrendo por câncer, talvez em decorrência dos agrotóxicos, porque aqui também é um dos estados que mais... Então por onde você pega, você vai vendo que o sistema... ele destroi os seres humanos e a natureza, de igual forma.

---

84 É o que os membros da Brigada Antonio Conselheiro chamam “expulsão branca”.

A declaração de Rosa da Fonseca vai na mesma direção:

Com o agravamento da crise ecológica, aquele sentimento que já havia de preservação dos recursos naturais toma uma outra dimensão, porque o que está em jogo agora é a própria sobrevivência do planeta e da humanidade, porque nós entendemos que, realmente, a luta é para superar a lógica do sistema. Não tem como sustentar o planeta Terra nem a cidade de Fortaleza, nem o Brasil, nem o mundo, dentro dessa lógica. Quando a gente coloca a possibilidade de construir um novo movimento social, é um que possa livremente dar um grito para construir essa alternativa.

Maria Luiza retoma a palavra para complementar:

Realmente é uma defesa da vida, que ela está falando. Quando você diz uma luta em defesa da vida, ou pela paz, ou contra a violência, você tem que ir no fundo da questão. E qual é a questão? É esse sistema... A Rosa estava citando uma questão que ela não adentrou. Se o sistema é destrutivo por sua lógica, se é um sistema que, para se implantar, ele tem como elemento fundamental a energia humana na produção de mercadoria, e aí, de repente, ele substitui esse indivíduo pela máquina, no processo de vender mais barato a mercadoria, com uso de tecnologias que tornam os produtos mais baratos, então você retira do sistema a sua substância que é a energia humana na produção de mercadoria. Então o sistema tem essa lógica que é, em si, destrutiva. E, por outro lado, para produzir essa quantidade de mercadoria, ele vai acabando com os recursos naturais, [...] vai destruindo a natureza. [...] Mesmo que você não esteja por dentro dessa lógica do sistema, basta andar dentro de Fortaleza, com a quantidade de carros que nós temos. Por que um dos problemas que nós estamos enfrentando aqui e em outras grandes cidades é o problema da depressão, de as pessoas se suicidando! É porque as pessoas não estão suportando. Você não pode ficar numa calçada, você não pode trafegar [a pé] livremente.. porque é um sufoco. E a quantidade que está sendo eliminada de gases e sufocando... então é um processo horrroso.

Se as pessoas estão sufocadas, se elas não estão satisfeitas, pergunto qual a razão de não haver uma reação na igual proporção do incômodo vivido pela maioria da população, ao que Maria Luiza responde:

O sistema, dolorosamente, ele venceu, derrubando todas as barreiras que tentaram impedir o crescimento do capitalismo. O movimento operário de um modo geral, o movimento dito socialista que foi derrotado porque as pessoas não tinham a compreensão dessa lógica de funcionamento e, ao propor uma sociedade de outro tipo, não tinham as armas adequadas para isso, e o sistema impôs a nós com o avanço tecnológico e com a mundialização [do capital], ele impôs a todos os seres humanos uma espécie de "matrix" que nós estamos submetidos a ela<sup>85</sup>. O próprio sistema de comunicação está levando ao indivi-

---

85 "Quero perder, de vez, tua cabeça, minha cabeça perder teu juízo", canta Chico Buarque na música Cálice. Emir Sader também abordou a hegemonia do capitalismo, em sua palestra em Fortaleza, no Projeto Tópicos Utópicos, dia 11.12.10, no teatro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a que assisti. Disponível em: <[http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=14868](http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14868)>. Acesso em: 25 ago. 2011.

dualismo ou a uma massificação, também. Então ou somos robôs ou marionetes. Daí a importância da crítica radical, para que nós, conscientes da lógica do capitalismo e de que se esse sistema foi criado pelos seres humanos, ele pode ser desruído pelos seres humanos, somos capazes de criar um movimento de ruptura. Não há isso hoje, não há. Há lampejos, uma pessoa pensando isso aqui, outra acolá, mas não há um movimento [inter]nacional, como em dado momento você percebia que havia, do ponto de vista da luta marxista pela construção do socialismo. Hoje você tem a possibilidade dessa compreensão teórica e tem meios de comunicação rápida, então isso tem de ser acionado rapidamente, antes que o sistema nos destrua.

Neste ponto da entrevista, pedi das duas sua opinião se o tema da vida não seria aquele tema gerador em torno do qual poderiam se aglutinar todos os movimentos sociais, posto que de nada adiantaria para cada segmento conseguir sua vitória particular, em campanhas fragmentadas, se todos estão igualmente ameaçados pela morte que ronda o planeta. Eis a opinião de Rosa:

A gente tem de pensar em uma nova vida, porque esta vida está se destruindo. Uma vida realmente voltada para a vida, não para a morte, para o dinheiro, para o Estado, para a política, porque a vida nossa hoje está toda voltada para isso. Há a necessidade de uma consciência crítica da aberração que é esse sistema nos seus fundamentos e pensar uma alternativa, porque o mais grave dessa situação é que a reflexão teórica foi levada para as calendas gregas porque se achou que estava tudo resolvido.



**Foto 47 – Residências na APP da Lagoa Maria Vieira, Bairro Cajazeiras**

**Fonte:** Colhida pelo autor, na pesquisa de campo.



**Foto 48 – As Alças de Viadutos como Importantes Áreas Verdes da Cidade**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Maria Luiza interfere, completando:

E também [falta] o aspecto da totalidade, Rosa. Antes, quando você pensava no socialismo, você pensava numa coisa mais global, totalizante. Agora, você vê o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento... [disso, daquilo] ... ou seja, a modernidade fragmentou tudo, para você juntar essas propostas todas é um desafio danado.

Rosa Fonseca afirma, então, que a emancipação humana, o projeto do Grupo Crítica Radical, implica o retorno à convivência harmônica de homens e mulheres com a natureza:

A nossa proposta hoje é pela emancipação humana. Nem é socialismo, nem é capitalismo. É emancipação humana, ou seja, nós, pessoas humanas, conseguirmos romper essa "matrix" a que a Maria Luiza fez referência, que o sistema impõe, sendo que esse sistema é fruto nosso, porque a gente tem que ter essa compreensão. Porque embora o sistema tenha assumido essa característica de um ser abstrato, o mercado, [...] que na verdade é uma abstração, mas é uma "abstração real" que Marx conseguiu captar essa coisa abstrata mas real no sentido de que é o que está comandando e se materializa no dinheiro, na mercadoria, no Estado, nesse tipo de relação social. Então nós temos de pensar outra forma de relação social, de regulação da sociedade que não através da política; outra forma de funcionamento da sociedade que não seja mediada pelo dinheiro; a produção de bens necessários à vida, portanto, eliminando a condição de mercadoria dos bens necessários à vida e, portanto, eliminar a mercadoria, o dinheiro como esse elemento de mediação – que é a ideia da emancipação humana. Agora é claro que essa emancipação humana só pode acontecer em equilíbrio com a natureza, porque nós temos de compreender de uma vez por todas que nós fazemos parte da natureza, nós somos natureza também.



## **8 ANÁLISE CRÍTICA DA EXPANSÃO DE FORTALEZA**

Cumpra agora analisar criticamente o processo de transformação por que passou a cidade, comandado por suas forças sociais. Na etapa precedente deste trabalho estão registradas as histórias dos grupos de Fortaleza e de suas reivindicações por áreas verdes, na perspectiva do movimento ambiental. Nossa panorâmica abrangeu o período que vai do início da década de 1970 a 2011, descrevendo a origem, a organização, o potencial, as campanhas, as formas de organização, os êxitos e fracassos, as forças e debilidades, as alianças e as estratégias de pressão e de legitimação, mas também os impasses enfrentados por esses grupos e seus colegiados.

Entrevistei estudiosos da cidade que foram instados a mostrar estudos e análises da expansão de Fortaleza, ao longo de sua história e no período aqui estudado. Passo a transcrever a visão dos estudiosos e profissionais da área de urbanismo acerca da evolução de Fortaleza. Durante o relato de vida de seus movimentos, algumas lideranças e outros participantes também deixaram transparecer, de modo espontâneo, sua insatisfação e avaliação frente aos rumos da cidade. Planejei ouvir também os construtores, o que não consegui.<sup>86</sup>

### **8.1 A Visão dos Estudiosos**

O arquiteto Joaquim Cartaxo Filho<sup>87</sup> considera que foi importante a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (Aumef) ter definido a cota três como

---

86 Falta aqui a avaliação do setor de construção civil. Apesar de três ou mais tentativas, não consegui resposta positiva para entrevistar o titular do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon).

87 Ex-secretário de planejamento de Fortaleza, na Administração Popular comandada pela socióloga Maria Luiza Menezes Fontenele, e ex-Secretário das Cidades, no primeiro mandato do governador Cid Gomes (2007-2010). Foi presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE), e apoiou a campanha SOS Lagoa da Maraponga como assessor do vereador Durval Ferraz. É sócio proprietário de um escritório de arquitetura em Fortaleza.

área de proteção ambiental em toda a extensão do rio Cocó, pelo fato de este banhar 60,28% do território da cidade. Por ser intermunicipal, ficou a cargo da Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará (Semace) o seu controle, segundo ele, feito a contento em suas margens na área rural. Considera, porém que, mesmo em Fortaleza, ainda há condições de transformar em parque as suas margens.

Para Cartaxo, Fortaleza nasceu economicamente conectada ao circuito comercial do mundo, como porto escoador de algodão. Nunca foi uma cidade industrial e perdeu para Maracanaú o pouco que tinha de indústria. Entretanto, aparece no estudo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) como a terceira das "cidades que influenciam", só perdendo para São Paulo e Rio, pois tem ascendência sobre 20 milhões de pessoas, em uma área que vai do Rio Grande do Norte ao Amazonas.

Sua influência abrange também Portugal, de onde as pessoas vêm para passar férias e fazer tratamentos odontológicos. No mercado turístico internacional, o ex-secretário das cidades assegura que "Fortaleza está no processo de disputa", como convém a qualquer grande cidade, hoje. Confrontado com o fato de a cidade ter crescido sem respeitar os recursos hídricos, seu potencial paisagístico<sup>88</sup>, a ponto de bairros de elite, como a Aldeota, e populares, como o Montese, não terem praças e áreas verdes, Cartaxo pondera que tal ocorreu porque a legislação permitia e "a Aldeota eram sítios da burguesia", portanto, cada lote com grandes jardins e quintais arborizados, as pessoas não sentiam necessidade de praças. As áreas mais recentes, porém, como o Papicu, são contempladas com esses equipamentos.

Uma das causas para Fortaleza ter problemas de solução complexa é seu espraiamento horizontal, ao contrário das cidades médias dos Estados Unidos, de configuração mais compacta, pois crescem menos na horizontal e se expandem na vertical. Em cidade compacta, fica relativamente mais fácil resolver os problemas, se a população mora em uma área geográfica menor, argumenta Cartaxo. No Brasil, predomina o primeiro modelo. Assim, cidades como a nossa requerem mais infraestrutura para transporte, energia elétrica, água, telefonia, saúde, educação e de trabalho, entre outros, para o que faltam recursos.

O arquiteto Fausto Nilo explorou essa mesma linha de raciocínio, no evento Diálogos O Povo & Cultura, dia 06/10/2010, quando abordou o tema "Fortaleza dos contrastes: do tempo da Belle Époque ao futuro". Como a cidade já está grande, ele defendeu sua nucleação, de modo que a pessoa tenha perto da sua moradia emprego, estudo, diversão, contato com o verde, locais de culto e outros serviços. O objetivo, segundo ele, seria diminuir ou eliminar os grandes deslocamentos, especialmente para o trabalho. Não faz sentido morar no Siqueira e trabalhar no Mucuripe, o que ocorre hoje, daí uma linha de ônibus ligar exatamente esses extremos.

O arquiteto e médico Luís Renato Bezerra Pequeno considera as cidades americanas mais parecidas com as nossas, com centros em crescimento, o ideal de

---

<sup>88</sup> A esse respeito, ver a análise de José Borzachiello da Silva sobre o Movimento SOS Cocó e o Fórum da Sociedade Civil Cearense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, nas seções 7.2 e 7.3.

morar em casas e chácaras, mas lá eles têm transporte público eficiente<sup>89</sup>. Aqui a cidade começa com a casa grande e a senzala, e ainda não conseguimos perder isso. Ao ocorrer a abolição, metade da população brasileira era escrava e ficou entregue à sua própria sorte, fato que deu origem aos cortiços em decorrência da pressão por moradia. A urbanização ficou, então, associada ao higienismo, pois as cidades eram muito densas.

Para Renato Pequeno, a remoção dos cortiços potencializou o processo de geração das favelas. Ele cita o urbanista Flávio Villaça, cujos estudos demonstram o quanto no Brasil as cidades são desigualmente produzidas, com desenvolvimento concentrado, homogeneizando toda a periferia<sup>90</sup>.

O arquiteto e professor Marcus Lima analisa Fortaleza ao longo da sua história e percebe traços que permanecem, como a demonstrar um modo de ser próprio de seus habitantes, e algo novo, a despontar, porém ainda não bem delineado:

É uma geração que vai chegando com nova mentalidade. A opinião pública, nos últimos anos, tem se colocado de uma forma muito real. No caso da quadra da Aldeota, o desmatamento se dá no fim de semana, durante o carnaval. Já havia, por parte de quem fez, a consciência da contundência da ação e da reação que podia gerar. Aqui há uma tradição de desmatar. O desprezo por praças e verde está na cultura de Fortaleza. Há uma área de interesse imobiliário, mas esse desprezo ocorre em todos os bairros. A despreocupação [com o verde] está relacionada à cultura mercantil, de cidade de comerciante, desde sua origem. A partir do Forte, Silva Paulet já demonstra conceber o espaço-mercadoria. O espaço público é considerado desperdício. Aqui temos a tradição de uma cidade nada aristocrática, de comerciantes, de capital atrasado de início, que se industrializou um pouco.

Napoleão Ferreira<sup>91</sup> faz uma comparação com Recife:

Vamos comparar com Recife: seu terreno central é quase todo aterrado, espaço caro, mas conserva o Parque do Derby há mais de 100 anos, com piso permeável, no coração da cidade. Há ali um aprendizado, valoriza alguma coisa. Aqui, tivemos a CPI das praças e o que se constatou: não é só o capital que faz isso. Há um consentimento. Na Maraponga, o capital não fez, porque não houve o consentimento. O capital é uma força quase irracional que vai... [faz gesto de 'avançando']. Quando há o consentimento de que a área verde é desperdício de espaço, então a coisa pega.

---

89 Falta consenso sobre a essa avaliação. Outros estudiosos ouvidos discordam, dizendo que a prioridade dada ao automóvel leva a que o transporte público deixe muito a desejar nos Estados Unidos.

90 Flávio José Magalhães Villaça, urbanista e arquiteto, citado pelo Prof. Renato Pequeno, porém sem mencionar uma obra específica das publicadas pelo autor.

91 Marcus Lima e Napoleão Ferreira foram entrevistados em conjunto, nos jardins da Unifor, após uma reunião de que participavam.

Ele lamenta que em Fortaleza haja uma fraquíssima cultura urbana. Diferente de uma cidade como Belém, com suas ruas de seis metros de largura e grandes praças. Diferente do Rio de Janeiro, cujo Parque do Flamengo, concebido com arrojado paisagismo, é usado pela população há 50 anos. Experiências como essas geram consciência, aprendizado na população, diz o arquiteto, para arrematar: “Se eu não conheço um parque, como é que eu vou reivindicar que o Cocó seja um parque mesmo?”

Marcus Lima observa na urbanização de Fortaleza uma violência, uma despreocupação com o futuro, e traços do rompimento com a tradição medieval, quando os europeus adotaram a racionalidade moderna:

O modelo de ocupação do território que despeza as condições naturais do terreno já é uma violência. Toda ocupação gera impactos, quando não há preocupação com o futuro – e essa é [ou deveria ser] uma preocupação coletiva: a consciência coletiva não está na pauta dessa avidez. É como se jogasse para o futuro possíveis soluções dos impactos, [do] tipo ‘cria-se um segundo andar...’ [em toda a cidade]. No caso do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, chegou-se ao cúmulo de argumentar que seria mais barato construir no mar do que na terra. A crítica aqui vai no nível da consciência. Esse modelo de ocupação do espaço, [essa] forma ultrarracionalista é modelo importado que nos chega através dos portugueses. Os romanos já faziam isso – [adotando o] ortogonalismo que se opõe ao modelo medieval. No momento em que se permite o controle econômico, político e inclusive social pelo desenho urbano, se estabelece um repertório de vias, lotes, dimensões de quadras – lote regular é mais fácil de medir e vender – e de controle. É mais fácil fechar ruas em um levante, um motim popular. Silva Paulet era engenheiro militar e faz o traçado das primeiras quatro ruas a partir do Forte.

Marcus Lima reforça a comparação de Fortaleza com Recife, ressaltando que a sinuosidade dos rios, naturalmente, levou a que certas áreas nunca fossem ocupadas. A sinuosidade entrou como facilitadora da reserva de espaços para uso público. Ele ressalta, porém, que tem de haver determinação do poder público de usar esses espaços dessa forma, dentro de uma política paisagística, pois a conservação e determinado uso não ocorrem espontaneamente. Napoleão Ferreira acrescenta que, em Fortaleza, o Parque do Cocó, sem dúvida uma conquista da cidadania, funciona apenas como reserva, quando deve ser um parque urbano onde a vida urbana se manifesta. Hoje é um enclave na cidade, sem uma função urbana muito clara, porque, de fato, a maior parte de sua área não é usada para proporcionar o convívio urbano. Da mesma forma, a APA do Rio Ceará.

Há em Fortaleza, na verdade, uma incompreensão quanto à qualidade do espaço, diz Marcus Lima. Por isso em uma cidade que já tem um estaleiro surgiu a ideia de construir outro, mas o IAB colocou dados técnicos contra, em documento irrefutável. Da mesma forma, o IAB se contrapôs ao Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, sem visão particularista ou empresarial, porém com uma visão republicana, o que, segundo o arquiteto, foi um desafio e um aprendizado. Porque nesses

dois momentos era necessário ser inteligível sem ser simplório. Nesses como em outros projetos há sempre o discurso de emprego e renda. Trata-se, entretanto, de um discurso “contundente e estreito, porque esconde o tráfico, a prostituição e o jogo” que, com frequência, vêm juntos com os empreendimentos.

Para Marcus Lima, atrair turistas com esses equipamentos é válido, mas o turismo não pode ser um fim. Paris ergueu a Torre Eiffel para os parisienses. Nova Iorque criou o Central Parque para seus filhos. Hoje, o turista chega àquelas cidades e também ele usa tais espaços. Fazer “intervenções tresloucadas, pensando unicamente em turismo, pode implicar mais segregação”. Ele cita, por exemplo, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, como equipamento sem elos com a cidade real. Ele conta uma experiência de pesquisar 40 alunos da rede pública. 90% nunca tinham ido àquele centro, por acharem que seria paga a entrada, e não dispunham de recursos, ou por considerarem que aquele não era seu meio; dos 10% restantes, 5% tomaram a iniciativa de ir normalmente, mas os outros 5% foram pensando que nem poderiam entrar, quer dizer: iriam olhar de fora. Entretanto, 100% sentiam orgulho do “Dragão do Mar”.

Há mais inconsistências, segundo o arquiteto: o Centro Dragão do Mar foi criado com o objetivo de também formar pessoas, entretanto, ele não acolhe o Instituto Dragão do Mar, que funciona em locais alugados. Por outro lado, registra-se no “Dragão” uma segregação espacial: atravessou a rua, é outro o espaço. Após mais de 15 anos de construído, seu entorno continua degradado – faltou, portanto, planejamento estabelecendo elos com a cidade real.

Marcus Lima fala de outro equipamento destinado a impressionar os turistas, a Praia de Iracema, produzida como cenário, polo de lazer, um simulacro. Este é o risco das cidades construídas com fins turísticos: tornar-se simulacro e o seu cidadão se sentir à margem. A cidade-cenário não tem sobrevida ante a outra que atraía os turistas que vinham aqui. O turista quer a essência da cidade, e não uma construída artificialmente. Ora, em Fortaleza esse último viés predominou nas intervenções para atrair turistas.

Neste sentido, Napoleão Ferreira diz ver dois tipos de cidade: Cancún e Disney representam o modelo da cidade-cenário; já as cidades da Europa corporificam aquelas com conteúdo cultural. “Recife e Salvador não têm um centro cultural”, já que nelas a chamada cultura local distribui-se em suas marcas históricas, ao longo da cidade.

Ante o questionamento sobre se a disputa internacional por turista influencia para a cidade ter maior ou menor área verde, os dois arquitetos consideram que o turismo requer investimento na qualidade de vida urbana. Sem isso não vai haver atração de turistas. Argumenta Napoleão Ferreira:

O esforço deve ir no sentido da qualidade de vida da população. Vejamos o caso da copa na África do Sul. Foi necessária uma verdadeira operação de

guerra. Copa não consolida destino turístico. Ninguém se lembra daquela cidadezinha da Alemanha onde o Brasil jogou em 1974 e se classificou para as quartas de final... O importante é o uso que se dê à área verde. Sem uso, se joga lixo nela, o marginal se esconde nela, a ponto de ser necessário colocar cerca<sup>92</sup>. Essa questão do verde remete à civilidade, ao respeito à área verde e à área construída. Para além de ter a área verde, porque temos de ultrapassar a visão de mostrar como trunfo grande número de metros quadrados de área verde, para chegarmos ao uso, a partir de uma diretriz não só pública, mas compartilhada pela sociedade, sendo que o poder público inicia o processo.

Para os profissionais ouvidos, temos o privilégio de estar inseridos neste momento de reversão. Claro que sempre haverá situação escusa. É necessário levar em conta que cada ponto geográfico faz exigências próprias, que requerem tratamento específico, para chegarmos a uma boa cidade para todos: os da praia, os das dunas, os da periferia. O Brasil atrai todo ano seis milhões de turistas, a maioria para o Rio de Janeiro. As demais cidades se qualificariam como destinos turísticos na medida em que primassem pela qualidade em toda a cidade, argumenta Napoleão Ferreira, mas o que se constata em Fortaleza é a divisão da cidade em leste e oeste, uma divisão de classe, com espaços destinados à cenarização política, como o Porto das Dunas.

O melhor pôr do sol de Fortaleza é na Barra do Ceará, onde seria instalada a Universidade de Fortaleza, avalia Napoleão Ferreira, entretanto um grande investidor imobiliário doou o terreno para a construção de sua sede no então bairro Água Fria, ao lado de outros dois empreendimentos: o Centro de Convenções e a Imprensa Oficial, que também receberam terrenos como doação, do mesmo investidor imobiliário. O que era um bairro desabitado e sem infraestrutura, cerca de 40 anos depois é a região da cidade com o maior preço do metro quadrado de terra.

Para Marcus Lima, esse fato tornou-se referência da construção imobiliária da cidade desvinculada do seu planejamento, de uma lógica que se sobrepõe àquela do planejamento, pois a cidade sempre teve um plano diretor. Os planos em geral permaneceram meros planos, ignorados. O de Adolfo Herbster criava, em 1870, dois parques jamais implementados: o do Pajeú e o do Jacarecanga, demarcados por margens de 50 metros em cada rio. Em contrapartida, o Colégio Liceu foi construído em cima de uma praça e, mais recentemente, a mudança de gabarito, para uso e ocupação do solo com prédio foi alterada em um fim de semana, constatação esta feita também por Costa (1988) em sua dissertação sobre a Cidade 2000.

O Professor Renato Pequeno observa que ao longo do tempo as elites se apropriaram das infraestruturas implantadas pelo Estado. Assim, na década de 1970, o Center Um sinalizou a expansão da Aldeota com a abertura da Av. Santos Dumont até a praia e a Unifor, dando início a um novo espaço de ocupação; na década 1980, o marco é o *Shopping* Iguatemi, até a expansão atingir o Porto das Dunas. Nesse íterim, a Praia do Futuro foi disponibilizada para urbanização sem

---

92 Referência aos motivos alegados pelo governo do Estado para colocar cerca de arame no Parque Cocó.

infraestrutura, o que, a seu ver, revela a pequenez do setor imobiliário e a ausência do Estado, ao permitir a ocupação de área frágil de dunas, lagoas, rios e mangue. “Como só houve interesse no seu valor imobiliário, o lado paisagístico foi relegado”, declarou a respeito o arquiteto Jorge Neves, à época vice-presidente da Socema, em pronunciamento contra a poluição da Praia do Futuro por fossas, em decorrência da construção da ponte sobre o rio Cocó, para ligação com a praia de Sabiaguaba. (PRAIA DO FUTURO..., 1985).

Tendo presentes todos esses registros, o arquiteto Luiz Deusdará vê o surgimento de uma nova cidade, nos últimos 30 a 40 anos, “aos trancos e barrancos”. Uma decorrência, a seu ver, da extinção do Instituto de Planejamento do Município e de ser impossível a cidade crescer bem sem um órgão de planejamento. Na sua visão, a cidade deve ser o resultado da interação de várias forças sociais, mas em Fortaleza dá-se o contrário, porque o poder está monopolizado:

Então a cidade ficou entregue aos construtores, aos incorporadores, ao poder econômico. Não tenho nada contra o poder econômico. O poder econômico é um dos poderes, mas deveria haver um equilíbrio entre o poder econômico e o poder popular, digamos assim. Na hora em que o poder econômico vê uma cidade sem seu instituto de planejamento, ele traz para ele a idéia de que ele pode fazer o que quiser, não é verdade?

Como Luiz Deusdará tem escritórios em Portugal, Cabo Verde, Moçambique, Romênia e na Espanha, ele sente falta de diretrizes que sejam seguidas por todos aqui, como existem naqueles países:

Para fazer a reforma de uma casa em Braga, norte de Portugal, isso tem que ir para uma análise, para saber se essa casa vai interferir com os vizinhos, se vai causar algum transtorno a quem passa na rua. Então esse tipo de preocupação que nós nem aqui em Fortaleza nem no Brasil temos. Cada um faz o que quer, cada um aprova o projeto do jeito que quer. A cidade está se espalhando de uma forma que a infraestrutura não consegue acompanhar. A infraestrutura está ficando muito cara.

Em consequência do direcionamento unilateral do crescimento da cidade, Deusdará cita que há 10 ou 15 anos não existia o eixo da Washington Soares, onde não havia absolutamente nada, e hoje é um dos mais caros metros quadrados de Fortaleza. Ao mesmo tempo, o Centro, bairros como Jacarecanga e tantos outros estão abandonados. Na avaliação de Luiz Deusdará,

a cidade perde com isso. Todos perdem. Inclusive o poder econômico, porque os terrenos começam a ficar mais caros. Basta comparar a diferença abismal de preços do m<sup>2</sup> na Washington Soares e na Sargento Hermínio. Pior, se comparar com o Centro – e é onde mais se investiu em infraestrutura. Você tem tudo no centro da Cidade e o Centro está abandonado. Ali é monocultura, é só comércio.

Só funciona um período do dia. E lá é onde estão o teatro, a matriz [catedral], a estação do trem, o forte, tudo. O próprio poder público – o Governo do Estado saiu de lá, a prefeitura saiu de lá, o fórum, e deixou lá só o comércio.

Luiz Deusdará analisa que este trabalho de valorização de umas áreas em detrimento de outras o poder econômico faz muito bem, para o que usa a mídia. Para ilustrar, ele cita a disseminação, há 10 anos ou pouco mais, do conceito de que a Praia do Futuro era a pior praia do mundo, com alta salinidade. Há uns três meses, começou uma campanha com um discurso contrário, dizendo ser aquela, agora, uma ótima praia. Os investimentos dos incorporadores ali, hoje, levam-nos a dizer ser aquela a melhor praia do mundo, “e isso a mídia faz muito bem. Por que o poder público não faz isso para o centro da cidade?”, ele indaga.

Como o poder público não se mexe, o poder econômico vai ocupando o espaço que a cidade vai dando para ele. Se não existe em Fortaleza um planejamento de longo prazo, a Prefeitura de Fortaleza simplesmente aprova um projeto do poder econômico. “Eu boto um projeto lá, ela aprova, homologa o projeto”, assegura Luiz Deusdará. Ante a contraposição de que a cidade tem um planejamento representado pelo plano diretor, o arquiteto demonstra que o atual Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) é inconsistente. “Eu estou lendo todo dia, junto com 52 profissionais neste escritório. Nem os próprios técnicos da prefeitura conseguem interpretar o PDP. Ora isso pode; ali diz outra coisa, é um samba de crioulo doido”.

Como o atual plano diretor é recente, Luiz Deusdará recua no tempo para exemplificar que a cidade matou o rio de sua origem, o Pajeú, transformado em “um desaguar de esgoto. Tá morto. Ali estão o forte, nas margens; a matriz [que se tornaria catedral]; havia o fórum que saiu”. Estão também o Palácio do Bispo que se tornou a sede da prefeitura e, a dois quarteirões, o Palácio da Luz, antiga sede do governo.

Mais próximo de hoje, em plena vigência do Código Florestal (Lei 4771/65) e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (FORTALEZA, 1992), assegura Luiz Deusdará,

as diversas prefeituras estão deixando aterrar o riacho Maceió: por moradores, com lixo; por construtoras, por todos nós.<sup>93</sup> O [rio] Cocó é grande demais, mas estamos matando aos poucos, a partir das nascentes. O Governo do Estado está aterrando as margens [dele] para fazer o Centro de Convenções.

Para reforço de que o poder econômico domina, Deusdará argumenta que o poder é um espaço que não fica vazio. “Se existe um espaço a ser ocupado, alguém vai ocupar. E se não for o poder público, e se não for o poder popular, e se

---

93 Fiz para o jornal Diário do Nordeste reportagem sobre a resistência de populares diante dos projetos de urbanização com a ameaça de expulsá-los das áreas contíguas ao Riacho Maceió, manifestações que contavam com o apoio da vereadora Luizianne Lins. No período da pesquisa, procurei lideranças que pudessem resgatar a história daquele movimento, mas não consegui, razão por que é omitida aqui.

não for o poder técnico, vamos dizer assim, se não for o planejamento, vai ser o poder econômico”. Em decorrência disso, há ocupadas as praças e as áreas verdes dos loteamentos. Porque o poder público não ocupa e o poder popular nem sabe da existência do usucapião após cinco anos sem que o proprietário reclame. Então, o poder econômico, com acesso à informação e aos cartórios, ocupa e requer. “Se o empreendimento se instala e se passam 30 anos, vira verdade, você não vai discutir. Está lá há 30 anos, é dele. É como as capitânias hereditárias”.

Ocorre de o poder público alegar não dispor de terreno, como no caso da transferência dos locatários do popular Beco da Poeira<sup>94</sup>, quando precisou adquirir o galpão da Thomaz Pompeu, mas o arquiteto afirma que a Prefeitura de Fortaleza

pode não saber, mas tem. O investidor faz a doação para a prefeitura. Se a prefeitura não toma conta... A prefeitura nem sabe o que é dela. Se você for à Prefeita Luizianne Lins e perguntar, nem ela sabe, nem o secretário de meio ambiente. Falta um cadastro do que é dela.<sup>95</sup>

João Alfredo Telles Melo, ambientalista atualmente com mandato de vereador por Fortaleza, avaliando a cidade, assinala que o crescimento de Fortaleza teve como vetor importante a migração campo-cidade, motivada pelas secas, cheias, pela busca de estudos e serviços, embora hoje a pressão por esses motivos seja menor, posto que a população pobre está mais assistida no interior, e ocorreu, mesmo pequena, alguma interiorização da educação, até no nível de universidade, de alguns serviços e de empregos, ainda que precários.

Nas últimas três décadas o crescimento da cidade é impulsionado pela expansão do capital imobiliário e do capital comercial, cujos maiores ícones são seus *shoppings*. As obras das diversas esferas de governo dão sua contribuição com a instalação de equipamentos, como vias públicas, sem respeito às diretrizes de urbanização e à legislação ambiental. Assim, argumenta o vereador, o Inventário Ambiental de 1968 dava Fortaleza com 66% de seu território coberto de área verde, enquanto o mesmo inventário, em 2003, dava apenas 7% de cobertura vegetal.

---

94 Beco da Poeira: nome dado a um terreno no Centro, paralelo à Praça José de Alencar, entre a Rua 24 de Maio e a Av. Tristão Gonçalves, onde pequenos comerciantes e ambulantes vendiam seus produtos, desocupado para instalação de uma estação do metrô.

95 O titular da Secretaria de Meio Ambiente não se referiu ao cadastro em sua entrevista. Um importante militante de esquerda, comissionado na prefeitura na época da pesquisa, me disse haver cuidado quanto a divulgar essas informações, para evitar a invasão das terras. Na Secretaria de Administração do Município obtive a informação de que o cadastro existe. Apesar de dois requerimentos formais em seis meses, não recebi os dados. Ali duas técnicas disseram dispor de dados gerais de bens imóveis do município, porém sem especificar áreas verdes, praças e arborização urbana, segundo os critérios do Conama ou do Plano Diretor de 1992, apesar de sua vigência de 18 anos! Não identifiquei essas fontes, por ter obtido tais declarações em conversa informal. Por e-mail, recebi oficialmente um relatório pelo qual me foi impossível saber quantas áreas verdes a cidade possui, porém, com a ressalva de que eu ainda receberia um ofício de encaminhamento pelo secretário. Posteriormente, por telefone, foi-me dito que estavam corrigindo dados. Após tentar receber, por várias vezes, indo à secretaria, propus ao telefone que, concluídos os acertos, entrassem em contato para entregar o documento e esclarecer o necessário, o que não ocorreu até a defesa da dissertação.

Para Marcus Lima, ex-presidente do IAB e professor da Universidade de Fortaleza (Unifor),

há maior visibilidade [do problema] aqui [referindo-se à parte leste da cidade], onde está tudo construído; na periferia ainda há algum verde, daí a condescendência. Evidentemente, essa condescendência não deve haver do ponto de vista intelectual.

Napoleão Ferreira da Silva Neto, também ex-presidente do IAB e professor da Unifor, ressalta o poder público como o grande responsável pelos desacertos na trajetória de crescimento de Fortaleza e cita exemplos recentes:

A insensibilidade do poder público é algo que se evidencia aqui no Ceará. Em todos os acontecimentos, há algumas exceções, mas no geral essa insensibilidade se evidencia. O Tribunal Regional Eleitoral queria fazer sua sede em cima de uma área verde, aqui na Água Fria. [...] Do ponto de vista legal ficou provado que era ilegal. Agora, do ponto de vista ético, mesmo que fosse legal, você ocupar uma área verde com a sede de um poder!... O desrespeito parte do poder público. É uma prática assim quase sem exceção, do poder público municipal, do sistema do poder Judiciário e mesmo de parte do Poder Legislativo, uma insensibilidade muito aquém do que os movimentos hoje estão reivindicando. Certas coisas que já podiam estar resolvidas e realizadas não o são. Por quê? Porque não estão na ordem de prioridade. Eu não entendo, se até do ponto de vista da imagem desse poder constituído, eles não percebem que isso é dano para a credibilidade, para as suas próprias afirmações. A gente esbarra [no poder público]. Onde está o problema, realmente, é no poder público.

Houve momentos em que o poder público ouviu os reclames da população. Napoleão Ferreira cita a campanha SOS Lagoa da Maraponga e, mais recentemente, o recuo do governo do Estado, na gestão de Marcus Lima à frente do IAB-CE, quando o instituto se colocou contra aterrar 18ha de mar para o Estado instalar o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos na Praia Mansa. Outro recuo, em 2010, foi a desistência de construir um estaleiro na Praia do Titanzinho e, pelo contrário, a prefeitura oficializar a Zona Especial de Interesse Social (Zeis) daquela área da cidade.

Os recuos do poder público resultam da mobilização, diz Napoleão Ferreira. Ele cita como caso de derrota, por falta de mobilização, a proposta do reitor da Universidade Federal do Ceará, Jesualdo Pereira Farias, de transformar o Benfica e a Casa de José de Alencar em áreas institucionais. Para ele,

Fortaleza é uma cidade de comerciantes e de retirantes. A cidade se expande rapidamente sem estar preparada; não assimilou as diretrizes mínimas dos seus planos diretores. Aqui prevalece a lógica do comerciante, a lógica da prateleira: vendeu, coloca outro. Sem compromisso com o patrimônio, área verde. Lógica de terra arrasada, fruto da trajetória de ocupação da cidade, fundamentada na mais-valia. Há uma cultura de negação de áreas públicas e áreas verdes. O poder público reforça este viés. É conivente, infringindo.



**Foto 49 – Parque Ecológico Maraponga: Área Verde em Parte Preservada**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** A avenida Godofredo Maciel impõe limite ao espelho d'água.

Marcus Lima concorda, acrescentando que preocupa a incompreensão do poder público, cuja postura é de miopia, ignorância, desprezo ante o que é da coletividade, quando não poderia patrocinar ações danosas. A epidemia de dengue, por exemplo, resulta também do planejamento urbano ou da falta dele. Daí o IAB se opor em várias ocasiões, lastreado pelo Estatuto da Cidade e pela constituição, que subordinam a propriedade privada ao interesse público.

Em sua análise, Renato Pequeno vê um paralelo entre Fortaleza e as cidades estudadas por Munford (1961), no início da industrialização. Nessas, levas de migrantes desestabilizaram a forma harmônica como as famílias viviam, com produção para consumo e venda do excedente. Forma harmônica, apesar dos muros que separavam os nobres dos camponeses, o muro a indicar um limite, uma capacidade de carga, mas também fator de segurança nas invasões. Eram cidades sem grandes necessidades de mobilização, porém com enormes problemas de higiene. A industrialização, com sua necessidade de mão de obra, faz tudo extrapolar, daí terem surgido as primeiras leis urbanísticas.

Em Fortaleza, “aqui não tem indústria, mas ocorre a ‘cheia’ da cidade como na revolução industrial. É a mesma estrutura de ‘encabrestamento’ do campo transportada para a cidade”, diz Renato Pequeno. Razão por que aqui também há a necessidade de ordenamento urbano. Ele constata, porém, que três cidades são simultaneamente produzidas: (a) a cidade da especulação imobiliária, que busca comandar; (b) a cidade das políticas públicas com seus conjuntos habitacionais, manifestando a reduzida capacidade do Estado; e (c) a cidade espontânea e informal, nos moldes

daquela estudada por Hermínia Maricato<sup>96</sup> no Rio, porém aqui com intensidade maior. Em Fortaleza, se pensa o lado leste da cidade, apesar de a maioria se encontrar nas zonas sul e oeste. Talvez daí venham os conflitos. Poucos detêm o poder.

Após traçar este quadro, ele questiona:

Onde está o movimento ambiental? Ele se preocupa com quê? Qual a postura do movimento ambientalista, quando o Maranguapinho é canalizado? Quem é que atravessa a linha do rio para ver o que acontece no extremo oeste? O que o movimento ambiental está fazendo ante a situação de Maracanaú? Enquanto a gente criava parque em Fortaleza, do lado de cá, o que se tinha nas margens do Maranguapinho? O Frifort! [Frigorífico Industrial de Fortaleza, do município]. Esse eixo de exclusão se manifesta também no agir do movimento ambientalista. É pela ausência, por seu pequeno porte, visão elitista. É o preocupar-se com o seu quintal – é a nossa cultura. Falta visão mais abrangente.

Um pequeno grupo comanda, se juntando ao Estado e reduzindo o papel do terceiro polo – a sociedade civil – que se mantém sob novo coronelismo, diz o professor do curso de Arquitetura da UFC:

A cidade menor comanda. Como? Se juntando ao Estado. Juntos esses dois reduzem o papel do terceiro [pólo, o cidadão] que vem para a cidade e se mantém subserviente [...] dentro de práticas clientelistas, sob o jugo de um coronelismo que já não é rural, mas um coronelismo urbano. Os grandes proprietários de terras em Fortaleza são proprietários não só na Água Fria, e Messejana, mas no Bom Jardim, no Bomsucesso, em Caucaia. O domínio sobre as terras é dos dois lados. Então o comando é sobre o todo. Daí a desfavelização deixar de ser um ponto interessante para o Estado atuar.

Para o arquiteto Renato Pequeno, Hausmann<sup>97</sup> vai renascer aqui em Fortaleza com o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), de Parangaba ao Mucuripe, que as pessoas comuns estão chamando de “Vai Lascando Tudo”, por causa das desapropriações previstas e do conseqüente prejuízo para suas famílias. Ele assegura:

Essa intervenção do Estado vai valorizar aquelas terras ‘horrores’. O Estado é dominado pelo capital. Faz sentido. O VLT retira [de suas moradias] mais que quem vive em cima do trilho uma vida desumana. A grande expulsão será a expulsão branca, decorrente da valorização das terras. Semelhante ao que está ocorrendo na foz do riacho Maceió.

Sem um projeto global para a cidade, Fortaleza se candidatou e será uma das sedes da Copa de 2014. Em audiência pública na Assembleia Legislativa, no dia

---

96 Arquiteta e urbanista, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo.

97 Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris de 1853 e 1870, mais conhecido como Barão Haussmann. Pela reforma da cidade recebeu a alcunha de “artista demolidor”.

22.06.11, o representante do governo do Estado, Sr. Edílson Aragão, listou como projetos da Copa: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), Via Expressa, Av. Raul Barbosa, Av. Alberto Craveiro e Av. Dedé Brasil.

As obras da Copa vão conectar um espaço de expansão da cidade do mercado imobiliário, toda planejada, à outra parte, diz Renato Pequeno. Como nos estudos do arquiteto Cândido Malta Campos Filho, haverá a supervalorização de umas áreas em detrimento de outras. A cidade-mercado se apropria da natureza como elemento que agrega valor. À semelhança da constatação de uma pesquisa de Joísa Barroso sobre ocupação do entorno do Parque Cocó, ele diz, porém sem identificar o trabalho.

Pergunto ao professor e arquiteto por que o planejamento da cidade não ocorre aproveitando rios e lagoas para seu paisagismo. Renato Pequeno diz que

as cidades têm a natureza como quintal. Pós-Eco 72, Eco 92, só a lógica do capital explica isso. De um lado, lucro máximo; de outro, o despreparo técnico dos profissionais. As lagoas poderiam nortear o crescimento harmonioso da cidade: mais próximo, menor densidade, mas aqui em Fortaleza há uma relação muito próxima entre capital e Estado, especialmente o capital imobiliário. Encontro na Água Fria um condomínio e uma favela na área de risco (APP), mas só a favela é considerada como estando na área de risco. Outro caso: condomínios fechados com alta densidade e impermeabilização crescente. Isso significa desconsiderar a cidade como de vocação turística.

Fazendo referência à americana Anne Spirn, o professor defende uma cidade que respeite o ciclo da natureza. "Dele dependem flora, fauna, clima, microclima. Resta saber qual o cenário que queremos, se a cidade celestial ou a cidade infernal, citadas pela autora".

Prosseguindo em sua análise, Renato Pequeno diz que o lado leste de Fortaleza está com seus problemas resolvidos. "Já a periferia do sudoeste não tem infraestruturas, escolas e outros equipamentos". O dualismo bem marcado centro-periferia, distantes uns dos outros, tende a desaparecer com a fragmentação. Porque dentro de um mesmo território há uma disputa entre condomínios e favelas, a cidade dos condomínios dotada de espaços livres fechados. A cidade de todos perde espaços livres, os espaços públicos se reduzem, enquanto a cidade de retirantes não seria o fator definitivo para a subjugação da natureza, mas o capital que subjuga até o Estado. Aqui há mais subserviência.

No caso do riacho Maceió, houve resistência da sociedade civil organizada, mas a cidade perdeu para o capital imobiliário aliado com o Estado, pois as construções tomam conta de todo o espaço. Assim, repete-se um esquema de resistência de alguns grupos civis seguida da apropriação dos espaços livres no interesse do capital. Renato Pequeno responde à pergunta que ele próprio formula:

O que representa [a Beira Mar] para a cidade? Retrata a junção dos três agentes, o quão reduzido é o Estado em sua ação: permissivo [ante a ocupação equivocada], inoperante [no cuidado] e o que a maioria dá como retorno [é a poluição].

Vai no mesmo sentido a avaliação do procurador da República Alessandro Wilckson Cabral Sales sobre o crescimento de Fortaleza. Para ele, houve, nos últimos 20 anos, de maneira clara, um casamento entre a iniciativa privada e o poder público, em detrimento da sociedade. Há vários sinais neste sentido e a não efetivação do Parque Ecológico Cocó é um deles:

Até hoje essa área está esperando uma vontade política do governo do Estado para a criação efetiva dessa unidade de conservação. Enquanto isso, a iniciativa privada avança nos limites físicos hoje delimitados, acabando com qualquer perspectiva de construção de uma zona de amortecimento, quando o parque for criado.

O governo do Estado se apega ao argumento de que seriam caras as indenizações ao criar o parque, mas, segundo o procurador, para a indenização aos proprietários,

não cabe critério de mercado, pelo seguinte: se existe propriedade privada lá é muito pouco, porque o rio Cocó sofre influência das marés e, se existe influência das marés é titularidade da União em suas margens, em uma extensão considerável. O que existe lá são terrenos da União que foram dados em aforamento para a exploração de salinas, ali na década de 1950, 1960. Esses aforamentos estão caducos, os imóveis são de titularidade da União e não, do particular. O que existe fora disso – e é muito pouco – que seria, portanto, objeto de titularidade particular mesmo, muito pouco pode ser utilizado. Porque os ecossistemas que temos ali são ecossistemas todos caracterizados como APP [Área de Preservação Permanente], são dunas, são mangues [...], portanto, não têm aproveitamento econômico, não há o que indenizar. Foi isso que nós fizemos ver à Justiça, lá no STJ [Superior Tribunal de Justiça], onde o STJ anulou uma decisão do Tribunal de Justiça do Ceará que concedia uma indenização milionária a um dos pseudo-proprietários.

Trata-se, assim, de um caso em que o Estado faz o papel do mercado, e não da coletividade, com um argumento privado e, conforme Sales,

sem nenhum fundamento, ou seja, não seria caro criar a unidade de conservação. E se o governo acha caro criar a UC [Unidade de Conservação] do tipo parque, que não convive com a iniciativa privada, que mude para UC que convive, mas restringe o uso privado. Ele poderia criar a Árie [Área de Relevante Interesse Ecológico] e, na regulamentação, estabelecer uma série de restrições de uso da iniciativa privada.

O Ministério Público Federal (MPF) encontra muita dificuldade para proteger o interesse coletivo, dada a incompreensão do Poder Judiciário, diz o procurador

Alessander Sales. Ele cita o caso da ação em que o MPF tentou estabelecer um cinturão de 500 metros em torno do Cocó, para ser sua área de amortecimento. A Justiça Federal deu ganho de causa em primeira instância, mas a segunda instância restringiu, dizendo que a decisão só valeria para as áreas ainda não urbanizadas.

Conforme a análise do procurador Alessander Sales, o Judiciário não está preparado para dar as respostas à altura da pressão feita pela sociedade. Enquanto o Ministério Público se especializou no direito ambiental firmado no direito da coletividade ao ambiente, para desfrute de todos, as decisões do Judiciário privilegiam o viés econômico, a propriedade privada. Afirma Sales:

No Judiciário, a possibilidade de o campo ambiental prevalecer, no Brasil, hoje, ainda é muito remota, daí ser importante incorporar essas áreas como unidades de conservação. São poucas áreas, não são caras e o poder público tem que ter uma política pública de incorporar essas áreas como unidades de conservação. [...] O Judiciário brasileiro não está preparado para dar as respostas aos conflitos ambientais como a sociedade espera – não está preparado ainda. O MP avançou. Especializou seus membros. Agora o Judiciário continua trabalhando nessa mesma perspectiva do direito privado, do direito civil, e não incorpora essa nova perspectiva do direito [a ambiental]. Então, até que essa incorporação seja feita, nós vamos perder muitas ações. [Em consequência], Várias áreas de preservação ambiental, embora não possam, vão acabar sendo ocupadas. Por isso que eu acho que a estratégia de criar unidades de conservação urbanas é mais eficaz que a estratégia de [só] preservar APPs.



**Foto 50 – Alessander Sales, Procurador da República**

**Fonte:** Arquivo das Jornadas em Defesa das Áreas Verdes.

Com a decisão da segunda instância da Justiça Federal (de Recife), ao redor do Parque Cocó “aumenta a urbanização, fazendo com que o parque suma”, diz o procurador. Pior:

A iniciativa privada não fez essa pressão e o governo do Estado – para o MP, de forma inexplicável – foi ao tribunal de Recife pedir que a liminar caísse - quando, na verdade, o interesse não é do Governo do Estado. O governo do Estado não tem interesse nenhum em liberar para a iniciativa privada. Quem tem é a iniciativa privada.<sup>98</sup>

A professora Rosa da Fonseca constata várias forças definindo rumos para a cidade, todas elas, porém, subjugadas ao capital:

A especulação imobiliária comanda o desenvolvimento da cidade. É a lógica do capital. Não é a lógica da qualidade de vida da população e da preservação do meio ambiente. Porque o problema do capitalismo é exatamente porque, ao mesmo tempo em que ele é altamente destrutivo do ponto de vista de sua própria lógica interna, ele é externamente destrutivo também porque está destruindo o planeta e as condições de vida. A indústria automobilística [e] a má qualidade do transporte coletivo induzindo ao carro individual, os empreendimentos, supermercados em cima de lagoas, edifícios em áreas de preservação, o que que move isso? É o capital, o interesse no empreendimento que vai dar lucro e que se justifica porque vai trazer o “progresso”, tem que ter o desenvolvimento do capital, porque quando se fala em desenvolvimento, se fala em desenvolvimento capitalista, até essa expressão “desenvolvimento sustentável” é inadequada, porque ela não faz a crítica – que desenvolvimento? – não existe desenvolvimento sustentável dentro da lógica do capitalismo. Há necessidade de outra lógica, que supere a lógica do capitalismo. A própria lógica do surgimento das cidades está dentro da lógica do dinheiro, com o avanço da produção de mercadorias e das trocas que começam.

[Observa-se] O crescimento da violência, já pegando aqui a questão local. Antes, êxodo pelas secas e busca de melhorias na cidade grande; agora, quem resistiu está vindo para a cidade grande por causa da violência nas cidades do interior. Quem está administrando isso acaba administrando a barbárie, porque acaba dando sustentação.

Plano Diretor [é para ter] visão global. Só que essa visão global não é global, ela é partida. Porque a ideia de desenvolvimento ela garante a automovimentação do dinheiro. Então para produzir, tem que produzir mais, tem que ter aquele dinheiro do sobretrabalho, para que ele se amplie para outras produções, aí você vai. Não é a lógica de garantir o atendimento das necessidades humanas. Ou de produzir bens para atender as necessidades humanas. Você tem a [prevalência da] produção de mercadorias. Não importa se ela é um carro, se ela é a droga, o agrotóxico, as armas, porque isso é que alimenta a autoprodução do dinheiro. Então o que ocorre? Não há como preservar o meio ambiente. Você tem cidades cada vez mais destruídas, mais degradadas, inclusive com a degradação da própria indústria, porque como a crise do capitalismo leva ao colapso, então você tem áreas que eram desenvolvidas e vão se destruindo ou, como no caso de Fortaleza, essa coisa maravilhosa que é a Praia de Iracema e o processo de degradação que sofre por causa do consórcio entre prostituição e droga.

---

98 A matéria do jornal O Povo “Polêmica: impasses levam Justiça a assumir atribuições da prefeitura” (GOMES, 2011) corrobora o pensamento do procurador. Mostra que liminares não são derrubadas, os empresários se valem da teoria do fato consumado e garantem a abertura até de posto de gasolina ao lado de indústria de fogos de artifício. “Tais liminares desfiguram planos diretores e a Lei Orgânica, ao autorizarem obras em locais não permitidos”, diz uma pessoa ouvida pela reportagem.

Faz-se necessário um olhar para a realidade de Fortaleza sob o enfoque das mudanças climáticas anunciadas pelo 4º relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU. Com esse objetivo, ouvi o físico Alexandre Araújo Costa, bacharel e mestre em Física pela UFC, PhD em Ciências Atmosféricas pela *Colorado State University*, com pós-doutorado pela Universidade de Yale. Além de professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ele integra o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.



**Foto 51 – Barreira de Prédios de Condomínios no Bairro Fátima**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Cresce o número de prédios em construção, entre a Av. Aguanambi e a estação rodoviária.

Como Fortaleza está construída sobre um platô de cerca de 26m mais alto que as praias, pequena faixa de zona habitada seria invadida pelo mar, na ocorrência da elevação do nível dos oceanos. Foi uma ocupação desordenada, mas não impede a circulação atmosférica no interior da cidade. Assim, o professor diz:

Trata-se de uma cidade com boa ventilação, porém já preocupa a construção de prédios muito altos e próximos, nos bairros Aldeota e Fátima, de forma desordenada, dentro do platô. Continuando no ritmo atual e até se ampliando, essas construções podem constituir uma barreira à circulação de ar. Isso implica a necessidade de uma regulamentação: máxima altura e distanciamento mínimo dos prédios entre si. Temos ferramentas para isso: modelos de circulação atmosféricos de alta resolução que permitem traçar cenários com obstáculos de determinada largura, altura e espaços entre eles, simulando como o ar escoar.

São preocupantes, também, a impermeabilização e a ocupação do solo dentro de uma lógica de aterrar lagoas e remover áreas verdes, lógica que prevalece do início do assentamento urbano até hoje, assegura o professor. Porque, explica ele, antes, lagoas e áreas verdes permitiam a infiltração da água e agora são substituídas por asfalto e concreto. O impacto disso com o clima de hoje é que temos anualmente 30mm de chuva em março e abril. Dois meses concentram as precipitações dos quatro meses da estação chuvosa. Mesmo nesse período, a distribuição não é equânime, mas concentrada em poucos eventos severos. São estes que atingem as vidas das pessoas. Então, em nosso caso, nós tornamos nossa cidade muito mais vulnerável a eventos severos e a suas consequências, como os alagamentos.

Prosseguindo em seu relato, Alexandre Costa chama a atenção para um detalhe relacionado à possibilidade de se amudarem as maiores chuvas:

ossas chuvas já são concentradas em um número pequeno de eventos severos em dois meses, especificamente. Ainda não é algo completamente estabelecido em minha comunidade [científica], a comunidade do clima, mas há fortíssimos indícios de que o aquecimento global decorre exatamente, na medida em que uma atmosfera mais quente é capaz de comportar maior quantidade de vapor d'água e, portanto, dar origem a sistemas de nuvens que vão produzir precipitação com mais conteúdo de água condensada, é possível e é perfeitamente factível que a gente tenha uma alteração na distribuição da ocorrência de eventos severos, ou seja: um planeta mais aquecido está mais propenso à ocorrência de chuvas intensas. Então, pode até ser que a chuva em Fortaleza daqui a umas décadas não se altere – há essa possibilidade – mas, mesmo o total não se alterando, a distribuição se altere: esses 300mm do mês de abril em 10 eventos de 30mm, eu ter essa mesma chuva em seis eventos de 50mm – que vão causar bem mais transtornos que os 10 de 30mm. Então, essa lógica de impermeabilizar o solo tornou Fortaleza mais vulnerável a esse aspecto das mudanças climáticas.

Estudos identificaram uma ilha de calor sobre Fortaleza. (COSTA, 1999). Pergunto o que pode ocorrer, em decorrência, em um cenário de mudanças climáticas, e Alexandre Costa explica:

Nossa sensação de calor cai com a baixa umidade do ar e os ventos, condições para a evaporação do suor. Retornamos aqui àquela necessidade de regulamentação da altura e das distâncias entre os prédios no platô de Fortaleza. Há outro detalhe: quando tenho área verde e um espelho d'água, [...] eu tenho um microclima melhor que aquele que eu teria, se no ambiente houvesse só concreto e asfalto. Essa suspensão sistemática [de lagoas e áreas verdes] em Fortaleza nos leva a fortalecer a chamada ilha de calor precisamente porque toda a absorção de radiação solar pela superfície, quando a superfície vai desenvolver esse calor, está na forma de calor sensível, que é o calor que altera a temperatura. Não é o chamado calor latente – a energia do chão não é usada para evaporar a água que está nos espelhos d'água ou no solo e que é puxada para a copa das plantas pelo sistema de raízes. O calor emana da superfície diretamente para aquecer a atmosfera. De fato, a ilha de calor se estabelece em função dessa opção de expansão urbana. Óbvio, óbvio!



**Foto 52 - Açude Etevaldo com Garagem e Construções em suas Margens**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

O físico esclarece ser necessário o fortalezense ficar atento porque estamos sobrepondo condições adversas locais a uma tendência de aquecimento, na média global, de 1,8° a 4,5°, mas com picos maiores nos continentes, conforme as simulações do IPCC. E o pior é que, “infelizmente, desde a realização dessas simulações desses cenários até hoje, nós temos andado muito mais próximos dos cenários pessimistas, em termos de emissão de gases de efeito estufa, do que dos cenários otimistas”, ele diz. Assim, ele conclui ser maior a probabilidade de se concretizarem as previsões mais graves feitas pelo IPCC, dada a inércia da civilização frente à necessidade de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa.

É possível avaliar a ilha de calor e simular a mudança de temperatura e outros parâmetros meteorológicos na cidade com esses cenários de ocupação do solo, e isso pode ser feito justaposto às simulações de mudanças climáticas. Há um grupo, na Uece, trabalhando vinculado ao Projeto Cordex (Experimento Coordenado de Detalhamento Climático Regional), que coordena as ações dos grupos de pesquisa de clima regional para que façam simulações complementares aos modelos globais do IPCC, a fim de subsidiar o 5º Relatório, previsto para 2013.

Ainda estamos em escala regional [de Continente], mas já com um grau de detalhamento bem maior que o modelo pode oferecer. E os dados que estamos elaborando podem alimentar um modelo em uma escala mais fina. É possível fazer isso: pegar os dados da modelagem para 2040, 2070 2090 e sobrepor a isso, olhando para uma unidade mais limitada, com mais alta resolução, so-

brepor a áreas de ocupação urbana. Nós podemos nos perguntar: vamos manter a cidade do jeito que está ou: que acontece se tirarmos o [parque] Cocó [em termos de ilha de calor]? Há competência para a gente gerar informação objetiva em torno disso. Precisamos ter bastante clareza da objetividade do processo. Gestores e movimentos sociais precisam ter visão macro e utilizar ferramentas que nos permitam extrair informações sobre esses processos. É muito raro sermos demandados.



**Foto 53 – Lagoa do Tabapuá com Área Verde Desrespeitada**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Em relação à impermeabilização, pouco ou nada se pode fazer, diz o físico Alexandre Costa, mas em relação às lagoas e áreas verdes, apesar de muito agredidas, ainda servem de amortecedoras no sentido do conforto térmico. Porque com elas, localmente, a cidade terá essa regulação da temperatura via evaporação e evapotranspiração e, no caso de lagoas, se tem, em acréscimo, a brisa que ocorre em todas elas. Exatamente por isso é necessário regulamentar as construções.

O professor lembra que as cidades têm uma séria pegada de carbono. Elas são desproporcionalmente responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa - pelo consumo de energia, pelos deslocamentos e emissões de origem veicular, pelo consumo de cimento cuja fabricação envolve mais produção daqueles gases. Então, seria de se esperar que as cidades regulamentassem, por exemplo, que seriam dotados com painéis solares e aerogeradores de pequeno porte condomínios a partir de certo número de apartamentos ou de dado poder aquisitivo de seus proprietários. Por que não ter aquecimento solar nas casas e apartamentos? Ele diz que vivemos sob a chantagem da termelétrica do Pecém e da usina de Belo Monte, mas "não estamos condenados a isso". Há outras soluções.



**Foto 54 – Lago Jacarey Comprimido por Construções Civis**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Maior eficiência de ventilação nas construções, criatividade na mobilidade urbana, com vias exclusivas e transporte público gratuito, por exemplo; taxaço maior do transporte individual e dos estacionamentos – essas são saídas apontadas pelo professor. Porque, se a pessoa vê vantagem no transporte coletivo, adere a ele.

Caso contrário, vamos ser obrigados a ter um monte de emissores de CO<sup>2</sup> parados [nos engarrafamentos]. Duplicando, triplicando os automóveis e motos, nós estamos anulando mutuamente a possibilidade de o outro chegar onde quer.

Em resumo, é necessário diminuir a pegada de carbono da cidade.

Provocado sobre o enclausuramento dos cientistas de todas as áreas, que não se envolvem ou pouco se envolvem com os problemas da cidade e de seus habitantes, Alexandre Costa admite esse distanciamento, porém afirma haver um isolamento também por parte do sistema de ciência e tecnologia, de outros segmentos do setor público e até dos movimentos sociais e das secretarias de meio ambiente que não demandam a participação dos cientistas. E ele arrisca uma explicação para esse alijamento dos pesquisadores:

Se fossem se pautar pelas verdade objetiva dos processos, muitas decisões seriam diferentes – e muitas decisões são tomadas em função da pressão do capital, de grupos políticos, de grupos econômicos, da próxima eleição. A meu

ver, só há uma possibilidade de se reverter essa sociedade à base do lucro: é ter uma sociedade com mais conhecimento ainda, que seja capaz de compreender o dano que toda essa loucura da lógica do capital está causando e seja capaz de, com base científica, reverter esse processo.



**Foto 55 – Lagoa de Porangabussu: Ruas e Moradias em sua Área Verde**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Como dito em páginas anteriores por várias pessoas entrevistadas nessa pesquisa, a sociedade civil está passando por um momento difícil em sua articulação, do que decorre um refluxo dos movimentos sociais, portanto, também do movimento ambiental. É disso que trataremos nas páginas a seguir.

## **8.2 - O Refluxo dos Moradores nos Movimentos Sociais**

Ao longo do tempo, diante dos problemas ambientais, a população criou, em Fortaleza, movimentos como os aqui relatados. Perguntei aos estudiosos e observadores da cidade a razão de os moradores e as entidades não reagirem, agora, com a mesma intensidade verificada há 20 ou 40 anos, constatação desta pesquisa.

A análise de Renato Pequeno talvez explique, pelo menos em parte, a desarticulação vivida pelo movimento social e, portanto, também pelo movimento ecológico. Na opinião dele, pelo enfoque do poder público, as lideranças são cooptadas em função da governabilidade, tendo em vista a lição perversa aprendida no tempo da prefeita Maria Luiza Fontenele:

Quem assume com visão diferenciada tem que ver como vai governar. Como no governo do Brasil, governar Fortaleza implicou uma coalisão que é igual a saco de gatos. Cada secretaria executiva regional está com um partido diferente. Verifica-se, portanto, um esfacelamento da base aliada. Nota-se que as lideranças assumem o poder, não é a maioria de Fortaleza. Fortaleza é sinal para o Brasil em termos de planejamento urbano, mas agora está tudo congelado porque quem comandava o processo, articulando com as lideranças, está lá no poder. Pessoas que tinham projeto resolveram encarar, tentar, acreditando na transformação. Mas quem decide é a conjunção de forças entre o Estado e o capital. O resultado é que há grupos que são assimilados pela prefeitura e outros, pelo estado, mas há aqueles que insistem na resistência.

Ao mesmo tempo em que se realizam conferências e capacitações em um processo comandado pelo Estado, faltam recursos das fontes locais e internacionais para as ONG e estas vão ganhar dinheiro prestando serviços antes realizados pelo Estado, dentro das diretrizes neoliberais. Em assim sendo, assegura o professor arquiteto, essa mudança de eixo precisa ser pensada. Há um Estado menos presente e uma redução dos recursos para as ONG, com reflexos mais danosos às entidades do campo popular. O Estado e a iniciativa privada decidem os rumos da cidade, com base em um Estatuto das Cidades fundado na visão de cidade-empresa, donde a armadilha de pensar a cidade a partir de eventos e sem projeto de médio ou longo prazo.

Pensando sob o ângulo das entidades de classe, que não estariam tão engajadas hoje quanto antes, o arquiteto Marcus Lima fala das limitações de representações como o IAB e diz faltar demanda da própria sociedade:

As entidades têm seu papel corporativo. A sociedade não demanda sempre. Depende mais do grau de degradação que possa haver [para a sociedade mobilizar-se]. Aí a sociedade se sente representada. Importante do ponto de vista das entidades que acompanhem mutuamente o que as demais estão fazendo e, no momento em que houver essa necessidade, haja ação. Temos discutido no IAB a necessidade de antecipar os problemas. O IAB chama, busca apoio de outras entidades, como no caso do estaleiro chamou o Labomar<sup>99</sup>. A sociedade precisa antecipar os problemas. A demora na conjunção de esforços leva a que os problemas se tornem irreversíveis. Não podemos fazer uma vigilância o tempo todo<sup>100</sup>.

Para o físico Alexandre Costa, os movimentos sociais precisam, por seu turno, abandonar as visões às vezes folclóricas que adotam, buscar fundamentação científica e fazer alianças. São necessárias parcerias, buscar soluções envolvendo o poder público e a sociedade civil, a fim de encontrar saídas para a qualidade de vida

---

99 Instituto de Ciências do Mar, da UFC.

100 Essa declaração explicita uma mudança na postura do Instituto dos Arquitetos, pelo seguinte: em 1990, o IAB não esperou que a entidade popular fosse a ele. Sua diretoria descobriu irregularidades no loteamento Residencial Parque Maraponga, dirigiu-se ao Grupo Justiça e Paz naquele bairro e pediu ajuda deste para a campanha de preservação da lagoa do bairro, como aqui registrado na história do SOS Lagoa da Maraponga.

nas cidades. Essas ponderações valem, em larga medida, para o movimento social da classe média. O movimento popular fica premido pelas necessidades de sobrevivência. Sem esquecer que os pobres e a classe média precisam trabalhar em um contexto em que 22% dos empregos de Fortaleza dependem do município ou do Estado.

Essa constatação da vulnerabilidade do trabalhador já foi feita por Borzachiello (SILVA, 1992) e talvez o quadro não tenha mudado tanto: desemprego, poucos salários, administração pública manipulada pelas classes dominantes, paternalismo via empregos dados por políticos que ligam emprego a dependência do funcionário. Este dá aos políticos votos e força de trabalho, o que implica menos poder de barganha e mais dependência da classe trabalhadora. Esse esquema parece ter repercussão direta na menor mobilização da coletividade por seus direitos. O mesmo Borzachiello, ao ser entrevistado nesta pesquisa, constatou, ao lado da ligeira melhoria no poder aquisitivo da população, o papel desagregador representado pelo consumo, ainda que um "consumo *made in China*".

A situação de certa paralisia do movimento social de Fortaleza parece refletir as condições colocadas no plano nacional. Braga (2010, p. 50), estudando os movimentos sociais brasileiros, aventa essa possibilidade. Ele se pergunta se estaria havendo uma hegemonia às avessas ou revolução passiva à brasileira, com "efeitos politicamente repressivos" da hegemonia lulista, uma vez que absorveu transformisticamente forças sociais antagônicas no aparato do Estado. O resultado, a seu ver, foi a desmobilização das classes subalternas e movimentos sociais, para os quais a política partidária teria se tornado irrelevante para a transformação social. Como a burguesia se mostra "mais robusta do que nunca", parte "dos de baixo" dirige o Estado com o programa "dos de cima". Seria, citando Chico de Oliveira, uma "hegemonia às avessas", em que as vitórias dos "de baixo" fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício "dos de cima".

O "transformismo" gramsciano consiste em a classe dominante absorver elementos ativos ou grupos inteiros tanto da base aliada como da adversária. Assim, no plano nacional, estaríamos diante de uma alta burocracia sindical às voltas com os fundos de pensão, na direção do regime financeiro globalizado de acumulação capitalista. Dessa forma, o sindicalismo estaria sem chance de retomada da defesa dos interesses históricos das classes subalternas. Rui Braga e Álvaro Bianchi chamam a isso a "financeirização da burocracia sindical". Para Carlos Néelson Coutinho, seria a "hegemonia da pequena política, afinada com o neoliberalismo porque apoiada no 'consentimento passivo' (Gramsci): aceitação naturalizada de algo tido como inelutável". (COUTINHO, 2010 apud BRAGA, 2010, p. 51).

Ruy Braga concorda com essa análise e acrescenta que no atual contexto brasileiro estão presentes as premissas gramscianas da "conservação" e da "inovação". "Conservação" como reação "dos de cima" ao subversivismo inorgânico das massas; e "inovação" quando "os de cima" adotam parte das exigências "dos de baixo", como o combate à miséria e à fome. Trata-se portanto, segundo Braga, de um reformismo pelo alto, conservador, mas dinâmico a ponto de abrir caminho para mudanças semelhantes às ocorridas no século XX: umas progressistas, como o fordismo; outras regressivas, haja vista os fascismos que então se estabeleceram na

Europa. Esse esquema é “a hegemonia às avessas”. (BRAGA, 2010, p. 51). Como o *locus* da revolução passiva é o Estado, o “subversivismo inorgânico” dos anos 1970 e 1980 “transformou-se agora em consentimento ativo por parte dos movimentos sociais cujos militantes passaram a defender suas posições no aparato estatal”. (BRAGA, 2010, p. 52).

Mantidas as devidas proporções, levanto a hipótese explicativa de que esse esquema possa estar ocorrendo em Fortaleza: “uma desmobilização dos movimentos sociais, integrados à gestão burocrática do aparelho do Estado” [Prefeitura Municipal de Fortaleza, Câmara Municipal, Governo do Estado do Ceará, Assembleia Legislativa e outros órgãos menos relevantes], em nome de uma aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram ou teriam passado a “consentir ativamente” com as administrações municipal e estadual, porque dependentes, por exemplo, de suas políticas públicas de moradia (Minha Casa, Minha Vida) e do atualizado coronelismo que subordina via emprego público, seja pelo comissionamento “velho de guerra”, seja pela neoliberal tecnologia da terceirização.

Essa hipótese, à primeira vista, explica a resistência contínua de entidades lideradas por profissionais liberais, por servidores da União, por desempregados, ou por integrantes de partidos de esquerda fora do poder. Razão por que se mantiveram críticos. Não justificaria, porém, a queda do entusiasmo das ONGs coordenadas por aposentados nem a retração do movimento estudantil, tampouco das entidades de classe cujo objetivo é, a um só tempo, vigiar o exercício profissional e a expansão da cidade, no interesse do conjunto de seus habitantes. Fica em aberto esse grande campo para pesquisas.





## **9 AS RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO**

Ao longo da história de Fortaleza, o poder público respondeu à necessidade de urbanização da cidade com os instrumentos de cada época e, mais recentemente, com seus planos diretores. Como já frisado, as diretrizes gerais sempre tiveram o viés do lucro com a terra. Restaram áreas verdes, mas, notadamente na segunda metade do século XX, a devastação recrudescceu, chegando a cerca de 90% em 35 anos, entre 1968 e 2003. Como atestam os respectivos inventários ambientais, a vegetação original caiu de 66% para 7% da área do município. (FORTALEZA, 2003; GONÇALVES, 2011).

A substituição da paisagem natural sem controle urbano dá lugar a um ambiente de quase nenhum verde. Configura-se em Fortaleza, assim, o que Osório Viana classificou como um processo de desertificação, conforme os parâmetros da ONU. (VIANA; RODRIGUES, 1999). Profissionais ouvidos por Gonçalves (2011, p. 12) afirmam que “a cidade não foi planejada levando em conta a arborização urbana”, de tal modo que “existem poucos espaços disponíveis para receber árvores”. Já daquelas existentes, a cada mês 80 são cortadas, por risco de caírem, e outras 1.500 sofrem podas às vezes drásticas, feitas pela Emlurb. (SENSAÇÃO TÉRMICA..., 2011). Falta registro de quantas são abatidas por iniciativa dos proprietários de imóveis. Quem corta não é incomodado pelo poder público.

“A comprovação do descaso para com o ambiente natural está documentada no estudo Fortaleza em Números”, editado pela Prefeitura de Fortaleza. Segundo o documento, citado em editorial do Diário do Nordeste, a cidade tem uma

área global de 786 hectares destinados a praças, áreas verdes, áreas livres e parques. Desse total, 335 hectares, ou seja, 42%, estão invadidos. [...] Além desses, 31 hectares foram destinados a entidades públicas e 46 hectares ocupados com usos diversos. (PATRIMÔNIO DILAPIDADO, 2011).



**Foto 56 - Prejuízo às Árvores: Poda Drástica feita por família**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

O editorial condena a ausência de verde no bairro Aldeota, para afirmar a seguir: "A dilapidação do patrimônio público chegou ao ponto da apropriação irregular de áreas nobres, promovida por terceiros, mediante a instalação de postos de gasolina, restaurantes, lanchonetes e até de outras atividades ilegítimas". E aponta "desvios como a utilização do polo de lazer construído no entorno da lagoa de Parangaba como vitrine de comercialização de veículos, com uma feira semanal".

O manejo inadequado das árvores ocorre até na Universidade Federal do Ceará. O engenheiro agrônomo Antonio Alves Tavares, na condição de professor colaborador, escreveu o Diagnóstico Preliminar dos Efeitos das Podas na Vegetação Arbórea do Campus do Pici, da UFC, em 2006. A partir de constatações na pesquisa de campo e de minha experiência no Parque Rio Branco, considero que o dito sobre o Pici vale para a cidade e suas áreas verdes. Conforme Tavares (2006, p. 1-3):

Tem sido realizado um manejo que consiste de podas realizadas por uma empresa terceirizada, a Serval, sem nenhum critério técnico e sem a supervisão de um profissional com experiência em paisagismo. Diariamente galhos de grande diâmetro são serrados com motosserras. Não existe nenhuma preocupação com a preservação da saúde da árvore nem mesmo com a estética. A quase totalidade das árvores do campus do Pici foi podada desta maneira. [...]

Infelizmente, ainda existe no Brasil uma "cultura" dendrofóbica (do grego *den-dros*: madeira, árvore e *phóbos*: medo, aversão). Esta idéia é muito antiga de origem medieval. [...] Torna-se urgente uma mudança de paradigma no manejo da arborização do Campus do Pici. Deve-se priorizar a remoção de madeira morta e evitar a retirada de tecido vivo.

As fotos deste trabalho mostram eliminadas as áreas verdes do Riacho Pajeú e de quase todas as lagoas, exceção às de Messejana e Maraponga, onde a conservação é parcial. É possível observar nessas fotos a presença constante de vegetação (popular água-pé) no espelho d'água, um indicador de poluição por material orgânico. As denúncias via imprensa se repetem em relação à cidade e dão conta de lixo e esgoto no Cocó. (ALVES, 2011). A imprensa registra, também, que sai barato desrespeitar a lei e depois o empreendedor assumir compromissos de compensação ambiental, levando em conta os preços de mercado, porque o poder público não seria tão rigoroso nas avaliações de obras e terrenos. Um caso exemplar foi o do desmatamento de um quarteirão da Aldeota, em que só o terreno valeria R\$ 42 milhões, quando a prefeitura estimou custo total do empreendimento - o terreno mais três torres de escritórios - em apenas R\$ 46 milhões. (LEAL, 2011).



**Foto 57 - Poda Feita pela Prefeitura, para Adequação à Eletricidade**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

## **Caso Emblemático**

As compensações desse caso específico, segundo anunciou a Prefeitura de Fortaleza, consistiriam na recuperação de quatro áreas pelas construtoras Rossi, Diagonal e BSPar: Lagoa do Opaia, Parque Ecológico Rio Branco, Lixão do Jangurusu e Praça Clóvis Beviláqua, com investimento de R\$ 1,8 milhão a ser feito pelas empresas. A verba deveria custear, também, a conclusão do Plano Diretor de Arborização de Fortaleza. (MENEZES, 2011). O titular da Semam, Deodato Ramalho, frisou que as empresas estavam desobrigadas de pagar a compensatória prevista na lei de licenciamento ambiental do município, por força de liminar do Tribunal de Justiça do Ceará. Como o Código de Obras e Posturas do Município só prevê o plantio de duas mudas para cada árvore derrubada, referido secretário anunciou como um grande ganho aquela compensação mediante acordo entre as construtoras e a prefeitura, na mesma reportagem. (MENEZES, 2011).

Consultado pela Semam em abril de 2011 quanto à prioridade para o Parque Ecológico Rio Branco, o Movimento Proparque informou ser de maior urgência a recuperação da nascente do Riacho Rio Branco, com a retirada de casas da Vila Manduca e o seu reflorestamento. Argumentou que em 2010 uma terceirizada da Emlurb destruiu árvores nativas de mais de três metros de altura na nascente e, para confirmar, protocolou na Semam um diagnóstico com 16 problemas no parque. A Semam enviou a Fundação Cepema ao parque, cujo trabalho constou de explicações para o Movimento Proparque, Diagnóstico Rural Participativo em apenas uma manhã, com a presença daquele grupo e de outras pessoas do bairro, limpeza do leito do riacho, plantio de 300 mudas e emissão de um relatório.

Nada do que o grupo solicitou foi feito para a recuperação da nascente. As casas da vila continuam despejando na fonte até águas servidas de banheiros e permanece um muro a impedir o acesso à fonte que, escondida, recebe da R. Capitão Gustavo também lixo doméstico, pois moradores o arremessam por cima dos muros de suas casas. Das 300 mudas, plantadas em dezembro de 2011, um sem-número feneceu já nos primeiros oito dias, seja por falta de maturidade para o transplante, seja por inadequação do terreno, como por falta de água constatada por mim, o que deveria ser prioridade, pois o tempo estava tórrido, sem chuvas e com picos de luminosidade, e se anunciava um ano novo de seca. Faltou coordenação entre a Semam e a Emlurb, para garantir o óbvio: que as mudas seriam aguadas e não morreriam de sede. Quanto à anunciada recuperação das outras três áreas, para compensar os danos, até defender esta dissertação, em setembro de 2011, não havia resultado palpável.

Tem sido deficiente a ação da Prefeitura de Fortaleza tanto no que diz respeito à arborização em geral como em relação às áreas verdes, conforme definidas pelo Conama. (BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA 369, 2010). Para o manejo adequado das árvores de Fortaleza, a prefeitura alega faltarem recursos e técnicos, segundo declarações do engenheiro agrônomo Valdelício Pontes, da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano. (BRÁS, 2011). Referia-se à falta de cuidados com a arborização urbana de um modo geral. Segundo ele, em 2003 a cidade tinha 300 mil

árvores (FORTALEZA, 2003), dado por atualizar mediante pesquisa para elaborar o Plano Diretor de Arborização lançado em 2011. A rigor, a prefeitura não dispõe de dados atualizados sobre arborização urbana (ARAÚJO, 2011), não está executando um plano de arborização anterior, como também não tem controle sobre as áreas verdes, até por não seguir as diretrizes da citada Resolução Conama.

Ao visitar as áreas verdes oficiais e aquelas reivindicadas pelo movimento ecológico, é flagrante o conflito entre as árvores e os animais que nelas vivem, a segurança da população e a iluminação pública. Muito frequentemente as árvores estão a precisar de poda de limpeza e de fitocirurgia. O que mais se percebe é a poda de conformação, da qual as pessoas reclamam, por deformar as árvores para permitir a passagem tanto dos veículos, de um modo geral, como da iluminação pública<sup>101</sup>.

Um exemplo: no Parque Ecológico Rio Branco, a fiação subterrânea foi substituída por fiação aérea, para não ser furtada, e as árvores são podadas para a melhor iluminação e sensação de segurança pelas pessoas. Apesar de o Movimento Proparque ter sugerido a substituição do tipo de luminária e, em alguns trechos, a colocação de postes baixos, para iluminar as alamedas sem prejudicar as aves e animais como saguis, por exemplo, que dormem nas copas, ao mudarem a fiação adequam o ambiente às práticas dos que furtam e, ao cortarem as árvores, agem como quem “combate o carrapato matando o boi”.

## 9.1 A Criação dos Parques

Fortaleza tem 10 parques municipais. (Quadro 5). O mais antigo é o Parque da Liberdade, de 1948, mais conhecido como Parque da Criança e denominado há pouco como Parque da Cidade, importante espaço arborizado no Centro, porém impermeabilizado, a ponto de não poder ser classificado com área verde. (Foto 7). Pelas posteriores datas de criação dos parques, observa-se que estão próximas de eventos sobre meio ambiente e relacionadas às reivindicações do movimento ambiental da cidade.

Assim é que o prefeito Evandro Ayres de Moura reservou, em 1976, a área verde hoje conhecida como Parque Ecológico Rio Branco, quatro anos após a Conferência de Estocolmo e no ano da eclosão da Socema como grito da sociedade civil contra o uso de herbicidas na capinação e a favor da saúde do ambiente. No ano seguinte, é instituído o Horto Municipal Falconete Fialho. Lúcio Alcântara criou os polos de lazer de Parangaba, Lagoa do Opaia, Praia do Futuro, Av. Sargento Hermínio e Barra do Ceará, e o Parque Ecológico Rio Branco que, como frisou o Prof. José Borzachiolo da Silva, atualmente estão deteriorados e sem conexão com a cidade.

---

101 Poda de limpeza: “retira galhos secos ou podres e plantas parasitas”; poda de conformação: “reorganiza a forma da planta de maneira a adequar o espécime ao ambiente”; fitocirurgia: “obturações de buracos nos troncos das árvores com posteriores enxertos”. (BRÁS, 2011, p. 4).

O debate internacional promovido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, com as audiências públicas nas cidades mais importantes do mundo, São Paulo incluída, culminou com a publicação do documento Nosso Futuro Comum [Relatório Brundtland], em 1987. Dois anos depois, o Governo do Estado anuncia o Parque Ecológico Cocó, portanto, sob a influência da pressão local e daquele documento. O Governo do Estado criou por decreto o Parque Ecológico Maraponga, em 1991, mas não o implementou. A Prefeitura de Fortaleza, na gestão Luizianne Lins, apenas o iluminou. O titular da Semam e funcionários da SER V não souberam informar a situação institucional daquele parque, atualmente.

Observe-se que datam de 1992 os decretos de limites e desapropriação, como também as inaugurações do Parque Ecológico Rio Branco e do Parque Ecológico Parreão. Era o ano da Conferência Mundial de Meio Ambiente, a Rio 92. Nos 14 anos seguintes, Fortaleza não ganhou uma área verde municipal, jejum quebrado com a instituição do parque e da APA da Sabiaguaba, em 2006, na administração Luizianne Lins.

Como assinalado pelo arquiteto Napoleão Fereira, registraram-se momentos em que o poder público flexionou, atendendo às reivindicações do movimento ambiental. Foi o que ocorreu nas campanhas SOS Lagoa de Parangaba, SOS Lagoa da Maraponga, na criação do Parque Adahil Barreto e das APAs do Cocó e do Rio Ceará; ao desistir do aterro de 18ha de mar na Praia Mansa, onde o Estado queria instalar o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, e ao atender argumentos do movimento ambiental e da Academia, criando o parque e a APA da Sabiaguaba.

A conduta é a mesma, no governo do Estado e na Prefeitura de Fortaleza: anuncia a intenção de criar um parque e o gestor assina o decreto de desapropriação. Esta, não concretizada, torna revogável o decreto inicial. Mesmo nos casos em que o parque é instituído de fato e de direito, sua manutenção é precária, falta vigilância, inexistente plano de manejo e o espaço fica à mercê do vandalismo 24 horas por dia - o que afugenta a população potencialmente usuária.

A Prefeitura de Fortaleza impediu, em 2010, a instalação de um estaleiro na Praia do Titanzinho e ali oficializou a Zona Especial de Interesse Social (Zeis) ainda não implementada de fato. A região agora destinada prioritariamente à habitação popular carece de áreas verdes. Já no caso da proposta do reitor Jesualdo Pereira Farias de transformar o Benfica e a Casa de José de Alencar em áreas institucionais, também analisado pelo arquiteto Napoleão Ferreira, registrou-se derrota. Ele avalia que a causa desse fracasso foi a falta de mobilização das forças sociais - os estudantes e professores da UFC poderiam ter feito amplo movimento na defesa dessa causa, diz o arquiteto.

Entrevistei o então Secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano da Prefeitura de Fortaleza, advogado Deodato José Ramalho Júnior, em setembro de 2011, quando lhe fiz perguntas sobre cada unidade de conservação existente em Fortaleza e sobre aquelas cuja criação é reivindicada pelos movimentos sociais. Ao solicitar a entrevista, em junho, eu deixara um questionário e a assessoria dele me enviou por e-mail algumas respostas. Na entrevista, o secretário demonstrou desconhecer casos aqui relatados do Açude Osmani Machado, da ocupação irregular nas margens da lagoa e do mau uso do Parque Ecológico Maraponga, aos domingos, quando veículos trafegam por sua APP; e do Parque Pulmão Verde do Siqueira. Disse também

desconhecer de onde partira licença para aterrar o Riacho Alagadiço, ação que, se consumada, prejudicaria o projeto do Parque Rachel de Queiroz<sup>102</sup>. Sobre este último parque, ele assim se referiu na entrevista:

Não sei como está a situação atual<sup>103</sup>. O North *Shopping* foi construído por decisão judicial. [Referindo-se à criação do parque] Quando você tem um lençol curto... O parque da Sabiaguaba não requeria grandes quantias. Preciso me informar [quanto à canalização do riacho]. Se justificaria, se já tivesse se transformado em esgoto, talvez. Preciso verificar. [...] Eu posso dizer com absoluta convicção: você pode ter um caso ou outro de erro de avaliação, mas o pessoal do licenciamento ambiental são técnicos muito capacitados e muito comprometidos (sic) com essa questão que envolve a preservação dos córregos, dos riachos, é um pessoal muito comprometido e eu vejo o cuidado com que é tratada essa questão. Eu vejo. Inclusive, já anotei aqui e talvez até antes [de concluir a dissertação] eu lhe dou um retorno adequado.

Quanto a atender a reivindicação da Associação dos Moradores Amigos do Bosque (Amab), dar um tratamento paisagístico e instalar alamedas de caminhada no Parque Guarapes, o secretário sequer conhecia a demanda e aventou ser o projeto da alçada da Secretaria Executiva Regional II (SER II) ou até uma parceria público-privada. Como que a mudar o enfoque, informou, entretanto, que estava em negociação com a Unimed o plantio de cerca de 1.000 mudas naquele parque, como compensação das emissões de carbono pela realização de uma convenção nacional daquela cooperativa, em Fortaleza.

Instado, o titular da Semam não informou medidas a tomar no caso da ocupação da APP da lagoa da Maraponga. Disse ser um caso semelhante ao das lagoas de Itaperaoba e do Papicu, se bem que a do Papicu seria uma situação resolvida porque um grupo econômico com seu "shopping vai agregar um ganho ambiental imenso no [bairro] Papicu, com a completa recuperação ambiental" da lagoa e seu entorno. Dito isso, passou a informar que,

quando secretário da SER IV, desobstruí parte da lagoa da Itaperaoba, mas [o pessoal que morava nas margens] acabou voltando. Há necessidade [de moradia] das pessoas e oportunismo. [...] Vou verificar o Parque Rio Branco e a lagoa da Itaperaoba. Há nela um muro de propriedade privada.

O secretário acrescenta que, ao participar de um debate na televisão, soube que, em apenas um ano, a partir de 2010, os negócios imobiliários na cidade cresceram mais de 30%, o que significa uma pressão imensa sobre o verde. Pergunto a ele por que, na prática, há uma diretriz, ao longo de sua história, para Fortaleza perder

---

102 Dias depois da entrevista, a secretaria informou que não havia licença para o aterro.

103 O secretário da Semam preside o Conselho Municipal de Meio Ambiente, onde é obrigatória a análise do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima), a partir dos quais aquela secretaria dá ou não a licença de instalação de um projeto como este que afetaria áreas a serem preservadas com a instalação do Parque Rachel de Queiroz.

áreas verdes. A resposta do secretário restringe a análise a seu tempo como titular da Semam. Ele diz: “Sofri pressão forte para liberar em 24 horas o arruamento” [das dunas do Cocó que viriam a se tornar Árie, por decisão da Câmara Municipal].

Naquela oportunidade, Francisco das Chagas Barreto Alves, juiz de direito de entrância final da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, determinou o licenciamento da obra, sob pena de o secretário pagar multa diária de R\$ 30.000,00. (SECRETÁRIO PODE SER PRESO..., 2011). Dias depois, o juiz “torna sem efeito a intimação pela qual Deodato Ramalho deveria conceder licença de construção nas dunas”. (POR UMA HERMENÊUTICA ATUAL... 2011).

Deodato Ramalho debitou a redução das matas nativas para 7,06% da sua cobertura vegetal original (FORTALEZA, 2003) ao crescimento da população e à falta de fiscais, o que teria mudado na administração de Luizianne Lins. Segundo suas palavras, Fortaleza fora abandonada no controle urbano, pois tinha só 60 fiscais. Após concurso, entraram 200, embora tal contingente ainda seja insuficiente, a ponto de a sua secretaria, a Semam, ter apenas 28 fiscais.

Conforme o secretário, é necessário plantar novas áreas porque há uma pressão real sobre o verde e “todos nós moramos onde já foi área verde”, usando a expressão área verde com conotação diferente do conceito adotado neste trabalho. Entretanto, garantiu ele:

Na administração Luizianne Lins não foi dada uma autorização fora da lei. Precisamos de condições para fiscalizar quem esteja desrespeitando, criar mais restrições à construção, responsabilidade da Câmara Municipal [com leis]<sup>104</sup>. Precisamos de mais estudos científicos, daí a importância dessa articulação com a Suécia, para compatibilizar desenvolvimento com preservação. ‘Natureza na construção e construção na natureza’ [lema dos suecos].

A essa altura da entrevista, ele passa a comentar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo, sob o enfoque da construção, tema recorrente em seu discurso naquela tarde. Repete o que já havia dito na reunião do Conselho de Apoio ao Ministério Público de Parangaba, dia 2 de agosto de 2011: que o IPTU progressivo representa uma pressão para o dono do terreno construir nele, portanto, ao desmatamento, porque, se evita a especulação, não evita a construção. Só existem, no seu entender, duas saídas: “compatibilizar a construção pela ciência, com tetos verdes, paredes verdes; ou proibir de construir, o que é mais difícil porque há pressão para morar”.

Há nestas palavras do secretário pelo menos duas suposições: que só construções para moradia deterioram o ambiente, o que não é real, pois a prefeitura autoriza também construções para outros fins (Foto 59, Campi da UFC/Pici); e que é

---

104 O secretário está a serviço de uma administração no sétimo ano de dois mandatos, de uma prefeitura que precisa cumprir as leis federais e resoluções do Conama em vigor, para a preservação e proteção de áreas verdes e de áreas de preservação permanente das imediações de nascentes, rios e lagoas.

impossível construir para morar sem deteriorar o ambiente. Ora, existe a legislação exatamente para prevenir dano ambiental por construções para quaisquer atividades.

Interrogado sobre as razões para o licenciamento da torre Iguatemi Empresarial, o secretário afirmou:

A área do Iguatemi, do ponto de vista legal, está fora do parque e da área de preservação porque o traçado que foi feito em 1986 (sic) deixou aquela área fora do [Parque] Cocó, daí estar lá o Iguatemi e, depois, essa torre. O que a prefeitura poderia ter feito na época, e depois tentou, foi fazer o plebiscito, mas o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao empreendedor [na ação] proposta pelos vereadores do PMDB. Portanto, a prefeitura fez o que poderia e [bem enfático] não poderia negar a construção, de acordo com a legislação [estadual] que foi feita<sup>105</sup>. A legislação [...] deixou aquela área fora do parque Cocó. Tanto que o Cocó ainda está aí em discussão. [...] Então essa foi a questão e há muitas outras.



**Foto 58 – Açude Santo Anastácio, no Campus do Pici**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

A partir desse painel aqui traçado, fica explícito que a postura do poder público está longe daquela inscrita na Constituição Federal de 1988, Art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 2011).

<sup>105</sup> Segundo esse raciocínio, leis estaduais poderiam se sobrepor a leis federais, como o Código Florestal (Lei 4771/65) então em vigor, e às resoluções do Conama, o que contraria a hierarquia das leis brasileiras.



**Foto 59 – Lagoa da Libânia, no Mondubim: Área Verde Ocupada por Moradias Populares**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

## **9.2 Áreas Verdes de Fortaleza**

A Semam trabalha com um conceito de área verde diferente daquele do Conama. Edilene Oliveira, chefe da equipe de planejamento ambiental da Coordenadoria de Políticas Ambientais (CPA), daquela secretaria, respondeu via e-mail, ao questionário enviado ao secretário da Semam que

segundo o Artigo 19 da lei nº 62/2009 (Plano Diretor Participativo de Fortaleza): 'integram o sistema de áreas verdes os espaços ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, à prática de atividade de lazer, recreação e à proteção ou ornamentação de obras viárias'. A Prefeitura trabalha a partir desta definição.

Nessa definição de área verde cabem parques, praças, canteiros centrais, vegetação margeando ruas e estradas, e até terra nua destinada à plantação de árvores. Essa é uma das razões para a Semam não centralizar a gestão das áreas verdes e não saber informar a verba total que o município investe nas áreas verdes da cidade, explica a chefe do planejamento, no mesmo comunicado. A verba com essa destinação é dividida entre manutenção e custeio de órgãos, pagamento da limpeza urbana e a prestadoras desse serviço. Segundo aquela secretaria, inexistem no município índices calculados de área verde, de arborização, nem dos dois em conjunto, de acordo com a definição de área verde local. A Semam não informou o total das áreas verdes da cidade, obrigatórias para cada loteamento, a situação delas, se estão ocupadas e, destas, quantas foram recuperadas ou se encontram em litígio.

Conforme o e-mail da Semam “partindo de uma definição tão ampla”, diversos órgãos cuidam das áreas verdes da cidade, principalmente a Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb), as Secretarias Executivas Regionais (SER) e a Semam. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Secel) colabora no que tange à prática de esportes nas áreas verdes, enquanto no tocante às unidades de conservação municipais, há a gestão direta da Semam, como preconizado na lei do Snuc. (BRASIL, 2000).

Ainda de acordo com o comunicado eletrônico da Semam, a Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (Acfor) entra no que lhe diz respeito. “O investimento [em áreas verdes] está dissolvido no orçamento municipal entre os órgãos que compõem a gestão compartilhada da prefeitura”, usado também na manutenção e custeio desses órgãos, “o que impossibilita, no momento, essa aferição dos valores relativos aos investimentos destinados às áreas verdes de Fortaleza”, diz o comunicado. Ainda conforme a Semam, a Emlurb gere a maior fatia dos recursos, “em função de sua competência direta sobre as praças, parques urbanos e canteiros da cidade, além de gerir o maior equipamento público relacionado a este assunto: o Horto Municipal Falconete Fialho”.

A Semam coloca no rol de gastos relacionados de alguma forma com áreas verdes também os recursos aportados via Fundo Municipal de Limpeza (Funlimp), para o pagamento da limpeza e coleta pública de lixo. E o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Fumdema) que recebe recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (Funama), utilizados em projetos e programas ambientais como a limpeza e manutenção das lagoas da cidade.

Quanto ao índice de áreas verdes em Fortaleza, a Semam respondeu que

o cálculo atualizado deste índice é um dos produtos esperados da realização do Inventário Arbóreo de Fortaleza que fundamenta o Plano Municipal de Arborização de Fortaleza, em fase de elaboração pela Semam, por iniciativa e em parceria com o Fórum da Agenda 21 de Fortaleza. A Semam não considera dados, muitas vezes contraditórios, divulgados pelos meios de comunicação, como confiáveis acerca disso.

Para a pergunta sobre o índice de arborização urbana, a resposta foi no mesmo sentido: está a sua “elaboração em andamento no Inventário Arbóreo do Plano Municipal de Arborização de Fortaleza”. (Foto 61 e outras mostram aspectos da arborização da cidade). A prefeitura não dispõe de indicadores de arborização urbana nem tem um planejamento para arborização, o que depende da “elaboração do Inventário Arbóreo do Plano Municipal de Arborização de Fortaleza”. Ainda conforme a mesma mensagem eletrônica, a Semam não sabe quais lagoas e rios desapareceram, a situação atual das margens de lagoas, rios e riachos, quantas praças ainda estão ocupadas, quantas já foram recuperadas nem quantas estão em negociação para serem desocupadas.

**SER I: PÓLO DE LAZER SARGENTO HERMÍNIO**

Localização: Av. Sargento Hermínio, no bairro Alagadiço/São Gerardo. Área: 39.259,53 m<sup>2</sup>. O Decreto Nº 4630/76, de 30/01/1976 declara de Utilidade Pública para desapropriação e o destina como Zona de Preservação Paisagística. **SER II: PARQUE PAJEÚ**  
Localização: Entre Av. Dom Manuel e Rua Pinto Madeira, no bairro Centro. Área: 15.335 m<sup>2</sup>. Criado pelo Decreto Nº 5565/80 de 24/04/1980 que o declara de utilidade pública para desapropriação.

**PARQUE DA LIBERDADE**

Localização: Entre Rua Pedro Pereira e Rua Solon Pinheiro, no bairro Centro. Área: 27.671,10 m<sup>2</sup>. Criado pelo Decreto Nº 84 de 21/10/1948 (DOM – 4391).

**SER II: PARQUE ADAHIL BARRETO**

Localização: Rua Mal. Virgílio Borba com Rua Vicente Leite, no bairro São João do Tauape. Área: 137.103,19 m<sup>2</sup>. Criado pelo Decreto Nº 4852 de 29/03/1977 – Declaração de Utilidade Pública para desapropriação. O Decreto Nº 5754/83 de 11/11/83 deu a atual denominação.

**PARQUE RIO BRANCO**

Localização: Av. Pontes Vieira com Rua Cap. Gustavo, no bairro São João do Tauape. Área: 75.825 m<sup>2</sup>. Criado pelo Decreto Nº 8960 de 06/11/1992 – Declaração de Utilidade Pública para desapropriação e denominação; e Nº 10789, de 16/06/2000 – Declaração de Utilidade Pública para desapropriação (ampliação).

**ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DUNAS DO COCÓ\***

Localização: Av. Pe. Antonio Tomás com Av. Sebastião de Abreu, no bairro Cocó. Área: 15ha. Criado pela Lei: 9502, de 07.10.09.

**SER IV: PARQUE PARREÃO**

Localização: Entre Av. Borges de Melo e Av. Eduardo Girão, no bairro Fátima. Área: 31.582m<sup>2</sup>. Criado pelo Decreto Nº 8890 de 25/08/1992 que o declara de Utilidade Pública para desapropriação e dá a denominação denominação.

**LAGOA DO OPAIA**

Localização: Av. Lauro Vieira Chaves, no bairro Aeroporto. Área: 159.379 m<sup>2</sup>. Criado pelo Decreto Nº 3172 de 10/02/1969 e 5640 de 14/08/1980 – Declaração de Utilidade pública para desapropriação.

**SER VI: HORTO MUNICIPAL FALCONETE FIALHO**

Localização: Av. dos Paroaras, no bairro: Passaré. Área: 174.893 m<sup>2</sup>. Criado pelo Decreto Nº 3652 de 11/10/1965 e No 4904 de 13/07/1977 – Declaração de Utilidade Pública para Desapropriação.

**PARQUE NATURAL DAS DUNAS DE SABIAGUABA  
E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SABIAGUABA**

Localização: Estrada da Sabiaguaba, no bairro Sabiaguaba. Área: 467,60 hectares. Criado pelos Decretos Municipais nº 11986 e 11987, respectivamente, de 20.02.06, publicados no Diário Oficial do Município de 06.03.06, pag. 1 e 2, respectivamente.

**Quadro 5 – Parques Municipais de Fortaleza**

**Fonte:** Fortaleza. Secretaria Meio Ambiente e Controle Urbano (2011). Para o Parque e Apa da Sabiaguaba: Prefeitura Municipal de Fortaleza, Semam, Coordenadoria de Políticas Ambientais, via e-mail, dia 12.08.11, assinado por Edilene Oliveira, Chefe da Equipe de Planejamento ambiental daquela coordenadoria.

\* A Área de Relevante Interesse Ecológico (Árie) Dunas do Cocó, na SER II, ainda não constava na página da Semam em 30.04.11, apesar de se tratar de unidade de conservação criada pela Câmara Municipal e sancionada pela Prefeitura de Fortaleza, portanto, informação de domínio público.



**Foto 60 – A Arborização Tenta Corrigir o Excesso de Mineralização na Cidade**

**Fonte:** Colhida pelo autor, na pesquisa de campo. (Praça do Ferreira).





## **10 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Tomando por base os critérios postos por Eduardo Alva (2010) para se chegar à cidade sustentável, Fortaleza está longe da sustentabilidade, dada a desigualdade entre seus espaços e a necessidade de “eliminar as deseconomias de aglomeração”: as precárias condições de moradia, saúde, saneamento e transporte para parte significativa de seus habitantes, itens necessários para “melhorar a qualidade de vida das populações”.

Esse quadro permanece porque as administrações municipais continuam adotando um modelo que insiste em incentivar o crescimento econômico, para obter, como consequência, a superação das desigualdades socioeconômicas. Ora, para Alva (2010), transpor essas desigualdades é a condição para o crescimento e o real desenvolvimento. Por seu turno, o estudo de Bernal (2004) demonstrou o fracasso da opção cearense pelo turismo como forma de gerir economias a partir de interesses externos, posto que a experiência apenas concentrou renda.

Há muito por conquistar rumo à cidade sustentável e a implantação de áreas verdes em Fortaleza é um dos alvos alimentados pelo movimento ambiental em seu “outro sonho feliz de cidade”<sup>106</sup>. Este trabalho teve como objetivo principal resgatar as histórias dos movimentos ambientais de Fortaleza que lutam por áreas verdes e fazer uma análise crítica do crescimento da cidade. Foram entrevistadas mais de 70 pessoas de 20 movimentos sociais. O quadro que fica é o de uma luta desigual, com os protagonistas do campo popular em desvantagem, dadas as assimetrias de poder representadas pela falta de informação, pelo acúmulo de trabalho, o que lhes furta o tempo requerido pelos movimentos, e pela carência de meios, muitas vezes, até para custear a passagem de ônibus. Tanto é assim que parece haver mais organicidade nos movimentos dos bairros de classe média.

---

106 Música Sampa, de Caetano Veloso. Disponível em <<http://letras.mus.br/?q=sonho%20feliz%20de%20cidade&cx=partner-pub-9911820215479768%3A27n8sq6qzwx&cof=FORID%3A9&ie=UTF-8>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

Fortaleza é vista por seus habitantes como uma cidade bela, mas a sentem também como uma “canoa furada”, da aludida música de Rita Lee. Homens e mulheres resolveram seguir “remando contra a maré” em um processo no qual cresce sua consciência. Recusam-se a ser transformados em “seres humanos de confecção” (KURZ, 2010, p. 87) ou no “homem de plástico”<sup>107</sup>. Em última instância, assumem ser sujeitos de seu principal direito, o direito à vida, para si e para os pósteros. Apesar das dificuldades e dos riscos, contestam via movimentos sociais, em grupos e fóruns.

O fortalezense, com sua atitude, canta ou grita:

A gente quer carinho e atenção  
A gente quer calor no coração [...]  
A gente quer é ter muita saúde [...]  
A gente quer viver felicidade...  
É!  
A gente não tem cara de panaca  
A gente não tem jeito de babaca [...]  
É!  
A gente quer viver pleno direito  
A gente quer viver todo respeito  
A gente quer viver uma nação  
A gente quer é ser um cidadão<sup>108</sup>

Com essa postura, os cidadãos constituem seus fóruns e/ou participam daqueles criados pelos governos, pois desejam influenciar nas políticas, desde sua gênese, gerir essas políticas, avaliá-las na perspectiva da melhoria de suas próprias vidas. O que querem, em última análise, é melhorar de vida, sob todos os aspectos, incluso o ambiental. Pesquisa de Coelho e Favareto (2007 apud DAGNINO; TATAGIBA, 2007, p. 101) concluiu que esses fóruns e a participação neles podem trazer resultados positivos em termos de inclusão e de distribuição dos benefícios. As condições para isso são: uma sociedade civil capaz de aproximar as demandas das políticas públicas em espaços participativos e aumentar tanto a adesão a essas políticas como a legitimação das mesmas; o desenho institucional com equilíbrio de forças entre os participantes; e compromisso e abertura dos gestores para com a organização e as decisões tomadas nesses fóruns.

A pesquisa mostra que essas condições em Fortaleza são embrionárias e carecem de aprimoramento. Os fóruns de interesse ambiental inexistiam antes de 1985. O primeiro foi o Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Depois, o Estado criou o Conselho Estadual de Meio Ambiente

107 Classificação dada ao homem atual pela música Fantástico do programa homônimo, da rede Globo: “é fantástico, da idade da pedra ao homem de plástico, o *show* da vida”. Composição de Guto Graça Mello e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho – o Bôni. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/guto-graca-mello/1508438/>>. Acesso em: 9 maio. 2010.

108 Música intitulada “É”, de Gonzaguinha. Disponível em: <<http://www. http://letras.mus.br/gonzaguinha/16456/>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

(Coema), porém, como registrado, dele foram alijados os segmentos da sociedade civil mais aguerridos. No município, o Conselho de Meio Ambiente tem recebido críticas quanto a seu funcionamento, considerado irregular por pessoas ouvidas. Para cumprir a formalidade de discutir as diretrizes de Fortaleza com representantes de seus cidadãos, por exigência do Estatuto das Cidades, as administrações Juraci Magalhães faziam encontros em que os planos, propostas e diretrizes eram referendados durante reunião massiva no ginásio Paulo Sarasate. Faltava a tais encontros ampla divulgação anterior, o que dificultava mais ainda a participação de segmentos sociais, mesmo daqueles funcionando organicamente.

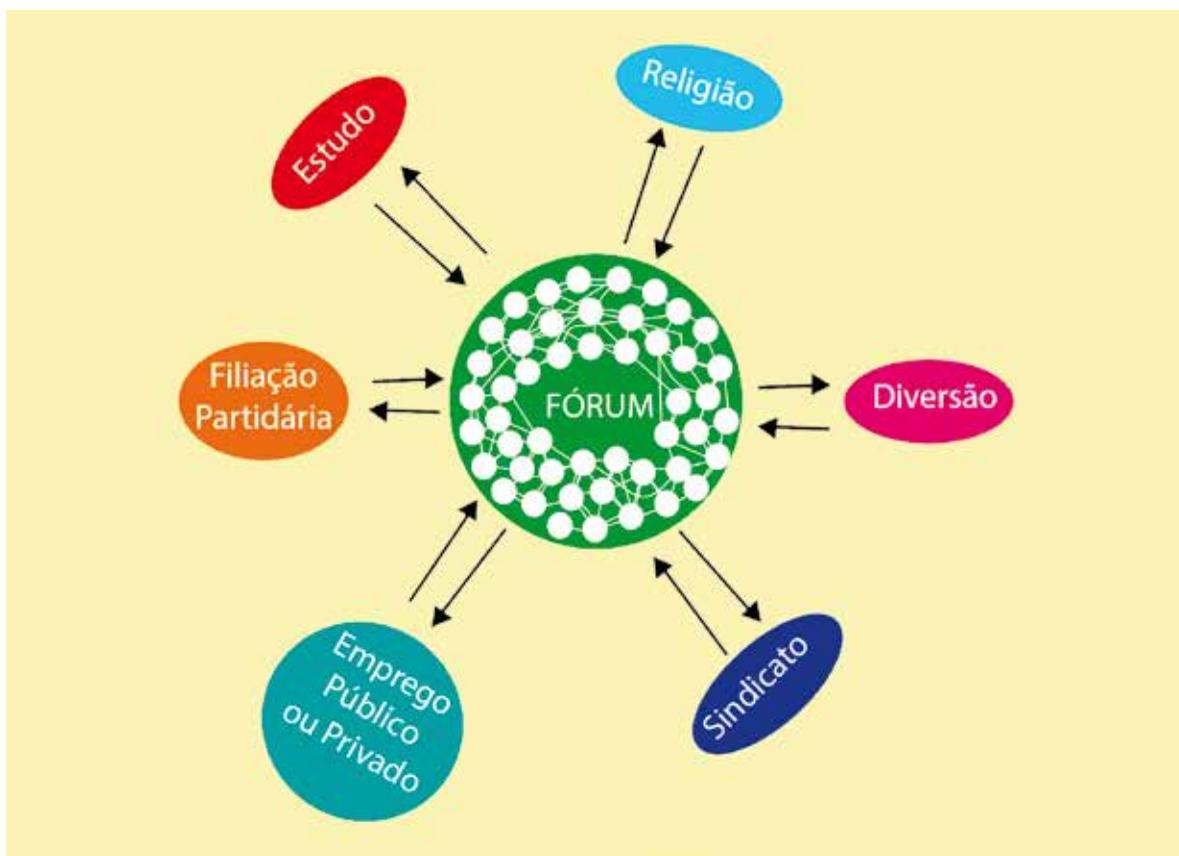
Coelho e Favareto (2007) citam avaliações segundo as quais, havendo sociedade civil organizada, gestores comprometidos com a participação e um bom desenho, o fórum seria capaz de fomentar a coordenação entre os agentes, o que facilitaria a adoção das soluções negociadas para os problemas. Entretanto, Veiga (2005) e Abramovay (2005) advogam que essa contribuição acaba sendo nula porque os fóruns replicam assimetrias sociais e neles os representantes do Estado tendem a dominar ou acontece a cooptação desses fóruns por partidos políticos. Para esses autores, há nos fóruns uma tendência a reforçar grupos e territórios mais capacitados. Embora este não fosse o meu interesse direto, a pesquisa recolheu informação de situações similares em Fortaleza, mesmo na administração de Luizianne Lins (PT), que abriu espaço para a maior influência popular tanto na elaboração do plano diretor como via orçamento participativo<sup>109</sup>.

Coelho e Favareto (2007, p. 123), concluem que “a dinâmica da esfera participativa é resultado dessas duas dimensões: a interna à esfera participativa e aquela revelada por sua articulação com outras esferas”. A Figura 6 representa os relacionamentos internos e as influências possíveis do ambiente sobre o fórum e vice-versa. Só que “o conhecimento dessas duas esferas é algo ainda embrionário” e demanda “estudos comparativos”, exatamente para se “sair da ingenuidade que muitas vezes cerca o discurso da democracia participativa e preservar o intuito anunciado neste mesmo discurso” que é alcançar “êxito no ideal normativo presente na junção de participação e desenvolvimento”.

O acompanhamento de fóruns populares e governamentais e as entrevistas gravadas na pesquisa parecem corroborar as conclusões de Coelho e Favareto (2007): para o êxito do fórum contam seu formato e composição; o ritual de tomada de decisão; o equilíbrio de poder entre representantes estatais, do poder econômico, dos territórios da elite, classe média e da popular; e sua articulação com outras esferas. Para potencializar a igualdade entre os participantes, são necessários cuidados na forma de conduzir as reuniões, com o que se evita a prevalência dos representantes estatais, dos de nível superior, daqueles da classe hegemônica e/ou dos representantes dos partidos.

---

109 As conferências temáticas realizadas em âmbito municipal, estadual e federal ficam fora dessa análise. Constituem novos espaços de participação e pelo menos um entrevistado nesta pesquisa referiu-se às Conferências de Meio Ambiente como instâncias de pouca ou nenhuma influência nas políticas públicas de meio ambiente.



**Figura 6 – Relações dos Fóruns com seus Contextos**

**Fonte:** Elaboração do autor, a partir de Coelho e Favareto (2007).

Ao longo da militância e ao fazer a pesquisa, participei de reuniões nos fóruns e movimentos de Fortaleza em que alguns participantes reuniam as quatro características: ser de instâncias do Executivo ou do Legislativo (Estado), morar em bairro de elite, deter grau de nível universitário e ter conhecida adesão partidária. Nessas reuniões, mesmo com o apelo à decisão pelo consenso, as dinâmicas adotadas e a falta de tempo nem sempre facilitavam a discussão suficiente de propostas diferentes ou polêmicas. Ora, consenso requer discussão fundamentada, tempo para réplicas e tréplicas, para o convencimento recíproco. O processo decisório em curto tempo levava a que certos grupos fossem ouvidos com a reverência de “Roma locuta, causa finita”<sup>110</sup>. Ficava um mal-estar pelo fato de, com frequência, não ter igual tratamento a questão levantada por pessoa de outro *status*, sem locução articulada no padrão culto, sem citar estudos científicos, mas “apenas” a experiência vivida em seu cotidiano.

Várias são as razões alegadas para o saber local, experiencial, não ter o mesmo peso, não ser discutido e ser tratado sem paridade com o saber universitário, ou do Estado ou da classe média. Cumpre notar que essa indisposição predo-

<sup>110</sup> Roma falou, a causa acabou.

mina nos espaços oficiais, porém ocorre até em fóruns em que o Estado não tem representação. Há exceções, por evidente, mas, dada a frequência com que ocorre, talvez aí esteja pelo menos uma hipótese a ser levantada para se explicar a falta de quórum nesses espaços criados para a discussão democrática e a busca de consensos. A ser confirmada essa hipótese, tal realidade está a sugerir, portanto, que se discuta e implemente uma real democracia interna em entidades e fóruns, inclusive nos ambientalistas, para ganhos óbvios de participação dos cidadãos nas definições de seus destinos, um dos requerimentos do desenvolvimento sustentável.

Como dito por Coelho e Favareto (2007, p. 123), o resultado da participação está ligado, também, à “sua articulação com outras esferas”, não só ao âmbito interno da entidade ou fórum. Aqui abre-se um amplo leque de possibilidades explicativas. Pesam as relações dos participantes com grupos, partidos políticos, outros entes da sociedade civil, do governo e do mercado. A explicitação desses vínculos escapava ao objeto deste estudo. Portanto, o poder de influência de tais ligações precisaria ser pesquisado em profundidade e levado em consideração, para a correção do *modus operandi* dos fóruns, se tal pesquisa indicar essa necessidade.

Nas entrevistas, nas conversas e participando dos encontros de grupos e colegiados, durante esta pesquisa, com frequência percebi esses dilemas e dificuldades em fóruns estatais e da sociedade. São questões desafiantes, de modo especial, para os fóruns exclusivos dos militantes, mas também para os que juntam sociedade civil, Estado e mercado. Desafiantes não só do ponto de vista da autonomia e democracia interna de todos eles, mas, igualmente, sob o prisma da participação que se diz desejar do movimento social e nos movimentos sociais com vistas na transformação da cidade (desenvolvimento sustentável) com o protagonismo da sociedade civil.

Quando o Estado ou governo convida o movimento social para um fórum “e só lhe concede pequena chance de influência”, ocorre o que Albuquerque classifica como uma “convergência perversa”, porque solicita uma sociedade civil “ativa e propositiva”, mas, ao mesmo tempo, obscurece os significados de cidadania, participação e democracia, além de disseminar “consensos aparentes” em torno de reformas que dizem “primar por eficácia, eficiência e transparência das políticas sociais”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 206). Se os fóruns próprios da sociedade civil primam por consensos reais, há a expectativa de que usem métodos coerentes.

O que Albuquerque (2007) conclui sobre políticas sociais<sup>111</sup> parece-me aplicável aos fóruns de políticas socioambientais de Fortaleza, por observar a pertinência daquelas conclusões à realidade dos fóruns criados pelo poder público para a participação de grupos ambientais. Segundo essa autora, tais espaços são criados por governos de ideários participativos ou que apenas estão atendendo a estratégias de organismos internacionais. Quando o motivo é externo, há no fórum menos partilha de poder e, muitas vezes, trata como iguais as entidades sem fins lucrativos e as de mercado. Assim, os “consensos aparentes” escondem “conflitos importan-

---

111 Pesquisa feita no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

tes” e “não parecem ter sido suficientes para compensar as mudanças estruturais do período [neoliberal], o que dificultou a consolidação da democracia”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 209-211).

Entre os entrevistados nesta pesquisa, esse quadro ficou bem patente, ao analisarem o Fórum da Sociedade Civil, onde a participação dos grupos ambientais era genuína, e as conferências e outros espaços a que foram chamados. Deram sua contribuição, porém sua fala foi ignorada em parte ou no todo, quando da formulação de políticas públicas e em projetos como o do açude Castanhão e o da transposição do São Francisco, para citar um exemplo local e um nacional. Nesses casos, o que parecia uma modernização das relações do poder público com a cidadania escondia velhas práticas sob rótulos novos.

De uma perspectiva democrática, modernização implica: publicização ou desprivatização do Estado, ampliação de direitos e da inclusão, eliminar clientelismo, fisiologismo e corrupção. O Estado social moderno é o que cumpre as funções de proteger, distribuir e oferecer equidade social. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 213).

Os casos dos fóruns aqui abordados alertam em dois sentidos: sugerem que o Estado não está cumprindo as funções aludidas imediatamente acima “de proteger, distribuir e oferecer equidade social”. Ao mesmo tempo, acendem a luz amarela para os fóruns próprios da sociedade civil fortalecerem processos democráticos de diagnóstico, planejamento, ação e avaliação e, assim, potencializarem mais todos os movimentos sociais, porém, de modo particular, os das classes populares. O intuito, aqui, seria dar mais vez e voz a setores tradicionalmente excluídos ou menos empoderados da sociedade, mas cuja fala também traduz um conhecimento com que tais setores podem contribuir, em última instância, para realizar a dimensão política do desenvolvimento sustentável. (Quadro 2).

O grande desafio, na perspectiva dos movimentos popular e ambiental, é formar grupos e fóruns e manter sua identidade própria, na relação destes com o Estado, “dada a burocratização e seus [do Estado] mecanismos desagregadores, e a disputa por recursos”. (SANTOS, 2008b, p. 34). As experiências relatadas mostram que manter grupos com identidade própria é difícil, por causa dos “mecanismos desagregadores”: burocracia, falta de transparência e emprego como favor, dentre outros. Os depoimentos colhidos na pesquisa deixam transparecer, em diferentes movimentos, o constrangimento das pessoas por causa do emprego no Estado ou no município, em função comissionada ou via terceirização, como também o “jogo de empurra” entre órgãos e até a exigência de fidelidade ao grupo no poder, para ter atendida uma reivindicação de benefício comunitário, portanto, de caráter republicano.

Fica conflituosa a situação de quem trabalha na estrutura do Governo do Estado ou da Prefeitura de Fortaleza e participa de movimentos sociais, se estes estão em confronto com o poder constituído e com os detentores dos meios de produção. Como se constatou nesta pesquisa, no Ceará e em Fortaleza o poder constituído e

os empresários estão muito próximos, quando não é o mesmo grupo a comandar simultaneamente a iniciativa privada e as unidades do Estado brasileiro como o estado e o município. Os militantes empregados por concurso em órgãos federais têm sofrido menos pressão e constrangimento. Assim, por exemplo, professores da Universidade Federal do Ceará deram pareceres para sustentar proposições do movimento social, falando em nome da própria UFC, em diferentes ocasiões, ao longo do período aqui estudado.



**Foto 61 – Lagoa Seca, na Maraponga: Aterro**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** Acordo previa a preservação da Lagoa Seca, como continuidade do Parque Ecológico Maraponga, porém a várzea (APP) está sendo destruída por ocupações irregulares e condomínios.

Registre-se, porém, os casos dos funcionários federais que colocaram a ciência como suporte às reivindicações ambientais e sofreram constrangimentos. A iniciativa privada moveu e move processos no Judiciário contra eles, alegando prejuízos, enquanto fecha os olhos às injustiças e aos danos ambientais impostos por suas empresas à coletividade. Entretanto, os militantes atuam com a convicção de que, se o ambientalismo gera discursos para a iniciativa privada e para projetos de governos, com maior razão pode e deve fundamentar cientificamente os argumentos para a concretização dos direitos difusos dos cidadãos, inscritos na Constituição e em convenções internacionais assinadas pelo Estado brasileiro.

Conforme Císias (2009), nas cidades, “o poder público facilita as ações dos detentores dos meios de produção, em detrimento da classe trabalhadora”, daí a fragmentação dos espaços via leis de zoneamento, causas de muitos conflitos. “O Ca-

pital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital". (CISIAS, 2009, p. 37). A pressa para a tomada de decisões que envolvem esses interesses denota o quanto o Estado se coloca a seu serviço, como se constatou na audiência pública sobre as obras da Copa 2014, na Assembleia Legislativa do Ceará, no segundo semestre de 2011, e em iniciativas do Estado como a proposta de dispensa ou flexibilização de licitações para empreendimentos ligados ao certame ou para empresas se instalarem na costa cearense, como no projeto de zoneamento econômico ecológico colocado em discussão e rejeitado pelos movimentos sociais.

Santos (1986) afirma que o espaço em geral e o da cidade, em particular, envolvem um conjunto simbiótico de sistemas de objetos e de sistemas de ações disputando recursos, preferência e prioridade. Os objetos são cada vez mais artificiais: hidrelétricas, fazendas modernas, fábricas, portos, estradas, cidades, dotados de uma mecânica e ligados, em última instância, a interesses hegemônicos internacionais. Já as ações são tidas como racionais quando obedecem a uma racionalidade que responde aos fins ou aos meios internacionais – portanto, induzidas de fora, estranhas ao lugar, território, região ou país.

É forçoso perceber que a cidade de Fortaleza perde verde e qualidade de vida e que seus gestores não priorizam as demandas de seus concidadãos por causa da opção pelo desenvolvimento sob a lógica desses sistemas de objetos e de ações dotados de racionalidade alienígena. (SANTOS, 1986). Últimos exemplos desta opção: as obras de maquiagem da cidade para o campeonato mundial de futebol de 2014. Em acréscimo, o cronograma dessas obras inviabiliza o diálogo com as populações atingidas e até com órgãos públicos de resguardo do cumprimento da lei e de defesa das populações fragilizadas.

Recuando no tempo, nas últimas quatro décadas, em Fortaleza, o poder público permitiu o derrame de esgotos, tratados ou não, em rios e lagoas, mesmo sem adotar os meios para fiscalizar as estações de tratamento; praticamente eliminou o sistema de áreas verdes, a partir de uma legislação que não respeita margens de rios e lagoas e até permite seu aterramento; tornou banal a canalização de seus recursos hídricos e a ocupação de suas margens: os rios Pajeú, Aguanambi, Jardim América e Papicu, e as lagoas do Jacarecanga, Gengibre, e Rosinha, eis alguns dos exemplos mais conhecidos, sendo frequente irromperem no período chuvoso, a desabrigar os pobres. Também oficializou moradias-cubículos em lotes de 135m<sup>2</sup> e a maior densidade habitacional, via solo criado, em bairros sem infraestrutura de esgoto; e generalizou o uso do asfalto, mais uma contribuição para elevar a temperatura da cidade.

Ora, o que a sociedade civil quer, mesmo se não o verbaliza de modo explícito, é o desenvolvimento sustentável, que propõe conjugar (1) a prudência ecológica – conservar e preservar a natureza como valor em si mesma – (2) a justiça ambiental, representada pela inclusão de todas as raças, etnias e culturas à satisfação de suas necessidades básicas; e (3) a eficiência econômica, o que implica viver sem destruir. O desenvolvimento sustentável requer um conceito de eficiência econômica diferente do adotado até hoje, que só destroi e dissemina sofrimento

para as maiorias. (KURZ, 2010). Portanto, o que a sociedade civil reivindica junto ao poder público coincide com o conceito firmado no relatório da Organização das Nações Unidas Nosso Futuro Comum. (COMISSÃO MUNDIAL... 1991).

Por conseguinte, carece de eficiência econômica o projeto para o “desenvolvimento” de uma cidade que nem conserva nem preserva a natureza e/ou cuja adoção quebra relacionamentos, destrói valores coletivos, despreza saberes ancestrais, subjuga as lideranças autóctones, passa por cima dos direitos de raças, etnias, culturas e minorias e, em síntese: gera injustiça ambiental. A presente pesquisa mostrou as insatisfações da classe média, mas não só desta. Também de segmentos negros e indígenas, culturas a darem suporte ao trabalho popular na Cidade 2000 e a resistirem em Parangaba, por exemplo, mas perceptíveis por um olhar arguto, nos vários movimentos sociais.

Para produzir não apenas cidades, mas sociedades sustentáveis, o desenvolvimento precisa adotar políticas com outra eficiência econômica e domar a financeirização da economia mundial, responsável por crises como a que estourou em 2008 e que, em última análise, repercutem ou repercutirão também no verde de nossos ambientes de vida. Só se alcança este objetivo com mudanças radicais, que retirem das políticas públicas a ênfase exclusiva sobre o econômico. Os movimentos sociais apontam o rumo a ser tomado pelas políticas públicas: as pessoas como sujeitos e a vida na Terra como prioridade. (GOHN, 2005; CAPRA, 2006; BOFF, 1999).



**Foto 62 – Lagoa de Messejana: margens privatizadas e equipamentos públicos sem uso**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Para Herculano, a sustentabilidade, em sua interpretação crítica, evoca "interdependência, complementaridade de todas as formas vivas em equilíbrio com determinado meio". (HERCULANO, 1992 apud MACHADO, 2000, p. 85). O Estado deveria, portanto, assumir o papel regulador das relações sociais, no interesse de todos, pois o discurso da modernidade dizia ser este o seu papel. Os movimentos sociais de Fortaleza têm pressionado neste sentido. Entretanto, "o Estado (aqui entendido como Governo do Ceará e Prefeitura de Fortaleza) não assume seu papel regulador, para não impedir barganhas e, assim, garantir a governabilidade". (MACHADO, 2000, p. 85, 92). Resultado: permanecem intactos "os interesses hegemônicos", de quem mantém os que estão no poder. (SANTOS, 2008b, p. 20).

O conceito de desenvolvimento sustentável de viés crítico, se adotado com o intuito de chegar a uma sociedade sustentável, repercutiria em todas as esferas da atividade humana, portanto, também no desenvolvimento urbano. Porque o urbanismo constitui um também saber político, cuja ação manifesta formas de pensamento e encerra uma ideologia. (MARTINS, 2000). É isento de ingenuidade.

Em outras palavras: o urbanismo desconhece a neutralidade e se define conforme os interesses de quem, montado no poder, comanda o processo histórico. Vem daí a importância da aliança dos movimentos sociais com os partidos políticos, para a superação das injustiças ambientais. As pessoas entrevistadas, de diferentes movimentos e níveis de condição social, expuseram forte consciência de que a injustiça social está na discriminação entre pobres e ricos.



**Foto 63 – Lagoa da Sapiranga: Indícios de Poluição e Construções na Área Verde**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

Essa postura confirma a conclusão de uma pesquisa de Barreira (2001). Nela, líderes de movimentos populares mostraram que ter consciência de injustiças ambientais como aqui definidas, e, ao mesmo tempo, uma enorme dificuldade para admitir seu envolvimento com a política partidária, até nos casos em que essa relação existia e era sabida. Agiam como se fosse inadequado assumir essa relação. E até poderia ser, caso se tratasse de manipulação do movimento social por forças partidárias. Parecia faltar, àquelas lideranças, a convicção de que os partidos políticos integram a sociedade civil e devem representá-la – por conseguinte, nada mais natural que trazê-los para o lado dos movimentos sociais.



**Foto 64 – Moradias irregulares na APP da Lagoa das Pedras**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

**Nota:** A Lagoa das Pedras fica no bairro São Cristóvão.

Como regra, nesta pesquisa dirigentes de grupos e entidades manifestaram receio de se contaminar com uma percepção negativa dos partidos e dos políticos. Como no estudo de Barreira (2001), parece haver dois conceitos de política: um a ser vivido no bairro e no movimento, e outro, no mundo partidário. Assim, pessoas de movimentos sociais falavam como se tais mundos não se tocassem. Ao falarem de sua militância ambiental, omitiam ou minimizavam sua pertença ou proximidade a uma legenda. Esta atitude mereceria estudo mais aprofundado, para se detectar o quanto ela contribui ou não para a formação política e para a educação ambiental dos cidadãos.

Quanto à promiscuidade entre poder econômico e administração pública, Mike Davis falou do controle municipal por meio de expedientes associados à corrupção e ao caciquismo, o que caracterizava o tamanismo em Los Angeles. (DAVIS, 2009). A geógrafa Clélia Lustosa em seu trabalho (COSTA, 1988) e outros estudiosos da cidade mencionaram a forte influência do capital sobre os poderes cujas decisões definem a qualidade de vida dos cidadãos de Fortaleza. Em regra, só com esforço hercúleo os movimentos ambientais conseguem vitórias parciais e, ainda assim, de difícil e incerta consolidação. Só uma pesquisa com este objetivo poderia concluir se Fortaleza se assemelha a Los Angeles.



## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta deste trabalho foi registrar a história das lutas por áreas verdes, na perspectiva dos atores dos movimentos sociais, e fazer uma análise da expansão de Fortaleza. A partir das falas de seus sujeitos nas entrevistas e nos documentos disponibilizados, os movimentos sociais teceram suas histórias, aqui contadas com a máxima fidelidade, com o mínimo de corte, para que aparecessem as visões de hoje dos protagonistas e observadores das cenas vividas por eles, suas análises e avaliações. Longe de ser “a história dos movimentos”, a exposta aqui é “uma história”, escrita na perspectiva de seus agentes. São vivências iniciadas com inspiração na Conferência de Estocolmo e que desembocam na preparação da Conferência Rio+20.

Quarenta anos de história ao fim dos quais o movimento ambiental de Fortaleza ainda luta por uma vitória que permanece no horizonte, como uma possibilidade, tal qual a Terra Prometida dos tempos bíblicos. Aparece nesses “retalhos de nossa história”<sup>112</sup> uma sociedade civil que propõe com insistência, vence barreiras e até obtém conquistas parciais. Que se cansa de tanto esforço e às vezes diminui o ritmo, como que para retomar o ânimo. Criativo, fundamenta seu agir em conhecimentos científicos, fé, sabedoria popular, manifestações do folclore e em saberes ancestrais, na tentativa de preservar ou conservar faixas verdes da cidade, para uso atual e pelas gerações futuras.

Em consequência, existem na cidade parques instalados por iniciativa legal e por pressão de movimentos sociais. Outras áreas a coletividade quer que o poder público as institua como áreas verdes, as reconheça e enquadre na Lei do Snuc, ou as adeque às diretrizes do Código Florestal, das resoluções do Conama e das leis municipais e estaduais pertinentes, mas também as conserve, para que se tornem espaços de real uso coletivo, integrados à vida da cidade.

Permanecem pendências na Justiça e preocupa a definição se as indenizações são devidas ou não, ao se criarem parques que abrangem áreas de preserva-

---

112 Zé Vicente, música: Quem disse que não somos nada?

ção permanente. Como essa questão envolve interesses econômicos dos proprietários e direitos difusos da população, há, de um lado, apreensão no sentido de que uma decisão do Judiciário inviabilize a criação desses parques, pelo alto custo das indenizações. De outro, pode-se antever um desfecho favorável à coletividade, que prevaleçam os direitos coletivos e vença a argumentação aqui exposta pelo representante do Ministério Público Federal: se a terra não pode ter exploração econômica, também não pode ter valor de mercado.

A degradação ambiental decorrente da expansão de Fortaleza ora é comandada pelo aparelho do Estado, ativamente, ora é admitida por ele, via omissão<sup>113</sup>. É a hipótese explicativa a que chego, fundamentado nas entrevistas gravadas e na realidade constatada na pesquisa e documentata, também, nas fotografias. O município encontra-se empoderado com o corpo legal em vigor, para a preservação e conservação da natureza e para a consolidação de relações socioambientais equilibradas. Entretanto, os registros demonstram não existir uma política de desenvolvimento sustentável da cidade. Em decorrência, ao município faltam diretrizes, estrutura, pessoal, informação e controle na perspectiva da conservação e preservação, ou seja: de fato, vigora uma política de permitir a destruição do ambiente natural. Eis por que os problemas e as respectivas reivindicações giram em círculo, sem resolução.

Comprovam essa falta de política ambiental: a indefinição da APP do açude Osmani, a não institucionalização do Parque Cocó, do Parque Ecológico Rio Branco, do Parque Rachel de Queiroz, dentre outros parques e áreas verdes reivindicados, porém ainda não enquadrados na Lei 9985/2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) ou na Resolução 369 do Conama; o aterramento de lagoas e rios, o desrespeito às APP em plena vigência do Código Florestal de 1965, a ampla definição de áreas verdes pelo Plano Diretor aprovado em 2009 e o descontrole das mesmas, apesar do Plano Diretor de 1992. Desse quadro, resultou a destruição da cobertura vegetal que, em aproximadamente 34 anos, sofreu um decréscimo de cerca de 63%, conforme o Inventário Ambiental de Fortaleza, de 2002. Portanto, é razoável presumir um dano muito maior hoje, pois inexistem estudos atualizados disponíveis e a cidade cresceu a olhos vistos, desde então.

Outro grave indicador de ausência de uma consistente política de preservação das áreas verdes é a falta de informações precisas sobre aquelas de domínio público. Muito grave, em decorrência da informação imprecisa, é a impossibilidade de uma análise da situação dessas áreas, em seu conjunto. Muito grave, igualmente, do ponto de vista da cidadania, é a dificuldade interposta pelo poder público para fornecer os dados existentes, ainda que incompletos, como aqui registrado.

Permanece como desrespeito à lei e à cidadania a não adequação das áreas verdes e parques reivindicados às resoluções do Conama, uma das mais pertinentes

---

113 Tal comando se expressa nos programas implantados e em omissões dos Executivos, apoiados na flexibilização das regras pelos Legislativos e em decisões do Judiciário, como explicitado nas histórias aqui descritas.

a Resolução 369/06. O conceito de área verde adotado pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza, por ser tão abrangente, dificulta, a um só tempo, fixar seus limites, fiscalizá-las, protegê-las e disponibilizar as públicas para uso da coletividade. Enquanto o município não monitorou a contento nem suas áreas verdes, conforme o plano diretor de 1992, a definição inserida no Plano Diretor Participativo, de 2009, açambarca até as áreas verdes que são propriedades privadas!

A conclusão que se impõe é a de que as sucessivas administrações de Fortaleza decidiram deixar a cidade sem áreas verdes. Ativamente e por omissão, ao ignorarem os princípios da solidariedade intergeracional e do ambiente como bem comum do povo, inscritos na Constituição Federal, ao não implementarem as leis das três esferas de poder relativas ao tema, ao interpretá-las ignorando a prevalência da lei federal e das resoluções do Conama sobre as estaduais e municipais.

Essas diretrizes foram implementadas por prefeitos no passado e nos dias atuais, a eles cabe a responsabilidade das decisões porque:

Não somos arremessados para a existência como a bala de um fuzil, cuja trajetória está absolutamente predeterminada. A fatalidade em que caímos ao cair neste mundo — o mundo é sempre este, este de agora — consiste em todo o contrário. Em vez de impor-nos uma trajetória, impõe-nos várias e, conseqüentemente, nos força... a eleger. Surpreendente condição a de nossa vida! Viver é sentir-se fatalmente forçado a exercitar a liberdade, a decidir o que vamos ser neste mundo. Nem um só instante se deixa descansar nossa atividade de decisão. Inclusive quando, desesperados, nos abandonamos ao que queira vir, decidimos não decidir. (ORTEGA Y GASSET, 2007, p. 78).

Para o movimento ambiental, parecem emergir dessa pesquisa necessidades e desafios nos seguintes âmbitos:

- Difundir o seu saber vivencial em torno das áreas que defende e empoderar-se sempre mais do saber científico que lhe dê respaldo, aliando-se, portanto, à Academia;
- Firmar alianças primeiro entre si, fortalecer seus grupos e fóruns, e usar de meios criativos de pressão, fincando seus fundamentos mais e mais na cultura local, de raízes cristãs, negras e índias, cujas concepções sobre a natureza e relações com a Terra tendem a propiciar vínculos positivos e permanentes nos grupos;
- Estabelecer parcerias com o parlamento e outros órgãos do Estado e deles exigir postura republicana;
- Relacionar a demanda ambiental com as dos âmbitos da moradia, trabalho, segurança, educação, saúde, política e religião, superando a visão estanque da realidade nessas áreas;

- Contribuir para elevar o nível de informação das pessoas envolvidas nas iniciativas dos bairros, já que quem sente as áreas verdes como suas participa mais, como mostram as experiências aqui relatadas. Pelo contrário, as pessoas sem ligação afetiva com as áreas verdes são indiferentes e até hostis ao ambiente, como em conjuntos habitacionais cujos moradores as depredaram ou pouco se envolveram nas campanhas de preservação;
- Assumir mais ainda a postura de que é papel dos movimentos sociais influenciar a política partidária, de modo que as políticas públicas reflitam os anseios da sociedade civil. Dessa forma, o movimento ambiental estará contribuindo para consolidar uma cultura de autodeterminação das pessoas e coletividades dos bairros e do município como um todo; e
- Formar militantes, o que implica também orientá-los à conquista de empregos éticos, experiência já vivenciada e explicitada por um dos movimentos pesquisados. Sem este tipo de liberdade, fica difícil ou impossível a permanência na militância, com vistas à conquista da sustentabilidade ambiental, especialmente dos mais jovens e dos pobres.

As dificuldades de trabalho para lideranças dos movimentos em quase todos os bairros constituem um desafio de primeira grandeza. Esta é uma questão geral da sociedade, a preocupar ainda mais o movimento ambiental, por se tratar de pessoas voltadas para uma causa de real interesse coletivo e cujo refluxo certamente significaria enorme prejuízo para a cidade em termos de qualidade de vida.

Não era finalidade da pesquisa, mas os relatos trouxeram à tona questões explícitas de etnia, especialmente em Parangaba e Cidade 2000, e até insatisfações na forma de resistências para a manutenção de cultos religiosos. Um aprofundamento de estudos nesse campo poderá apontar a real gravidade dessas situações e os caminhos de preservação e incentivo à conservação dessas manifestações como riquezas de nosso patrimônio cultural em cujo bojo são acalentados valores que portamos como povo do acolhimento, do repartir no encontro e na felicidade de servir.

As histórias aqui relatadas consolidam resultados a que chegaram renomados pesquisadores anteriores, ao mostrarem o movimento ambiental com multiplicidade de motivações, de posturas frente à realidade e de métodos de enfrentamento. Em todas, a dança do samba de uma nota só, em cujo enredo aparece a indiferença do poder público frente às necessidades de uma população que às vezes canta, desolada: "Pai, afasta de mim esse cálice de vinho tinto de sangue!".<sup>114</sup>

A rápida análise dos caminhos percorridos pelo poder público, em si mesma, sugere a adoção de novos paradigmas de administração do município e do Estado, que favoreçam a real participação de todos os segmentos da coletividade, em especial dos desprotegidos, no interesse da preservação e conservação ambiental e do bem-estar coletivo, e tendo em conta os anunciados cenários de mudança climática.

114 Música "Cálice", de Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/chico-buarque/45121/>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

Nos vários movimentos nota-se a clara insatisfação com o poder nas instâncias estadual, municipal e federal, pelas dificuldades na negociação e pelas propostas não avançarem para soluções com vistas ao bem comum, pela adequação das leis a interesses internacionais como os da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016. Há um sentimento de que as administrações estão voltadas para demandas outras que não as da população local. Falta aos gestores captarem que Fortaleza verde será mais bela e confortável para os seus e para os visitantes, fazendo assim a conexão positiva com a opção pelo turismo nacional e internacional a que se fez referência neste estudo.

Ao tratar das dificuldades ambientais por que passa a cidade, a postura da administração municipal é preocupante, por mostrar o órgão ambiental agindo com o pressuposto de que esteja compelido a sempre aprovar construções, independentemente das restrições ambientais impostas pela legislação federal, estadual e até municipal. Por outro ângulo, reproduz a velha postura de buscar só no exterior competência científica para as soluções requeridas pelos desafios internos. Pesquisadores de diferentes áreas afirmam haver acúmulo de experiências locais fundamentadas nos saberes científicos e populares. Eles disponibilizam o suporte de estudos e pesquisas para a implementação de políticas públicas baseadas em um conceito de desenvolvimento sustentável crítico ao atual modelo de sociedade.

A realidade exige dos gestores públicos soluções locais, fundadas em conhecimentos testados no fazer autóctone, embora as competências “da terrinha” precisem, por evidente, dialogar com a Ciência que se faz lá fora. Principalmente, se esta segue o paradigma atualmente em gestação – holístico, ambiental, inspirado nas ciências da vida. Os gestores saem do meio do povo e a ele devem fidelidade, como disse Edmar Sousa, para acrescentar, parafraseando Paulo Freire: “Deve-se criar um instrumento para vencer essa barreira [do político surdo frente ao povo]. Não adianta ensinamento sem criar algo com o que se aprendeu”.

Como escrito por vários autores, porém mais explicitamente por Milton Santos, nossa Economia está ligada aos sistemas de objetos e sistemas de ações alienígenos. (SANTOS, 1986). Faz-se urgente ela abandonar a razão sangrenta da modernidade (KURZ, 2010), nela encrustada na postura economicista, e bradar: “Quero perder de vez tua cabeça! [Cale-se!], minha cabeça perder teu juízo. [Cale-se!]”.<sup>115</sup> Ocorre que o sistema de ensino ainda é presidido pela velha Economia e pela antiga Geografia. Apesar de inegáveis esforços de renomados professores, os métodos pedagógicos prevalecentes ainda primam pelo distanciamento do aluno em relação a seu ambiente de vida. Assim, a realidade surpreende os jovens e às vezes os converte à luta em seus bairros, como o demonstram alguns grupos ambientais e o Comitê Popular da Copa.

---

115 Música “Cálice”, de Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/chico-buarque/45121/>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

Constatamos que “enquanto os homens exercem seus podres poderes, mortos e fuscas avançam os sinais vermelhos e perdem os verdes, somos uns boçais...”.<sup>116</sup> Quem está no poder quer fazer crer que “tudo está no seu lugar, graças a Deus”<sup>117</sup>, porém está “essa vida da gente dizendo que não”,<sup>118</sup> que o presente reproduz o passado, pois

Tudo vai mal, tudo.  
Tudo mudou não me iludo e contudo  
A mesma porta sem trinco, o mesmo teto  
E a mesma lua a furar nosso zinco.  
Meu amor,  
Tudo em volta está deserto, tudo certo,  
Tudo certo como dois e dois são cinco.  
Cinco!<sup>119</sup>

O presente estudo mostra uma sociedade civil tomando consciência da catástrofe ambiental e cantando “não quero luxo, nem lixo, só quero ser imortal, meu amor. Não quero luxo, nem lixo, quero saúde pra gozar no final”,<sup>120</sup> porque as pegadas do consumo geram resíduos a sufocar o planeta. Está ameaçado o nosso futuro comum. A postura dos movimentos é a da crítica compartilhada por poetas e cientistas, ou seja, de pôr em crise um sistema que leva a cidade a perder áreas verdes, portanto, a destituir o ambiente urbano das condições para a vida.

Este estudo traz a indicação de que cumpre rejeitar o mundo como nos fazem crer (fábula) e o mundo como ele é (perversidade), no afã de construir o mundo como ele pode ser. (SANTOS, 2008). Há nos movimentos sociais a radical convicção de que o ser humano tem potencial para construir um mundo melhor:

Cada um de nós compõe a sua história  
Cada ser em si  
Carrega o dom de ser capaz  
E ser feliz.<sup>121</sup>

Constatam-se vitórias parciais dos movimentos por áreas verdes, porém há neles um ímpeto de continuidade alimentado pela crença na vitória:

---

116 Música “Podres Poderes”, de Raul Seixas. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/caetano-veloso/44764>>. Acesso em: 11 jul. 2011

117 Música “Tudo Está no seu Lugar”, de Benito Di Paula. Disponível em <<http://www.letras.com.br/benito-di-paula/tudo-esta-no-seu-lugar>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

118 Música “Grito de Alerta”, de Gonzaguinha. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/gonzaguinha/grito-de-alerta>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

119 Música “Como Dois e Dois”, de Caetano Veloso. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/roberto-carlos/como-dois-e-dois>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

120 Música “Nem Luxo, Nem Lixo”, de Rita Lee e Roberto de Carvalho. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/rita-lee/nem-luxo-nem-lixo>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

121 Música “Tocando em Frente”, de Almir Sater. Disponível em: <<http://letras.mus.br/raul-seixas/48334/>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

Tente! (Tente!)  
E não diga  
Que a vitória está perdida,  
Se é de batalhas  
Que se vive a vida,  
Tente outra vez!<sup>122</sup>

Os movimentos sociais jogam a favor da adoção do paradigma que valoriza o sistema vida, tanto pelas ciências quanto pelas demais expressões humanas, como a política, as artes, a filosofia, as religiões e os costumes, como também pelos saberes populares e da elite. Só assim as cidades serão sustentadoras da vida e sustentadas pela vida.

Se a vida não é valor, o que mais tem valor?



**Foto 65 – Fortaleza com o Parque Ecológico Cocó e a Arie Dunas do Cocó**

**Fonte:** Tomada pelo autor, na pesquisa de campo.

---

122 Música "Tente Outra Vez", de Raul Seixas. Disponível em: <<http://letras.mus.br/raul-seixas/48334/>>. Acesso em: 11 jul. 2011.





## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Representatividade e inovação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL., 2005, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: IICA, 2005.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: CREA, 2001. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

ALBUQUERQUE, M. C. A. de. Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

ALVA, E. N. **Metrópoles (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/ceurb/cidades%20sustentaveis.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2010.

ALVES, P. Poluição em área de interesse ecológico: lixo e poluição no Cocó. **O Povo**, Fortaleza, 5 abr. 2011. Política, p. 17.

AMBIENTE BRASIL. **PF prende superintendente do IBAMA no Ceará por supostas irregularidades em licenças**. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2008/10/31/41635-pf-prende-superintendente-do-ibama-no-ceara-por-supostas-irregularidades-em-licencas.html>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

ARAGÃO, E. Ecologia e desenvolvimento. **O Povo**, Fortaleza, 16 abr. 1978. Caderno Fim de Semana.

ARAÚJO, A. A posição do CREA-Ce. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 26 nov. 1990. Jornal dos Bairros, p. 13.

ARAÚJO, F. Cocó: juiz anula intimação contra Semam. **O Povo**, Fortaleza, 22 mar. 2011. Editoria Fortaleza, p. 2.

ARAÚJO, H. Inventário: prefeitura desconhece quantas árvores há na cidade. **O Povo**, Fortaleza, p. 3, 16 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Parque do Cocó: gastar mais ou proteger menos?. **O Povo**, Fortaleza, 23 mar. 2011. Cotidiano, p. 2.

ÁREA de proteção: Ministério Público pede paralisação de obra em frente ao aeroporto. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/economia/927303.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

ÁREAS verdes desprotegidas. **O Povo**, Fortaleza, 12 mar. 2011. 1º Caderno, p. 1.

ASSOCIAÇÃO de biologia é contra o herbicida. **O Povo**, Fortaleza, p. 23, 18 nov. 1979.

ATERRO da lagoa causa protesto da comunidade. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 mar. 1987. Primeiro Caderno.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil. In: FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL CEARENSE SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1993, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: BNB, 1993. 200 p.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2004. 159 p. (Série Pesquisa em Educação, v. 3).

BARREIRA, Y. A. F. Política, moral e cidadania no contexto de atores sociais urbanos. **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. 1/2, p. 41-52, 2001.

BERNAL, M. C. C. **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BEZERRA, D. M. F. Ocupação da cidade de Fortaleza a partir do Brasil Colônia. In: SAMPAIO, J. L. et al. (Org). **Diálogos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ética para a sustentabilidade**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Caderno de Debate, n. 10).

BORGONHA, M. Não pise na grama: o discurso da desconexão humana da natureza e as problemáticas ambientais. In: SAMPAIO, J. L. F.; SOUZA NETO, M. F.; LIMA, A. E. F. (Org.). **Diálogos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 191-210.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma definição política. São Paulo: Editora Unesp, 2001. Revisto em 1999.

BRAGA, R. Movimentos sociais: hegemonia às avessas ou revolução passiva à brasileira?. **Revista Cult**, ano 13, n. 148, p. 50-52, jul. 2010.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRÁS, J. Árvores: Fortaleza não tem recursos e técnicos para manejo adequado. O Povo, Fortaleza, 20 mar. 2011. Editoria Fortaleza, p. 4.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2011.

BRASIL. Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 ago. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 16 set. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm)>. Acesso em: 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Brasília, DF, [19--]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>. Acesso em: 8 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Cidades sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, DF: Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS**: evolução do emprego 2010. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/2010/>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

BRASIL. Resolução Conama nº 237, de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 247, 22 dez. 1997. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=1997>>. Acesso em 18 jun. 2011.

BRASIL. Resolução Conama nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 61, 29 mar. 2006, p. 150-151. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano1.cfm?codlegitipo=3&ano=2006>>. Acesso em: 10 mai.2010.

CAMINHA, S. Defesa dos recursos naturais, um desafio. **Diário do Nordeste**, p. 9, 28 nov. 1988.

CAPINAÇÃO química: um método em discussão. **O Povo**, 19 set. 1976.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, A. M. P. de. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, p. 16-26, 2008. Disponível em: <[http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs\\_v39n1a2.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs_v39n1a2.pdf)>. Acesso em: 1 set. 2011.

CASTRO, J. L. de. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1977.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1.; ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992, Vitória. **Anais...** Vitória, 1992. p. 29-38.

CEARÁ. Departamento Estadual de Trânsito do. **Estatísticas**. Fortaleza, [20-]. Disponível em <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=1317b9d21f4a5685&mt=application/pdf&url=https://mail.google.com/mail/?ui%3D2%26ik%3D3153568363%26view%3Datt%26th%3D1317b9d21f4a5685%26attid%3D0.1%26disp%3Dsafe%26zw&sig=AHIEtbRv2s-T7DGcZCX-zqtQ79OQriAuxrg&pli=1>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

CEARÁ. Lei nº 12.522, de 15.12.95. Define como áreas especialmente protegidas as nascentes e olhos d'água e a vegetação natural no seu entorno e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Ceará**, Fortaleza, 28 dez. 1995.

CEARÁ. Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Ceará**, Fortaleza, 4 jan. 1988.

CEARÁ. Ministério Público. Processo nº 11.611, de 2009. Fortaleza: Procuradoria Geral de Justiça, 2009.

\_\_\_\_\_. Registro nº 114, de 2002. In: \_\_\_\_\_. **Procedimento administrativo**. Fortaleza: Procuradoria Geral de Justiça, 2002.

CHARDIN, T. **O fenômeno humano**. São Paulo: Cultrix. 1995.

CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 215-229.

CISIAS, F. C. A. A fragmentação urbana da cidade de Fortaleza a partir do seu papel funcional inserido nos vários circuitos do capital. In: SOUSA NETO, M. F. de et al.

**Diálogos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento.** Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 37-54.

CLAUDINO-SALES, V. **Les littoraux du Ceará:** du long terme ou court terme. 2002. 594 f. Thèse (Doctorat) - Université Paris-Sorbonne, 2002.

COELHO, V. S. P.; FAVARETO, A. Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação.** Chapecó: Argos, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COSTA, A. S. **As atividades econômicas e a deterioração ambiental:** o caso do Parque Ecológico Rio Branco em Fortaleza. 2000. 75 f. Monografia (Curso de Especialização em Economia para Jornalistas) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

\_\_\_\_\_. **Comunicação cultural e polifônica no Movimento SOS Lagoa da Maraponga.** 1994. 75 f. Monografia (Curso de Especialização em Teorias da Comunicação e da Imagem) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

\_\_\_\_\_. Fatores diversos transformam Fortaleza em uma "ilha de calor". **Diário do Nordeste,** Fortaleza, p. 12, 8 nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Moradores são atendidos com projeto de urbanização. **Diário do Nordeste,** Fortaleza, p. 14, 27 maio 1997.

COSTA, M. C. L. da. **Cidade 2000:** expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. 1988. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci:** ensaios de teoria política. São Paulo: Boi Tempo, 2011.

COUTINHO, T. Suspensa lei que impede novas construções no Cocó. **O Povo,** 16 jun. 2010. Política, p. 25.

DAHLGREN, G.; WHITHEHED, M. **Policies and strategies to promote social equity in health.** Stockholm: Institute for Futures Studies, 1991.

DAVIS, M. **Cidade de Quartzito.** São Paulo: Boi Tempo, 2009. 431 p.

DRAIBE, S. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: POCHMAN, G. (Org.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 27-64.

ESPLAM recebe projeto completo do Parque Ecológico Parreão. **Tribuna do Ceará,** 16 jun. 1992.

FÁTIMA merece um parque ecológico. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 1, n. 2, p. 4-5, jan. 1992.

FEITOSA, A. Áreas verdes: terras de ninguém na capital. **O Povo**, Fortaleza, 12 mar. 2011. 1º Caderno, p. 2.

FIORI, J. L. Dança das cadeiras: revolução silenciosa de Fernando Henrique muda a face do capitalismo brasileiro, mas não mexe na sua alma. **Revista Carta Capital**, 20 ago. 1997.

FORTALEZA. Decreto 10.789, de 16 de junho de 2000. Desapropriação por utilidade pública do Parque Ecológico Rio Branco, zona de preservação paisagística: ampliação. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, Fortaleza, 26 jun. 2000.

FORTALEZA. Decreto Legislativo nº 436, de 7 de maio de 2010. Cria o Bairro Patriolino Ribeiro e estabelece seus limites, na forma que indica. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, Fortaleza, 27 maio 2010.

FORTALEZA. Lei 7.061, de 16.01.92. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, 20 jan. 1992.

FORTALEZA. Lei Complementar Nº 062, de 2 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo de Fortaleza e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, Fortaleza, 13 mar. 2009.

FORTALEZA. Lei 7.893, de 2 de maio de 1996. Dispõe sobre ocupação da zona especial área de preservação instituída pela lei 7061. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, Fortaleza, n. 10.858, 22 maio 1996.

FORTALEZA. Lei nº 9502, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (Árie) Dunas do Cocó e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Fortaleza**, 7 out. 2009. Suplemento ao nº 14.160.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Inventário ambiental de Fortaleza**: diagnóstico versão final. Fortaleza, 2003. 1 CD ROM.

\_\_\_\_\_. **Secretarias e órgãos**. Fortaleza, [20--]. Disponível em <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/secretarias-e-orgaos>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

FORTALEZA. Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam). **Parques municipais**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/semam/parques-municipais>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007. 208 p.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: \_\_\_\_\_. **Gestão de recursos natu-**

**rais renováveis e desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez Editora. 1996.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 123).

GOMES, L. Polêmica: impasses levam Justiça a assumir atribuições da prefeitura. **O Povo**, p. 18, 29 mar. 2011.

GOMES, V. L. C.; LENA JUNIOR, H. de. Doutrina de segurança nacional e atos institucionais: entendendo o *modus operandi* do regime civil-militar no Brasil (1964-1985). In: MALTA, M. M. de. **Ecos do desenvolvimento:** uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. p. 125-163.

GÓMEZ, R. Ciudad, espacio público y movimientos sociales: entre la crítica y la internalización de las normas de funcionamiento social y institucional. **Cadernos Ippur**, v. 21, n. 2, p. 55-71, ago./dez. 2007.

GONÇALVES, I. Fortaleza perdeu 90% de sua cobertura vegetal em 35 anos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 3 abr. 2011. Cidade, p. 12.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho.** Tradução de Heinz Heidemann e Claudio Duarte. São Paulo: USP, 1999. (Cadernos do Labor, n. 2).

GUERRA, S. **Direito internacional ambiental.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia:** uma contribuição ao estudo da política internacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 208 p.

GUZZO, P.; CAVALHEIRO, F. Índices de espaços livres de uso público e de cobertura vegetal em dois setores urbanos da cidade de Ribeirão Preto/SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 5., 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

HENKE-OLIVEIRA, C. **Planejamento ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes:** diagnósticos e propostas. 1996. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **Ecologia, ciência e política.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HONNET, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE. **Censo demográfico e contagem da população 2010**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

O IDEÁRIO do Parque Rachel de Queiroz. Fortaleza: IAB, 2010.

IMOPEC. **Movimento SOS Cocó**. Fortaleza, [19--]. Mimeografado.

JORNADA EM DEFESA DAS ÁREAS VERDES DE FORTALEZA, 1. 2007, Fortaleza. Dossiê... Fortaleza, 2007.

JORNADA EM DEFESA DAS ÁREAS VERDES DE FORTALEZA, 2. 2008, Fortaleza. **Plataforma Ambiental para as Áreas Verdes de Fortaleza...** Fortaleza, 2008, p. 2.

KURZ, R. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.

LAGOA DE PARANGABA: lutar contra o aterro é defender o ecossistema. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 fev. 1987.

LEAL, J. Compensação saiu barato. **O Povo**, Fortaleza, 12 mar. 2011. Coluna Vertical, p. 33.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes. 2001.

LIMA, A. M. L. P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luis. **Anais...** São Luis: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 1994. p. 539-553.

LOPES, L. S.; TOYOSHIMA, S. H.; GOMES, A. P. Determinantes sociais da saúde em Minas Gerais: uma abordagem empírica. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 1, p. 77-95, jan./mar. 2010.

LUCENA, C. T. **Artes de lembrar e de inventar**: (re)lembranças de migrantes. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. 192 p. (Coleção Universidade Aberta).

MACHADO, M. H. F. Urbanização e sustentabilidade ambiental: questões de território. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 81-95, out. 2000.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).

MANIFESTANTES ficam pelados a favor da natureza na corrida do Iguatemi de Fortaleza. [S.l.], 2007. Disponível em <<http://raizesdomangue.blogspot.com/search/label/Manifestantes%20ficam%20pelados%20a%20favor%20da%20>

natureza%20%20na%20corrida%20do%20Iguatemi%20de%20Fortaleza%2024%2F09%2F2007>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MARAVILHA luta pela urbanização. **Jornal do Bairro Fátima**, Fortaleza, ano 3, n. 23, p. 3, maio 1994.

1ª MARCHA da frente popular ecológica de Fortaleza. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://raizesdomangue.blogspot.com/search/label/1%C2%BA%20Marcha%20da%20frente%20popular%20ecologica%20de%20Fortaleza>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

MARFISA receberá cópia do Projeto Parque Parreão. **O Povo**, Fortaleza, 16 mar. 1992. Cidades, p. 19A.

MARIA Luiza assina decreto preservando o rio Cocó e diz inaugurar ações de impacto. **Diário do Nordeste**, 31 jan. 1986.

MARTINS, S. O Urbanismo: esse (des)conhecido saber político. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 39-60, out. 2000.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MENEZES, G. Acordo: parceria com construtoras irá recuperar áreas verdes. **O Povo**, Fortaleza, 16 mar. 2011. Editoria Fortaleza, p. 2.

MICOUD, A. La nebuleuse associative. In: \_\_\_\_\_. **L'environnement, question sociale**: dixans de recherche pour le Ministère de l'Environnement. Paris: Odile Jacob, 2001. p. 119-129.

MILANO, M. S. Planejamento da arborização urbana: relações entre áreas verdes e ruas arborizadas. In: ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1990, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 1990.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOURA, M. O. **O clima urbano em Fortaleza na perspectiva do campo térmico**. 2008. 290 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MOVIMENTO Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba: comunicado ao Senhor Promotor de Justiça José Francisco de Oliveira Filho. Fortaleza, 2010. Mimeografado.

MOVIMENTO SOS Cocó. [S.l.: s.n.], [19--].

MUNFORD, L. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 1961.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 1965.

NERUDA, P. **Presente de um poeta**. Tradução Thiago de Melo. São Paulo: Vergara & Ribas Editoras, 2001.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: ENCONTRO CATALIZADOR DO CETRANS: ESCOLA DO FUTURO, 1., 1999, Itatiba. **Anais...** Itatiba: USP, 1999.

NOBRE, M. Apresentação. In: HONNET, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

NOTTINGHAM, P. C. **Tempos verdes em Fortaleza**: um olhar sobre a experiência do movimento ambientalista (1976-1992). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ODUM, E. P; BARRET, G. W. **Fundamentos de ecologia**. Tradução Pegasus Sistemas e Soluções. São Paulo: Cengage Learning. 2008.

OLIVEIRA, A. A. de. **Para uma socioeconomia política da transição**: possibilidades e limites da socioeconomia solidária. 2006. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução**: elegia por uma re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, F. L. P. de. Frações de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 4, p. 713-734, out./dez. 2011.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. Tradução Marylene Pinto Michael. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PARQUE MARAPONGA autorizado parcialmente. **O Povo**, Fortaleza, 10 out. 1991. Cidades, p. 4D.

PARREÃO: licitação é dia 14. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 1, n. 9, p. 4, ago. 1992.

PARREÃO ligará o Cocó à Lagoa do Opaia. **O Povo**, Fortaleza, 16 jun. 1992. Cidades, p. 1, 9.

PASSERINI, L. A "lacuna" do presente. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 211-214.

PATRIMÔNIO dilapidado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 6 abr. 2011. Editorial. Opinião, p. 2.

POR uma hermenêutica atual da legislação ambiental. **O Povo**, Fortaleza, 23 jan. 2011. Editorial, p. 6.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRAIA do Futuro: ideia da Avenida Portuária é criticada por arquiteto. **O Povo**, 23 nov. 1985.

PREFEITA se defende. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 abr. 1987. Primeiro Caderno.

PREFEITO desapropria área e garante parque ecológico. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 1, n. 10, p. 5, set. 1992.

PREFEITURA embarga obra em área de preservação. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 31 dez. 1986. Primeiro Caderno.

PROGRAMA. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 1, n. 3, p. 12, fev. 1992.

PROJETO do Cocó vai receber hoje sanção de Fiúza Gomes. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 4 maio 1983.

PROJETO de Lei nº 269/90: lei em defesa do meio ambiente registra vitórias. **Boletim Falas e Lutas**, n. 4, p. 3, jun. 1996.

PROJETO Parreão: quero verde perto. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 1, n. 5, p. 4, 1992.

PROJETO Parreão vai às autoridades. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 1, n. 4, p. 5, maio 1992.

PROTESTO em Parangaba pede preservação da lagoa. **O Povo**, Fortaleza, 23 mar. 1987. Primeiro Caderno.

REBOUÇAS, H. Meio ambiente: justiça rejeita ação e mantém proteção às dunas do Cocó. **O Povo**, Fortaleza, 1 abr. 2011. Política, p. 20.

RÉMOND, R. Algumas questões de alcance geral, à guisa de introdução. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 203-209.

RETROSPECTIVA. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 1, n. 6, p. 4, maio 1992.

SÁ, R. Parque do Cocó: área ampliada será de interesse social. **O Povo**, Fortaleza, 1 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/793269.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

SALES, V. C. **Parecer técnico ambiental sobre terreno de dunas do bairro Cocó, Fortaleza, Ceará**. Fortaleza, 2009. 25 p.

SALVEM as dunas do Cocó. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.blogger.com/profile/01139747858367180938>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

SAMPAIO, J. L. F., SOUZA NETO, M. F.; LIMA, A. E. F. (Org.). **Diálogos sobre sociedade, natureza e desenvolvimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, R. B. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp, 2008.

SARLO, B. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SECRETÁRIO pode ser preso se não autorizar licença. **O Povo**, Fortaleza, 21 mar. 2011. Coluna Política, p. 16.

SENSAÇÃO térmica tem razão de ser. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 3 abr. 2011. Cidade, p. 12.

SESSÃO especial na Câmara discute preservação do Cocó. **O Estado**, Fortaleza, 25 out.1985.

SHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. 95 p.

SILVA, J. B. da (Org). **A cidade e o urbano**: temas para reflexões. Fortaleza: EDUFC, 1997. 318 p.

\_\_\_\_\_. **Os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992. 129 p.

\_\_\_\_\_. Palestra Copa 2014! Quem ganha com essa?. In: GRITO DOS EXCLUÍDOS, 17., 2011, Fortaleza. **Abertura...** Fortaleza, 2011.

SIRKIS, A. **Ecologia, organização e poder local**. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999. 314 p.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, J. M. G. de. **Desconcentração de serviços de alto nível em Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011. 298 p. (Série Teses e Dissertações, n. 22).

SOUZA, M. J. N. de et al. **Diagnóstico geoambiental do município de Fortaleza**: subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo: PDPFor. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

SUJEIRA e descaso na rodoviária. **Jornal do Bairro Fátima**, ano 3, n. 23, p. 3, maio 1994.

TAVARES, A. A. **Diagnóstico preliminar dos efeitos das podas na vegetação arbórea do Campus do Pici, Universidade Federal do Ceará (UFC)**. Fortaleza, 2006. Mimeografado.

TÉCNICOS pedem provas de que herbicida é inofensiva. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 9 nov. 1976.

- TEÓFILO, R. **A fome**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1979. (Coleção Dolor Barreira, n. 2).
- TIRO. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 26 abr. 1991. Coluna Comunicado, p. 4.
- TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic developent**. 8. ed. Tradução Rogério César Pereira de Araújo. Harlow: Pearson, 2003.
- TOLEDO, F. S.; SANTOS, D. G. dos. Espaços livres de construção. **Revista SBAU**, Piracicaba, v. 3, n. 1, p. 73-91, mar. 2008.
- VEIGA, J. E. Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural sustentável. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2005, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: IICA, 2005.
- VIANA, M. O. L.; RODRIGUES, M. I. V. Um Índice Interdisciplinar de propensão à desertificação (IP): instrumento de planejamento. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 164-194, jul./set. 1999.
- VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.). **Ecologia & política no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1987. p. 63-110.
- WAHL, P. As múltiplas crises e o fracasso da governança. In: DOWBOR, L.; SACHS, I.; LOPES, C. **Riscos e oportunidades em tempos de mudanças**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. p. 55-67.
- WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 392 p.

O estudo de Ademir Costa é mais do que um tema acadêmico, é uma urgência que mostra a construção, já desde a década de 1970, da ideia de que estamos perdendo a possibilidade de convívio com o verde. Muitos movimentos sociais perceberam, desde antes, que a população deveria atentar para o uso desastroso que vinha sendo feito dos espaços urbanos. Pouco a pouco e agora, muito a muito, as áreas verdes de Fortaleza vêm sendo substituídas por Shoppings centers, estacionamentos e viadutos.

O que está em jogo não é o suposto “delírio de jovens rebeldes” que, vez por outra, se acorrentam às árvores para tentar salvá-las, o que é absolutamente coerente e necessário, mas trata-se, sobretudo, de uma pesquisa militante e engajada pelo entendimento de que muitos já estão fazendo algo, e não é de hoje. Contudo, muito ainda há para ser feito. Agora mais do que nunca precisamos entender que um espaço verde melhora a qualidade de vida da cidade e contar a história do mundo que queremos pra nós e para os que virão. Vale conferir como essa história vem sendo contada...

*Profa. Dra. Kênia Rios  
Departamento de História da  
Universidade Federal do Ceará*

A dissertação de mestrado do jornalista Ademir Costa está se transformando num livro de grande importância para a cidade de Fortaleza por identificar e analisar suas demandas por áreas verdes.

Quando fui convidado para ser seu orientador percebi a relevância e oportunidade deste tema em nossa bela e mal cuidada cidade, que possui pouco mais de 3m<sup>2</sup> de área verde por habitante, quando o recomendável pela OMS são 12 m<sup>2</sup>/hab.

A natureza multidisciplinar do trabalho exigiu a participação de professores com experiência prática tanto nos movimentos sociais de Fortaleza quanto conhecimentos acadêmicos nas áreas de sociologia, história e economia. A abordagem teórica foi a defesa dos postulados de integração da economia com a política, na perspectiva de que a sociedade civil pode influir na sociedade política.

Como militante entusiasmado do movimento pelo verde no Parque Rio Branco e no jornalismo, o Ademir sempre manifestou sua preocupação com o fato de que “os movimentos reivindicatórios, populares ou não, ficam muitas vezes sem registro ou apenas com a divulgação subordinada ao viés da imprensa, quando lhes sobra espaço”.

Esta forma de agir e pensar facilitou o exercício metodológico da Observação Participante, quando o próprio pesquisador assume a condição de membro do grupo a ser pesquisado. Para valorizar a fala dos protagonistas dos movimentos sociais ambientais, foi utilizado o método da história oral, pesquisando cerca de 70 pessoas representantes de 20 movimentos sociais relacionados com áreas verdes de Fortaleza e políticos.

O estudo evidenciou que, por diversas razões, existe o divórcio entre a militância ambiental e a política partidária e que é muito forte a relação de poder entre o capital e a administração pública, com evidente desvantagem para o cidadão e os movimentos ambientais.

Assim, minhas expectativas iniciais se confirmaram. Dispomos deste excelente livro, o BNB e o jornalista Ademir Costa estão de parabéns.

*Prof. Dr. José César Vieira Pinheiro  
Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
da Universidade Federal do Ceará*



### O autor

Ademir da Silva Costa é mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará [2011], área de pesquisa organização do espaço e desenvolvimento sustentável. Graduado em Comunicação Social pela UFC [1983], fez na mesma universidade especialização em Teorias da Comunicação e da Imagem [1995] e em Economia [2000]. É licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza [Fafifor, 1977]. Por duas temporadas, atuou como repórter do jornal Diário do Nordeste, entre 1981 e 2004. A partir de 1991, foi editor de revistas e livros científicos do Banco do Nordeste do Brasil [BNB], onde trabalhou de 1979 a 2014. [Contato: [jornalistaademircosta@gmail.com](mailto:jornalistaademircosta@gmail.com)].

978-85-7791-226-1



9 1788577 1191226 1

